FZ7 Logística S.A.

CNPJ/MF nº 46.178.828/0001-35 - NIRE 35.3.0012011-6

Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária

Em conformidade com o arts. 123 e 294, inc. III, da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S/A), convocamos ao Senhores e as Senhoras Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 29 de abril de 2026, às 17 hs, de forma híbrida, na sede social, situada na Avenida Guinle n.º 1.514**,** Cidade Industrial Satélite de São Paulo, CEP 07.220-070, Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, cuja **Ordem do Dia** é a seguinte: **1**. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **2**. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; São Paulo, 22 de abril de 2026. **Angélica de Medeiros Claudino,** Diretora Presidente. (22, 23 e 24/04/2026)

Houston S.A. Empreendimentos e Participações

CNPJ/MF nº 53.811.196/0001-60 - NIRE 35.3.0010458-7

Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária

Em conformidade com o arts. 123 e 294, inc. III, da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S/A), convocamos os Senhores e as Senhoras Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 29 de abril de 2026, às 15h, de forma híbrida, na sede social, situada na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Edifício Brascan Century Corporate, 14º Andar, conj. 1401, Bairro Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04534-002, cuja **Ordem do Dia** é a seguinte: **1)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **2)** Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício e a distribuição de dividendos; **3)** Deliberar sobre a prorrogação do mandato dos membros da Diretoria até o mês de abril/2027; **4)** Aprovar a remuneração global referente ao exercício de 2026 dos membros da Diretoria. **5)** Aprovar a verba global anual de gratificação aos membros da Diretoria referente ao ano de 2025. São Paulo, 22 de abril de 2026. **Virginia de Medeiros Claudino Milani,** Diretora Presidente. (22, 23 e 24/04/2026)

Socic – Sociedade Comercial Irmãs Claudino S.A.

CNPJ/MF nº 04.049.497/0001-93 - NIRE 35.3.0019461-6

Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária

Em conformidade com os arts. 123 e 294, inc. III, da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S/A), convocamos os Senhores as Senhoras Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 29 de abril de 2026, às 14h, de forma híbrida, na sede social, situada na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Edifício Brascan Century Corporate, 14º Andar, conj. 1402, Bairro Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04534-002, cuja **Ordem do Dia** é a seguinte: **1)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **2)** Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício e a distribuição de dividendos; **3)** Aprovar a remuneração global referente ao exercício de 2026 dos membros da Diretoria; **4)** Aprovar a verba global anual de gratificação aos membros da Diretoria referente ao ano de 2025. São Paulo, 22 de abril de 2026. **Virginia de Medeiros Claudino Milani,** Diretora Presidente. (22, 23 e 24/04/2026)

GRUPO SBF S.A.

CNPJ/MF nº 13.217.485/0001-11 - NIRE 35.300.390.458

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 08 de Abril de 2026

No dia 08 de abril de 2026, às 17:00 horas, reuniram-se, presencialmente ou por conferência telefônica, a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Grupo SBF S.A. ("Companhia"), Srs. Sebastião Vicente Bomfim Filho - Presidente, Larissa Furletti Bomfim - Secretário, José Samurai Saïani, Rizza Furletti Bomfim, Pedro de Souza Zemel, Luiz Alberto Quinta e Carlos Medeiros Silva Neto. Assim sendo, os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas, aprovaram a outorga da Fiança pela Companhia em garantia ao fiel e pontual cumprimento das obrigações a serem assumidas pela SBF Comércio no âmbito da Quinta Emissão de Debêntures SBF Comércio, cujo valor total será de R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) na data de emissão, obrigando-se a Companhia como fiadora, principal pagadora, coobrigada e devedora solidária responsável pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais e acessórios, decorrentes da escritura de emissão de debêntures e/ou dos demais documentos da Quinta Emissão de Debêntures SBF Comércio (incluindo o contrato de distribuição), nos quais constarão todas as demais características e condições das obrigações assumidas pela SBF Comércio, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo agente fiduciário da Quinta Emissão de Debêntures SBF Comércio ou pelos titulares das debêntures em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes da escritura de emissão de debêntures e/ou dos demais documentos da Quinta Emissão de Debêntures SBF Comércio e suas posteriores alterações, acrescido da remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, inclusive, mas não limitando-se àquelas devidas ao agente fiduciário até o integral cumprimento de todas as obrigações constantes da escritura de emissão de debêntures e/ou dos demais documentos da Quinta Emissão de Debêntures SBF Comércio; **(a)** A Fiança será outorgada pela Companhia com expressa renúncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e artigos 130 e 794, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada; e **(b)** Aprovaram a delegação de poderes aos Diretores da Companhia, ou eventuais procuradores devidamente constituídos, os quais ficam autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários à realização e formalização da Fiança e da Quinta Emissão de Debêntures SBF Comércio, incluindo, mas não se limitando, à negociação e celebração dos documentos relacionados à Fiança e à Quinta Emissão de Debêntures SBF Comércio, tais como a escritura de emissão e o contrato de distribuição, bem como eventuais aditamentos a tais documentos, ficando ratificado, inclusive, todo e qualquer ato praticado pelos Diretores da Companhia, ou eventuais procuradores devidamente constituídos, até a presente data com relação à Fiança e à Quinta Emissão de Debêntures - SBF Comércio. **Atesto que as deliberações acima refletem as decisões tomadas pelo Conselho de Administração.** São Paulo, 08 de abril de 2026. Sebastião Vicente Bomfim Filho - **Presidente;** Larissa Furletti Bomfim - **Secretária. JUCESP** nº 164.409/26-9 em 16/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35 - NIRE Nº. 35300514611 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 13 de março de 2026, às 09h45, na sede social da Companhia, localizada na Estrada de Itapecerica, 4157, bairro Capão Redondo, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a celebração de aditivo com terceiro. **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **(ii)** Conforme atribuição prevista no artigo 6º, inciso (x), do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração do 1º Aditivo ao Contrato nº 4600088904 ("Contrato"), a ser firmado com a CAF BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("CAF"), com a finalidade de incluir a filial da CAF no referido Contrato, tudo conforme termos e condições apresentados nesta assembleia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 13 de março de 2026. **Assinaturas**: André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionistas: **(1) MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.**, por André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes; e **(2) RUASINVEST S.A.**, por Paulo José Dinis Ruas e por Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil*, e *Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil*. JUCESP nº 176.803/26-9 em 16.04.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ARCADIS LOGOS S.A.

CNPJ nº 07.939.296/0001-50 - NIRE 35.300.393.996

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 10/04/2026

No dia 10/04/2026, às 12h, na sede social. **Convocação:** dispensada. **Quórum de Instalação:** Acionistas representando a totalidade das ações. **Mesa**: Karin Marangoni Ferrara Formigoni – **Presidente** e Carla Casagrande Ribeiro – **Secretária**. **Deliberações tomadas por unanimidade: Em AGO: (i)** Após analisarem a Publicação (Anexo I) – balanços patrimoniais, demonstrações de resultados, demonstrações de resultados abrangentes, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, bem como o conjunto das notas explicativas, sendo que estas últimas estão disponíveis e arquivadas na sede da Companhia – todos relativos ao exercício fiscal findo em 31/12/2025, os acionistas consideraram corretas as demonstrações financeiras da Companhia e aprovaram as mesmas por unanimidade e sem quaisquer observações ou ressalvas. **(ii)** Deliberaram por unanimidade a destinação de 5% do lucro líquido apurado no exercício fiscal de 2025 à conta de reserva legal da Companhia e, adicionalmente, de acordo com o disposto na Lei 6.404/76 e no estatuto social da Companhia, deliberaram, por unanimidade, nos termos do item (b) do Artigo 26, a distribuição do dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido apurados após a reserva legal, no valor total de R$7.091.211,64, a ambas as acionistas, proporcionalmente à participação de cada uma no capital social da Companhia, deliberando-se que o restante do lucro líquido no valor residual total acumulado de R$8.924.979,35 seja destinado para a conta de Lucros à Disposição da Assembleia Geral da Companhia. **(iii)** Reeleição dos atuais membros da Diretoria, cujos respectivos Termos de Posse estão arquivados na sede da Companhia e os mandatos se estenderão até a data da realização da AGO que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2027, a saber: Composição da diretoria: Diretora Geral e Diretora de Negócios, **Karin Marangoni Ferrara Formigoni**, RG 22.423.208-3, CPF 176.054.918-59; Diretora Jurídica e de Compliance, **Carla Casagrande Ribeiro**, RG 16.776.689-2, CPF 280.308.318-38; Diretor Comercial Geral e Diretor Comercial de Negócios, **José Carlos de Souza e Castro Valsecchi**, RG 9.518.218, SSP-SP e CPF 029.593.898-67; **Ralph Barnard Alves da Mata**, RG 42.861.543-0 SSP-SP e CPF 228.246.518-06, cujo termo de posse encontra-se arquivado na sede da Companhia. **(iv)** Foi estabelecido, pela unanimidade dos acionistas, o valor global anual dos honorários da Diretoria em R$6.000.000,00. **(v)** Alterar os auditores independentes da Companhia **de** PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, CNPJ 61.562.112/0001-20, **para** KPMG Auditores Independentes, CNPJ 57.755.217/0001-29, com efeitos retroativos a partir da assinatura da proposta em 13/10/2025. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar. SP, 10/04/2026. Karin Marangoni Ferrara Formigoni - **Presidente**. Carla Casagrande Ribeiro - **Secretária. JUCESP -** 177.600/26-3 em 17/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A.

NIRE 35.300.471.121 – CNPJ 66.806.555/0001-33

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2026

Data, horário e local: Aos 14/04/2026, às 10 horas, na sede da Companhia, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 4777, 5º andar, conjunto "Norte", Condomínio Comercial Villa Lobos, Alto de Pinheiros, CEP 05477-903, no município de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação:** Dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. **Composição da mesa:** Presidente: **Marco Antonio Salvoni**, Secretário: **Gustavo Assumpção**. **Ordem do dia: (i)** Leitura, discussão e votação das contas da administração, demonstrações financeiras e balanço patrimonial, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2025; **(ii)** Destinação do resultado do exercício; e **(iii)** Outros assuntos de interesse geral. **Deliberações:** Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretário que procedesse à leitura da ordem do dia. Dando início às deliberações, com relação ao **item (i)** da ordem do dia, o Sr. Presidente esclareceu que os documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/ 2025, em especial as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial, foram publicados no jornal O Dia SP, p. 07, na versão impressa e digital (disponível em https://www.jornalodiasp.com.br/wp-content/uploads/2026/04/ODIA_11-04-26_DIGITAL-Manifesto.pdf), ambos veiculados na edição dos dias 11, 12 e 13/04/2026, bem como encontram-se à disposição na sede da Companhia. Após leitura dos documentos, os acionistas decidiram aprová-los por unanimidade, ratificando todos os atos praticados pela administração. No tocante ao **item (ii)**, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, a distribuição integral do lucro líquido apurado no resultado do exercício de 2025, no montante de R$ 48.575.014,43 (quarenta e oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, quatorze reais e quarenta e três centavos). Os acionistas também ratificaram as distribuições de lucros realizadas durante o ano de 2025, no valor total de R$ 72.763.183,56 (setenta e dois milhões, setecentos e sessenta e três mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos), sendo R$ 48.575.014,43 (quarenta e oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, quatorze reais e quarenta e três centavos) relativos ao próprio exercício, de forma antecipada, e R$ 24.188.169,13 (vinte e quatro milhões, cento e oitenta e oito mil, cento e sessenta e nove reais e trezes centavos) mediante a utilização de reserva de lucros dos anos anteriores. Por fim, quanto ao **item (iii)** da ordem do dia, "outros assuntos de interesse geral", foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como não houve manifestação de nenhum dos presentes, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembleia, determinando a lavratura da presente ata, que depois de redigida, foi lida e aprovada por todos os presentes. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, sendo lavrada a presente Ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. Acionistas: TURITA PARTICIPAÇÕES LTDA., representada por Gustavo Assumpção e Marco Antônio Salvoni; MGM LOCAÇÕES LTDA., representada por Gustavo Assumpção e Marco Antônio Salvoni; MMN PARTICIPAÇÕES LTDA., representada Michel Matilde de Novaes e ESX PARTICIPAÇÕES LTDA., representada por Emanuel Fagner dos Santos Silva. "A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio". Mesa: **MARCO ANTONIO SALVONI -** Presidente; **GUSTAVO ASSUMPÇÃO -** Secretário. Acionistas: **TURITA PARTICIPAÇÕES LTDA.** Marco Antonio Salvoni e Gustavo Assumpção; **MGM LOCAÇÕES LTDA.** Marco Antonio Salvoni e Gustavo Assumpção; **MMN PARTICIPAÇÕES LTDA**. Michel Matilde de Novaes; **ESX PARTICIPAÇÕES LTDA.** Emanuel Fagner dos Santos Silva. **JUCESP nº 159.271/26-5** em 22/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

FOUR TRILHOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 47.014.367/0001-28 - NIRE nº 35300595670 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 20 de fevereiro de 2026, às 15h30, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 8.501, 5º andar, sala 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da única acionista, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA: (i)** Tomar conhecimento da renúncia de membro do Conselho de Administração; e **(ii)** Eleger membro do Conselho de Administração. **6. DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia deliberou: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **(ii)** Tomar conhecimento do pedido de renúncia formulado pelo Sr. **ROBERTO VOLLMER LABARTHE**, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada à Companhia, com efeitos a partir de em 03/03/2026, agradecendo ao mesmo pelos relevantes serviços prestados à Companhia enquanto exerceu referida função; e **(iii)** Aprovar a eleição do Sr. **RODRIGO ARAUJO ALVES**, brasileiro, casado, administrador e contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 115881/O-3/Detran/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 073.100.396-96, com endereço profissional na sede da Companhia, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2026, devendo permanecer em seu cargo até a eleição e posse de seu substituto. O membro do Conselho de Administração ora eleito declara ter conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e consequentemente, não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em Lei que o impeça de exercer atividades mercantis, conforme Termos de Posse, Declaração de Desimpedimento arquivados na sede da Companhia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 20 de fevereiro de 2026. **Assinaturas**: André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionista: **(1) CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.**, por Antonio Marcio Barros Silva. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 174.008/26-0 em 09.04.2026, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

SOEBE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO S.A.

NIRE 35.300.471.270 – CNPJ 43.677.822/0001-14

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2026

Data, horário e local: Aos 14 dias do mês de abril de 2026, às 11 horas, na sede da Companhia, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 4.777, 6º andar, conjunto 62, Jardim Universidade Pinheiros, CEP 05477-903, no município de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação:** Dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. **Composição da mesa:** Presidente: **Michel Matilde de Novaes**, Secretário: **Emil Beyruti**. **Ordem do dia: (i)** Leitura, discussão e votação das contas da administração, demonstrações financeiras e balanço patrimonial, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** Destinação do resultado do exercício; e **(iii)** Outros assuntos de interesse geral. **Deliberações:** Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretário que procedesse à leitura da ordem do dia. Dando início às deliberações, com relação ao **item (i)** da ordem do dia, o Sr. Presidente esclareceu que os documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, em especial as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial, foram publicados no jornal O Dia SP, p. 11, na versão impressa e digital (disponível em https://www.jornalodiasp.com.br/wp-content/uploads/2026/04/ODIA_11-04-26_DIGITAL-Manifesto.pdf), ambos veiculados na edição dos dias 11, 12 e 13 de abril de 2026, bem como encontram-se à disposição na sede da Companhia. Após leitura dos documentos, os acionistas decidiram aprová-los por unanimidade, ratificando todos os atos praticados pela administração. No tocante ao **item (ii)**, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, a distribuição integral do lucro líquido apurado no resultado do exercício de 2025, no montante de R$ 28.695.367,28 (vinte e oito milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e sessenta e sete reais e vinte e oito centavos). Os acionistas também ratificaram as distribuições de lucros realizadas durante o ano de 2025, no valor total de R$ 63.816.679,41 (sessenta e três milhões, oitocentos e dezesseis mil, seiscentos e setenta e nove reais e quarenta e um centavos), sendo R$ 28.695.367,28 (vinte e oito milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e sessenta e sete reais e vinte e oito centavos) relativos ao próprio exercício, de forma antecipada, e R$ 35.121.312,13 (trinta e cinco milhões, cento e vinte e um mil, trezentos e doze reais e trezes centavos) mediante a utilização de reserva de lucros dos anos anteriores. Por fim, quanto ao **item (iii)** da ordem do dia, "outros assuntos de interesse geral", foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como não houve manifestação de nenhum dos presentes, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembleia, determinando a lavratura da presente ata, que depois de redigida, foi lida e aprovada por todos os presentes. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, sendo lavrada a presente Ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. Acionistas: EPAH – EMPRESA PAULISTA DE ASFALTO LTDA., representada por Emil Beyruti e Michel Matilde de Novaes; EMABE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., representada por Emil Beyruti; MMN PARTICIPAÇÕES LTDA, representada por Michel Matilde de Novaes; e ESX PARTICIPAÇÕES LTDA., representada por Emanuel Fagner dos Santos Silva. "A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio". Mesa: **MICHEL MATILDE DE NOVAES -** Presidente; **EMIL BEYRUTI -** Secretário. Acionistas: **EPAH – EMPRESA PAULISTA DE ASFALTO LTDA.** Emil Beyruti e Michel Matilde de Novaes; **EMABE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.** Emil Beyruti; **MMN PARTICIPAÇÕES LTDA.** Michel Matilde de Novaes; **ESX PARTICIPAÇÕES LTDA.** Emanuel Fagner dos Santos Silva. **JUCESP nº 159.189/26-3** em 17/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

COMPANHIA RIO PRETO LUZ

CNPJ sob o nº 65.762.119/0001-47 | NIRE nº 353006895-7

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES REALIZADA EM 24/02/2026

1. Aos 24/02/2026, às 10:00 horas, na Rua Coronel João Máximo Filho, 500, sala 03, Chácara Bela Vista, na cidade de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, CEP 15.077-465. **2.** Presentes os fundadores e subscritores, representantes da totalidade do capital social da Companhia, a saber: **a) COMPANHIA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA - CBI**, com sede na Rua General Furtado Nascimento, 740, sala 91, bairro Alto de Pinheiros, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 48.983.502/0001-06, devidamente representada na forma prevista em seu Estatuto Social, por seus diretores Sr. **Nei Moreira Junior**, economista, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 18.535.355-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 158.785.108-39, e Sra. **Silvana Rodrigues da Costa**, brasileira, casada, contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 20445439 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 100.426.438-05, ambos com endereço profissional na sede da empresa que ora representam; **b) CLD – CONSTRUTORA, LAÇOS DETETORES E ELETRÔNICA LTDA.**, com sede na Avenida Imperatriz Leopoldina, 240, Anexo Utilização Total, Jardim Nova Petrópolis, na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 55.996.615/0001-01, devidamente representada neste ato na forma de seu Contrato Social, por seu administrador **Jorge Marques Moura**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 4.825.850-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 761.631.568-20, residente e domiciliado na Rua Domenico Bernabei, nº 277, Jardim Itapema, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03578-030; **c) 3JM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, com sede à Rua São Bento, nº 470, 11º andar, Conjunto Impar, Centro, CEP: 01010-001, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 09.102.171/0001-04, devidamente representada neste ato na forma de seu Contrato Social, **José Carlos Molina**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 13.146.381-3 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 018.728.288-92, residente e domiciliado na Avenida Anísio Haddad, nº 8.205, Apartamento 51, Bloco 3, Jardim Francisco Fernandes, no município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, CEP 15090-305. **3.** Mesa: **Nei Moreira Junior**, na qualidade de **Presidente**; **Daniel Faour Auad**, na qualidade de **Secretário**. **4.** O Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia e informou que, como já era de conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a constituição de uma sociedade por ações de propósito específico, sob a denominação social **COMPANHIA RIO PRETO LUZ** ("Companhia"). Passou-se, então, à leitura e discussão do projeto de Estatuto Social apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade pelos presentes, o qual foi anexado à ata desta Assembleia como seu Anexo I. **5.** Informou o Sr. Presidente que sobre a mesa encontrava-se o Boletim de Subscrição do Capital Social, já assinado pelos acionistas da Companhia, que subscreveram, no ato, a totalidade do capital social da Companhia, no valor de R$ 46.398.600,00 (quarenta e seis milhões, trezentos e noventa e oito mil e seiscentos reais), representado por 46.398.600 (quarenta e seis milhões, trezentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas pelo valor de R$1,00 (um real) cada uma. Do valor total subscrito, o montante de R$ 23.199.300,00 (vinte e três milhões, cento e noventa e nove mil e trezentos reais) foi integralizado neste ato, sendo que o restante será integralizado até o dia 24/02/2029, conforme consta do Boletim de Subscrição, que passa a fazer parte integrante da presente ata como seu Anexo II. **6.** Atendidos os requisitos preliminares exigidos na forma do artigo 80 da Lei 6.404, de 15/12/1976, o Sr. Presidente declarou constituída a Companhia de pleno direito. **7.** Passou-se, a seguir, nos termos do Estatuto Social, à eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, 5 (cinco) ao todo, tendo sido eleitos pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, com mandato de 2 (dois) anos a partir desta data e com a menor remuneração permitida em lei, os Srs.: (i) **Nei Moreira Junior**, economista, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 18.535.355-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 158.785.108-39, com endereço comercial na Rua General Furtado Nascimento, 740, sala 91, bairro Alto de Pinheiros, na cidade e estado de São Paulo, para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) **Lucas Giannella**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 29.370.950-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 273.836.318-03, com endereço comercial na Alameda Madeira, 222, cj. 111, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06454-010, para ocupar o cargo Conselheiro de Administração; (iii) **Daniel Faour Auad**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do RG nº 32.909.056-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 309.874.178-35, residente e domiciliado na Rua Simone Martini, nº 300, Jardim Santa Maria, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03573-170, para ocupar o cargo Conselheiro de Administração; (iv) **Labib Faour Auad**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 7.388.119-3 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 669.733.928-49, residente e domiciliado na Rua Simone Martini, nº 300, Jardim Santa Maria, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03573-170, para ocupar o cargo Conselheiro de Administração; e (v) **José Carlos Molina**, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 13.146.381-3 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 018.728.288-92, residente e domiciliado na Avenida Anísio Haddad, nº 8.205, Apartamento 51, Bloco 3, Jardim Francisco Fernandes, no município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, CEP 15090-305, para ocupar o cargo Conselheiro de Administração. **7.1.** Os conselheiros eleitos aceitaram os cargos para os quais foram eleitos e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, seja por lei especial, seja em virtude de condenação criminal, seja por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 147, § 1º da Lei das S.A. Portanto, os diretores ora eleitos tomam posse em seus cargos, mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse. **8.** Os membros do Conselho da Administração, eleitos nos termos do item 7, acima, nesta mesma data, em Reunião do Conselho da Administração a qual será lavrada em ata própria, a ser levada para arquivamento em separado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, elegem para compor a Diretoria da Companhia, os seguintes diretores, todos com mandato de 2 (dois) anos contados da data de assinatura da Ata de Reunião do Conselho de Administração que os elegeu e dos respectivos Termo de Posse: (i) **Nei Moreira Junior**, economista, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 18.535.355-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 158.785.108-39, com endereço comercial na Rua General Furtado Nascimento, 740, sala 91, bairro Alto de Pinheiros, na cidade e estado de São Paulo, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; (ii) **Bruno Augusto Martines**, brasileiro, administrador de empresas, portador do RG nº 41.353.271-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 351.786.138-30, residente e domiciliado na Rua Antonio Roberto Catelani, 2586, Nova Bady, na cidade de Bady Bassit, estado de São Paulo, para ocupar o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro; (iii) **Daniel Faour Auad**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do RG nº 32.909.056-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 309.874.178-35, residente e domiciliado na Rua Simone Martini, nº 300, Jardim Santa Maria, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03573-170, para ocupar o cargo de Diretor Operacional. **8.1.** Os Diretores eleitos declaram ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, seja por lei especial, seja em virtude de condenação criminal, seja por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 1.011 e seu §primeiro, do Código Civil Brasileiro. Os Conselheiros ora eleitos tomam posse mediante assinatura dos termos de posse lavrados no livro próprio, nos termos do artigo 149 da Lei das S.A. **9**. O Sr. Presidente, por fim, esclareceu que os conselheiros da administração e os diretores ficariam incumbidos de ultimar as formalidades remanescentes para registro da constituição da Companhia perante os órgãos competentes. **10**. Nada mais hav

NÚCLEO ENGENHARIA CONSULTIVA S.A.

CNPJ/MF nº 38.894.804/0001-54

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Núcleo Engenharia Consultiva S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a legislação societária vigente.

Desempenho Operacional e Financeiro - 2025

O exercício de 2025 consolidou um novo ciclo de crescimento da Companhia, impulsionado pela ampliação da nossa atuação em vários mercados, diversificação do portfólio e maturação dos investimentos realizados nos últimos anos.

A receita bruta atingiu R$ 306 milhões, representando crescimento de aproximadamente 70% em relação a 2024. Esse desempenho decorreu do início de grandes contratos assinados em 2025 e do aumento do volume de contratos em execução, além dos ganhos de eficiência operacional. Mesmo diante de um ambiente macroeconômico desafiador, a Companhia manteve disciplina de custos e margens alinhadas à sua estratégia de crescimento sustentável.

O mercado apresentou sinais de crescimento em praticamente todos os setores de atuação da Companhia, especialmente em infraestrutura, energia, mineração, óleo e gás. Nesse contexto, a Companhia fortaleceu sua posição competitiva junto aos principais clientes desses mercados, ampliando sua capacidade de atendimento a projetos de maior complexidade técnica.

Em outubro de 2025, foi concluída a mudança para a nova sede corporativa em São Paulo, na região da Avenida Faria Lima, proporcionando infraestrutura moderna, maior integração entre as equipes e ganhos relevantes de Produtividade, Governança, Qualidade e Sustentabilidade.

A Companhia manteve elevados padrões de governança e conformidade, com a renovação das certificações ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001, ISO 37001, ISO 27001 e ISO 27701.

Adicionalmente, a Companhia mantém seu compromisso com práticas empresariais responsáveis, sendo signatária do Pacto Global das Nações Unidas, alinhando suas diretrizes estratégicas aos princípios universais de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Pessoas, Tecnologia e Inovação

O quadro de colaboradores superou 1.300 profissionais em 2025, acompanhando a expansão das operações, com contínuos investimentos em capacitação, desenvolvimento e formação técnica.

Os investimentos em tecnologia concentraram-se na digitalização de processos, modernização dos sistemas de gestão e adoção de ferramentas avançadas de engenharia, análise de dados e controle de projetos, e ampliação do SIGEN - Sistema Integrado de Gerenciamento da Núcleo, contribuindo para maior eficiência operacional e qualidade dos serviços prestados.

Perspectivas para 2026

Para 2026, a Companhia projeta a continuidade de seu ciclo de crescimento, sustentado por uma carteira robusta de contratos e pela consolidação das áreas técnicas e operacionais.

Destaca-se o aquecimento nos principais mercados de atuação da Companhia, como energia, infraestrutura, mineração, urbanismo e edificações, indústria, óleo e gás, bem como uma crescente participação em meio ambiente que, aliados aos investimentos intensivos na área de tecnologia, reforçam a competitividade da Companhia nos médio e longo prazos.

Agradecimentos

A Administração agradece a confiança dos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores, reafirmando seu compromisso com a transparência, ética, inovação tecnológica e excelência técnica.

São Paulo, 24 de abril de 2026.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.503.817	874.181
Contas a receber de clientes	5	107.014.251	64.277.422
Demais contas a receber		814.545	265.109
Partes relacionadas	6	18.232.012	16.593.769
		127.564.625	**82.010.481**
Não circulante			
Aplicações financeiras	4	3.675.534	2.579.754
Contas a receber de clientes	5	16.004.505	11.603.771
Depósitos judiciais		122.553	135.097
Demais contas a receber		97.467	65.968
Investimento		15.337	124.772
Partes relacionadas	6	26.579.536	25.803.245
		46.494.932	**40.312.607**
Imobilizado	8	2.737.119	2.099.341
Intangível	9	1.741.931	1.426.033
Arrendamento mercantil	7	11.042.885	4.771.892
		15.521.935	**8.297.266**
Total do ativo		**189.581.492**	**130.620.354**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		2.867.084	2.410.948
Financiamentos e empréstimos	10	29.357.010	24.676.969
Obrigações sociais	12	14.092.162	13.829.000
Obrigações tributárias	11	7.521.599	3.737.995
Parcelamentos de tributos	11	10.380.038	4.584.322
Arrendamento mercantil	7	3.294.192	1.882.316
Demais contas a pagar		68.387	48.269
		67.580.472	**51.169.819**
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	10	20.481.871	19.894.559
Parcelamentos de tributos	11	28.378.016	10.186.891
Arrendamento mercantil	7	8.578.405	3.164.758
Provisões para contingências trabalhistas	13	110.000	110.000
Provisões tributárias diferidas líquidas	14	7.264.953	3.785.329
		64.813.245	**37.141.537**
Patrimônio líquido			
Capital social		38.000.000	38.000.000
Reservas de lucros		19.187.775	4.308.998
Total do patrimônio líquido	15	**57.187.775**	**42.308.998**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**189.581.492**	**130.620.354**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**17.900.000**	**1.165.000**	**1.395.830**	**6.203.318**	**-**	**26.664.148**
Adiantamento para futuro aumento de capital social	-	18.683.269	-	-	-	18.683.269
AGE de 31/12/2024 de aumento de capital social	20.100.000	(19.848.269)	-	(251.731)	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(3.038.419)	3.038.419
Absorção da reserva de retenção de lucros	-	-	-	(3.038.419)	3.038.419	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**38.000.000**	**-**	**1.395.830**	**2.913.168**	**-**	**42.308.998**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.878.777	14.878.777
Constituição da reserva legal	-	-	743.940	-	(743.940)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	14.134.837	(14.134.837)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**38.000.000**	**-**	**2.139.770**	**17.048.005**	**-**	**57.187.775**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional bruta		**306.266.813**	**179.306.258**
Deduções da receita bruta		(39.251.307)	(23.470.762)
Receita operacional líquida	16	**267.015.506**	**155.835.496**
Custo de prestação de serviços	17	(199.481.081)	(127.807.114)
Lucro bruto		**67.534.425**	**28.028.382**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	18	(28.783.213)	(20.008.758)
Lucro antes do resultado financeiro		**38.751.212**	**8.019.624**
Resultado financeiro líquido	19	(17.650.936)	(13.088.926)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**21.100.276**	**(5.069.302)**
Imposto de renda e contribuição social - Corrente		(2.168.241)	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido		(3.954.429)	2.100.199
(=) Lucro/(Prejuízo) antes da participação nos lucros e resultados		**14.977.606**	**(2.969.103)**
Participação dos empregados nos lucros		(98.829)	(69.316)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		**14.878.777**	**(3.038.419)**
Total de ações		38.000.000	38.000.000
Lucro/(Prejuízo) por ação		**0,39**	**(0,08)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	2025	2024
Resultado do exercício	**14.878.777**	**(3.038.419)**
Resultado abrangente do exercício	**14.878.777**	**(3.038.419)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	**14.878.777**	**(3.038.419)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.049.993	1.014.773
Depreciação e amortização arrendamento	2.384.703	1.786.579
Provisão para juros incorridos sobre arrendamentos	591.037	463.659
Provisão para juros incorridos sobre empréstimos	8.223.607	6.388.351
Equivalência patrimonial	48.541	(15.457)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	3.479.625	785.762
Decréscimo/(acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(47.137.563)	(17.668.533)
Demais contas a receber	(1.664.172)	(22.224)
Arrendamento mercantil	(8.655.695)	(1.808.500)
(Decréscimo)/acréscimo em passivos		
Fornecedores	456.135	864.002
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.035.690)	(6.131.850)
Obrigações tributárias	25.602.197	3.595.862
Imposto de renda e contribuição social pagos	2.168.248	-
Obrigações sociais	263.163	4.539.685
Demais contas a pagar	20.118	48.268
Arrendamento mercantil	6.234.485	(353.293)
Caixa líquido (consumido) pelas atividades operacionais	**(92.491)**	**(9.551.335)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Investimentos em controladas/coligadas	60.895	(60.895)
Adições ao imobilizado/intangível	(2.003.670)	(913.498)
Caixa líquido (consumido) pelas atividades de investimentos	**(1.942.775)**	**(974.393)**
Das atividades de financiamentos:		
Captações de empréstimos e financiamentos - Principal	40.497.018	37.826.936
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	(35.417.582)	(19.420.540)
AFAC - Adto. futuro aumento de capital	-	18.683.269
Operações com partes relacionadas	(2.414.534)	(26.731.093)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**2.664.902**	**10.358.572**
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**629.636**	**(167.156)**
No início do exercício	874.181	1.041.337
No final do exercício	1.503.817	874.181
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**629.636**	**(167.156)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Núcleo Engenharia Consultiva S.A., com sede em São Paulo - SP, é uma empresa brasileira de engenharia consultiva fundada em 1990, atuando na elaboração de estudos, projetos, apoio técnico e gerenciamento de empreendimentos. Em 2025, a Companhia consolidou seu modelo operacional, combinando eficiência, flexibilidade e crescimento sustentável, com forte expansão da atuação no mercado privado. Seu portfólio permaneceu concentrado nos setores de indústria, óleo e gás, energia, mineração, infraestrutura, urbanismo e edificações. O período foi marcado pela ampliação da capacidade operacional, incluindo investimentos em infraestrutura técnica, implantação de laboratórios próprios e a mudança para a nova sede corporativa em São Paulo, preparada para suportar o novo patamar de faturamento e complexidade dos projetos. A internacionalização seguiu em desenvolvimento por meio da subsidiária em Portugal, fortalecendo a presença da Companhia no mercado europeu. O planejamento estratégico manteve foco em investimentos contínuos em processos, inovação e tecnologia, criando bases sólidas para maior eficiência, rentabilidade e sustentação do crescimento a partir de 2026. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 24 de abril de 2026. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em Real foram suprimidos os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas, entre elas, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações. **d) Demonstrações de resultados abrangentes:** Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1. Transações em moedas estrangeiras:** A Companhia em suas transações em moeda estrangeira as converte para moeda nacional. **3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: • **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. • **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outras contas a receber. • **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, obrigações tributárias e sociais e fornecedores. **3.2.3. Capital social:** As ações ordinárias nominativas são classificadas como patrimônio líquido. **3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos:** Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **3.3. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é registrada no resultado com base no método linear, levando em conta a vida útil econômica estimada de cada componente. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa
Imóveis	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Instalações	10%
Veículos	20%
Aparelhos diversos	10%
Computadores e periféricos	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.4. Redução ao valor recuperável (*Impairment*): 3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Ao avaliar a perda de valor recuperável de maneira individual e coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **3.4.2. Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. **3.5. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **3.6. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de execução (medição) do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. **3.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e medições a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A Administração da Companhia não registrou o ajuste a valor presente sobre suas contas a receber por julgar que os efeitos são irrelevantes. **3.8. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de investimentos, consequentemente classificação destes como mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados por meio do resultado do exercício. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras compreendem basicamente a tarifas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos, consequentemente classificação destes como mudanças no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **3.10. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. **3.11. Arrendamentos:** Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período. Os contratos de arrendamento se encontram apresentados na Nota Explicativa nº 7. **3.12. Novos pronunciamentos, interpretações e alterações:** Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia, que possam na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2025	2024
Ativo circulante		
Caixa	40.479	37.438
Bancos	1.462.997	836.402
Aplicações financeiras	341	341
	1.503.817	**874.181**
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras	3.675.534	2.579.754
	3.675.534	**2.579.754**

As aplicações financeiras de longo prazo se referem a: títulos de capitalização, podendo ser convertido em caixa a qualquer momento, ficando sujeito a restituição do valor inferior ao pagamento do título caso seja resgatado antes do término do prazo de vigência; e cessões fiduciárias vinculadas aos contratos de empréstimo das Instituições Financeiras, que podem ser liberadas proporcionalmente à redução dos saldos devedores dos referidos contratos de empréstimo.

5. Contas a receber de cliente

Descrição	2025	2024
Ativo circulante		
Medições a faturar/Faturas a receber	107.014.251	64.277.422
	107.014.251	**64.277.422**
Ativo não circulante		
Medições a faturar **(a)**	6.223.605	5.243.164
Retenções contratos de clientes **(b)**	9.780.900	6.360.607
	16.004.505	**11.603.771**

(a) Os valores de medições a faturar, registrados no ativo não circulante, são valores com prazo estimado de entrega e recebimento superior a 12 meses; **(b)** Os valores das "Retenções Contratos de Clientes" são registrados pelo valor retido na liquidação das faturas recebidas. Estas retenções são definidas nas cláusulas contratuais de cada cliente como obrigação da Companhia pagar as verbas trabalhistas, inclusive verbas rescisórias devidas aos colaboradores.

6. Partes relacionadas

Descrição	2025	2024
Ativo circulante		
Partes relacionadas **(i)**	18.232.012	16.593.769
	18.232.012	**16.593.769**
Ativo não circulante		
Partes relacionadas **(ii)**	26.579.536	25.803.245
	26.579.536	**25.803.245**

(i) Referem-se a operações de mútuos com atualização monetária e com prazo de vencimento de 90 dias; **(ii)** Referem-se a R$ 155.003 de contas a receber da sucursal em Portugal, NECL Ltda., e a R$ 26.424.533 referente a operações de mútuos com atualização monetária e com prazo de vencimento indeterminado.

7. Arrendamento Mercantil - IFRS 16

Descrição	2025	2024
Ativo não circulante		
Contrato de locação - Imóveis	8.757.846	4.727.236
(-) Depreciação de contrato de locação	(827.243)	(1.735.836)
	7.930.603	**2.991.400**
Contrato de locação - Imobilizado	4.787.271	3.012.538
(-) Depreciação de contrato de locação	(1.674.989)	(1.232.046)
	3.112.282	**1.780.492**
Total contratos de locação	**11.042.885**	**4.771.892**

Descrição	Contrato de locação de bens imobilizado	Contrato de locação de imóveis	Total
Custo ou custo atribuído			
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**1.495.595**	**4.578.534**	**6.074.129**
Adições - Atualização contratual	2.064.397	275.698	2.340.095
Baixas	(547.453)	(126.996)	(674.449)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.012.539**	**4.727.236**	**7.739.775**
Adições - Atualização contratual	2.713.612	8.474.464	**11.188.076**
Baixas	(938.880)	(4.443.854)	(5.382.734)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**4.787.271**	**8.757.846**	**13.545.117**
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**(543.134)**	**(781.024)**	**(1.324.158)**
Depreciação no período	(730.613)	(1.056.800)	(1.787.413)
Baixas	41.700	101.988	143.688
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(1.232.047)**	**(1.735.836)**	**(2.967.883)**
Depreciação no período	(1.381.822)	(1.002.881)	(2.384.703)
Baixas	938.880	1.911.474	2.850.354
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(1.674.989)**	**(827.243)**	**(2.502.232)**
Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2024	952.461	3.797.510	4.749.971
Em 31 de dezembro de 2024	1.780.492	2.991.400	4.771.892
Em 31 de dezembro de 2025	3.112.282	7.930.603	11.042.885

Descrição	2025	2024
Passivo circulante		
Contrato de locação - Imóveis	1.795.954	959.987
Contrato de locação - Imobilizado	1.498.238	922.329
	3.294.192	**1.882.316**

Descrição	2025	2024
Passivo não circulante		
Contrato de locação - Imóveis	9.961.606	5.324.804
(-) Juros a apropriar s/contrato de locação	(1.203.760)	(626.546)
(-) Pagamentos realizados	(343.718)	(1.920.925)
(+) Apropriação de juros	178.057	355.879
(-) Transferência para curto prazo	(1.795.954)	(959.987)
	6.796.231	**2.173.225**
Contrato de locação - Imobilizado	5.872.582	3.947.930
(-) Juros a apropriar s/contrato de locação	(1.085.311)	(935.392)
(-) Pagamentos realizados	(2.108.362)	(1.650.687)
(+) Apropriação de juros	601.503	552.011
(-) Transferência para curto prazo	(1.498.238)	(922.329)
	1.782.174	**991.533**
Total contratos de locação	**8.578.405**	**3.164.758**

Ano	Valor
2027	3.146.556
2028	2.343.861
2029	1.851.666
2030	1.236.322
	8.578.405

8. Imobilizado

Descrição	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Veículos	Aparelhos diversos	Computadores e periféricos	Instalações imóveis terceiros	Direito de uso	Imóveis	Outros ativos	Total
Custo ou custo atribuído											
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**791.016**	**528.213**	**90.754**	**1.067.363**	**3.881**	**3.659.522**	**587.179**	**56.358**	**587.526**	**91.067**	**7.462.879**
Adições	17.117	78.041	-	-	-	191.868	25.650	-	-	31.411	344.087
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**808.133**	**606.254**	**90.754**	**1.067.363**	**3.881**	**3.851.390**	**612.829**	**56.358**	**587.526**	**122.478**	**7.806.966**
Adições	30.942	681.972	-	102.591	-	1.171.241	133.964	-	-	12.086	2.132.796
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**839.075**	**1.288.226**	**90.754**	**1.169.954**	**3.881**	**5.022.631**	**746.793**	**56.358**	**587.526**	**134.564**	**9.939.762**
Depreciação											
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**(480.971)**	**(316.717)**	**(90.754)**	**(809.585)**	**(3.881)**	**(2.896.704)**	**(301.088)**	**-**	**(213.448)**	**-**	**(5.113.148)**
Depreciação no período	(48.410)	(31.482)	-	(101.413)	-	(317.412)	(72.260)	-	(23.500)	-	(594.477)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(529.381)**	**(348.199)**	**(90.754)**	**(910.998)**	**(3.881)**	**(3.214.116)**	**(373.348)**	**-**	**(236.948)**	**-**	**(5.707.625)**
Depreciação no período	(48.790)	(59.498)	-	(108.247)	-	(1.175.977)	(79.005)	-	(23.501)	-	(1.495.018)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(578.171)**	**(407.697)**	**(90.754)**	**(1.019.245)**	**(3.881)**	**(4.390.093)**	**(452.353)**	**-**	**(260.449)**	**-**	**(7.202.643)**
Valor contábil											
Em 1º de janeiro de 2024	310.045	211.496	-	257.778	-	762.818	286.091	56.358	374.078	91.067	2.349.731
Em 31 de dezembro de 2024	278.752	258.055	-	156.365	-	637.274	239.481	56.358	350.578	122.478	2.099.341
Em 31 de dezembro de 2025	260.904	880.529	-	150.709	-	632.538	294.440	56.358	327.077	134.564	2.737.119

A depreciação do imobilizado foi integralmente reconhecida no resultado do exercício.

9. Intangível

Descrição	*Software*	Marcas e patentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**2.364.990**	**553**	**2.365.543**
Adições	610.275	-	610.275
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.975.265**	**553**	**2.975.818**
Adições	809.753	-	809.753
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**3.785.018**	**553**	**3.785.571**
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**(1.088.625)**	**-**	**(1.088.625)**
Amortização no período	(461.160)	-	(461.160)
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(1.549.785)**	**-**	**(1.549.785)**
Amortização no período	(493.855)	-	(493.855)
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(2.043.640)**	**-**	**(2.043.640)**
Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2024	1.276.365	553	1.276.918
Em 31 de dezembro de 2024	1.425.480	553	1.426.033
Em 31 de dezembro de 2025	1.741.378	553	1.741.931

A amortização do intangível foi integralmente reconhecida no resultado do exercício.

O montante de R$ 1.741.931 refere-se substancialmente a implantação de *software*, que está sendo amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano. A amortização foi reconhecida no resultado do exercício como despesas administrativas no montante de R$ (493.855).

10. Financiamentos e empréstimos

Natureza	Taxa de juros	2025	2024
Capital de Giro - Banco do Brasil	1,43% a.m.	500.000	1.869.000
Financiamento Consórcio - Banco Bradesco	43,52% a.a.	18.631	29.277
Financiamento Consórcio - Banco do Brasil	23.45% a.a.	82.073	-
Célula de crédito bancário - Banco Itaú	18,59% a.a.	515.239	1.106.083
Célula de crédito bancário - Banco do Brasil	5,74% a.a. + CDI a 6,34% a.a. + CDI	4.170.128	4.918.371
Célula de crédito bancário - Banco Santander	23,14% a.a.	2.426.689	4.208.361
Célula de crédito bancário - Banco Daycoval	19,56% a.a.	1.315.428	478.658
Célula de crédito bancário - Banco Bradesco	22,14% a.a. a 23,28% a.a.	1.010.384	1.266.366
Célula de crédito bancário - Banco Sifra	8,73% a.a.+ CDI a 11,52% a.a. +

...continuação

	Saldo inicial	Captação empres-timos	Juros provisio-nados	Amorti-zação principal	Amorti-zação juros	Saldo final
Célula de crédito bancário - Banco do Brasil	6.787.371	2.500.000	749.842	(4.673.063)	(694.022)	4.670.128
Célula de crédito bancário - Banco Santander	4.208.361	1.223	707.684	(1.774.382)	(716.197)	2.426.689
Célula de crédito bancário - Banco Daycoval	478.658	1.295.931	74.010	(400.889)	(132.282)	1.315.428
Célula de crédito bancário - Banco Itaú	1.106.083	-	142.280	(587.085)	(146.039)	515.239
Célula de crédito bancário - Banco Bradesco	1.266.366	422.248	231.335	(699.680)	(209.885)	1.010.384
Célula de crédito bancário - Banco Sifra	4.302.061	2.565.600	963.667	(3.328.100)	(963.732)	3.539.496
Célula de crédito bancário - Banco C6 Bank	10.346.636	2.099.518	1.747.194	(6.505.796)	(1.736.553)	5.950.999
Célula de crédito bancário - Banco ABC	2.925.412	4.401.044	547.562	(3.031.433)	(554.677)	4.287.908
Célula de crédito bancário - Banco Voitter	13.121.303	-	1.835.211	(12.916.667)	(2.039.847)	-
Célula de crédito bancário - Banco Daniele	-	3.458.646	286.414	(1.029.323)	(213.000)	2.502.737
Célula de crédito bancário - Banco Guanabara	-	6.600.000	582.622	(440.000)	(564.074)	6.178.548
Célula de crédito bancário - Banco Lecca	-	5.050.000	189.669	-	-	5.239.669
Célula de crédito bancário - Banco Gavea	-	12.000.217	100.735	-	-	12.100.952
	44.571.528					**49.838.881**

Garantia dos empréstimos: Banco do Brasil - aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; Banco Itaú - aval; Banco Santander - aval; Daycoval - aplicação financeira com cessão fiduciária; Banco Bradesco - aplicação financeira e aval; Sifra - aval; Banco C6 Bank - aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; Banco ABC - cessão fiduciária de direitos creditórios e aval; Daniele - cessão fiduciária de direitos creditórios e aval; Guanabara - caução Petrobras; Lecca - aplicação financeira com cessão fiduciária; Gavea - caução Petrobras.

11. Obrigações tributárias

Descrição	2025	2024
PIS	283.537	230.776
Cofins	1.305.111	1.063.401
IRRF	4.424.979	3.378.710
ISS	7.521.598	3.737.996
IOF	135.543	175.550
Parcelamentos	38.758.055	14.771.213
Compensação de impostos	(6.172.827)	(4.904.089)
Outros	23.657	55.651
	46.279.653	**18.509.208**
Passivo circulante (Obrigações tributárias)	7.521.599	3.737.995
Passivo circulante (Parcelamento de tributos)	10.380.038	4.584.322
Passivo não circulante (Parcelamento de tributos)	28.378.016	10.186.891

12. Obrigações sociais; trabalhistas e previdenciárias

Descrição	2025	2024
FGTS a recolher	1.242.528	717.666
INSS a recolher	2.086.867	4.606.643
Salários e ordenados, provisões de férias e encargos	10.408.690	8.389.891
Outros	354.077	114.800
	14.092.162	**13.829.000**

13. Provisões para contingências trabalhistas

Descrição	2025	2024
Contingências	110.000	110.000
	110.000	**110.000**

A Companhia não possui processos em andamento com perspectiva de perdas possíveis.

14. Obrigações tributárias diferidas

Descrição	2025	2024
Imposto de renda	4.854.081	2.969.770
Contribuição social	2.912.448	1.781.862
PIS	1.692.254	1.142.573
Cofins	7.822.321	5.290.454
IRPJ/CSLL sobre prejuízos fiscais	(4.605.528)	(5.545.060)
Saldo de impostos a compensar	(5.410.623)	(1.854.270)
	7.264.953	**3.785.329**

Diferimento de impostos sobre prestação de serviços com contratos de clientes públicos. **(a) Saldos:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

Descrição	2025	2024
Prejuízo fiscal IRPJ	3.380.065	4.070.897
Base negativa da CSLL	1.225.463	1.474.163
	4.605.528	**5.545.060**
IRPJ - Parcela de Lucros de Contratos Celebrado com Pessoa Jurídica de Direito Público	4.854.081	2.969.770
CSLL - Parcela de Lucros de Contratos Celebrado com Pessoa Jurídica de Direito Público	2.912.448	1.781.862
	7.766.529	**4.751.632**

(b) Conciliação da despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Descrição	2025	2024
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	21.001.448	(5.138.618)
Adições no período	9.773.312	7.735.039
Exclusões no período	(21.563.662)	(11.400.277)
Lucro/Prejuízo antes da compensação	**9.211.098**	**(8.803.856)**
Compensação limitada a 30% por ano do lucro real	(2.763.330)	-
Lucro/Prejuízo fiscal	**6.447.768**	**(8.803.856)**
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Prejuízos fiscais e base negativa acumulada	(13.616.260)	(16.379.589)
Diferenças permanentes líquidas	(24.000)	(24.000)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(2.168.241)**	**-**
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	**(4.605.528)**	**(5.545.060)**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	2.168.241	-
Diferido	3.954.429	2.100.199
	6.122.670	**2.100.199**

15. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 38.000.000 (2024 - R$ 38.000.000) e representado por 38.000.000 (2024 - 38.000.000) ações com valor nominal de R$ 1,00. **b) Reserva legal:** É constituída na razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social. **c) Reserva de retenção de lucros:** O lucro do exercício está sendo destinado e mantido em reserva para fazer frente a investimentos planejados pela Administração. A destinação final será efetuada em Assembleia a ser realizada futuramente, a qual observará a adequação do saldo aos limites previstos no artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

16. Receita operacional líquida

Descrição	2025	2024
Receita operacional bruta	306.266.813	179.306.258
(-) ISS sobre receita operacional	(12.483.626)	(7.791.337)
(-) Cofins sobre receita operacional	(21.992.906)	(12.632.081)
(-) PIS sobre receita operacional	(4.774.775)	(2.742.491)
(-) Medições não efetivadas	-	(304.853)
	267.015.506	**155.835.496**

17. Custo de prestação de serviços

Descrição	2025	2024
Pessoal	(121.400.228)	(75.014.808)
Encargos sociais sobre custos com pessoal	(44.568.260)	(27.977.032)
Benefícios aos empregados	(16.644.736)	(9.301.770)
Terceiros	(9.751.430)	(11.181.957)
Locações e condomínio	(3.113.362)	(1.735.249)
Viagens	(2.697.087)	(1.469.424)
Cartórios, cópias e correios	(123.988)	(184.804)
Contratuais	(660.950)	(744.495)
Outras	(521.040)	(197.575)
	(199.481.081)	**(127.807.114)**

18. Despesas administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Pessoal	(7.165.338)	(6.558.671)
Encargos sociais sobre custos com pessoal	(2.481.355)	(1.967.939)
Benefícios aos empregados	(1.399.428)	(1.188.555)
Terceiros	(4.374.915)	(3.456.477)
Locações e condomínio	(457.100)	(513.924)
Viagens	(168.895)	(103.145)
Cartórios, cópias e correios	(9.793)	(55.623)
Seguro	(214.009)	(212.724)
Processos judiciais	(141.464)	(59.584)
Tributárias	(8.097.190)	(2.825.377)
Depreciação	(3.434.696)	(2.801.352)
Outras	(839.030)	(265.387)
	(28.783.213)	**(20.008.758)**

19. (Despesas) e receitas financeiras líquidas

Descrição	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros	(17.238.449)	(13.225.343)
Descontos concedidos	(2.592.196)	(118.477)
Tarifas bancárias	(610.221)	(474.132)
Outros	(4.483)	(471.190)
	(20.445.349)	**(14.289.142)**
Receitas financeiras		
Juros	2.408.201	900.995
Rendimentos financeiros	297.215	222.260
Rendimentos financeiros - Contratos públicos	-	(112.255)
Outros	88.997	189.216
	2.794.413	**1.200.216**
Resultado financeiro	**(17.650.936)**	**(13.088.926)**

20. Gestão de riscos: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrões de pagamento. Neste ponto, a Companhia também é beneficiada pelo fato de que os clientes são empresas de grande porte, sem históricos de inadimplência. **b) Risco de liquidez (estrutura de capital ou risco financeiro):** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e inflação podem impactar negativamente nos negócios da empresa. **d) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **e) Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para o acionista e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **21. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar seguros de responsabilidade civil profissional para os riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia possui apólice de seguro contratada no mercado com Austral Seguradora S.A. com vigência de 09 de agosto de 2025 a 09 de agosto de 2026. O objeto do seguro é a reparação por erro, omissão, negligência, imprudência ou imperícia no exercício da ATIVIDADE PROFISSIONAL, estipuladas por tribunal civil ou por acordo aprovado previamente pela sociedade seguradora no limite de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de Reais). As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes da Companhia. **22. Eventos subsequentes:** Não ocorreram, até a presente data, quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da empresa.

A Diretoria

João Carlos Gomes - Contador CRC 1SP183927/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da

Núcleo Engenharia Consultiva S.A.

São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da **Núcleo Engenharia Consultiva S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Núcleo Engenharia Consultiva S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2026.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

André Silva Moura
Contador CRC 1 SP 300564/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 93FF-3B70-46CF-C493.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 24/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 93FF-3B70-46CF-C493.

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

Relatório da Administração 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 foi novamente marcado pela liderança da Arcos Dourados e da marca McDonald's como referência de qualidade e confiabilidade de seu cardápio no Brasil. Isso nos permitiu alcançar novos recordes de resultados em ambientes operacionais e competitivos cada vez mais dinâmicos.

Em vendas comparáveis, registramos crescimento de 1,4% em relação a 2024, mantendo nossa liderança em participação de mercado no setor. As vendas no ano foram impulsionadas pela preferência dos clientes por nossa marca em todos os segmentos. Seguimos uma estratégia de alavancar nossas vantagens competitivas estruturais, diante de um cenário desafiador para o consumidor, para custos e por concorrência fora do nosso segmento. Nossas conquistas dos últimos anos se mantiveram e em algumas fomos ainda melhores, principalmente através dos canais Digitais.

Nossas vendas digitais representaram 71% do total de vendas no ano, resultado diretamente relacionado à estratégia de agilidade e conveniência, ampliando ainda mais a experiência dos nossos clientes. As vendas por meio do nosso aplicativo próprio foram fundamentais para este atingimento, sendo o canal que apresentou maior crescimento ao longo do ano, principalmente pelo Programa de Fidelidade "Meu Méqui". Em 2025 a plataforma teve um crescimento de 43% no número de usuários cadastrados. A boa receptividade do programa nos permite fortalecer a conexão com recordes nossos clientes, ampliar o conhecimento sobre suas preferências e hábitos e aumentar o engajamento por meio de sugestões customizadas de produtos e campanhas de marketing mais assertivas.

Alcançamos um novo recorde de vendas no segmento *Delivery* (+8,9% vs. 2024), tanto através do canal próprio "*McDelivery*", quanto por meio das plataformas de parceiros, demonstrando a importância da omnicanalidade para atender aos desejos do consumidor moderno. No segmento *Drive-Thru*, nossos investimentos foram destinados à abertura de novas lojas no formato *Free-Standing* e à ampliação de comodidades, como o recebimento de pedidos em vagas de estacionamento, sem a necessidade de filas ou de entrar nas lojas, o que reduziu o tempo de espera e trouxe maior satisfação aos nossos clientes. Ampliamos o cardápio do Café da Manhã e intensificamos a atenção da Operação ao período, com o objetivo de atrair esses clientes para nossos restaurantes.

Além da evolução operacional, avançamos também no fortalecimento da relevância cultural da marca e no foco em ampliar a preferência entre o público jovem por meio de experiências, inovação contínua de portfólio e ativações de grande impacto. No campo de experiências e cultura, marcamos presença no Lollapalooza Brasil 2025 com a "Méquiland", uma estrutura imersiva que integrou gastronomia, tecnologia e relacionamento via Meu Méqui, ampliando nossa conexão com a Geração Z. No pilar de entretenimento, colecionáveis e *fandoms*, realizamos ativações com vasta variedade de licenças para toda a família, como *Pokémon*, *Minecraft*, *Hello Kitty*, *TinyTAN (BTS)* e Zootopia 2, além do lançamento com a Fórmula 1, incluindo a miniatura oficial inspirada na marca McDonald's, no longa metragem F1 - O Filme, e no carro da *Red Bull Racing*, reforçando a presença da marca no universo esportivo, complementada pela campanha temática com extensões do cardápio. Em inovação de menu, expandimos plataformas icônicas como *McChicken* (com *McChicken* Duplo e *Lemon Pepper*), *McCrispy Chicken Bacon Ranch*, Brabos Brabíssimos, *Tasty* Turbo e *Tasty* Turbo Bacon - acompanhado da volta do tradicional pote de molho *Tasty* - além de introduzir novidades como *McFish* & *Chips*, Salada Mix com carne e frango. Em sobremesas e indulgências, reforçamos nosso *pipeline* com extensões de *McFlurry* e *McColosso* com marcas icônicas no mercado brasileiro (Laka Oreo, Trento, M&M's com *Mix Dip*, KitKat Coco), o Festival *Ovomaltine*, as casquinhas recheadas e o retorno do *Shake* do *Grimace*, ampliando variedade e forte apelo de indulgência. No calendário comercial, Méqui *Friday*, Méqui *Fest* e o menu temático inspirado na última temporada de *Stranger Things* impulsionaram tráfego e frequência ao longo do ano.

Destacamos que, durante o exercício de 2025, a Companhia reconheceu, entre o terceiro e o quarto trimestres, um crédito tributário relevante de R$ 953 milhões, referente a discussões sobre créditos de subvenções e incentivos fiscais do período de 2016 a 2023. O crédito será compensado gradualmente com tributos federais a pagar ao longo dos próximos cinco anos. Em fevereiro de 2026, houve a compensação da primeira parcela do crédito.

Falando sobre a nossa principal campanha de mobilização social no Brasil, realizamos anualmente o McDia Feliz, com o objetivo de transformar a venda de Big Mac em recursos para causas de saúde e educação, voltadas para jovens e crianças. Em sua edição de 2025, a iniciativa consolidou-se como a maior da história ao atingir um recorde de arrecadação superior a R$ 28 milhões, o que representa um crescimento de aproximadamente R$ 2 milhões em comparação ao ano anterior. Esse montante foi direcionado estrategicamente para frentes de impacto direto, permitindo que o Instituto Ronald McDonald financiasse mais de 80 projetos em 49 instituições especializadas em oncologia pediátrica em todo o país. Na frente educacional, os recursos destinados ao Instituto Ayrton Senna possibilitaram a capacitação de mais de 41 mil educadores com atendimento de cerca de 590 mil crianças e jovens da rede pública de ensino. Ao longo de seus 37 anos de existência, a campanha ultrapassou o marco histórico de R$ 450 milhões arrecadados, resultando em um impacto social acumulado de mais de 11 milhões de vidas transformadas desde 1988.

Em 2025, alcançamos novamente os melhores resultados de nossa história, reforçando nossa convicção de que estamos na direção correta, investindo de forma consistente, fortalecendo a Companhia para enfrentar desafios e capturar oportunidades de crescimento nos próximos anos.

DESTAQUES

- **Receita Líquida de Vendas** atingiu o recorde anual de **R$ 9,1 bilhões** em 2025, com **crescimento de 3,2%** em relação a receita de **R$ 8,8 bilhões** de 2024;
- **Vendas Digitais** atingiram novo patamar recorde, representando mais de **71% das vendas totais** em 2025;
- **Lucro Líquido** de **R$ 1,3 bilhões** em 2025, apresentou crescimento de **52,7%** frente ao Lucro Líquido de **R$ 833,2 milhões** em 2024;
- Nosso crescimento líquido foi de **57 restaurantes** no exercício, sendo 53 no formato *Free-Standing*, reforçando a importância desse formato de restaurante e o potencial de crescimento da operação no país.

	2025	2024	Variação
Destaques Financeiros (em R$ mil)			
Receita Líquida de Vendas	9.103.963	8.818.282	3,2%
Resultado Operacional	1.862.294	1.718.035	8,4%
Lucro Líquido	1.272.396	833.208	52,7%
Vendas Comparáveis	1,4%	7,9%	-6,5p.p.
Endividamento	2.299.866	1.497.550	53,6%
Destaques Operacionais			
Total de Restaurantes Próprios	**762**	**723**	**39**
Free-Standing	423	386	37
Food Court + Mall Store	279	273	6
In-Store	60	64	(4)
Total de Restaurantes Franqueados	**468**	**450**	**18**
Free-Standing	255	239	16
Food Court + Mall Store	183	182	1
In-Store	30	29	1
Total de Restaurantes	**1.230**	**1.173**	**57**

VENDAS

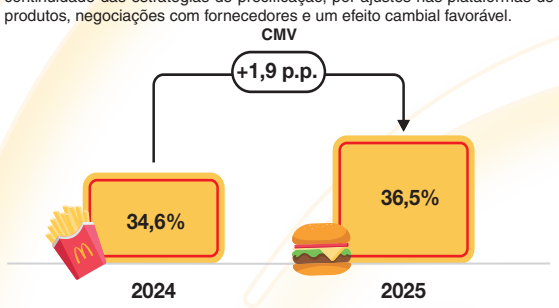
A receita líquida de vendas do ano de 2025 teve um crescimento de **3,2%** em relação ao ano de 2024. As vendas comparáveis registraram crescimento de **1,4%** frente ao resultado apresentado no ano de 2024, impulsionado principalmente pelo aumento das vendas através dos canais digitais.

Os investimentos em melhorias operacionais e tecnológicas realizados pela Companhia ao longo do ano, resultaram no forte crescimento de vendas via *totens* de autoatendimento nos restaurantes **(+13,6% vs. 2024),** além do aumento da penetração de vendas pelo *Mobile App*, através da funcionalidade "Peça e Retire" **(+24,4% vs. 2024)**. O *Delivery*, por sua vez, registrou recorde de vendas, com aumento de **8,9%** frente ao ano de 2024, impulsionadas por campanhas de forte atração e pela presença de ofertas personalizadas, elaboradas através do uso inteligente de dados para mapeamento de padrões de consumo. Para o ano de 2025 tivemos a entrada de um novo parceiro (99Food) no *marketplace* terceirizado de entrega, que ampliou nossa presença digital, somado a representatividade que já tínhamos com o IFood e outros parceiros, além do *McDelivery*, plataforma própria dentro do *App* do Méqui.

CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA ("CMV"), CUSTOS COM VENDAS, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 2025, o CMV representou **36,5%** da receita líquida de vendas, registrando aumento em relação ao ano de 2024. Piora de custo por pressão inflacionária, especialmente em proteínas que foram amortecidos parcialmente pela continuidade das estratégias de precificação, por ajustes nas plataformas de produtos, negociações com fornecedores e um efeito cambial favorável.

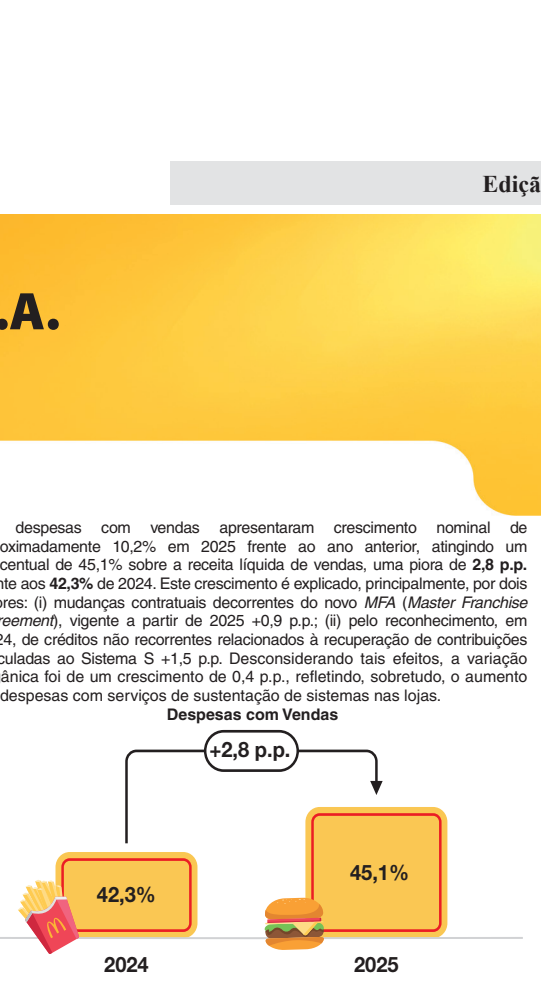
CMV



% Sobre a Receita Líquida de Vendas

As despesas com vendas apresentaram crescimento nominal de aproximadamente 10,2% em 2025 frente ao ano anterior, atingindo um percentual de 45,1% sobre a receita líquida de vendas, uma piora de **2,8 p.p.** frente aos **42,3%** de 2024. Este crescimento é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) mudanças contratuais decorrentes do novo *MFA* (*Master Franchise Agreement*), vigente a partir de 2025 +0,9 p.p.; (ii) pelo reconhecimento, em 2024, de créditos não recorrentes relacionados à recuperação de contribuições vinculadas ao Sistema S +1,5 p.p. Desconsiderando tais efeitos, a variação orgânica foi de um crescimento de 0,4 p.p., refletindo, sobretudo, o aumento de despesas com serviços de sustentação de sistemas nas lojas.

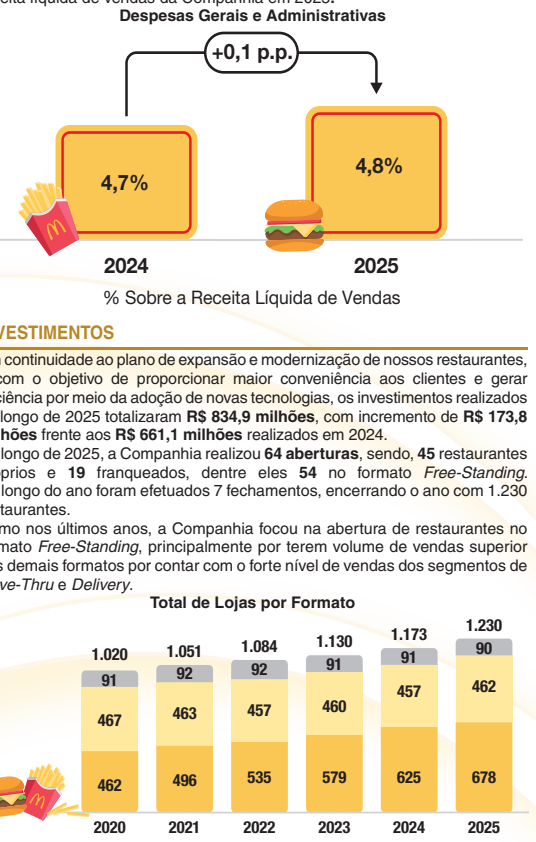
Despesas com Vendas



% Sobre a Receita Líquida de Vendas

Em relação às despesas gerais e administrativas, o ano encerrou praticamente estável, com leve piora de **0,1 p.p.** em relação a 2024, atingindo **4,8%** da receita líquida de vendas da Companhia em 2025**.**

Despesas Gerais e Administrativas



% Sobre a Receita Líquida de Vendas

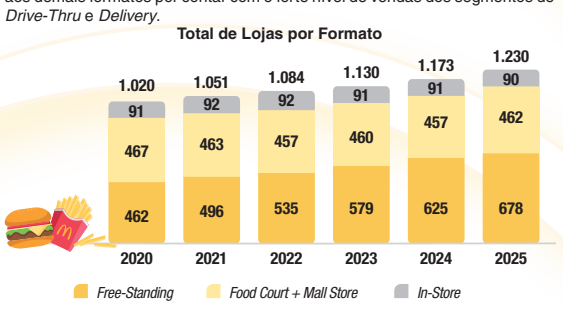
INVESTIMENTOS

Em continuidade ao plano de expansão e modernização de nossos restaurantes, e com o objetivo de proporcionar maior conveniência aos clientes e gerar eficiência por meio da adoção de novas tecnologias, os investimentos realizados ao longo de 2025 totalizaram **R$ 834,9 milhões**, com incremento de **R$ 173,8 milhões** frente aos **R$ 661,1 milhões** realizados em 2024.

Ao longo de 2025, a Companhia realizou **64 aberturas**, sendo, **45** restaurantes próprios e **19** franqueados, dentre eles **54** no formato *Free-Standing*. Ao longo do ano foram efetuados 7 fechamentos, encerrando o ano com 1.230 restaurantes.

Como nos últimos anos, a Companhia focou na abertura de restaurantes no formato *Free-Standing*, principalmente por terem volume de vendas superior aos demais formatos por contar com o forte nível de vendas dos segmentos de *Drive-Thru* e *Delivery*.

Total de Lojas por Formato



ENDIVIDAMENTO

Em virtude de manter seus contratos atualizados monetariamente, a Companhia teve seus montantes corrigidos pelas últimas alterações cambiais, somado a novas contratações para suportar seus programas de investimento com ampliação e modernização de nossos restaurantes, sendo assim, seu endividamento aumentou em R$ 802,3 milhões ao longo de 2025. Desta forma, considerando empréstimos com partes relacionadas e com instituições financeiras, a Companhia encerrou o ano com uma dívida de R$ 2,3 bilhões, frente aos R$ 1,5 bilhão ao final de 2024.

FLUXO DE CAIXA

No ano de 2025, a Companhia apresentou uma geração de caixa de **R$ 21,6 milhões** comparado a geração de caixa de **R$ 145,3 milhões** no ano de 2024. Ao longo do ano, a Companhia registrou uma geração de caixa de **R$ 54,1 milhões** oriundos de suas atividades operacionais que foram consumidos com os planos de expansão e modernização (contido nas linhas de atividades de investimento) que reduziram o caixa em **R$ 173,8 milhões** e uma redução de **R$ 3,9 milhões** decorrentes de atividades de financiamento, resultando em uma redução de **R$ 123,7 milhões** em relação ao início do exercício.

O gráfico abaixo demonstra as variações no fluxo de caixa da Companhia durante o ano de 2025.

Variação da geração de caixa entre 2024 e 2025
(R$ milhões)

GLOSSÁRIO

CMV: Custo da Mercadoria Vendida.

***Delivery*:** Segmento de vendas que possibilita ao cliente fazer o pedido através do aplicativo próprio ("*Mobile App*") ou do aplicativo de parceiros e escolher o local de recebimento do pedido.

***Drive-Thru*:** Segmento de vendas que permite ao cliente fazer e receber o pedido diretamente do veículo.

***ESG*:** Sigla em inglês para *Environmental*, *Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança).

Meu Méqui: Programa de Fidelidade de compras por pontos adquiridos ao baixar e cadastrar no *App* do Méqui. Funciona da seguinte forma, a cada R$ 1,00 gasto em compras identificadas no *Mobile App*, nos *totens* de atendimento ou no *Delivery*, o cliente soma 100 pontos que podem ser trocados por produtos em restaurantes participantes.

Tipos de Restaurantes: Caracterização dos restaurantes, baseada em seus aspectos físicos, conforme descrito abaixo:

***Free-Standing*:** Modelo que conta com espaço interno para realização de refeições e com estrutura física externa, com a presença de *Drive-Thru* e estacionamento próprio, entre outras comodidades.

***In-Store*:** Modelo com acesso direto à via pública, que conta com espaço interno para realização de refeições, sem a presença de *Drive-Thru* ou de estacionamento próprio.

***Mall Store*:** Modelo localizado em *shoppings*, supermercados, aeroportos, entre outros, caracterizado principalmente pela presença de área própria para refeições.

***Food Court*:** Modelo localizado em *shoppings*, supermercados, aeroportos, entre outros, sem área própria para refeições.

Plataforma Digital: Plataforma que inclui as vendas efetuadas, através do *Mobile App*, via *Delivery* (aplicativo próprio) e de parceiros, e via *totens* de autoatendimento.

Vendas Comparáveis: Refere-se à mudança percentual, medida em moeda constante, em relação ao ano anterior, das vendas realizadas pelos restaurantes operados pela Companhia e restaurantes franqueados em operação por no mínimo 13 meses, incluindo aqueles que ficaram fechados de maneira temporária por período inferior a um ano. As razões pelas quais um restaurante pode ficar fechado temporariamente incluem: reformas, reconstruções, obras na via de acesso e desastres naturais, dentre outras.

As vendas de determinado período podem ser afetadas pelo número de dias úteis, finais de semana e feriados, que podem, por sua vez, impactar as vendas comparáveis de maneira positiva ou negativa.

Tal métrica é considerada importante para a compreensão do desempenho financeiro da Companhia uma vez que as vendas dos subfranqueados não são registradas como receitas com vendas, ao mesmo tempo que são um bom indicador da saúde financeira da base de subfranqueados e contribuem para os resultados, juntamente às vendas dos restaurantes operados pela Companhia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	**218.581**	197.011
Contas a receber	4	**559.900**	379.898
Estoques	5	**79.123**	68.886
Tributos a recuperar	6	**260.378**	75.037
Instrumentos financeiros derivativos	22	**511**	2.276
Despesas antecipadas e outros		**55.898**	28.255
		1.174.391	751.363
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	13	**490**	3.655
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	**473.053**	373.782
Tributos a recuperar	6	**1.061.996**	310.372
Instrumentos financeiros derivativos	22.d	**374.145**	493.408
Contas a receber	4	**1.089**	1.684
Adiantamento a fornecedores	5	**30.621**	30.641
Depósitos judiciais	16	**417.422**	367.331
		2.358.816	1.580.873
Investimentos		**605**	717
Imobilizado	7	**2.707.667**	2.460.699
Intangível	8	**442.801**	243.554
Ativo de direito de uso	9	**3.298.805**	3.143.113
		6.449.878	5.848.083
Total do ativo		**9.983.085**	8.180.319

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	10	**1.327**	–
Fornecedores	11	**546.031**	528.583
Salários e encargos sociais	12	**299.129**	290.230
Partes relacionadas	13	**15.855**	18.257
Impostos e contribuições sociais a recolher	14	**445.152**	302.755
Instrumentos financeiros derivativos	22.d	**52.921**	6.214
Passivo de arrendamento mercantil	9	**145.495**	138.139
Outros passivos		**178.407**	69.676
Total do passivo circulante		**1.684.317**	1.353.854
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	10	**821.236**	–
Partes relacionadas	13	**1.461.448**	1.479.294
Provisão para demandas judiciais	16	**295.183**	202.223
Instrumentos financeiros derivativos	22.d	**3.836**	–
Passivo de arrendamento mercantil	9	**3.742.579**	3.496.483
Outros passivos		**66.810**	60.889
Total do passivo não circulante		**6.391.092**	5.238.889
Patrimônio líquido			
Capital social	18	**442.789**	442.789
Reserva de lucro		**1.414.984**	1.108.665
Outros resultados abrangentes	18	**49.903**	36.122
Total do patrimônio líquido		**1.907.676**	1.587.576
Total do passivo e patrimônio líquido		**9.983.085**	8.180.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva para incentivos fiscais	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	442.789	522.394	–	19.764	–	984.947
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	833.208	833.208
Dividendos distribuídos	–	(200.000)	–	–	–	(200.000)
Reserva legal	–	41.662	–	–	(41.662)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(47.099)	(47.099)
Valor justo de *hedge* de fluxo de caixa	–	–	–	16.358	–	16.358
Ajustes acumulados de conversão	–	162	–	–	–	162
Transferência para reserva de lucros	–	744.447	–	–	(744.447)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	442.789	1.108.665	–	36.122	–	1.587.576
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	**1.272.396**	**1.272.396**
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	**(966.000)**	**(966.000)**
Valor justo de *hedge* de fluxo de caixa	–	–	–	**13.781**	–	**13.781**
Ajustes acumulados de conversão	–	**(77)**	–	–	–	**(77)**
Transferência para reserva de incentivos	–	**254.290**	**(254.290)**	–	–	–
Transferência para reserva de lucros	–	**(1.269.731)**	**1.576.127**	–	**(306.396)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**442.789**	**93.147**	**1.321.837**	**49.903**	–	**1.907.676**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	19	**9.874.736**	9.532.337
Custo dos produtos vendidos	20.1	**(3.322.087)**	(3.047.914)
Lucro bruto		**6.552.649**	6.484.423
Despesas operacionais:			
Despesas com vendas	20.1	**(4.104.842)**	(3.725.993)
Gerais e administrativas	20.1	**(433.081)**	(411.445)
Depreciação e amortização		**(627.416)**	(595.501)
Outros resultados operacionais	20.2	**475.018**	(33.419)
Resultado de equivalência patrimonial		**(34)**	(30)
		(4.690.355)	(4.766.388)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**1.862.294**	1.718.035
Resultado financeiro líquido	21	**(318.160)**	(531.247)
Despesa financeira		**(717.185)**	(675.349)
Receita financeira		**399.025**	144.102
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		**1.544.134**	1.186.788
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	15	**(271.738)**	(353.580)
Lucro líquido do exercício		**1.272.396**	833.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**1.272.396**	833.208
Outros resultados abrangentes:		
Valor justo de *hedge* de fluxo de caixa e outros	**(20.919)**	(24.701)
Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos	**7.137**	8.343
Resultado abrangente do exercício	**1.258.614**	816.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício		**1.272.396**	833.208
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	7 e 8	**376.329**	330.903
Amortização direito de uso (arrendamento)	9	**251.087**	264.598
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	7 e 8	**23.568**	17.699
Registro de imposto de renda diferido	15.1	**(99.271)**	6.292
Provisão para demandas judiciais	16	**186.743**	134.792
Reversão de provisão para demandas judiciais		**(610)**	(115.625)
Juros, encargos, variações monetárias e AVP		**176.659**	143.065
Juros direito de uso (arrendamento)	9	**471.034**	410.155
Atualização monetária indébitos subvenção	6	**(318.973)**	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	**1.915**	(6.533)
Provisão para obsolescência de brinquedos	5	**261**	89
Resultado de equivalência patrimonial		**34**	30
		2.341.172	2.018.673
(Aumento) redução dos ativos:			
Contas a receber	4 e 5	**(181.302)**	97.004
Estoques	5	**(10.498)**	(11.592)
Tributos a recuperar	6	**(599.602)**	(197.894)
Despesas antecipadas e outros		**(27.643)**	(4.608)
Partes relacionadas	13	**3.165**	(905)
Depósitos judiciais	16.d	**(20.204)**	(111)
Aumento (redução) dos passivos:			
Fornecedores	11	**6.237**	52.614
Salários e encargos sociais	12	**8.899**	(14.130)
Obrigações tributárias		**419.231**	350.945
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(294.766)**	(375.992)
Pagamentos de demandas judiciais	16	**(93.173)**	(87.883)
Partes relacionadas	13	**62.554**	6.411
Instrumentos financeiros derivativos	22.d	**(8.113)**	(183.466)
Outros passivos		**114.653**	17.478
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		**1.720.610**	1.666.544
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	7 e 8	**(834.901)**	(661.090)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento		**(834.901)**	(661.090)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Captação de empréstimos junto a instituições financeiras	10	**827.400**	–
Pagamento de empréstimos junto a partes relacionadas		**(101.178)**	(12.450)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio bruto		**(966.000)**	(247.099)
Pagamentos de juros e principal de arrendamentos	9	**(624.361)**	(600.628)
Diminuição do caixa líquido gerado das atividades de financiamento		**(864.139)**	(860.177)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**21.570**	145.277
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		**197.011**	51.734
No final do exercício		**218.581**	197.011
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**21.570**	145.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. ("Arcos" ou "Companhia"), localizada na Alameda Amazonas, 253, Barueri, SP, tem como atividade preponderante a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios nos restaurantes McDonald's. A Companhia é uma subsidiária da Arcos Dorados Holding Inc., listada na *New York Stock Exchange ("NYSE")* e em 31 de dezembro de 2025 dispunha de 1.230 restaurantes no Brasil (1.173 em 2024).

Aquisição das operações do McDonald's na América Latina: A Arcos Dourados Restaurantes Ltda. e Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. eram subsidiárias integrais da McDonald's Corporation. Em 3 de agosto de 2007, Arcos Dorados B.V. ("ADBV") assinou um Contrato de Compra de Ações com a McDonald's Corporation para aquisição das operações do McDonald's na América Latina, incluindo as entidades acima mencionadas. Na mesma data, a ADBV e suas subsidiárias, juntamente com Arcos Dorados Group B.V., Los Laureles Ltd. e a McDonald's Corporation, celebraram um Contrato de Franquia Master *(Master Franchise Agreement - MFA)*, com exceção do Brasil. Em relação ao Brasil, em 3 de agosto de 2007, a subsidiária da Companhia, Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A., celebrou com a McDonald's um Contrato de Franquia Master separado, mas substancialmente idêntico ao *MFA* das demais jurisdições. Esse contrato também foi alterado e consolidado em 10 de novembro de 2008 e em 30 de dezembro de 2024 foi renovado por mais 20 anos, podendo ser estendido por mais 20 anos, que garante à ADBV o seguinte: • O direito de ter posse e operar, direta ou indiretamente, restaurantes franqueados no território sob contrato; • O direito de outorgar e licenciar franquias no território sob contrato; • O direito de adotar e usar, e licenciar o uso a subfranqueados, do sistema no território sob contrato; • O direito de anunciar ao público que é um franqueado do McDonald's; e • O direito e licença para outorgar para subfranqueados os direitos constantes no Contrato de Franquia Master ou *MFA*. McDonald's Corporation tem o direito de (a) terminar o *MFA*, ou (b) exercer uma opção de compra ("*Call Option*") sobre as ações da ADBV, ou, em certas circunstâncias, sobre os interesses da ADBV em uma ou mais subsidiárias *Master Franchise*, se a ADBV ou qualquer dessas subsidiárias, (i) falhar na operação do sistema McDonald's (conforme definido nos *MFAs*), (ii) ter decretada falência, (iii) falhar com o pagamento de suas dívidas financeiras, (iv) falhar relevantemente no atingimento dos requerimentos de abertura e reinvestimento ou (v) incorrer em outro evento de falta conforme definido nos *MFAs*.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e são aplicáveis às informações comparativas de 31 de dezembro de 2024. Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de restaurantes, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes. No período reportado, a Companhia apresentou CCL (Capital Circulante Líquido) negativo. Essa situação está relacionada às estratégias operacionais, onde a Administração acompanha de perto a gestão do capital de giro, adota medidas para garantir a liquidez e o equilíbrio financeiro, incluindo renegociação de prazos, captação de recursos e otimização do ciclo operacional. O CCL negativo não compromete, por si só, a continuidade operacional, sendo avaliado em conjunto com outras métricas financeiras e estratégias de gestão de caixa. Dessa forma, a Companhia conclui que não há risco de continuidade operacional em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração em 17 de abril de 2026. **2.2. Conversão de moedas estrangeiras:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.4. Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes:** Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos diferidos) são classificados como "não circulantes". Outros ativos e créditos são demonstrados pelo custo, incluindo, quando aplicável, atualizações contratuais, líquidas de provisões para refletir os valores de realização, quando necessário. **2.5. Benefícios à empregados:** As participações dos empregados são calculadas com base no acordo do Programa de Participação nos Resultados firmado com o Sindicato dos trabalhadores das empresas de refeições coletivas, refeições rápidas (*fast food*) e afins, sendo calculado com base em metas de resultado estipuladas em referido acordo. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas na demonstração do resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. **2.6. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada no resultado líquido do eventual reembolso. **2.7. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: a) Perda do valor recuperável do ágio: A Companhia testa anualmente se os ágios sofreram alguma perda de acordo com a política contábil descrita na Nota 8 e o CPC 01 (R1)/NBC TG 01 (R4)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os valores de recuperação das unidades geradoras de caixa foram apurados com base em projeções e cálculos do valor recuperável e indicadores de mercado. b) Impostos sobre a renda: Existem incertezas quanto à interpretação da complexa regulamentação fiscal e quanto ao valor e momento do lucro real futuro. Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar ajustes futuros nas receitas e despesas de imposto de renda já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as eventuais consequências de fiscalizações das autoridades tributárias. O valor dessas provisões baseia-se

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

continuação

Notas Explicativas

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

De acordo com o CPC 03 (R2)/NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem ao caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Composição:

	2025	2024
Bancos	**2.498**	4.968
Caixa em poder de transportadoras de valores (i)	**13.923**	17.241
Aplicações financeiras (ii)	**202.160**	174.802
	218.581	197.011

(i) Caixa em poder das transportadoras referente a recursos em trânsito. (ii) As aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez diária, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo resgatáveis com o próprio emissor. As operações realizadas no Brasil são referentes à aplicações em CDB's (Certificado de depósitos bancários) e operações compromissadas com média de remuneração de 98,79% do CDI (95,50% em 2024).

4. CONTAS A RECEBER

As contas a receber correspondem aos recebíveis das vendas registrados pelo valor da transação através das administradoras de cartões, convênios refeição, meios digitais e operadoras de *Delivery*, bem como provenientes de franquias.

Composição:

	2025	2024
Proveniente de vendas com:		
Administradora com cartões de débito e crédito (i)	**222.940**	13.768
Administradora com convênios refeição (ii)	**31.022**	32.818
Meios digitais (iii)	**13.373**	25.576
Operadoras de *Delivery* (iv)	**100.389**	134.113
	367.724	206.275
Proveniente de franquias (v):		
Royalties	**61.054**	50.944
Propaganda	**22.163**	23.574
Aluguéis	**92.085**	85.049
	175.302	159.567
Outras contas a receber (vi)	**21.420**	17.282
	21.420	17.282
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(3.457)**	(1.542)
	560.989	381.582
Ativo circulante	**559.900**	379.898
Ativo não circulante	**1.089**	1.684

(i) Administradora de cartões de débito e crédito**:** os recursos provenientes das vendas realizadas com cartões de débito são depositados em conta bancária no dia útil seguinte à data da transação, quando se trata de vendas presenciais no balcão do restaurante e por meio do *Mobile App* (pedidos via *Delivery* próprio e pela funcionalidade "Peça e Retire"). As vendas realizadas com cartões de crédito são recebidas pela Companhia no prazo médio de 31 dias para as vendas presenciais no balcão do restaurante; e no prazo médio de 29 a 31 dias para vendas por meio do *Mobile App*, a depender da adquirente que capturou a venda. (ii) Administradora de convênios de refeição**:** as vendas por *voucher* de refeição são recebíveis das empresas administradoras de convênios. O prazo médio de recebimento pela Companhia é de 20 dias. (iii) Meios digitais: no caso das vendas realizadas através do Mercado Pago, os recursos provenientes da carteira digital *(on-line)* ficam disponíveis no *App*, cuja transferência é realizada no próximo dia útil e vendas a crédito são recebidos pela Companhia em 30 dias; *Gift Card*, o recebimento ocorre em (D+2) posterior à compra; Sem Parar, o recebimento ocorre em 30 dias; recursos provenientes das vendas realizadas no balcão do restaurante com pagamento efetuado através de PIX são recebidos no mesmo dia, exceto finais de semana e feriados, cujo recebimento ocorre no próximo dia útil; e para vendas pagas via PIX efetuadas através do *Mobile App*, que incluem as vendas via *Delivery* próprio e da funcionalidade "Peça e Retire", o recebimento ocorre em um dia útil (D+1) após a venda. (iv) Operadores de *Delivery*: as vendas realizadas pelos aplicativos dos nossos operadores de *Delivery* são recebidas da seguinte forma: vendas via iFood o recebimento é semanal, cujo prazo de repasse é (D+30) e as vendas via Rappi, 99Food e Keeta, o recebimento é semanal, cujo prazo de repasse é (D+7). Para todos eles, caso o cliente utilize *voucher* refeição, o valor é repassado diretamente pela bandeira *voucher*, respeitando o prazo de repasse acima citado. *Mobile App* obedece a escolha do cliente (débito/crédito/refeição ou PIX). (v) Franqueados**:** as receitas de *royalties* e aluguel são recebíveis dos franqueados. O prazo médio de recebimento é de 16 dias no Brasil. (vi) Outras contas a receber**:** referem-se à sublocação de parte de terreno não utilizado pela Companhia, com prazo médio de recebimento de 10 dias. Temos também, outras contas a receber referentes à devolução líquida de mercadorias e venda de óleo queimado. *Provisão para créditos de liquidação duvidosa:* A provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	2025	2024
No início do exercício	**(1.542)**	(8.075)
Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(11.163)**	(11.006)
Reversão por recebimento	**9.248**	17.539
No final do exercício	**(3.457)**	(1.542)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é descrita como segue:

		Vencidos				
	Total	**A vencer**	**<30 dias**	**31-60 dias**	**61-90 dias**	**>90 dias**
2025	**564.446**	**561.802**	**1.510**	**218**	**204**	**712**
2024	383.124	379.071	1.700	397	613	1.343

Demonstramos abaixo a composição por franqueado dos títulos que não compõe a provisão para crédito de liquidação duvidosa:

Franqueados com dívida negociada	2025	2024
Gran Rio Comércio de Alimentos Ltda.	**1.725**	1.975
America MMD Comércio de Alimentos Ltda.	**12**	414
Mantiqueira SJB Comércio de Alimentos Ltda.	**304**	304
Mckin Food's Ltda.	**–**	1.532
Total dívida negociada	**2.041**	4.225
Circulante	**952**	2.541
Não circulante	**1.089**	1.684

Composição:

	Terrenos	Edifícios, benfeitorias e melhoramentos	Equipamentos	Imobilizado em andamento e adiantamentos (i)	Total do imobilizado
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	171.627	2.322.469	2.012.133	60.440	4.566.669
Adições	–	126.932	243.981	174.638	545.551
Baixas	–	(12.535)	(80.188)	(166)	(92.889)
Transferências	–	190.736	11.958	(202.387)	307
Saldos em 31 de dezembro de 2024	171.627	2.627.602	2.187.884	32.525	5.019.638
Adições	**–**	**85.232**	**213.226**	**301.178**	**599.636**
Baixas	**–**	**(20.582)**	**(80.616)**	**(1.555)**	**(102.754)**
Transferências	**(1.357)**	**199.987**	**93.419**	**(291.929)**	**120**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**170.270**	**2.892.239**	**2.413.913**	**40.219**	**5.516.640**
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	–	(1.109.458)	(1.225.824)	–	(2.335.282)
Depreciação no exercício	–	(128.807)	(172.860)	–	(301.667)
Baixas	–	8.633	69.684	–	78.317
Transferências	–	(26.228)	25.921	–	(307)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	–	(1.255.860)	(1.303.079)	–	(2.558.939)
Depreciação no exercício	**–**	**(142.308)**	**(186.913)**	**–**	**(329.221)**
Baixas	**–**	**10.484**	**68.822**	**–**	**79.306**
Transferências	**–**	**1.847**	**(1.967)**	**–**	**(120)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**–**	**(1.385.837)**	**(1.423.137)**	**–**	**(2.808.973)**
Valor líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	171.627	1.371.742	884.805	32.525	2.460.699
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**170.270**	**1.506.402**	**990.776**	**40.219**	**2.707.667**

(i) Refere-se a projetos de aberturas de novos restaurantes. A Administração possui a expectativa de ativação dos itens de acordo com cronograma de abertura de restaurantes.

5. ESTOQUES

Os estoques estão demonstrados ao custo ajustado do valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. O custo dos estoques adquiridos diretamente pelos restaurantes é demonstrado ao preço da última aquisição, que se aproxima do critério Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Quando necessário, os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

Composição:

	2025	2024
Alimentos	**58.086**	54.297
Embalagens	**14.507**	11.958
Brinquedos	**7.291**	3.131
Provisão para obsolescência de brinquedos	**(761)**	(500)
Adiantamento a fornecedores	**30.621**	30.641
	109.744	99.527
Ativo circulante	**79.123**	68.886
Ativo não circulante	**30.621**	30.641

A movimentação da provisão para obsolescência de brinquedos está demonstrada conforme a seguir:

	2025	2024
No início do exercício	**(500)**	(411)
Constituição da provisão para obsolescência	**(4.697)**	(4.331)
Reversão	**4.436**	4.242
No final do exercício	**(761)**	(500)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia reconhece créditos tributários no curso regular de suas operações sempre que dispõe de fundamentos jurídicos, documentais e técnicos que sustentem seu registro contábil, incluindo a respectiva estimativa de realização.

Composição:

	2025	2024
Imposto de renda retido na fonte	**–**	1.633
PIS e COFINS (i)	**41.899**	47.857
INSS a recuperar (ii)	**243.418**	226.628
Anistia a recuperar (iii)	**11.432**	10.836
Imposto de renda (v)	**43.932**	61.367
Contribuição social (v)	**5.886**	14.603
Créditos de subvenção (iv)	**953.288**	**–**
ICMS a recuperar (vi)	**16.198**	18.068
Outros impostos a recuperar	**6.321**	4.417
	1.322.374	385.409
Ativo circulante	**260.378**	75.037
Ativo não circulante (ii), (iv) e (v)	**1.061.996**	310.372

(i) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A Companhia reconhece créditos por essencialidade decorrentes de sua operação. (ii) A Companhia discute judicialmente a incidência sobre determinadas verbas trabalhistas. O valor atualizado do crédito é de R$ 33.271 em dezembro 2025. Além disso, a empresa registrou crédito tributário com saldo atualizado para dezembro de 2025 no valor de R$ 157.012 em virtude de decisão favorável em processo individual e decisão proferida pelo STJ, em sede de recurso repetitivo, fixando modulação dos efeitos sobre tema relativo às contribuições destinadas ao "sistema S". Ainda, reconheceu o montante decorrente de decisão definitiva proferida em Mandado de Segurança referente a não incidência da contribuição previdenciária sobre os valores pagos à título salário maternidade, no montante atualizado em dezembro de 2025 de R$ 18.742. (iii) Anistia a recuperar - Em 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS estabelecido pela Lei 11.941/2009. No entanto, nesta inclusão não foi considerado os valores dos débitos depositados judicialmente e/ou reduzidos em virtude de decisões. A Administração está tomando providências para que esses créditos registrados como Anistia sejam recuperados até o fim do exercício social de 2026. (iv) Créditos de subvenção - Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R$ 634.315 de crédito tributário, decorrente de ação judicial, relacionada a benefícios fiscais de diversas naturezas classificados como subvenções para investimento, no período de 2016 a 2023. Adicionalmente, a Companhia reconheceu o montante de R$ 318.973, relacionado atualização do crédito por meio da Selic. (v) Saldo negativo - A Companhia tem registrado saldo negativo de IRPJ no valor de R$ 38.672 e saldo negativo de CSLL no valor de R$ 8.200, em dezembro de 2025. Os valores são atualizados monetariamente todos os meses. (vi) ICMS incidente sobre Energia Elétrica - No primeiro trimestre de 2021, a Companhia ajuizou mandados de segurança questionando a constitucionalidade das alíquotas aplicadas pelos Estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com o julgamento do STF as ações ajuizadas pela Companhia contra os Estados supramencionados tiveram o trânsito em julgado. A Companhia reconheceu o montante de R$ 9.721 em dezembro de 2023. O montante atualizado para 2025 é R$ 7.647, em 2024 R$ 10.230 e outros assuntos de menor expressão.

7. IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear e pelas taxas apresentadas a seguir:

Categoria do ativo	**% de depreciação anual**
Edifícios	4%
Benfeitorias e melhorias	5%
Equipamentos de processamento de dados	20%
Instalações	10%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

8. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, não são capitalizados e os gastos são refletidos no resultado quando incorridos. A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear e pelas taxas apresentadas a seguir:

Categoria do ativo	**% de amortização média anual**
Licença de uso	11%
Direitos readquiridos de franquias	35,3%
Software	20%

O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. Anualmente, a Companhia avalia, nas datas dos balanços, se há indícios de que um ativo possa não ser recuperável. A Companhia considera cada restaurante como sua menor unidade geradora de caixa ("UGC"), e submete-as ao teste de valor recuperável (*impairment*). As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado em linha de despesas consistentes com a função do ativo não recuperável, se houver.

Composição:

	Licença de uso (i)	Direitos readquiridos de franquias	Ágio	*Softwares*	Total do ativo intangível
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	25.837	24.770	52.287	245.803	348.697
Adições	1.497	14.650	20.443	74.773	111.363
Baixas	–	–	–	(26.495)	(26.495)
Transferências	–	–	–	(307)	(307)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	27.334	39.420	72.730	293.774	433.258
Adições	**168.356**	**–**	**–**	**78.120**	**246.476**
Baixas	**(295)**	**–**	**–**	**(11.141)**	**(11.436)**
Transferências	**–**	**–**	**–**	**(120)**	**(120)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**195.395**	**39.420**	**72.730**	**360.633**	**668.178**
Amortização					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(14.408)	(23.039)	–	(146.696)	(184.143)
Amortização do exercício	(2.602)	(2.024)	–	(24.610)	(29.236)
Baixas	–	–	–	23.368	23.368
Transferências	–	–	–	307	307
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(17.010)	(25.063)	–	(147.631)	(189.704)
Amortização do exercício	**(8.362)**	**(1.833)**	**–**	**(36.913)**	**(47.108)**
Baixas	**253**	**–**	**–**	**11.062**	**11.315**
Transferências	**–**	**–**	**–**	**120**	**120**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(25.119)**	**(26.896)**	**–**	**(173.362)**	**(225.377)**
Valor líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.324	14.357	72.730	146.143	243.554
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**170.276**	**12.524**	**72.730**	**187.271**	**442.801**

(i) A marca compreende os direitos de uso de marca pagos à McDonald's Corporation pela abertura de cada restaurante próprio e sublicenciado. O prazo de amortização destes ativos é o período remanescente entre a data de inauguração do restaurante e o vencimento do *MFA* (a expirar em dezembro 2044). Em 2025 foi incluída a taxa referente a licença de uso conforme o novo *MFA* no valor de R$ 155.023. *Ágio:* O saldo do ágio no montante de R$ 72.730 em 2025 (R$ 72.730 em 2024) refere-se aos ágios formados pelas incorporações de restaurantes, com base nas projeções de rentabilidade que os determinaram. Desde 2009 a Companhia não realiza amortizações. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios com base no seu valor de uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa. As premissas chave foram estimadas considerando o desempenho histórico da Companhia e com base em premissas macroeconômicas razoáveis e consistentes com fontes externas de informações fundamentadas em projeções de mercado financeiro, documentadas e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos. Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados à taxa de desconto de 7,9% em 31 de dezembro de 2025 (8,3% em 31 de dezembro de 2024). O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas visto que o valor estimado de uso excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

9. ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS - EFEITOS DO CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)

O CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. O arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). E devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia possui e reconhece como "ativo de direito de uso", os seus contratos referentes a locação de imóveis operacionais (restaurantes), escritórios e frota de veículos. E os contratos de arrendamento possuem prazo médio de 16 anos. A taxa de empréstimo incremental (desconto) foi calculada utilizando-se das seguintes premissas: (i) endividamento do grupo Arcos Dorados; (ii) prazo do contrato; (iii) moeda do país; (iv) curva de juros; e (v) pagamentos mínimos. Essas premissas são calculadas mensalmente e a taxa média aplicada foi de 11,72% a 15,67% (10,63% a 15,65% em 2024) considerando os prazos dos contratos. A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento referentes a locação de imóveis operacionais (restaurantes), escritórios e frota de veículos considerando o valor bruto de impostos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Com base nas premissas e informações comentadas, apresentamos abaixo a movimentação do direito de uso, obrigações e resultado de arrendamento da Companhia:

Direito de uso	2025 **Valor**	2024 **Valor**
Saldo inicial (i)	**3.143.113**	3.015.496
Adições de novos contratos e atualizações contratuais (ii) e (iii)	**406.779**	392.215
Amortização do direito de uso	**(251.087)**	(264.598)
Saldo final	**3.298.805**	3.143.113
Passivo de arrendamento	**Valor**	**Valor**
Saldo inicial (i)	**3.634.622**	3.432.880
Adições de novos contratos e atualizações contratuais (iii)	**406.779**	392.215
Pagamento de principal e juros	**(624.361)**	(600.628)
Juros reconhecidos no exercício	**471.034**	410.155
Saldo final	**3.888.074**	3.634.622
Circulante	**(145.495)**	(138.139)
Não circulante	**(3.742.579)**	(3.496.483)

(i) Saldos apresentados líquidos de AVP. (ii) As atualizações dos índices financeiros das obrigações de arrendamento são registradas de acordo com cada contrato ocasionando impactos nas rubricas de AVP de Passivos de Arrendamento (passivo) e Ativo de Direito de Uso (ativo). (iii) Os saldos apresentados em contas patrimoniais são brutos de impostos (PIS e COFINS) enquanto os saldos apresentados em contas de resultado são líquidos de impostos (PIS e COFINS).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos de transação, conforme o CPC 48/IFRS 9. Após isso, são mensurados pelo custo amortizado, usando a taxa efetiva de juros, sendo que juros, encargos e variações monetárias e cambiais são apropriados ao resultado ao longo do prazo. Os custos de transação também são reconhecidos no resultado por esse método, enquanto o principal é amortizado conforme o cronograma contratual. Em casos de liquidação ou amortização antecipada, ocorre a baixa proporcional do passivo e dos custos não amortizados, com reconhecimento de ganho ou perda. Os passivos são classificados em circulantes e não circulantes conforme o vencimento. Alterações contratuais são tratadas como baixa e novo reconhecimento quando substanciais, ou como ajuste ao custo amortizado quando não substanciais. Operações em moeda estrangeira sofrem variação cambial e podem ter seus riscos mitigados por derivativos, cujos efeitos são reconhecidos no resultado ou no patrimônio líquido, conforme a estratégia de *hedge* adotada. Companhia possui empréstimos e financiamentos destinados à compra de bens para abertura de novos restaurantes e para capital de giro. Os pagamentos de juros ocorrerão semestralmente em junho e dezembro a uma taxa média de 4,50% ao ano. Os montantes não circulantes, possuem os seguintes vencimentos originais em 31 de dezembro de 2025:

Composição:

	Moeda/ Indexador	Vencimento	2025	2024
Capital de giro - Bank Of America	Dólar	02/01/2029	**275.800**	–
Capital de giro - JP Morgan	Dólar	02/01/2029	**275.800**	–
Capital de giro - Citibank	Dólar	02/01/2029	**275.800**	–
Variação Cambial			**(6.164)**	–
Juros a pagar			**1.327**	–
			822.563	–
Passivo circulante			**1.327**	–
Passivo não circulante			**821.236**	–

Movimentação:

Movimentação empréstimos e financiamentos	2025	2024
Saldo inicial	**–**	–
Captação	**827.400**	–
Juros incorridos	**1.327**	–
Variação Cambial	**(6.164)**	–
Total de empréstimos e financiamentos	**822.563**	–

A Arcos Dorados Holdings INC. como garantidor da Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) que deve cumprir, ao final de cada trimestre, um índice de endividamento líquido consolidado em relação ao EBITDA inferior a 3,00x. Em 31 de dezembro de 2025, esse índice era de 1,15x e, portanto, a *Holding* estava em conformidade.

11. FORNECEDORES

Composição:

	2025	2024
Fornecedores exclusivos (i)	**149.473**	144.556
Fornecedores conveniados (ii)	**29.765**	26.642
Fornecedores diversos (iii)	**366.793**	357.385
	546.031	528.583

(i) Fornecedores exclusivos: como fornecedores exclusivos entendem-se os fornecedores parceiros e responsáveis pelo abastecimento de carnes, pães, entre outros. (ii) A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado através de uma instituição financeira. A operação consiste em facilitar os procedimentos administrativos para que os fornecedores antecipem recebíveis relacionados as compras realizadas pela Companhia. A instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. (iii) Fornecedores diversos: como fornecedores diversos são classificados os demais fornecedores que não são exclusivos para a atividade da Companhia.

12. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Composição:

	2025	2024
Salários a pagar	**55.602**	37.310
Provisão para participação nos lucros	**61.088**	69.320
Provisão para férias	**101.402**	104.582
Provisão de encargos sociais sobre férias	**38.156**	38.213
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	**32.678**	30.551
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	**10.203**	10.254
	299.129	290.230

13. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes.

Composição:

	2025	2024
Ativo não circulante		
Arcos SerCal Inmobiliária (i)	**–**	2.727
Arcos Dorados Argentina (vi)	**490**	570
Outros (i)	**–**	358
	490	3.655
Passivo circulante		
Arcos Dorados B.V. (iii)	**15.855**	18.257
	15.855	18.257
Passivo não circulante		
LatAm, LLC (ii)	**20.426**	27.749
Arcos Dorados B.V. (iii)	**1.436.154**	1.445.517
Arcos Dorados B.V. (iv)	**4.868**	6.028
	1.461.448	1.479.294
Total passivo	**1.477.303**	1.497.551
Resultado		
Variação cambial	**10.545**	4.939
Custos corporativos (v)	**(45.189)**	(57.718)

(i) Contas a receber proveniente a reembolsos de despesas relacionadas à operação. (ii) Refere-se as despesas de custos corporativos sendo valores cobrados pela matriz em funções administrativas sem incidência de juros e não há vencimento. (iii) Em 2017 foram captados dois empréstimos em moeda estrangeira (Dólar) no montante de R$ 311.550 (USD 100.000) cada, com taxa de juros de 5,87% + IR, e pagamentos de juros semestrais em junho e dezembro para o contrato com vencimento em setembro de 2023; e março e setembro para o contrato com vencimento em abril/2027. Em julho de 2023, o referido contrato com a ADBV com vencimento em setembro de 2023, juntamente com outro empréstimo denominado em moeda corrente cujo saldo na data da novação era de R$ 199.446, foram substituídos por um novo empréstimo em moeda estrangeira (Dólar) no montante de R$ 635.924 (USD 134.000), com taxa de juros de 8%, pagamentos de juros semestrais em maio e novembro, com vencimento em maio de 2029. Esses empréstimos possuem instrumentos financeiros derivativos com os bancos: Bank of América, JP Morgan, Deutche Bank e Citi Bank, atrelados a uma taxa média de 8%, sendo em 2023 de 7,74%. Em 2025, foi ampliada a proteção do último empréstimo em USD 15.000, refletindo uma cobertura total em 31 de dezembro de 2025 de USD 234.000. O valor justo está demonstrado na Nota 22.d. Em 2025 foi incluída a taxa referente a licença de uso conforme o novo *MFA* no valor de R$ 155.023. (iv) Refere-se as despesas com projetos para o Brasil, não há incidência de juros e não há vencimento definido. (v) Custos corporativos são valores cobrados pela matriz por conta de funções administrativas. (vi) Valores referem-se as despesas ocorridas no Brasil que são de responsabilidade da Argentina. Não há incidência de juros e não há data de vencimento. Remuneração da Administração: Além dos benefícios usuais previstos pela legislação brasileira, a Companhia tem como prática a adoção de assistência médica, seguro de vida e participação nos lucros, como benefícios adicionais. Os benefícios concedidos ao "pessoal estratégico da administração" compreendem nos benefícios usuais e adicionais concedidos pela Companhia. O valor da remuneração e benefícios ao pessoal estratégico da administração na respectiva área de competência no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 46.661 (R$ 67.761 em 2024). A Companhia considerou como "pessoal estratégico da administração", conforme Resolução do CFC n˚ 1.193/2009, os integrantes da sua diretoria executiva.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS às alíquotas vigentes em cada região e são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização (Nota 6).

Composição:

	2025	2024
Impostos sobre vendas	**34.182**	26.279
Imposto de renda sobre *royalties* e distribuição de lucros	**13.444**	1.235
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**347.199**	239.383
Outros impostos e contribuições	**50.327**	35.858
	445.152	302.755

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao período atual e a períodos anteriores, são mensurados pelo valor previsto para serem ressarcidos ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$ 240 mil em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. *Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para serem aplicadas no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços. Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos que se referirem à mesma empresa contribuinte e à mesma autoridade tributária. **15.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32/NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o lucro, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias. Com base em estudos de cenários e projeções de geração de resultados tributáveis futuros, preparados anualmente pela Companhia, foram registrados diferidos ativos tributários relativos as diferenças temporárias, conforme abaixo:

	2025	2024
Ativo não circulante		
Diferenças temporárias	**473.053**	373.782
Imposto de renda diferido e contribuição social diferido ativo	**473.053**	373.782

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	2025	2024
No início do exercício	**373.782**	380.074
(Realização) constituição do imposto diferido	**101.378**	(9.091)
Despesa de imposto reconhecida no patrimônio líquido (*hedge* de fluxo de caixa)	**(2.107)**	2.799
	473.053	373.782

O valor contábil e a realização de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias são revisados anualmente pela Companhia. Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima compensar nos seguintes exercícios:

	Valor
2026	138.403
2027	32.359
2028	35.809
2029	18.412
2030	107.581
Acima de 5 anos	140.489
	473.053

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos serão amortizados com compensações futuras de acordo com a movimentação temporária da Companhia, sendo o valor de 2025 R$ 473.053 (R$ 373.782 em 2024). **15.2. Imposto de renda e contribuição social correntes:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os impactos da alíquota efetiva para imposto de renda e contribuição social foram calculadas como segue:

Composição:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**1.544.134**	1.186.788
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição pela taxa nominal	**(525.006)**	(403.508)
Diferenças permanentes:		
- Despesas com veículos de dirigentes	**(53)**	(49)
- Doações e gratificações	**(163)**	(75)
- Utilização da reserva de incentivos fiscais	**(86.459)**	–
- Outras	**(10.201)**	(5.781)
- Selic indébito	**113.896**	19.067
- Crédito de Subvenção	**215.667**	–
- Incentivo Fiscal - Lei

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

continuação

Notas Explicativas

17. PLANO DE APOSENTADORIA - MCPREV

A Companhia possui um plano de aposentadoria de contribuição definida, denominado McPrev, como benefício a seus empregados. A Companhia faz contribuições mensais ao plano em nome dos beneficiários de acordo com o serviço prestado e não tem obrigações adicionais a reconhecer como resultado do plano. As contribuições feitas em 2025 totalizaram R$ 4.094 (R$ 3.678 em 2024) e contribuições feitas pelos participantes totalizaram R$ 5.026 (R$ 4.451 em 2024). O Plano tinha 443 participantes em 2025 (380 participantes em 2024).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 442.789 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todas nominativas e sem valor nominal. b) Distribuição de lucros: A distribuição de lucros é reconhecida, com base nas distribuições de lucros requeridas e aprovadas em ata de reunião dos representantes da Administração e quotistas da Companhia. A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos, conforme a seguir: • 03 de dezembro de 2025 valor de R$ 266.000, pagos durante o exercício; e • 18 de dezembro de 2025 valor de R$ 700.000, pagos durante o exercício. c) Outros resultados abrangentes:
Referem-se majoritariamente aos efeitos decorrentes da conversão das demonstrações financeiras para a moeda funcional da Companhia, líquido do efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como valores referentes a *hedge* de fluxo de caixa. d) Reserva para incentivos fiscais: Em decorrência de decisão judicial favorável transitada em julgado, a Companhia constituiu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, Reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, no montante de R$ 1.576.127. O valor refere-se a benefícios fiscais, de diversas naturezas, classificados como subvenções para investimento, cuja exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL foi efetuada nos termos do art. 30 da Lei nº 12.973/2014, condicionada à constituição de reserva de lucros específica, conforme previsto no art. 195-A da Lei nº 6.404/1976.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias e serviços. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. As receitas com franqueados envolvem valores de aluguel e *royalties* com base em um percentual das receitas.

Composição:

	2025	2024
Receitas com vendas	**9.897.044**	9.585.264
Impostos sobre vendas	**(793.081)**	(766.982)
Receita líquida de vendas	**9.103.963**	8.818.282
Receita de aluguel	**769.726**	712.861
Receita de *royalties*	**1.047**	1.194
Receita total franqueados	**770.773**	714.055
Receita operacional líquida	**9.874.736**	9.532.337

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

20.1. Despesas por natureza: O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo todos os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos depois do recebimento inicial das mercadorias em um dos restaurantes ou depósitos da Companhia. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição. As despesas com vendas compreendem todas as despesas dos restaurantes, tais como salários, marketing, ocupação, manutenção e outras. As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras, suprimentos e tecnologia da informação. As outras despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado adotada pela Companhia. Em atendimento ao CPC 26 (R1) - NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas operacionais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Composição:

	2025	2024
Custos de alimentos	**(2.873.625)**	(2.618.636)
Custos de embalagens	**(300.741)**	(280.953)
Custos de brinquedos	**(102.681)**	(88.302)
Custos com fretes	**(45.041)**	(60.023)
Despesas com pessoal	**(1.983.977)**	(1.802.469)
Despesas com serviços de terceiros	**(727.927)**	(714.414)
Despesas com *royalties*	**(613.294)**	(471.240)
Despesas com aluguel (i)	**(71.147)**	(49.898)
Despesas com publicidade	**(365.295)**	(370.008)
Despesas gerais (água, telefonia, etc.)	**(349.650)**	(314.987)
Despesas com manutenção e reparos	**(88.381)**	(89.014)
Despesas com materiais diversos/suprimentos	**(62.201)**	(63.307)
Despesas com taxas e licenças	**(41.212)**	(41.233)
Despesas com promoções	**(52.696)**	(37.860)
Despesas diversas com marketing	**(12.822)**	(14.653)
Despesas com agências de publicidade	**(3.937)**	(5.248)
Outros	**(165.383)**	(163.107)
	(7.860.010)	(7.185.352)
Custo dos produtos vendidos	**(3.322.087)**	(3.047.914)
Despesas com vendas	**(4.104.842)**	(3.725.993)
Despesas gerais e administrativas	**(433.081)**	(411.445)
	(7.860.010)	(7.185.352)

(i) Saldo de despesas com arrendamentos variáveis conforme CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil.

20.2. Outros resultados operacionais:

Composição:

	2025	2024
Despesas com aluguel	**(20.618)**	(15.877)
Despesas com contingência	**(28.205)**	15.718
Despesas com doação	**(13.861)**	(12.101)
Créditos de subvenção (i)	**634.315**	–
Despesas com *royalties*	**(65.404)**	(58.287)
Outros	**(31.209)**	37.128
	475.178	(33.419)

(i) a Companhia reconheceu o montante de R$ 634.315 de crédito tributário, decorrente de ação judicial, relacionada a benefícios fiscais de diversas naturezas classificados como subvenções para investimento, no período de 2016 a 2023.

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa, pela atualização dos depósitos judiciais e descontos em compras obtidos de fornecedores e receitas referentes a descontos. As despesas financeiras incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida e por antecipação de recebíveis, compensadas com os juros capitalizados, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos, bem como ajustes referentes a descontos. Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

Composição:

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	**17.870**	4.215
Receita de juros (ii)	**341.636**	91.658
	359.506	95.873
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)	**(54.636)**	(20.732)
Juros sobre arrendamento	**(471.034)**	(410.155)
Despesas com instrumentos financeiros derivativos - realizado	**(126.625)**	(168.000)
Outros	**(36.833)**	(9.526)
	(689.128)	(608.413)
Variação monetária e cambial líquida	**11.462**	(18.707)
	(318.160)	(531.247)

(i) Parte substancial do montante apresentado é advindo de juros com partes relacionadas. (ii) Receita de juros referente ao reconhecimento dos benefícios fiscais de diversas naturezas classificados como subvenções para investimento, créditos do sistema S e outros assuntos de menor expressão.

22. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, conforme suas características e o modelo de negócios da Companhia. Subsequentemente, ativos ao custo amortizado são ajustados pela taxa de juros efetiva e sujeitos à redução ao valor recuperável, enquanto os mensurados ao valor justo refletem suas variações no resultado ou em outros resultados abrangentes. O desreconhecimento ocorre quando expiram os direitos de recebimento ou há transferência dos riscos e benefícios. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, podendo ser classificados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado ou como instrumentos de *hedge*. Passivos ao custo amortizado são ajustados pelo método da taxa de juros efetiva. Desreconhecimento: O desreconhecimento ocorre quando a obrigação é liquidada, cancelada ou substancialmente modificada, com o impacto reconhecido no resultado. Gestão de riscos: As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, que inclui o risco cambial e de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. Os instrumentos financeiros derivativos e equivalentes de caixa são mensurados a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. a) *Risco de crédito:* O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e financeiras principalmente representados nas rubricas de contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e derivativos. *Contas a receber:* As contas a receber da Companhia são substancialmente formadas por recebíveis de cartões, canais digitais e operadora de *Delivery*. Os valores são transacionados com as principais bandeiras e prestadoras de serviço de meio eletrônico de pagamentos, sendo assim entendemos que o risco de crédito é baixo nessa operação. *Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:* O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o valor registrado, como demonstrado nas Notas 3 e 4. b) *Risco de liquidez:* A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. c) *Risco de mercado: Risco cambial:* O risco de câmbio é risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição aos riscos de variações nas taxas de câmbio refere-se basicamente por empréstimos e outros passivos. O risco cambial dos empréstimos é administrado por meio de instrumentos financeiros derivativos, no qual a Companhia realiza operações de *hedge*, para minimizar sua exposição. A seguir, apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando oscilações de 25% e 50% na variável de risco (taxa do dólar americano):

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2025	Dólar expectativa administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Cost sharing - ADBV/LatAm/Arcos Dorados Argentina/ Arcos Dorados B.V./Arcos Dorados Holding	**5.043**	**27.749**	**27.737**	**34.671**	**41.605**
Royalties - McDonald's	**580**	**3.194**	**3.190**	**3.988**	**4.785**
Location fee - McDonald's	**99**	**545**	**545**	**681**	**817**
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas e bancos	**385.901**	**2.123.381**	**2.122.456**	**2.653.069**	**3.183.683**
Derivativos (diversas instituições)	**384.000**	**317.899**	**2.112.000**	**2.640.000**	**3.168.000**
Taxas utilizadas		**5,5024***	**5,5000****	**6,875**	**8,25**

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2024	Dólar expectativa administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Cost sharing - ADBV/LatAm/Arcos Dorados Argentina/ Arcos Dorados B.V./Arcos Dorados Holding	4.481	27.749	22.763	28.454	34.145
Royalties - McDonald's	516	3.194	2.621	3.277	3.932
Location fee - McDonald's	88	545	447	559	671
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas e bancos	236.385	1.463.769	1.200.836	1.501.045	1.801.254
Derivativos (diversas instituições)	(219.000)	(489.470)	(1.112.520)	(1.390.650)	(1.668.780)
Taxas utilizadas		6,1923*	5,0800**	6,3500	7,6200

* Taxa de câmbio efetiva em 31 de dezembro de 2025 e 2024, obtida do Banco Central do Brasil. ** Taxa de câmbio projetada pela Administração. *Risco de taxa de juros:* A Companhia também está exposta à variação na taxa de juros, risco que impacta suas aplicações financeiras, seus empréstimos e financiamentos. Com finalidade de verificar a sensibilidade à variação das taxas de juros foram definidos três cenários diferentes. Assim, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 14,32% para o ano de 2025 e este definido como cenário provável, a partir deste, foram calculadas variações negativas e positivas de 25% e 50%. Análise de sensibilidade dos ativos financeiros: Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2025, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	2025	2024	Risco	CDI expectativa administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	**202.160**	174.802*	Queda do CDI	14,15%**	10,61%	7,08%
				28.607	21.456	14.304

* Saldos em 31 de dezembro de 2024 aplicados em CDB. ** A Companhia utilizou como expectativa 98,79% do CDI.

d) *Instrumentos financeiros derivativos:* A carteira de instrumentos financeiros derivativos é composta por contratos de troca de indexadores (*SWAP*). A utilização desses instrumentos visa diminuir os riscos de variação cambial nos contratos de empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira e financiamentos, respectivamente. Tais derivativos são designados em estruturas de *hedge accounting* com o efeito da sua realização no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía estruturas de *hedge* sendo *hedges* de fluxo de caixa. Em um *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parcela inefetiva do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afeta o resultado. Em um derivativo não designado de *hedge* como instrumento de *hedge*, são contratos de moeda a termo onde não possuem *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* a valor justo ou *hedge* de investimentos líquido, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação da moeda contratada. De acordo com as políticas de tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins de especulação. *Hedge de fluxo de caixa:* Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contratos de *swap* designados como *hedge* de fluxo de caixa para se proteger do efeito das flutuações das taxas cambiais dos empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira, os quais possuem vencimentos em abril de 2027 e maio de 2029. Os valores das operações de *swap* utilizados para proteção de empréstimos são resumidos a seguir:

	2025			
	Valor nominal (USD)	Diferencial a receber/pagar: Custo atualizado	Diferencial a receber/pagar: Valor de mercado	Ajuste a mercado
Ativo/Passivo				
USD x PRE - Bank of America - 17	**50.000**	**119.002**	**123.471**	**4.469**
USD x PRE - JP Morgan - 23	**15.000**	**13.094**	**17.427**	**4.333**
USD x PRE - JP Morgan - 23	**12.000**	**15.583**	**12.099**	**(3.484)**
USD x PRE - JP Morgan - 24	**15.000**	**12.667**	**9.502**	**(3.165)**
USD x PRE - Citibank - Blend & Extend - 22	**50.000**	**126.788**	**124.315**	**(2.473)**
USD x PRE - Citibank - 23	**12.000**	**15.998**	**12.178**	**(3.820)**
USD x PRE - Citibank - 24	**15.000**	**12.985**	**9.618**	**(3.366)**
USD x PRE - Deutche - 23	**15.000**	**13.240**	**17.665**	**4.425**
USD x PRE - Deutche - 24	**10.000**	**10.037**	**7.201**	**(2.836)**
USD x PRE - Goldman Sachs - 24	**15.000**	**7.437**	**4.947**	**(2.490)**
USD x PRE - Santander - 24	**10.000**	**9.942**	**7.275**	**(2.668)**
USD x PRE - Goldman Sachs - 25	**15.000**	**(6.603)**	**(7.824)**	**(1.221)**
USD x PRE - Bank of America - Cappet - 25	**50.000**	**(10.274)**	**(6.102)**	**4.171**
USD x PRE - Citibank - Cappet -25	**50.000**	**(11.968)**	**(7.451)**	**4.517**
USD x PRE - JP Morgan - Cappet - 25	**50.000**	**(10.902)**	**(6.422)**	**4.480**
Totais	**384.000**	**317.026**	**317.899**	**872**
Total ativo circulante			**511**	
Total ativo não circulante			**374.145**	
Total passivo circulante			**(52.921)**	
Total passivo não circulante			**(3.836)**	

	2024			
	Valor nominal (USD)	Diferencial a receber/pagar: Custo atualizado	Diferencial a receber/pagar: Valor de mercado	Ajuste a mercado
Ativo / Passivo				
USD x PRE - Bank of America	50.000	15.601	163.624	(15.601)
USD x PRE - JP Morgan	15.000	11.817	32.364	(11.817)
USD x PRE - JP Morgan - 23	12.000	(5.308)	17.098	5.308
USD x PRE - JP Morgan - 24	15.000	(4.851)	16.940	4.851
USD x PRE - Citibank - Blend & Extend	50.000	(4.269)	156.967	4.269
USD x PRE - Citibank - 23	12.000	(5.456)	16.840	5.456
USD x PRE - Citibank - 24	15.000	(4.963)	16.729	4.963
USD x PRE - Deutche	15.000	11.980	32.618	(11.980)
USD x PRE - Deutche - 24	10.000	(3.474)	11.478	3.474
USD x PRE - Goldman Sachs 24	15.000	(1.563)	13.136	1.563
USD x PRE - Santander - 24	10.000	(3.285)	11.676	3.285
Totais	219.000	6.229	489.470	(6.229)
Total ativo circulante			2.276	
Total ativo não circulante			493.408	
Total passivo circulante			(6.214)	

Os termos essenciais dos contratos de *swap* foram negociados para estarem alinhados aos termos dos empréstimos, objetos dos *hedges*. As transações que foram consideradas efetivas, as variações do ajuste a valor justo sobre *hedge* de fluxo de caixa foram registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes" em contrapartida da rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" passivos ou ativos. *Valor justo dos instrumentos financeiros:* A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo. A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e Equivalentes de Caixa	**16.421**	**–**	**16.421**	**–**
Aplicações financeiras	**202.160**	**–**	**202.160**	**–**
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa	**374.145**	**–**	**374.145**	**–**

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e Financiamentos	**821.236**	**–**	**821.236**	**–**
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo circulante	**(52.921)**	**–**	**(52.921)**	**–**
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo não circulante	**(3.836)**	**–**	**(3.836)**	**–**

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	174.802	–	174.802	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa	493.408	–	493.408	–

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo circulante	(6.214)	–	(6.214)	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo não circulante	–	–	–	–

23. COBERTURA DE SEGUROS

A política da Companhia é a de manter cobertura de seguros para todos os bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir sinistros, considerando a natureza da sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

24. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha compromissos no montante total de R$ 1.084.215 (R$ 845.528 em 2024) incluindo os contratos serviços de TI, marketing, auditoria, TAX, jurídico, tesouraria entre outros.
Os compromissos futuros relacionados aos referidos contratos são:

	Valor (i)
2026	**458.653**
2027	**202.978**
2028	**104.189**
2029	**94.869**
2030	**56.659**
Acima de 5 anos	**166.867**
	1.084.215

(i) Contratos não aplicáveis ao CPC 06 (R2)/NBC TG (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil, ou seja, contratos de serviços de TI, marketing, auditoria, TAX, jurídico, tesouraria entre outros.

25. PLANO DE REMUNERAÇÃO POR AÇÕES

Em maio de 2019, a controladora implementou um novo plano de incentivo de longo prazo (o "Plano Phantom RSU"). Quando investidas, as Phantom RSUs dão ao funcionário o direito a um pagamento em dinheiro igual ao preço de fechamento de uma ação da classe "A" na data de investimento, incluindo quaisquer dividendos declarados e pagos sobre as ações da classe "A", se houver, desde a data da concessão. As Phantom RSUs investem 100% no terceiro aniversário da data da concessão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado no resultado do exercício o valor de R$ 5.250 (R$ 19.526 em 31 de dezembro de 2024).

26. EVENTO SUBSEQUENTE

Conforme anteriormente divulgado na Nota 16 - Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais, a Companhia era parte em processo administrativo relacionado à exigência de PIS/COFINS pela Receita Federal do Brasil, classificado, à época, com o prognóstico de perda possível, não tendo sido constituída provisão para esse tema. Após a data base das demonstrações financeiras, a Companhia obteve decisão favorável definitiva no âmbito do julgamento realizado pelo CARF, da qual foi formalmente intimada em março de 2026. A decisão cancelou o débito no valor atualizado de R$ 431.000. Tendo em vista que o evento ocorreu após a data-base das demonstrações financeiras, não houve reconhecimento de quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Não obstante, a Administração entende que o desfecho do referido processo constitui evento subsequente relevante para a adequada compreensão da posição patrimonial e financeira da Companhia, motivo pelo qual está sendo divulgado em conformidade com o CPC 24.

A DIRETORIA

CONTADOR: José Luiz Santo Prete - CRC 1SP284868/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e Acionistas da **Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.**
Barueri - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O
Eduardo Jones
Contador - CRC-SP-290707/O

EY Shape the future with confidence

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 93FF-3B70-46CF-C493.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 24/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 93FF-3B70-46CF-C493.

ARAINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 06.139.408/0001-25

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Submetemos a vossa apreciação o Balanço Patrimonial acompanhado da Demonstração do Resultado, da Demonstração do Resultado Abrangente, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas correspondentes ao exercício findo em 31/12/2025.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em Milhares de Reais

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.563	2.130
Ativo circulante		**2.563**	**2.130**
Não circulante			
Créditos tributários	4	7.899	7.797
Imobilizado		1	1
Ativo não circulante		**7.900**	**7.798**
Total do ativo		**10.463**	**9.928**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		7	7
Impostos e contribuições a recolher		3	2
Imposto de renda e contribuição social		1	1
Passivo circulante		**11**	**10**
Patrimônio líquido			
Capital social	5	677.338	677.338
Prejuízos acumulados		(666.886)	(667.420)
Patrimônio líquido		**10.452**	**9.918**
Total do passivo e patrimônio líquido		**10.463**	**9.928**

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em Milhares de Reais

	Nota	2025	2024
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	6	(140)	(167)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(140)**	**(167)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	7	700	739
		700	**739**
Lucro antes dos impostos		**560**	**572**
Imposto de renda e contribuição social	8	(26)	(43)
Lucro líquido do exercício		**534**	**529**

Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em Milhares de Reais

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	534	529
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**534**	**529**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em Milhares de Reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2023	**677.338**	**(667.949)**	**9.389**
Lucro líquido do exercício	-	529	**529**
Saldos em 31/12/2024	**677.338**	**(667.420)**	**9.918**
Lucro líquido do exercício	-	534	**534**
Saldos em 31/12/2025	**677.338**	**(666.886)**	**10.452**

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em Milhares de Reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2025	2024
Lucro líquido do exercício	534	529
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Juros sobre créditos tributários	(396)	(314)
	138	215
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Créditos tributários	294	(39)
Impostos e contribuições a recolher	1	(1)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**433**	**175**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**433**	**175**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.130	1.955
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.563	2.130
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**433**	**175**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Arainvest Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na cidade de São Paulo - SP, que tem por objeto principal a administração de participações societárias em sociedades simples e empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. **2. Base de preparação e principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de abril de 2026. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos -** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e o reconhecimento de valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os reflexos decorrentes dessas revisões são reconhecidos prospectivamente. A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo que possa resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos, receitas e despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **2.4. Base de mensuração de ativos e passivos -** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando for aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo e se os participantes do mercado, ao precificar o ativo ou o passivo na data da mensuração, levariam essas características em consideração, tais como a condição e a localização do ativo ou restrições para a venda ou uso do ativo, se houver. **2.5. Instrumentos financeiros -** A Companhia classifica seus ativos financeiros no momento do reconhecimento inicial e com base na finalidade para o qual foram adquiridos e de acordo com as estratégias e modelo de negócios estabelecidos por sua Administração, como segue: • **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado -** Ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é o de mantê-los até o fim do fluxo de caixa contratual e que esses ativos contenham exclusivamente o pagamento do principal e juros sobre o saldo em aberto. • **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes -** Ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado -** Ativos financeiros que não atendem às condições de (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetivas de juros. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento • Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: (i) substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou (ii) não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro. • **Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação -** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Mensuração do valor justo -** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada em informações *(inputs)* utilizadas nas técnicas de avaliação, como segue: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **2.6. Receitas e despesas financeiras -** As receitas e despesas financeiras são mensuradas ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros. **2.7. Imposto de renda e contribuição social -** A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime do lucro real. O imposto de renda é calculado sobre o lucro real à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela excedente a R$ 240, e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável. As alíquotas do imposto e as leis tributárias utilizadas para determinar o montante da obrigação tributária são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia na apuração do imposto de renda e contribuição social relativas a transações em que as normas tributárias comportam interpretações diferenciadas e estabelece provisões, quando apropriado, com base em estimativas de valores de tributos que poderiam incidir sobre essas transações.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Depósitos bancários	32	35
Aplicações financeiras	2.531	2.095
	2.563	**2.130**

Os depósitos bancários e aplicações financeiras de renda fixa são investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, resgatáveis a qualquer tempo e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos são remunerados com base na variação da taxa DI. **4. Créditos tributários:** Correspondem substancialmente ao saldo negativo do imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, objeto de pedido de restituição ou utilizado para compensar débitos tributários federais futuros, atualizados com base na taxa de juros Selic. O pedido de restituição de tributos e contribuições está sujeito à homologação da Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Administração da Companhia considera que todos os créditos tributários estão suportados por documentação e não podem ser contestados por aquele órgão que, por consequência, deverá programar a devolução à Companhia. **5. Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R$ 677.338, representado por 37.956 ações, sendo 20.712 ações ordinárias e 17.244 ações preferenciais.

6. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Serviços profissionais	69	99
Aluguéis	19	18
Impostos, taxas e contribuições	33	35
Outras	19	15
	140	**167**

7. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	298	421
Juros Selic	402	318
	700	**739**

8. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

	2025	2024
Lucro ou prejuízo antes dos impostos	560	572
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	24%	24%
Expectativa de despesa ou receita de impostos às alíquotas nominais	(134)	(137)
Ajustes:		
Juros Selic de indébitos tributários	97	76
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	11	18
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(26)**	**(43)**

9. Reforma tributária: A Companhia vem acompanhando as discussões sobre os impactos da Reforma dos tributos sobre o consumo atualmente em curso no Brasil, assim como sobre a sua regulamentação. Parcela relevante das discussões decorre da Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2024, bem como da Lei Complementar 227, de 13 de janeiro de 2026. Até a data de divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não há impactos materiais que demandem reconhecimento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

JULIO MITUO SHINZATO

Contador - CRC: 1SP.095.421/O-1

TMK ENGENHARIA S.A.

CNPJ nº 28.131.759/0001-22

Demonstrações Financeiras

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Atendemos as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar e submeter à apreciação as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025. **A Administração**.

Balanço Patrimonial

Nome	2024	2025
Ativo	**117.002.897,64D**	**132.467.470,65D**
Ativo	**117.002.897,64D**	**132.467.470,65D**
Ativo Circulante	**82.219.045,80D**	**94.058.480,59D**
Disponibilidades	**35.717.864,10D**	**29.996.329,06D**
Bancos - c/Movimento	995.820,13D	627.583,33D
Aplicacoes Financeiras	34.722.043,97D	29.368.745,73D
Clientes Nacionais	**37.402.192,79D**	**27.530.253,69D**
Clientes Nacionais	28.975.229,78D	21.610.154,84D
Contas a Receber	8.426.963,01D	5.920.098,85dD
Adiantamento a Terceiros	**36.342,76D**	**1.237.850,60D**
Adiantamento a Funcionarios	36.342,76D	136.163,70D
Adiantamento a Fornecedores	0,00	1.101.686,90D
Tributos a Compensar	**1.408.667,89D**	**3.002.290,96D**
Tributos Federal a Compensar	1.408.667,89D	3.002.290,96D
Estoques	**7.653.883,60D**	**32.291.418,76D**
Merc./Materia-Prima em Estoque,	7.653.883,60D	32.291.418,76D
Outros Créditos	**94,66D**	**337,52D**
Outras Contas a Receber	94,66D	337,52D
Ativo Não Circulante	**34.783.851,84D**	**38.408.990,06D**
Ativo Permanente	**34.783.851,84D**	**38.408.990,06D**
Ativo Permanente Imobilizado	34.783.851,84D	38.408.990,06D
Custo Histórico	32.596.651,83D	36.085.405,11D
Imobilizações/Construções em Andamento	5.181.102,72D	6.301.633,18D
(-) Depreciação Acumulada	2.993.902,71C	3.978.048,23C

Nome	2024	2025
Passivo e Patrimônio Líquido	**117.002.897,64C**	**132.467.470,65C**
Passivo	**45.950.993,39C**	**44.632.003,37C**
Passivo Circulante	**18.411.145,26C**	**16.975.045,99C**
Fornecedores	**8.320.373,65C**	**10.623.439,75C**
Fornecedores Nacionais	8.320.373,65C	10.623.439,75C
Empréstimos e Financiamentos	**266.004,69C**	**266.004,69C**
Outros Empréstimos e Financiamento	266.004,69C	266.004,69C
Obrigacoes Tributárias a Pagar	**7.690.954,40C**	**3.668.331,68C**
Tributos Federal a Recolher	7.524.006,77C	3.526.521,11C
Tributos Municipais a Recolher	166.947,63C	141.810,57C
Obrig. Trabalhistas a Recolher	**1.343.756,53C**	**2.413.383,53C**
Remunerações s/ Fopag a Pagar	636.738,31C	698.004,71C
Enc. Trabalhistas a Recolher	145.970,12C	464.909,72C
Provisoes Trabalhistas	561.048,10C	1.250.469,10C
Adiantamentos de Clientes	**786.448,22C**	**0,00**
Adiantamentos de Clientes	786.448,22C	0,00
Outras Obrigações c/ Terceiros	**3.607,77C**	**3.886,34C**
Outras Contas a Pagar	3.607,77C	3.886,34C
Parcelamentos	**0,00**	**1.471.247,36C**
Parcelamento Tributos	**0,00**	**1.471.247,36C**
Parcelamento Tributos Federais	0,00	1.471.247,36C
Outras Contas a Pagar	**27.539.848,13C**	**26.185.710,02C**
Outras Contas a Pagar	**27.539.848,13C**	**26.185.710,02C**
Outras Contas a Pagar	27.539.848,13C	26.185.710,02C
Passivo Não Circulante	**616.159,87C**	**6.450.102,66C**
Empréstimos e Financiamentos	**463.059,02C**	**197.054,42C**
Emprest/Financ. Bancarios	**463.059,02C**	**197.054,42C**
Parcelamentos	**153.100,85C**	**6.253.048,24C**
Parcelamento Tributos	**153.100,85C**	**6.253.048,24C**
Parcelamento Tributos Federal	153.100,85C	6.253.048,24C
Patrimonio Liquido	**70.435.744,38C**	**81.385.364,62C**
Patrimonio Liquido	**70.435.744,38C**	**81.385.364,62C**
Capital Social	**35.421.109,41C**	**42.647.030,86C**
Capital Social Integralizado	21.300.000,00C	21.300.000,00C
Reservas de Capital	14.121.109,41C	14.121.109,41C
Reservas de Lucros	0,00	7.225.921,45C
Resultados Acumulados	**35.014.634,97C**	**38.738.333,76C**
Lucros ou Prejuizos Acumulados	35.014.634,97C	38.738.333,76C

Demonstração do Resultado

Nome	2024	2025
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	8.481.621,34C	357.102,40C
Receita Bruta	157.942.788,75C	110.725.834,59C
Receita Vendas/Prest. Serv.	157.942.788,75C	110.725.834,59C
Deducoes da Receita	10.674.204,41D	7.422.833,15D
Impostos Incidentes S/ Receita	10.674.204,41D	7.422.833,15D
Custos Operacionais	134.937.474,84D	90.051.419,79D
Custos dos Serviços	134.937.474,84D	90.051.419,79D
Despesas Operacionais	3.025.867,05D	12.469.225,45D
Despesas Administrativas	10.424.659,69D	14.903.576,74D
Desp. Fornec. Serv. Públicos	260.095,83D	299.703,01D
Desp. Manutenções e Reformas	106.043,27D	99.966,08D
Desp.c/Veículos/Moto/Caminhões	233.387,23D	7.004.089,92D
Serv. Prestados por Terceiros	5.662.150,52D	6.472.180,32D
Outras Despesas Administrativas	3.975.222,03D	874.243,25D
Desp. Nao Dedutíveis IRPJ/CSL	187.760,81D	153.394,16D
Despesas com Vendas	35.414,07D	46.595,03D
Desp.depreciacao e Amortização	13.218,11D	0,00
Desp. com Folha de Pagamento	1.234.269,52D	1.191.741,20D
Salarios e Remunerações	1.058.957,84D	893.375,04D
Encargos Trabalhitas	175.311,68D	298.366,16D
Outras Despesas Tributárias	183.098,57D	345.378,43D
(+/-) Resultado Financeiro	8.864.792,91C	4.018.065,95C
Despesas Financeiras	1.065.386,13D	513.191,95D
Receitas Financeiras	9.930.179,04C	4.531.257,90C
(+/-) Resultado Não Operacional	0,00	75.000,00C
Receitas Não Operacionais	0,00	75.000,00C
Rec. c/ Ganho de Capital	0,00	75.000,00C
Provisão para IRPJE CSLL	823.621,11D	500.253,80D
Provisoes IRPJ e CSL	823.621,11D	500.253,80D

Notas Explicativas Gerais:

01 - Contexto Operacional: A empresa se insere no segmento de terraplenagem, construção civil em geral. **02 - Sumário das Principais Práticas Contábeis:** A demonstração financeira foi elaborada em obediência aos preceitos das leis das sociedades anônimas e, aos princípios de contabilidade geralmente aceitos. As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras, são as seguintes: **A) Determinação do Resultado:** O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios. **B) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo:** Ativo circulante e realizável a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados quando aplicáveis, pelos valores de juros e variações monetárias ou, caso de despesas pagas antecipadamente, demonstradas pelos valor de custos. **C) Ativo Permanente:** O ativo imobilizado e demonstrado ao custo ou valor de avalição, com a aplicação das depreciações que são calculadas pelo método linear, as taxas mencionadas na nota 3. **D)** passivo circulante e exigível a longo prazo demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas até a data do fechamento do balanço. **03 - Imobilizado:** Avaliados pelo custo original mais eventuais reavaliações efetuadas e, depreciações pelas taxas estabelecias na legislação.

	% Depreciação
Máquinas e Equipamentos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de Informática	20%

04 - Capital: O capital social está representado por 21.300.000 (vinte e hum milhões e trezentos mil reais) ações no valor nominal de R$ 1,00. **05 -** O capital social permanece inalterado com relação ao exercício de 2024. **06 - Reserva de Capital:** O saldo da reserva de capital mantem-se em R$ 14.121.109,41 (quatorze milhões cento vinte e um mil e cento e nove reais e quarenta e um centavos). **07 - Reservas de Lucros:** O saldo da reserva de lucros é de R$ 7.225.921,45 (sete milhões, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos)

"Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2025, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 132.467.470,65 (cento e trinta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos)".

José Aristides Bigarani - Diretor - CPF/MF nº 566.287.738-68

Luciano Prata Rodrigues Borges - Diretor - CPF 145.919.956-15

Conasscon S/C Ltda - Marcio Gaspar Gonzalez - Contabilista - CRC: 1SP/197354/O-9 - CPF: 197.502.278-59

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 93FF-3B70-46CF-C493.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 24/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 93FF-3B70-46CF-C493.

Associação Congregação de Santa Catarina

CNPJ nº 60.922.168/0001-86

Demonstrações Financeiras 2025

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	143.732	210.069
Títulos e valores mobiliários	8	109.479	95.501
Contas a receber	9	668.314	663.533
Contas a receber de arrendamento financeiro	10	5.655	-
Subvenções governamentais	11	36.725	14.903
Estoques		59.808	69.474
Ativos mantidos para venda	12	36.603	29.279
Outros créditos	13	42.475	34.230
Total ativo circulante		**1.102.791**	**1.116.989**
Não circulante			
Precatório a receber	14	88.556	84.681
Contas a receber de arrendamento financeiro	10	21.664	-
Créditos jurídicos		5.947	7.534
Subvenções governamentais	11	522	1.472
Outros créditos	13	13.801	17.073
		130.490	**110.760**
Propriedades para investimento	15	1.508	26.190
Imobilizado	15	913.491	880.070
Intangível	15	2.552	2.908
Direito de uso	16	24.329	21.893
		941.880	**931.061**
Total do ativo não circulante		**1.072.370**	**1.041.821**
Total do ativo		**2.175.161**	**2.158.810**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	17	198.256	197.657
Empréstimos e financiamentos	18	10.461	17.238
Arrendamentos a pagar	16	8.136	4.977
Obrigações sociais e trabalhistas	19	129.033	134.915
Obrigações tributárias		21.088	19.538
Subvenções governamentais	11	45.822	37.668
Outras contas a pagar	20	107.642	114.933
Total do passivo circulante		**520.438**	**526.926**
Não circulante			
Provisão para riscos processuais	21	89.658	85.541
Empréstimos e financiamentos	18	-	10.434
Arrendamentos a pagar	16	16.819	14.942
Subvenções governamentais	11	1.349	2.431
Bens públicos em nosso poder e outras subvenções para ativos não circulantes	22	50.854	55.789
Outras contas a pagar	20	59.970	64.274
Total do passivo não circulante		**218.650**	**233.411**
Total do passivo		**739.088**	**760.337**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	24.a	1.378.606	1.160.367
Reserva de reavaliação	24.b	16.221	16.385
Superávit acumulado		37.764	218.586
Reserva de superávit acumulado - OSS	24.c	3.482	3.135
Total do patrimônio líquido		**1.436.073**	**1.398.473**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.175.161**	**2.158.810**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Superávit acumulado	Reserva de superávit acumulado - OSS	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2024		**1.086.235**	**16.549**	**82.316**	**2.892**	**1.187.992**
Incorporação do superávit do exercício		82.316	-	(82.316)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	24.b	-	(164)	164	-	-
Ativos líquidos assumidos em um novo Contrato de Gestão e Operacionalização com a Secretaria do Estado da Sáude de São Paulo (SES-SP)	1.1.a	(7.941)	-	-	-	(7.941)
Superávit do exercício		-	-	218.422	-	218.422
Destinação do superávit - OSS	24.c	(243)	-	-	243	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**1.160.367**	**16.385**	**218.586**	**3.135**	**1.398.473**
Incorporação do superávit do exercício		218.586	-	(218.586)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	24.b	-	(164)	164	-	-
Superávit do exercício		-	-	37.600	-	37.600
Destinação do superávit - OSS	24.c	(347)	-	-	347	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**1.378.606**	**16.221**	**37.764**	**3.482**	**1.436.073**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Associação Congregação de Santa Catarina ("Entidade" ou "Rede Santa Catarina") é uma entidade civil, sem finalidade de lucros, filantrópica, fundada em 29 de setembro de 1922, reconhecida como de Utilidade Pública Estadual e Municipal, atuando por meio de suas 18 filiais nas áreas de saúde, educação e assistência social, por intermédio das seguintes unidades, tendo a saúde como área preponderante de atuação. **1.1 Unidades da Entidade:** • Casa de Saúde São José - RJ (inclui "Câncer Center" (vide nota explicativa 1.1.c)); • Colégio Santa Catarina - ES; • Colégio Santa Catarina - GO; • Colégio Santa Catarina - MG; • Colégio Santa Catarina - RJ; • Colégio Santa Catarina - SP; • Creche Monteiro Lobato - MG; • Creche São José do Itamarati - RJ; • Hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceição - RJ; • Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato - SP; • Hospital Madre Regina Protmann - ES; • Hospital Nossa Senhora da Conceição - SC (vide nota explicativa nº 1.1.e); • Hospital Santa Catarina - SP; • Hospital Santa Isabel - SC; • Hospital São José - RJ; • Hospital Santa Teresa - RJ; • Lar Madre Regina - SP; • Obra Social Santa Catarina - MG. Essas unidades são juridicamente constituídas sob a forma de filiais. Assim, as demonstrações financeiras da Entidade representam as operações de todas essas unidades e, também, de sua matriz. A Entidade é qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) e presta serviços de saúde para a administração pública em unidade de atendimento hospitalar por meio de Contrato de Gestão e Operacionalização. A produção diária de pacientes gerada por esse serviço compõe o cálculo para cumprimento dos requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 187/2021, regulamentada pelo Decreto nº 11.791/2023 (os quais revogaram a Lei Ordinária nº 12.101/2009). Os ativos imobilizados e intangíveis utilizados na operação da filial OSS da Entidade são bens públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade durante a vigência do Contrato de Gestão e Operacionalização, sendo exclusivamente utilizados nas atividades da filial OSS (vide notas explicativas nºs 1.1.a, 15 e 22). Para tais bens são emitidos termos de cessão e permissão de uso. A Entidade responde civil, trabalhista, tributária e criminalmente pelos atos praticados por seus empregados, haja vista que toda a operação é de inteira responsabilidade da Entidade, que assegura, durante o tempo em que atuará na operação, que as licenças de funcionamento e demais obrigações com os órgãos públicos e as concessionárias de serviços públicos e privados esteja, regulares. Na nota explicativa nº 15, são apresentados os ativos imobilizado e intangível da filial OSS por classes de ativos, com seus respectivos valores contábeis na data de 31 de dezembro de 2025. • Durante o exercício de 2020, a Entidade encerrou as atividades das filiais OSS O.S. Associação Congregação de Santa Catarina e Hospital "Doutor Benício Tavares Pereira" - Hospital Estadual Central, sendo que este último continua produzindo efeitos na demonstração do resultado do exercício de 2025 (vide notas explicativas nºs 1.1.b e 6). • Durante o exercício de 2017, a Entidade descontinuou as atividades da filial OSS Hospital Regional de Cáceres "Dr. Antônio Fontes" - MT, que continua produzindo efeitos na demonstração do resultado de 2025 (vide notas explicativas nºs 1.1.b e 6). • Durante o exercício de 2022, a Entidade descontinuou as atividades da filial própria do segmento da saúde Hospital São José de Tijucas - SC (vide notas explicativas nºs 1.1.f, 1.1.i(i), 1.1.k e 1.1.m). **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Em 21 de novembro de 2023, foi emitido o Decreto nº 11.791, que regulamentou a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição. O referido Decreto versa sobre o processo de obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), por área de atuação, sua supervisão, cancelamento e representação. A Entidade analisou o Decreto e a alta administração julgou que a Entidade atende a todos os requisitos da nova regulamentação. A Entidade possui nova cadeia de CEBAS com *status* válido e vigente, com novo triênio designado para 24 de agosto de 2022 a 23 de agosto de 2025, de acordo com a publicação em Diário Oficial da União do dia 24 de agosto de 2022, Portaria nº 446/2022, conforme julgamento de deferimento do processo protocolado eletronicamente no SISCEBAS, SIPAR nº 25000.196944/2016-70 no dia 16 de dezembro de 2016, assegurando efeitos e garantias, observada a normatização aplicável à espécie. Em 13 de agosto de 2025, a Entidade protocolou de forma tempestiva o seu requerimento de renovação conforme SEI nº 25000.140091/2025-11, o qual se encontra pendente de julgamento, conforme informado em declaração emitida em 5 de janeiro de 2026 pelo Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde do Ministério da Saúde, por intermédio do SEI nº 25000.000721/2026-98. Conforme previsto no § 1º do artigo 37 da Lei Complementar nº 187 "§ 1º: "Será considerado tempestivo o requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação". O processo encontra-se pendente de julgamento e, com base no disposto no §2º do artigo 37 da Lei Complementar nº 187/2021 § 2o: "A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado", a Entidade está com o seu certificado vigente até a finalização da análise do referido processo. A Entidade possui declaração de tempestividade do requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação. A referida declaração de tempestividade foi emitida pelo Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, ligado à Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, do Ministério da Saúde. **Processos anteriores:** A Entidade sempre manteve e mantém seu CEBAS com o *status* válido e vigente, nos termos da normatização aplicável (quer a Lei 12.101/2009, quer a nova Lei Complementar 187/2021 e Decreto nº 11.791/2023, que a regulamenta). E isso se deu, em especial, porque a Entidade cumpriu o requisito de apresentar tempestivamente seus pedidos de renovação, estando anteriormente em conformidade com o preconizado no § 2º do artigo 24, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e nos artigos 6º e 8º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, de modo que a certificação permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado. No que se refere especificamente ao processo de renovação deferido para o triênio 2010, 2011 e 2012, o Ministério da Saúde instaurou processo de supervisão, com o monitoramento e a verificação dos requisitos para manutenção da certificação - por meio do Processo Administrativo 25000.012401/2021-76, no qual o Ministério da Saúde considerou que "a entidade não atingiu o percentual mínimo de 60% de prestação de serviços aos SUS", havendo, sob este argumento, a possibilidade de suspensão e do cancelamento da certificação da entidade, com fulcro no art. 24 da Lei 12.101/2009, alterada pela Lei Complementar nº 187/2021, bem como no art. 16 do Decreto 8.424/2014 e no art. 192 da Portaria de Consolidação 1/2017 - MS. Com isso, a Entidade impetrou Mandado de Segurança em caráter preventivo contra ato a ser praticado pelo Coordenador-Geral de Análise e Gestão da Informação em Certificação e/ou Secretário de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde - MS, consubstanciado, inicialmente, na supervisão (monitoramento e verificação) e, posteriormente, no iminente cancelamento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS da Entidade, sob fundamentação que decorra exclusivamente do descumprimento do percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) de atendimento ao SUS, nos termos do art. 4.º, inciso II, da Lei 12.101/2009, alterada pela Lei Complementar nº 187/2021. É que o Ministério da Saúde, por meio do Parecer Referencial 3/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, adotou um entendimento restritivo, posicionando-se pela manutenção da exigência de comprovação da contrapartida, até que sobrevivesse o trânsito em julgado da ADI 4.891/DF, com a devida modulação dos efeitos. A Entidade argumentou e comprovou que o percentual mínimo exigido se tratava de uma contrapartida inconstitucional, uma vez que prevista em Lei Ordinária e não em Lei Complementar. Tal fundamento decorreu dos julgamentos das ADIs 2028 e 4480 (já transitado em julgado), que estabelecem que as entidades filantrópicas gozam de imunidade pela sua própria natureza beneficente de ser, e que eventuais contrapartidas devem estar previstas em Lei Complementar, padecendo, portanto, de vício formal inconstitucional (CF/88, art. 195, § 7.º), afetando as diversas áreas nas quais se exige certificação, a saber, educação, assistência social e saúde. Assim, o Mandado de Segurança impetrado teve como objetivo a concessão de medida liminar e meritória para que a autoridade coatora se abstivesse de supervisionar ou cancelasse o CEBAS da Entidade exclusivamente sob a motivação do não atendimento do requisito previsto no art. 4.º, inciso II, da Lei Ordinária nº12.101/2009, revogada pela Lei Complementar nº 187/2021. Em 19 de janeiro de 2022, a Seção Judiciária do Distrito Federal - 17ª Vara Federal Cível da SJDF, proferiu sentença concedendo a segurança pretendida, conforme fundamentos expressos na sentença: "(...) com apoio no art. 487, inciso I, do CPC/2015, concedo a segurança, para determinar que as autoridades impetradas se abstenham de cancelar o CEBAS da parte impetrante com fundamento exclusivamente atribuído à exigência de comprovação dos requisitos dispostos no art. 4.º, inciso II, da Lei Ordinária nº 12.101/2009, revogada pela Lei Complementar nº 187/2021, porquanto inconstitucional, julgando extinto o processo com resolução de mérito". No dia 31 de janeiro de 2022, o Departamento de Certificação de Entidade Beneficentes de Assistência Social em Saúde, protocolou nos autos o Parecer 03/2022, informando que em decorrência da decisão judicial proferida no Mandado de Segurança e que a Entidade cumpre os requisitos não caracterizados como contrapartida, o processo de cancelamento foi arquivado provisoriamente, até que houvesse o transito em julgado do Mandado de Segurança, conforme segue: "Diante o exposto, com base na decisão judicial exarada no Mandado de Segurança nº 1025258-77.2021.4.01.3400, que determinou a abstenção do cancelamento do CEBAS da entidade com fundamento exclusivamente atribuído à exigência de comprovação dos requisitos dispostos no art. 4.º, inciso II, da Lei 12.101/2009, alterada pela Lei Complementar nº 187/2021, tem-se que a entidade cumpre os requisitos não caracterizados como contrapartida para manutenção do CEBAS (manter o CNES atualizado e a contratualização com o gestor do SUS), devendo os autos serem arquivados provisoriamente, até ulterior decisão judicial. Junte-se cópia deste Parecer nos autos do Processo Judicial SIPAR 25000.008513/2022-11." Nesse contexto, após julgamento definitivo do processo protocolado no ano de 2012 (SEI n 25000.111301/2012-31), conforme Portaria de Indeferimento nº 336, de 2 de agosto de 2022, assegurando efeitos de CEBAS válido e vigente até a data da publicação de sua decisão (art. 6 do Decreto 8.242/2014), a Entidade manteve sua cadeia de certificação incólume em razão do novo deferimento de seu CEBAS, à luz da mencionada Portaria nº 446/2022 (Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2022), fixando o novo triênio de sua certificação (24/08/2022 a 23/08/2025). Os demais processos tempestivamente protocolados a título de renovação foram, em virtude do deferimento consubstanciado na Portaria nº 446/2022, todos arquivados: SIPAR nº 25000.199347/2015-16, SIPAR nº 25000.216617/2018-11 e SIPAR nº 25000.178019/2021-24. Conforme apresentado acima, a Entidade sempre atendeu aos requisitos da anterior normatização, a Lei Ordinária nº 12.101/2009, e, a partir de 16 de dezembro de 2021, vem atendendo ao que instrui a Lei Complementar nº 187/2021, regulamentada pelo Decreto nº 11.791/2023. **Reforma Tributária:** A "Reforma Tributária Sobre o Consumo no Brasil" foi instituída pela Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar (LC) nº 214/2025, Lei Complementar (LC) nº 224/2025 e alterações feitas pela Lei Complementar (LC) nº 227/2026. Trata-se da maior mudança recente no sistema fiscal brasileiro. O objetivo central é simplificar a tributação, substituindo múltiplos tributos por um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual. A Reforma almeja reduzir a zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") e na extinção das Contribuições ao Programa de Integração Social ("PIS") e para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), bem como do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços ("ICMS") e do Imposto sobre Serviços ("ISS"). Em substituição a esses tributos, a Reforma, por meio da Lei Complementar nº 214/2025, instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), a Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e o Imposto Seletivo ("IS"). O IBS e a CBS são tributos incidentes sobre o fornecimento de qualquer tipo de bem, material ou imaterial, ou serviço, caracterizando-se como tributos sobre o valor agregado, algo praticado em outras partes do mundo. O IBS é de competência dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; a CBS, da União. Apesar de serem tributos distintos, ambos seguirão o mesmo regime jurídico, com diferenças apenas em aspectos específicos como alíquota ou local de ocorrência do fato gerador. A Reforma firma os seguintes princípios e conceitos, além da mencionada simplificação tributária: • **Princípio do Destino:** O tributo será devido ao local onde o bem ou serviço é consumido, não onde é produzido. • **Não Cumulatividade:** O imposto pago em etapas anteriores gera crédito, evitando a tributação em cascata. • **Alíquotas Especiais:** (i) cesta básica nacional com alíquota zero; (ii) setores como educação e saúde terão redução de 60% ou 30% da alíquota padrão. • **Regime do Simples Nacional:** Empresas no Simples podem optar por se manter no regime atual ou adotar as regras gerais de IBS/CBS para aproveitar créditos. • **Imposto Seletivo (IS):** Incidirá sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas etc.). • **Transparência:** As mudanças buscam uma maior transparência tributária, permitindo que o consumidor saiba exatamente quanto paga de imposto no preço final. • **Outros tributos:** (i) IPVA: Passará a incluir veículos aquáticos e aéreos (iates, jatinhos) e será progressivo conforme o impacto ambiental; e (ii) ITCMD: Será obrigatoriamente progressivo conforme o valor da herança ou doação. • **Split payment:** Função de pagamento eletrônico que permitirá que os prestadores de pagamentos segregar o valor do fornecimento propriamente dito e os valores de IBS e CBS, destinando cada porção ao fornecedor, ao Comitê Gestor e à Receita Federal. A trajetória de implementação é gradual, começando com testes em 2026 e finalizando em 2033. **Resumo das principais legislações e mudanças:** • **Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023:** Estabeleceu as bases da reforma, prevendo o IVA Dual (IBS + CBS) e o fim de 5 tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS, COFINS). • **Lei Complementar (LC) nº 214/2025:** Regulamentou a Reforma, definindo o funcionamento prático do IBS (substitui ICMS/ISS) e da CBS (substitui PIS/COFINS), além de criar o Comitê Gestor do IBS e o Imposto Seletivo ("Imposto do Pecado"). • **Lei Complementar (LC) nº 224/2025:** Dispõe sobre a redução e os critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos exclusivamente no âmbito da União; estabelece a responsabilidade solidária de terceiros pelo recolhimento de tributos incidentes sobre a exploração de apostas de quota fixa. • **Instrução Normativa nº 2.305/2025:** Dispõe sobre a redução linear dos incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos no âmbito da União. • **Lei nº 15.270/2025:** Introduziu alterações no Imposto de Renda, incluindo isenção para rendimentos até R$ 5 mensais a partir de 2026. • **Lei Complementar (LC) nº 227/2026:** instituiu as normas gerais relativas ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), como regras de competência, fato gerador e base de cálculo, inclusive em casos envolvendo bens, doadores ou herdeiros domiciliados no exterior. **Etapas da Reforma:** • **2025:** Fase de regulamentação final e adaptação de sistemas empresariais. • **2026 (início da transição):** (i) fase de teste: emissão de notas fiscais com destaque para a alíquota teste do IBS (0,1%) e CBS (0,9%); e (ii) imposto de renda: isenção para rendimentos até R$ 5. • **2027 (entrada em vigor):** (i) extinção dos tributos PIS e COFINS e implementação plena da CBS; e (ii) redução da alíquota do IPI (exceto produtos da Zona Franca de Manaus). • **2029 - 2032 (transição do consumo):** (i) redução gradual das alíquotas de ICMS (estadual) e ISS (municipal); e (ii) aumento gradual das alíquotas do IBS (compartilhado estado/município). • **2033 (sistema definitivo):** (i) extinção total do ICMS e ISS. O novo sistema operará com alíquota plena. **Impactos nas entidades imunes:** A Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023 manteve previsões de imunidade a impostos e a contribuições para financiamento da seguridade social para o IBS e a CBS. Valem, portanto, para as entidades imunes, as prerrogativas legais conferidas pela Constituição Federal do Brasil (artigo 150, VI). A Lei Complementar (LC) nº 214/2025, por seu turno, trata a imunidade do IBS e da CBS oriundos dos fornecimentos realizados por instituições de educação e de assistência social, inclusive de saúde, sem fins lucrativos, desde que cumpram os requisitos previstos no artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), conforme obriga a Constituição Federal do Brasil. Tal imunidade, por outro lado, não é extensível aos seus fornecedores, sendo, então, o IBS e a CBS recolhidos quando apurados nas transações, não cabendo falar em creditação de tais tributos. Sobre o IBS e a CBS incidentes na importação de bens e serviços por entidade imune, valem as condições semelhantes ao que já ocorre ao Imposto de Importação, ao IPI, à Contribuição ao PIS, à COFINS e ao ICMS. A Lei Complementar (LC) nº 224/2025, entre outros temas, trata de critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos exclusivamente no âmbito da União, notadamente com o intuito de reduzir benefícios fiscais (artigo 4 da referida legislação) no contexto da Reforma Tributária. Os tributos afetados pelo regramento jurídico, conforme o mencionado artigo 4, em seu § 1º, são: (a) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("Contribuição para o PIS/Pasep") e a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços ("Contribuição para o PIS/Pasep-Importação"); (b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior ("COFINS-Importação"); (c) Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"); (d) Imposto de Importação ("II"); (e) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e (f) contribuição previdenciária do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada. Ainda no artigo 4, dessa vez no seu § 2º, tem-se o alcance das reduções de que trata a Lei Complementar em função dos regimes tributários, a saber: (a) lucro presumido; (b) Regime Especial da Indústria Química ("RETQ"); (c) crédito presumido de IPI; (d) crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, inclusive na importação; (e) redução a 0 (zero) das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, inclusive na importação; e (f) redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS prevista no art. 2º da Lei nº 10.925/ 2004. Com relação ao impacto tributário nas entidades imunes, a Lei Complementar (LC) nº 224/2025 dedica, ainda em seu artigo 4, especificamente no § 8º, item I, o seguinte texto: "A redução dos incentivos e benefícios prevista no § 2º deste artigo não se aplica a: I - imunidades constitucionais [...]". Ao que pese insegurança jurídica, em um primeiro momento, trazida pela possibilidade de a Lei Complementar nº 224/2025 restringir isenções de tributos federais, impondo uma tributação parcial (corte linear de benefícios) a associações e fundações sem fins lucrativos, entidades imunes constitucionais, OSCIPs e Organizações Sociais (OS) terão mantidos seus benefícios, sendo, inclusive tal tema objeto de manifestação pública da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio de publicação de materiais esclarecedores ("Perguntas e Respostas"), notas oficiais e a edição da Instrução Normativa nº 2.305/2025. **Perspectivas da Entidade sobre os impactos da Reforma Tributária e ações feitas e planejadas:** A Entidade, desde o nascedouro da Reforma Tributária, acompanha o assunto, discutindo-o com seus órgãos da alta direção, assessores jurídicos, auditoria externa, contador e fornecedores de sistemas tecnológicos usados no processo fiscal da Entidade. Até a data destas demonstrações financeiras, a Entidade havia empreendido as alterações de configurações de seus sistemas tecnológicos e processos no que tange à emissão de suas notas fiscais, garantindo, com isso, a imunidade conferida constitucionalmente à Entidade. A Entidade encerra o ano de 2025 totalmente adaptada à fase de teste do IBS e da CBS. Ainda no primeiro trimestre do ano de 2026, a Entidade promoverá um amplo treinamento de todos os envolvidos direta e indiretamente na Reforma Tributária, além de continuar monitorando o tema. Garantidas as prerrogativas constitucionais relacionadas à sua imunidade tributária, a Entidade é da opinião de que a Reforma Tributária afetará seus processos, sobremaneira seus fornecedores, mas não há expectativas de que as mudanças trarão efeitos negativos na performance da Entidade nem ocasionará reduções significativas em seus fluxos de caixa futuros. **Descrições das unidades: a. Filial OSS constituída em 2024 - Primeiro e Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e Operacionalização, com efeitos em 2025:** *Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato:* Com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde, o Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato é um equipamento de saúde mantido pela Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo (SES-SP) sob regime de Contrato de Gestão e Operacionalização. Com 20 anos de história, o Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato possui 109 leitos e presta assistência médico-hospitalar, em regime de emergência e internação, nas áreas de clínica médica, cirurgia pediátrica, obstetrícia (maternidade de alto risco) e terapia intensiva (adulto, pediátrica e neonatal), além de oferecer atendimento cirúrgico eletivo nas especialidades de cirurgia geral, ginecológica e pediátrica, e ser referência regional para tratamento de picada de animais peçonhentos no público pediátrico. Sua área de atuação abrange os municípios de Franco da Rocha, Caieiras, Cajamar e Mairiporã, além de Francisco Morato. O hospital vinha sendo controlado por outra entidade de direito privado, de caráter filantrópico e qualificada como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo. O controle da operação teve início em 20 de novembro de 2019, por intermédio do Contrato de Gestão e Operacionalização (Processo SPDOC nº 1872117/2019), firmado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP), e teve seu término em 19 de novembro de 2024. Ao término do período descrito acima, a Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) emitiu edital de certame público para seleção de nova parceria para dar continuidade aos serviços do Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato, no que a Entidade se sagrou vencedora do processo, passando a assumir o controle do hospital. O Contrato de Gestão e Operacionalização sofreu duas aditivações, conforme descrito abaixo: **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e Operacionalização:** Em 29 de novembro de 2024, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) emitiu o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e Operacionalização - Processo SEI nº 024.00150034/2024-42, com o objetivo de repassar à Entidade recursos financeiros de custeio para o pagamento da 1º parcela do 13º salário dos empregados da entidade que anteriormente administrava o Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato e que foram sub-rogados pela Entidade a partir da data de 20 de novembro de 2024, bem como para a complementação da folha de pagamento de salários e encargos de FGTS correspondentes ao período de 1º a 19 de novembro de 2024. O montante total previsto no referido Termo Aditivo para a cobertura desses eventos foi de R$ 2.502. Além desse valor, o Termo Aditivo também contemplou o montante de R$ 269 para o pagamento de férias usufruídas pelos empregados do hospital em dezembro de 2024. O valor total do Termo Aditivo, portanto, foi de R$ 2.771 e foi recebido pela Entidade em dezembro de 2024. **Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e Operacionalização:** Em 31 de dezembro de 2024, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) emitiu o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e Operacionalização - Processo SEI nº 024.00150034/2024-42, com o objetivo de repassar à Entidade recursos financeiros de custeio para a quitação de despesas remanescentes com fornecedores e prestadores de serviços assistências, credores remanescentes da entidade que anteriormente administrou o Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato, bem como para o pagamento da 2ª parcela do 13º salário (11/12 avos, de competência da Entidade). O referido 2º Termo Aditivo prevê os seguintes valores: R$ 600, referentes a custeio Federal, e R$ 4.799 de custeio Estadual, perfazendo R$ 5.399. O referido montante foi recebido integralmente nos meses de janeiro e fevereiro de 2025 e é assim composto: (i) R$ 3.507: referentes à mencionada quitação de dívidas que competiam à anterior entidade que administrou o hospital; e (ii) R$ 1.892: para a quitação da 2ª parcela do 13º salário (11/12 avos), que compete à Entidade. Após o recebimento, a Entidade reconheceu em suas demonstrações financeiras as despesas de custeio correspondentes aos saldos das dívidas que remaneceram na entidade que anteriormente administrou o hospital em contrapartida no passivo circulante. Em seguida, quitou todos os valores diretamente com os credores, sendo ainda pendente o montante de R$ 5, que permanece registrado no passivo circulante da Entidade na data destas demonstrações financeiras. A seguir, uma composição dos totais e as rubricas envolvidas na demonstração do resultado da Entidade:

	2025
Receitas operacionais - Saúde (vide nota explicativa nº 25)	
Receita do Contrato de Gestão e Operacionalização - Repasse especial de custeio (T.A. 2)	3.502
Custos e despesas operacionais - Saúde (vide nota explicativa nº 26)	
Pessoal - repasse de honorários médicos	(1.893)
Materiais e medicamentos	(854)
Custos gerais	(755)
	(3.502)
Resultado líquido pelo reconhecimento do repasse especial	**-**

Acordos contratuais com fornecedores de insumos, prestadores de serviços e arrendadores: Como parte das ações de transição para o Contrato de Gestão e Operacionalização da sua nova filial OSS, a Entidade envidou melhores esforços para que não houvesse quebra de contratos, falta de fornecimentos de insumos importantes ao atendimento dos pacientes do Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato, o que poderia resultar na interrupção da prestação dos serviços à população atendida pelo equipamento de saúde. Dessa forma, a Entidade aditivou todos os contratos com os fornecedores de insumos, prestadores de serviços e arrendadores que se relacionavam com a anterior entidade que administrava o hospital. Os arranjos contratuais previram a sucessão de todos os contratos vigentes na data de transição pelo período de 90 dias a contar de 20 de novembro de 2024. Apesar de a Entidade ter envidado todos os esforços no processo de contratação dentro do prazo estipulado inicialmente, circunstâncias alheias à vontade da Entidade impediram que esta concluísse o processo. Em 13 de março de 2025, por meio de ofício enviado à Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde (CGCSS), da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SES/SP), a Entidade solicitou nova prorrogação de 90 dias, que teve término em 13 de junho de 2025. Durante esse novo período, a Entidade concluiu todas as renovações previstas. **b. Operações descontinuadas em períodos anteriores, mas que ainda trazem reflexos para demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025:** *Hospital "Doutor Benício Tavares Pereira" - Hospital Estadual Central:* A Entidade, qualificada como Organização Social de Saúde, por intermédio do Contrato de Gestão e Operacionalização firmado com a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo em 18 de dezembro de 2011, assumiu as atividades do Hospital "Doutor Benício Tavares Pereira" - Hospital Estadual Central, visando a desenvolver o programa de modernização de gestão de saúde no âmbito do Estado do Espírito Santo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 4 de junho de 1998. A operação, localizada no centro de Vitória - ES, tem por objetivo realizar cirurgias de média e alta complexidade nas áreas de neurocirurgia, cirurgia vascular, ortopedia e neurologia clínica - AVC. O estabelecimento atende pacientes encaminhados pelos hospitais estaduais do Espírito Santo. Além dos serviços cirúrgicos, possui um centro de diagnóstico que apoia as atividades hospitalares e presta serviços aos usuários externos. São realizados exames de tomografia, raios-x, endoscopia, ultrassonografia e arteriografia. A Entidade teve seu último contrato renovado em 30 de novembro de 2020, com vigência até 14 de dezembro de 2020, de acordo com Termo Aditivo nº 33/2020. Em decorrência da não participação da Entidade no chamamento público, o Hospital "Doutor Benício Tavares Pereira" - Hospital Estadual Central passou a ser administrado por outra entidade jurídica nomeada pelo município, que a partir de 15 de dezembro de 2020 assumiu a gestão e operacionalização do equipamento público assumindo todos os bens, direitos e obrigações que ficaram à disposição do órgão público. O déficit apurado na operação descontinuada, correspondente ao exercício de 2020, foi de (R$ 2.921), que compôs a linha de resultado de operações descontinuadas na demonstração do resultado daquele ano. A Entidade cumpriu todas as suas obrigações pertinentes à descontinuação da operação, no entanto, ainda existem pendências por parte da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA) para o encerramento definitivo da filial, a saber: retorno sobre aceites de justificativas de determinadas certidões de regularidade pendentes; retorno de pendências trabalhistas - processos ativos que devem ser acompanhados e sub-rogados pela SESA e transferidos para a entidade que assumiu a operação -; definições quanto a decisões relacionadas ao retorno de empregados afastados após o encerramento do Contrato de Gestão e Operacionalização e consequentes cálculos de valores de rescisões; decisão sobre convenção coletiva com negociação em andamento após o encerramento do Cont

continuação...

razoáveis e passíveis de suporte, que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Entidade, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). *Mensuração das perdas com crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis da Entidade. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável. *Glosas:* É a recusa parcial ou total de uma fatura, por parte da operadora de plano de saúde, por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Seu registro é realizado quando a Entidade, por meio de suas filiais, recebe a notificação da operadora do plano de saúde. Glosas ocorrem também nas receitas das filiais da Entidade que atendem a pacientes do SUS. Normalmente, tais eventos decorrem do não atingimento de metas de atendimento contratualizadas com as Secretarias de Saúde responsáveis, sendo possível também ocorrer eventos desse tipo nos ativos financeiros não derivativos da filial OSS mantida sob Contrato de Gestão e Operacionalização. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Entidade, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Entidade. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. A Entidade avalia os ativos do imobilizado quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. **m. Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) - Arrendamentos objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade. Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados: • A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação do momento em que é disponibilizado para a Entidade; • A Entidade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado ao longo do período contratual; • A Entidade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato. Na data de início do arrendamento, a Entidade reconhece, no seu balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Subsequentemente, reconhece a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização sobre o direito de uso do ativo. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Entidade e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Entidade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento pelo prazo do arrendamento. Na data de início, a Entidade mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, utiliza-se a taxa incremental. A Entidade, até a data das presentes demonstrações financeiras, não tinha histórico de compras de ativos financiadas por instituições financeiras, motivo pelo qual a taxa de juros para desconto a valor presente dos passivos de arrendamentos foi a taxa de juros variável, equivalente à taxa de mercado aplicada por instituições financeiras em financiamentos de compras de ativos. As taxas adotadas pela Entidade, em 2025, vão de 12.56% a.a. e 18,34% a.a. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Até o exercício de 2024, como arrendadora, a Entidade classificava seus arrendamentos como operacionais, haja vista não ter celebrado nenhum contrato categorizado como arrendamento financeiro. Conforme notas explicativas nºs 3.i(i), 3.k e 10, no ano de 2025, a Entidade comercializou ativos de uma atividade anteriormente descontinuada e que estavam sob um contrato de arrendamento operacional. Tais ativos estavam classificados como "propriedade para investimento" (vide notas explicativas nºs 3.k e 15)) e "imobilizado" (demais bens móveis usados na operação (vide notas explicativas nºs 3.i(i) e 15)). A transação equiparou-se a um arrendamento financeiro, então, a Entidade desreconheceu os ativos arrendados na data do contrato, com efeito de uma despesa no resultado (vide notas explicativas nºs 10 e 28) e, em mesmo momento, reconheceu as contas a receber pelo valor do investimento líquido nos ativos arrendados, descontados a valor presente pela taxa implícita da transação (vide notas explicativas nº 10), em contrapartida de uma receita no resultado (vide notas explicativas nºs 10 e 28). A Entidade passou, então, a registrar, em conformidade com o regime de competência, a receita financeira que ajusta o valor presente das contas a receber do arrendamento financeiro (vide nota explicativa nº 29). **n. Mensalidades recebidas antecipadamente:** As matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao final do exercício social em curso, consequentemente, são reconhecidos como mensalidades antecipadas, no passivo circulante e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. **o. Provisões, passivos contingentes e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Entidade tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado. As provisões são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **p. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Entidade tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **q. Demais ativos circulantes e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **r. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são utilizados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. **s. Receita operacional: (i) Prestação de serviços - Saúde médico-hospitalar:** As receitas com serviços prestados no segmento de saúde englobam as contraprestações provenientes das operações com Sistema Único de Saúde - SUS, convênios/planos de assistência à saúde, atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios. Essas receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando o valor possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre as receitas. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário *pro rata die* do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As receitas com atendimento de serviços - saúde médico-hospitalar - são apropriadas pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O reconhecimento de receitas também leva em consideração ajustes de variabilidade da receita pela expectativa de glosas de convênios, rejeições de contas do Sistema Único de Saúde (SUS) e concessões comerciais a pacientes particulares. **(ii) Prestação de serviços - Educação:** As receitas incluem anuidades do ensino infantil, fundamental e médio, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados, de acordo com o regime de competência, e, também, considerando ajustes de variabilidades oriundos de concessões comerciais que não sejam meros descontos financeiros. **(iii) Prestação de serviços - Assistência Social:** A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de crianças, adolescentes, adultos e idosos. A receita com a prestação de serviços no segmento de assistência social refere-se às mensalidades de serviços de moradia/hospedagens e pós-cirurgia, voltados principalmente para o público da terceira idade. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados, de acordo com o regime de competência. **t. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras e os ajustes a valor presente do precatório a receber (vide nota explicativa nº 14) e das contas a receber de arrendamento financeiro (vide notas explicativas nºs 3.m e 10). Tais receitas são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos e de acordo o regime de competência. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre arrendamentos e empréstimos (vide notas explicativas nºs 16 e 18); juros sobre subvenções já recebidas, mas ainda não realizadas (vide nota explicativa nº 11); e despesas bancárias. Todas são reconhecidas pelo regime de competência. **u. Receita com trabalhos voluntários:** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse os mesmos serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais das atividades de saúde, educação e assistência social em contrapartida nas despesas de cada respectivo segmento operacional. Durante o exercício de 2025, a Entidade registrou o montante de R$ 6.441 (R$ 7.816 em 2024), referente aos trabalhos voluntários prestados nas operações em continuidade da Entidade (vide nota explicativa nº 31). **v. Operações descontinuadas:** Uma operação descontinuada é uma linha e/ou parte de negócio da Entidade que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente separados do resto da Entidade. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. A demonstração de resultado do exercício e demonstração dos fluxos de caixa das operações descontinuadas são apresentadas conforme nota explicativa nº 6. **w. Gerenciamento de risco financeiro:** A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco com taxa de câmbio; • Risco de taxa de juros; e • Risco de liquidez. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 30. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. **x. Novas normas contábeis ainda não efetivadas:** Uma série de novas normas foram efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. (a) Normas IFRS S1 e S2 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e divulgação relacionadas ao clima: A Entidade acompanha os assuntos contidos nas duas normas, no entanto, estas são, por ora, aplicáveis unicamente a companhias de capital aberto. A Entidade não tem planos de adotar espontaneamente as duas normas, que têm vigência prevista para os exercícios iniciados a partir de 1° de janeiro de 2027; (b) Norma CPC 15/IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: A Entidade está avaliando os impactos da norma para atendimento, conforme vigência em 1° de janeiro de 2027; (c) Melhorias em relação à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações no CPC 39/IAS 32, CPC 40/IFRS 7, CPC 48/IFRS 9): A Entidade está avaliando os impactos das mudanças para atendimento, conforme vigência em 1º de janeiro de 2027. **4. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos divulgados nas notas explicativa nºs 12, 15 e 30. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àqueles ativos ou passivos. **5. Segmentos operacionais:** As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento, bem como de acordo com o Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, o qual regulamenta a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição. O referido Decreto, em seu artigo 3º § 3º, orienta às entidades que atuem em mais de uma das áreas a manter escrituração contábil segregada por área, de modo a evidenciar as receitas, os custos e as despesas de cada atividade desempenhada. As informações dos segmentos operacionais são apresentadas em relação às áreas de atuação da Entidade e suas filiais que foram identificadas com base na sua estrutura de administração e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade. A Entidade possui três segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são as áreas de atuação da Entidade. As unidades mantidas oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das unidades, a Entidade analisa os relatórios internos frequentemente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Entidade: • **Saúde -** A Entidade oferece assistência médico-hospitalar e ambulatorial, considerando o conjunto de suas filiais próprias, conforme aqui nominadas: Casa de Saúde São José (RJ), Hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceição (RJ), Hospital Madre Regina Protmann (ES), Hospital Nossa Senhora da Conceição (SC), Hospital Santa Catarina (SP), Hospital Santa Isabel (SC), Hospital São José (RJ) e Hospital Santa Teresa (RJ). Também é integrante do segmento da saúde a filial OSS da Entidade, o Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato (SP). • **Educação -** Unidades que estão inseridas na educação básica oferecendo educação infantil-creche, fundamental e médio, além de curso de ensino profissionalizante e EJA - Educação para Jovens e Adultos. A Entidade mantém: Colégio Santa Catarina (ES), Colégio Santa Catarina (SP), Colégio Santa Catarina (MG), Colégio Santa Catarina (RJ), Colégio Santa Catarina (GO), Creche Monteiro Lobato (MG), Creche São José do Itamarati (RJ). • **Assistência social -** A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de crianças, adolescentes, adultos e idosos, que são desenvolvidas nas seguintes filiais: Lar Madre Regina (SP) e Obra Social Santa Catarina (MG). São desenvolvidos projetos socioassistenciais nas filiais: Colégio Santa Catarina (RJ) e Hospital Madre Regina Protmann (ES). No quadro abaixo, são demonstrados os resultados dos segmentos operacionais da Entidade, que são: (i) locais de desenvolvimento de atividades de negócio, que obtêm receitas e gastos; (ii) têm seus resultados revisados pelo corpo executivo responsável pela tomada de decisões e alocações de recurso; e (iii) onde esteja informação financeira diferenciada. A forma de avaliação por segmento permite o acompanhamento do desempenho das margens em separado dos diversos serviços oferecidos, dando suporte para as decisões dos executivos da Entidade. Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas a seguir. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento, como incluído nos relatórios internos que são analisados pelas associadas da Entidade.

Informações sobre segmentos reportáveis: Quadro 1 - Receitas segmentos operacionais:

	Saúde		Educação		Assistência social		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receitas operacionais líquidas								
Receita segmentos operacionais	2.617.789	2.516.488	97.555	90.434	738	729	2.716.082	2.607.651
Receitas operacionais - trabalho voluntário	6.189	7.443	242	367	10	6	6.441	7.816
(-) Deduções receitas dos segmentos	(30.253)	(41.920)	(20.185)	(17.425)	-	-	(50.438)	(59.345)
	2.593.725	**2.482.011**	**77.612**	**73.376**	**748**	**735**	**2.672.085**	**2.556.122**
Custos e despesas operacionais								
Custos e despesas operacionais	(2.688.342)	(2.468.568)	(76.972)	(65.246)	(10.323)	(10.089)	(2.775.637)	(2.543.903)
Custos e despesas operacionais - trabalho voluntário	(6.189)	(7.443)	(242)	(367)	(10)	(6)	(6.441)	(7.816)
(Déficit)/superávit operacional bruto	**(100.806)**	**6.000**	**398**	**7.763**	**(9.585)**	**(9.360)**	**(109.993)**	**4.403**
Outras receitas e despesas operacionais, líquido	120.770	184.513	1.818	1.472	3.383	3.453	125.971	189.438
Superávit operacional antes do resultado financeiro	**19.964**	**190.513**	**2.216**	**9.235**	**(6.202)**	**(5.907)**	**15.978**	**193.841**
Resultado financeiro, líquido								
Receitas financeiras	38.571	41.011	762	693	101	60	39.434	41.764
Despesas financeiras	(15.606)	(16.335)	(226)	(140)	(79)	(51)	(15.911)	(16.526)
	22.965	**24.676**	**536**	**553**	**22**	**9**	**23.523**	**25.238**
Superávit do exercício, segmentos divulgáveis	**42.929**	**215.189**	**2.752**	**9.788**	**(6.180)**	**(5.898)**	**39.501**	**219.079**
Operações descontinuadas no exercício anterior	(1.901)	(657)	-	-	-	-	(1.901)	(657)
Superávit do exercício, segmentos divulgáveis	**41.028**	**214.532**	**2.752**	**9.788**	**(6.180)**	**(5.898)**	**37.600**	**218.422**

Quadro 2 a - Balanço patrimonial segmentos operacionais - Ativo:

	Saúde		Educação		Assistência Social		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	141.917	208.132	1.207	1.172	608	765	143.732	210.069
Títulos e valores mobiliários	109.479	95.501	-	-	-	-	109.479	95.501
Contas a receber	663.810	658.998	4.504	4.373	-	162	668.314	663.533
Contas a receber de arrendamento financeiro	5.655	-	-	-	-	-	5.655	-
Subvenções governamentais	36.622	14.751	1	152	102	-	36.725	14.903
Estoques	59.553	69.240	-	-	255	234	59.808	69.474
Ativos mantidos para venda	36.603	29.279	-	-	-	-	36.603	29.279
Contas a receber dos demais segmentos **(a)**	8.819	1.964	-	2.884	-	1	8.819	4.849
Outros créditos	38.966	31.271	3.378	2.889	131	70	42.475	34.230
Total ativo circulante	**1.101.424**	**1.109.136**	**9.090**	**11.470**	**1.096**	**1.232**	**1.111.610**	**1.121.838**
Não circulante								
Precatório a receber	88.556	84.681	-	-	-	-	88.556	84.681
Contas a receber de arrendamento financeiro	21.664	-	-	-	-	-	21.664	-
Créditos jurídicos	5.799	7.322	116	178	32	34	5.947	7.534
Subvenções governamentais	522	1.472	-	-	-	-	522	1.472
Outros créditos	13.715	16.943	86	130	-	-	13.801	17.073
Propriedades para investimentos	1.508	26.190	-	-	-	-	1.508	26.190
Imobilizado	856.662	830.317	50.451	43.171	6.378	6.582	913.491	880.070
Intangível	2.410	2.908	141	-	1	-	2.552	2.908
Direito de uso	23.917	21.893	382	-	30	-	24.329	21.893
Total do ativo não circulante	**1.014.753**	**991.726**	**51.176**	**43.479**	**6.441**	**6.616**	**1.072.370**	**1.041.821**
Total do ativo	**2.116.177**	**2.100.862**	**60.266**	**54.949**	**7.537**	**7.848**	**2.183.980**	**2.163.659**

Quadro 2 b - Balanço patrimonial segmentos operacionais- Passivo e patrimônio líquido:

	Saúde		Educação		Assistência Social		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Passivo								
Circulante								
Fornecedor	194.042	194.935	4.028	2.587	186	135	198.256	197.657
Empréstimos e financiamentos	10.461	17.238	-	-	-	-	10.461	17.238
Arrendamentos a pagar	8.007	4.977	108	-	21	-	8.136	4.977
Obrigações sociais e trabalhistas	121.642	127.676	6.621	6.542	770	697	129.033	134.915
Obrigações tributárias	19.953	18.592	1.081	895	54	51	21.088	19.538
Subvenções governamentais	45.118	36.828	123	393	581	447	45.822	37.668
Contas a pagar aos demais segmentos **(a)**	-	-	3.341	-	5.478	4.849	8.819	4.849
Outras contas a pagar	101.428	109.073	6.098	5.838	116	22	107.642	114.933
Total do passivo circulante	**500.651**	**509.319**	**21.400**	**16.255**	**7.206**	**6.201**	**529.257**	**531.775**
Não circulante								
Provisão para riscos processuais	89.261	85.118	391	381	6	42	89.658	85.541
Empréstimos e financiamentos	-	10.434	-	-	-	-	-	10.434
Arrendamentos a pagar	16.505	14.942	314	-	-	-	16.819	14.942
Subvenções governamentais a realizar	1.348	2.427	-	-	1	4	1.349	2.431
Bens públicos em nosso poder e outras subvenções para ativos não circulantes	50.009	54.976	401	421	444	392	50.854	55.789
Outras contas a pagar	59.970	64.274	-	-	-	-	59.970	64.274
Total do passivo não circulante	**217.093**	**232.171**	**1.106**	**802**	**451**	**438**	**218.650**	**233.411**
Total do passivo	**717.744**	**741.490**	**22.506**	**17.057**	**7.657**	**6.639**	**747.907**	**765.186**
Patrimônio líquido								
Patrimônio social	1.337.546	1.125.171	35.000	28.088	6.060	7.108	1.378.606	1.160.367
Reserva de reavaliação	16.221	16.376	-	9	-	-	16.221	16.385
Superávit acumulado	41.184	214.690	2.760	9.795	(6.180)	(5.899)	37.764	218.586
Reserva de superávit acumulado - OSS	3.482	3.135	-	-	-	-	3.482	3.135
Total do patrimônio líquido	**1.398.433**	**1.359.372**	**37.760**	**37.892**	**(120)**	**1.209**	**1.436.073**	**1.398.473**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.116.177**	**2.100.862**	**60.266**	**54.949**	**7.537**	**7.848**	**2.183.980**	**2.163.659**

(a) Contas a receber e a pagar aos demais segmentos: Os segmentos operacionais da Entidade transacionam valores entre si, os quais são registrados em contas a receber e a pagar entre os segmentos. Na consolidação, tais valores são eliminados. No entanto, no balanço patrimonial por segmento, tais montantes devem ser apresentados para demonstrar os direitos e obrigações internas de cada segmento. A seguir, uma conciliação do balanço patrimonial que consolida todos os segmentos e o balanço patrimonial por segmento:

	2025	2024
Ativo no balanço consolidado	**2.175.161**	**2.158.810**
Contas a receber - saúde	8.819	1.964
Contas a receber - educação	-	2.884
Contas a receber - assistência	-	1
Ativo no balanço por segmento	**2.183.980**	**2.163.659**
Passivo no balanço consolidado	**2.175.161**	**2.158.810**
Contas a pagar - assistência social	5.478	4.849
Contas a pagar - educação	3.341	-
Passivo no balanço por segmento	**2.183.980**	**2.163.659**

6. Atividades descontinuadas: A Entidade apresenta, em destaque na demonstração do resultado do exercício de 2025, os resultados das filiais OSS Hospital Regional de Cáceres e Hospital "Doutor Benício Tavares Pereira" - Hospital Estadual Central - operações descontinuadas anteriormente, mas que ainda produzem efeitos em 2025 (conforme nota explicativa nº 1.1.b). **a. Demonstração das operações descontinuadas:** Apresenta-se, a seguir, o resultado das operações descontinuadas:

	2025	2024
Custos e despesas operacionais		
Custos e despesas operacionais - Saúde	(2.603)	(1.143)
Déficit operacional bruto	**(2.603)**	**(1.143)**
Déficit operacional antes do resultado financeiro	**(2.603)**	**(1.143)**
Resultado financeiro, líquido		
Receitas financeiras	702	486
	702	**486**
Déficit do exercício das operações descontinuadas em exercícios anteriores	**(1.901)**	**(657)**

b. Demonstração dos fluxos de caixa: A Entidade decidiu apresentar a demonstração de fluxo de caixa analisando todos os fluxos de caixa, incluindo as operações continuadas e descontinuadas. Os valores relacionados às operações descontinuadas estão resumidos a seguir:

	2025	2024
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	627	426
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa nas operações descontinuadas	**627**	**426**
7. Caixa e equivalentes de caixa:	**2025**	**2024**
Caixa fundo fixo	188	107
Banco conta movimento	560	4.677
Aplicações financeiras	142.984	205.285
	143.732	**210.069**

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitas à incidência de impostos, devido ao fato de a Entidade gozar de imunidade de tributos federais. A Entidade, na data destas demonstrações financeiras, possuía saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa com utilização exclusiva, que são oriundos de: • Saldo de caixa e equivalentes de caixa apurado pela filial OSS da Entidade (vide nota explicativa nºs 1.1.a); • Saldos remanescentes de caixa e equivalentes de caixa das filiais OSS descontinuadas e que estão em processo de prestação de contas (vide notas explicativas nºs 1.1.b e 6); • Os saldos bancários que registram recursos obtidos por emendas (também entendidas como subvenções governamentais) (vide nota explicativa nº 11); • Recursos recebidos na prestação de serviços ao SUS, dentro da contratualização com as Secretarias, contabilizado conforme Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, mas que têm utilização específica de pagamentos (folha de salários, materiais, entre outros custeios e investimentos estabelecidos em plano de trabalho); • Recursos recebidos dos fundos de saúde dos Estados, Municípios e Distrito Federal, por intermédio do Fundo Nacional de Saúde - FNS para pagamentos associados à Lei nº 14.434 - Piso Salarial Nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira (vide nota explicativa nº 19). Os saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa com utilização exclusiva estão destacados no quadro abaixo de forma segregada dos demais recursos:

	2025	2024
Caixa fundo fixo livre de destinação exclusiva	188	107
Banco conta movimento livre de destinação exclusiva	560	4.677
Aplicações financeiras com destinação exclusiva	35.954	47.096
Aplicações financeiras sem destinação exclusiva	108.030	158.189
	143.732	**210.069**

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa com destinação exclusiva são assim compostos:

Caixa e equivalentes de caixa com destinação exclusiva	**2025**	**2024**
Saldos das filiais OSS (a)	12.434	10.940
Recursos oriundos de subvenções (b)	13.157	22.668
Recursos de incentivos para serviços ao SUS	5.176	9.530
Recursos recebidos relacionados à Lei nº 14.434 (c)	5.187	3.958
Total	**35.954**	**47.096**

(a) O saldo de recursos das unidades OSS é assim composto:

Unidades OSS	**2025**	**2024**
Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato - SP (nota explicativa nº 1.1.a)	6.919	6.056
Hospital Regional de Cáceres "Dr. Antônio Fontes" (nota explicativa nº 1.1.b)	3.576	3.184
Hospital "Doutor Benício Tavares Pereira" - Hospital Estadual Central (nota explicativa nº 1.1.b)	1.871	1.636
OS Santa Catarina (vide nota explicativa nº 1.1)	68	64
Total	**12.434**	**10.940**

(b) Do montante total de R$ 22.668, em 2024, classificados como "recursos oriundos de subvenções", R$ 12.554 eram originários do Convênio nº 2022TR000832 - Processo nº SES 57612/2021, datado em 11 de maio de 2022, com publicação no Diário Oficial do Estado nº 21.798 em 24 de junho de 2022. O referido Convênio foi firmado entre a Entidade e o Estado de Santa Catarina, este por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, gestora do Fundo Estadual de Saúde (Concedente) e tem o objetivo de transferir recursos financeiros para auxiliar na aquisição de um equipamento de radioterapia (acelerador linear monoenergético 6MV, com FFF, com MLC, IMRT, VMAT e portal eletrônico integrado) para uso na filial própria de saúde da Entidade, o Hospital Santa Isabel, da cidade de Blumenau, no Estado de Santa Catarina. O Convênio tem a finalidade de oferecer melhor atendimento aos usuários do SUS, conforme proposta de trabalho apresentada pela Entidade e aprovada pelo Concedente, tendo originalmente a data de 31 de dezembro de 2022 como limite de execução do projeto. O montante do Convênio foi de R$ 10.000 e teve reconhecimento inicial nas demonstrações financeiras da Entidade do ano de 2022 como subvenção governamental de investimentos, atendendo à política contábil material descrita na nota explicativa nº 3.g. O valor foi recebido pela Entidade em junho de 2022 e contabilizado na rubrica "caixa e equivalentes de caixa", mantendo-se a sua contrapartida em "subvenções passivas - investimento". Enquanto não empregado na compra do equipamento, o valor recebido foi aplicado financeiramente e o rendimento auferido de tal operação financeira foi registrado em contrapartida do mesmo passivo de "subvenções passivas - investimento" (vide nota explicativa nº 11). O Convênio foi prorrogado por duas vezes consecutivas por meio de Termos Aditivos datados em 25 de novembro de 2022, que alterou a vigência até 31 de dezembro de 2023; e em 16 de novembro de 2023, ampliando novamente o prazo para 31 de dezembro de 2024. O fundamento jurídico para as prorrogações foi o disposto no Art. 41º do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. A justificativa para a celebração dos Termos foi a operacionalização burocrática do relacionamento, atendendo-se os ditames legais, especificamente para que a Entidade pudesse executar o objeto conveniado. Ao longo dos anos, a Entidade suportou sucessivos déficits na sua filial própria da saúde, o Hospital Santa Isabel - Blumenau (SC), o que levou a alta administração da Entidade a iniciar discussões com a Secretária de Saúde de Blumenau e a Secretaria do Estado da Saúde de Santa Catarina, no sentido de adequar os repasses de custeio para a Entidade provenientes do contrato de prestação de serviços ao SUS. Como o objetivo de tais negociações não foi alcançado a contento, na data de 29 de abril de 2024, em reunião com presença da Vice-Prefeita e Secretária de Saúde de Blumenau, da Secretária Estadual de Saúde de Santa Catariana e representantes da Entidade, foi ajustada a renúncia do serviço de oncologia do Hospital Santa Isabel, em razão da necessidade de adequações no respectivo serviço de alto custo, que contribuem significativamente para o aumento do desequilíbrio econômico-financeiro do hospital e, consequentemente, da Entidade. Por meio do Ofício 146/2024 - Corporativo, protocolado junto ao ente público no dia 6 de maio de 2024, a Entidade solicitou ao Gestor do SUS o descredenciamento e desabilitação da Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), com serviço de radioterapia do Hospital Santa Isabel - Blumenau (SC). Considerando que a aquisição do equipamento acelerador linear, prevista no Termo de Convênio nº 2022TR000832, era condição do credenciamento do Hospital Santa Isabel - Blumenau (SC) como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), com Serviço de Radioterapia, a Entidade solicitou, por intermédio do Ofício 49/2024 - Corporativo, protocolado junto ao ente público no dia 9 de maio de 2024, o remanejamento do valor repassado por meio do Convênio nº 2022TR000832 para que fosse utilizado no custeio das demais atividade assistenciais do hospital, o que não aconteceu. Em 13 de dezembro de 2024 foi publicada a Portaria SAES/MS nº 2.344, de 11 de dezembro de 2024, que desabilitou o Hospital Santa Isabel - Blumenau (SC) como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia com Serviço de Radioterapia. Uma vez tendo sido publicada a Portaria SAES/MS nº 2.344/2024, a compra do equipamento acelerador linear restou desnecessária e, consequentemente, o objeto do Convênio nº 2022TR000832

continuação...

ter sido vendido e estar ainda no balanço da Entidade para cumprir todas as etapas de transferência de controle, torna-se desnecessário efetuar novo teste de redução do valor recuperável do bem em 2025. Na data destas demonstrações financeiras, a Compradora já havia dado entrada na Prefeitura de São José dos Campos da documentação do projeto executivo, por meio do processo nº 78816/2025, em 24 de julho de 2025. O órgão municipal responsável ainda avalia a documentação. A Entidade estima a conclusão dessa etapa até o primeiro trimestre de 2026. *Imóvel no Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina:* Compreende um terreno urbano, sem benfeitorias, situado na Rua Florianópolis, distante 80,00 metros da esquina com a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, bairro Centro, na cidade de Tijucas/SC, representado pela área 02 da planta respectiva, com a área de 7.759,17m², objeto da matrícula nº 53.955, do Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas, e que consiste terreno situado no bairro Centro com área de 17.691,49m² descrito e caracterizado na referida matrícula. Tal imóvel é a sede do Hospital São José de Tijucas, que era uma filial própria da do segmento da saúde (vide nota explicativa nº 1). O terreno do hospital possui duas matrículas, a saber: 53.955, com área total de 9.935,83 m²; e 53.956, com área total de 7.755,66 m². Conforme nota explicativa nº 10, a Entidade comercializou todos os ativos do referido hospital por meio de um contrato contendo um arrendamento financeiro. A fração correspondente ao contrato de arrendamento financeiro é a da matrícula 53.955. A fração restante, a da matrícula 53.956, não possui nenhuma edificação construída e passou a ser negociada para venda pela Entidade a duas outras empresas interessadas, sendo que cada uma pretende adquirir metade da metragem, ou seja, 3.877,83 m². Já existem minutas de compra e venda para cada um dos interessados, o que fundamentou a reclassificação da fração ideal do terreno para a rubrica "ativos mantidos para venda". O montante envolvido na reclassificação foi de R$ 7.324 (vide nota explicativa nº 15). Tendo como base as minutas de compra e venda do terreno, a Entidade empreendeu teste de perda do valor recuperável do bem, conforme premissas:

Valor justo de venda por avaliação de empresa terceirizada (a)	19.600
Valor justo de venda negociado com os dois interessados	14.000

(a) O laudo foi emitido pela empresa Exata - Perícias e Avaliações Ltda. em 30 de janeiro de 2025.
O valor escolhido pela Entidade para prosseguir no teste foi o maior valor entre o valor justo de venda, avaliado por empresa terceirizada (R$ 19.600), e o valor justo de venda negociado nas duas minutas de venda, ou seja, o montante de R$ 14.000 (valor em uso).

Valor justo de venda	19.600
Despesas estimadas para a venda	(588)
Valor recuperável	**19.012**
Valor contábil do ativo em 31 de dezembro de 2025	7.324

Feito o teste, verificou-se que não há perda no valor recuperável do terreno, tornando-se desnecessário qualquer provisionamento. A composição da rubrica "ativos mantidos para venda" é assim dada:

	2025	2024
Custo histórico dos ativos mantidos para venda	36.994	29.670
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(391)	(391)
	36.603	**29.279**

A conciliação do saldo inicial dos ativos mantidos para venda, em 1º de janeiro de 2025, com seu saldo final, em 31 de dezembro de 2025, é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**28.800**
Reversão de provisão para redução do valor recuperável do ativo	479
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**29.279**
Transferência da rubrica "propriedades para investimento" (vide nota explicativa nº 15)	7.324
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**36.603**

13. Outros créditos:

	2025	2024
Contas a receber (a)	30.206	29.435
Adiantamentos a empregados	11.000	11.279
Despesas pagas antecipadamente (b)	11.033	4.514
Adiantamentos a fornecedores	2.247	3.085
Outros créditos	1.790	2.990
	56.276	**51.303**
Ativo circulante	42.475	34.230
Ativo não circulante	13.801	17.073

(a) Contém valores originados por contratos de renegociação de antigas contas a receber pela prestação de serviços para o atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS nas filiais próprias da Entidade Hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceição, Hospital Santa Teresa e Hospital São José, todas no Estado do Rio de Janeiro. Antes das renegociações, os valores estavam contabilizados em "contas a receber de pacientes SUS" e estavam totalmente provisionados para perdas. Na data inicial dos acordos, os valores foram reclassificados para a rubrica "contas a receber", com novos prazos de vencimentos. Os montantes estão registrados pelos seus valores presentes na data de 31 de dezembro de 2025, ajustados pela PECLD - Perda Esperada Em Créditos de Liquidação Duvidosa, conforme percentuais divulgados na nota explicativa nº 9. O valor total dos acordos é de R$ 34.453 em 2025 (R$ 29.022 em 2024), que, ajustado pela expectativa de perdas em sua recuperação, perfaz R$ 28.418 (R$ 27.005 em 2024), sendo composto da seguinte forma:

	2025	2024
Contas a receber de valores renegociados com o SUS	34.453	29.022
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) (i)	(6.035)	(2.017)
	28.418	**27.005**
Ativo circulante	16.324	12.228
Ativo não circulante	12.094	14.777

Os fluxos de caixa futuros, a valor presente, estão divididos pelos anos seguintes conforme demonstrado:

Vencimento	31 de dezembro de 2025
2024	3.156
2025	5.069
2026	12.621
2027	5.197
2028	2.243
2029	2.243
2030	2.243
2031	1.681
Total	**34.453**

Vencimento	31 de dezembro de 2024
2024	6.089
2025	6.977
2026	4.403
2027	3.143
2028	2.243
2029	2.243
2030	2.243
2031	1.681
Total	**29.022**

A movimentação da PECLD - Perda Esperada em Créditos de Liquidação Duvidosa, no exercício de 2025, é assim exposta:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(1.645)**
Constituição de PECLD	(372)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(2.017)**
Constituição de PECLD (i)	(4.018)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(6.035)**

(i) O aumento do valor de provisionamento foi fruto da revisão das estimativas contábeis da Entidade e refletem o nível de inadimplência das Secretarias Estadual e Municipais de Saúde do Rio de Janeiro (pacientes do SUS - ativo circulante), conforme salientado na nota explicativa nº 9. (b) A rubrica "despesas pagas antecipadamente" sofreu um aumento no ano de 2025 oriundo de atualizações dos planos de saúde dos empregados, novas licenças se sistemas amortizáveis até 36 meses, que, pela política contábil da Entidade, não integram o ativo intangível e seguro fiança, também amortizável a partir de 2026. **14. Precatório a receber:** Durante o exercício de 2016, a Entidade descontinuou as atividades da sua filial OSS, o Hospital de Trauma-Ortopedia "Dona Lindu", no Estado do Rio de Janeiro, que passou a ser gerida por outra entidade jurídica devidamente nomeada pelo governo daquele Estado. Na data da transferência da operação, a Entidade deixou de controlar os ativos imobilizados e intangíveis de sua propriedade e que eram alocados no hospital. A Entidade moveu o processo 0179368-68.2017.8.19.001, com data de distribuição em 17 de julho de 2017, contra o Estado do Rio de Janeiro, almejando ação de cobrança com restituição de bens, cujo valor contábil era de R$ 4.231, bem como cobrar R$ 39.638 de valores não recebidos pela prestação de serviços ao SUS. O processo teve trânsito em julgado de sentença em 8 de fevereiro de 2023. Por intermédio do Ofício nº 2024.05066/OFREQ, datado em 24 de abril de 2024, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Juízo Gestor de Precatórios condenou o Estado do Rio de Janeiro a pagar o processo à Entidade. O Ofício atualizou com juros e correção o montante devido, que alcançou, com data base de 1º de fevereiro de 2023, o valor de R$ 69.547. Em 26 de abril de 2024, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - GABPRES: Departamento de Precatórios Judiciais emitiu o Ofício DEPRE/DEPJU/HOLOS nº AUT.2024.006170, encaminhado ao Chefe da Serventia do Capital 4 - Vara da Fazenda Pública, gerando o precatório 2024.06707-1. Apesar de, nas mencionadas ocasiões, já existir compromisso de pagamento do processo, a Entidade inicialmente decidiu não registrar o precatório porque entendeu que, no estágio em que o assunto estava até então, não havia razoável segurança quanto ao recebimento do precatório, o que inviabilizava seu registro como um ativo financeiro no balanço da Entidade, permanecendo o precatório como um ativo contingente, não passível de contabilização. A Entidade, a partir de então, continuou a monitorar a entrada do precatório na programação de pagamentos do governo do Estado do Rio de Janeiro, entendendo ser essa uma importante etapa a ser vencida para ter-se uma razoável segurança quanto ao recebimento do precatório, o que levaria à sua contabilização como ativo financeiro. Em 30 de abril de 2024, verificou-se a inclusão do precatório 2024.06707-1 na ordem cronológica de pagamento, no já referido montante de R$ 69.547. Em 20 de dezembro de 2024, em consulta ao Portal dos Precatórios (tjrj.jus.br/web/precatorios), verificou-se que o precatório 2024.06707-1 estava na posição 33.141ª na fila de pagamentos. Em mesma ocasião, levantou-se o número de 25.416 precatórios pagos, estando pendentes de pagamento em mesma data o total de 29.398 precatórios. Após esses fatos, a administração da Entidade decidiu pela contabilização do precatório em suas demonstrações financeiras de 2024. O precatório expedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi incluído no orçamento de 2026. A fundamentação técnica para a decisão foi, inicialmente, a referida entrada do precatório na fila de pagamentos do governo. Também reforça a segurança do recebimento o fato de o Estado do Rio de Janeiro ter aderido ao regime especial de pagamento de precatórios, conforme sistemática do artigo 101 do ADCT, pelo qual deverá quitar seu estoque de precatórios até dezembro de 2029, sendo essa a expectativa de pagamento em razão do acordo firmado pelo Estado, embora não se possa afirmar que a expectativa irá se concretizar. Adicionalmente, verificou-se a possibilidade de venda do precatório para terceiros. A Entidade realizou reuniões com dois interessados e eles fizeram propostas de aquisição mediante a aplicação de taxa de deságio. Levadas todas essas circunstâncias em consideração, a alta administração da Entidade decidiu, em dezembro de 2024, pela contabilização do precatório e mantê-lo até seu recebimento. O reconhecimento inicial deu-se, pelo valor de R$ 69.547, no ativo não circulante, na rubrica de "precatório a receber" em contrapartida de uma receita no resultado da Entidade (vide nota explicativa nº 28). **Reconhecimento subsequente:** Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente do precatório, pela aplicação da taxa Selic, passou a R$ 88.556 (R$ 84.681 em 2024), conforme consulta feita no site tjrj.jus.br/web/precatorios em 30 de dezembro de 2025. Viu-se, também, que o precatório se movimentou na fila de compromissos do governo: 28.905ª colocação na fila de pagamentos (30.660ª em 2024). A Entidade, então, reconheceu o ajuste a valor presente pelo juro incorrido antes do encerramento das suas demonstrações financeiras de 2025, no montante de R$ 3.875 (R$ 15.134 em 2024) em contrapartida de uma receita de juro, no resultado da Entidade (vide nota explicativa nº 29).
A movimentação do saldo do precatório é demonstrada no quadro abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Reconhecimento inicial do precatório	69.547
Atualização monetária do precatório	15.134
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**84.681**
Atualização monetária do precatório	3.875
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**88.556**

15. Propriedades para investimentos, ativos imobilizado e intangível: A seguir, apresenta-se as conciliações saldos iniciais das propriedades para investimentos, ativos imobilizado e intangível, por classe de ativos, em 1º de janeiro de 2025 com seus saldos finais em 31 de dezembro de 2025. Conforme nota explicativa nº 1.1.a, durante o exercício de 2024, a Entidade constituiu uma nova filial OSS, o Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato - SP, assumindo os ativos imobilizados e intangíveis que estavam sob controle da entidade que até então operava o hospital. O valor total de entrada dos ativos foi R$ 2.341 e está abaixo demonstrado. Com isso, a Entidade, a partir de 2024, passou novamente a ter em seu parque de ativos bens oriundos de Contrato de Gestão e Operacionalização.

Custo	Propriedades para investimentos (a)	Terrenos	Edificações	Instalações	Aparelho de medicina	Instrumentos de cirurgia	Móveis e máquinas	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias	Outros ativos	Construções e outros ativos em andamento	Importações em andamento	Direito de uso de *softwares*	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**27.644**	**185.645**	**608.210**	**74.098**	**322.886**	**32.663**	**149.906**	**1.495**	**58.529**	**14.367**	**1.295**	**64.410**	**11.710**	**31.619**	**1.584.477**
Adições (b)	-	-	2.917	334	13.802	841	7.031	-	6.705	295	-	22.861	35.678	1.074	**91.538**
Baixas (c e d)	-	-	(127)	(2)	(6.741)	(19)	(796)	-	(2.983)	-	-	(19)	-	(14)	**(10.701)**
Transferências	-	-	9.939	476	5.707	-	394	-	352	54	-	(12.270)	(4.634)	-	**18**
Doações recebidas de outras entidades e ativo em permuta (c e d)	-	-	-	-	4.436	-	123	-	-	-	-	-	-	-	**4.559**
Ativos assumidos na transição do novo Contrato de Gestão e Operacionalização (vide notas explicativas nºs 1.1.a e 22)	-	-	-	9	1.666	77	554	17	8	-	-	-	-	10	**2.341**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**27.644**	**185.645**	**620.939**	**74.915**	**341.756**	**33.562**	**157.212**	**1.512**	**62.611**	**14.716**	**1.295**	**74.982**	**42.754**	**32.689**	**1.672.232**
Adições (b)	-	-	14.675	3.055	20.235	27	9.599	-	7.113	-	9	40.165	3.122	979	**98.979**
Baixas (c e d)	(18.611)	-	-	(1.011)	(10.046)	(42)	(2.422)	(131)	(2.063)	(423)	(7)	-	-	(122)	**(34.878)**
Transferências	-	-	9.521	2.329	42.219	322	1.154	-	890	-	-	(13.763)	(42.668)	60	**64**
Transferência para o ativo circulante (e)	(7.324)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**(7.324)**
Doações recebidas de outras entidades	-	-	-	-	26	13	57	-	-	-	-	170	-	-	**266**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.709**	**185.645**	**645.135**	**79.288**	**394.190**	**33.882**	**165.600**	**1.381**	**68.551**	**14.293**	**1.297**	**101.554**	**3.208**	**33.606**	**1.729.339**

Depreciação	Propriedades para investimentos	Terrenos	Edificações	Instalações	Aparelho de medicina	Instrumentos de cirurgia	Móveis e máquinas	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias	Outros ativos	Construções e outros ativos em andamento	Importações em andamento	Direito de uso de *softwares*	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(1.216)**	**-**	**(254.581)**	**(56.824)**	**(202.985)**	**(27.356)**	**(99.601)**	**(1.038)**	**(44.092)**	**(1.576)**	**(785)**	**-**	**-**	**(28.465)**	**(718.519)**
Depreciação no período	(238)	-	(10.283)	(3.066)	(22.439)	(1.381)	(9.057)	(120)	(4.656)	(412)	2	-	-	(1.330)	**(52.980)**
Baixas (c e d)	-	-	84	2	4.747	14	672	-	2.920	-	-	-	-	14	**8.453**
Transferências	-	-	-	-	(2)	-	2	-	(18)	-	-	-	-	-	**(18)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(1.454)**	**-**	**(264.780)**	**(59.888)**	**(220.679)**	**(28.723)**	**(107.984)**	**(1.158)**	**(45.846)**	**(1.988)**	**(783)**	**-**	**-**	**(29.781)**	**(763.064)**
Depreciação no período	(220)	-	(12.351)	(3.159)	(26.606)	(1.261)	(12.653)	(110)	(5.374)	(421)	(41)	-	-	(1.396)	**(63.592)**
Baixas (c)	1.473	-	-	246	9.066	40	1.865	131	1.886	97	5	-	-	123	**14.932**
Transferências	-	-	-	-	(5)	-	(59)	-	-	-	-	-	-	-	**(64)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(201)**	**-**	**(277.131)**	**(62.801)**	**(238.224)**	**(29.944)**	**(118.831)**	**(1.137)**	**(49.334)**	**(2.312)**	**(819)**	**-**	**-**	**(31.054)**	**(811.788)**

	Propriedades para investimentos	Terrenos	Edificações	Instalações	Aparelho de medicina	Instrumentos de cirurgia	Móveis e máquinas	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias	Outros ativos	Construções e outros ativos em andamento	Importações em andamento	Direito de uso de *softwares*	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	**26.190**	**185.645**	**356.159**	**15.027**	**121.077**	**4.839**	**49.228**	**354**	**16.765**	**12.728**	**512**	**74.982**	**42.754**	**2.908**	**909.168**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	**1.508**	**185.645**	**368.004**	**16.487**	**155.966**	**3.938**	**46.769**	**244**	**19.217**	**11.981**	**478**	**101.554**	**3.208**	**2.552**	**917.551**

(a) A Entidade, em 2025, mensurou os valores justos das suas propriedades para investimento, cotejando, individualmente tais avalições a valor justo com os correspondentes valores contábeis de cada propriedade, com a finalidade de verificar a necessidade de efetuar provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos bens. O resultado das avaliações demonstrou valores justos maiores do que os valores contabilizados, tornando-se desnecessário à Entidade efetuar qualquer provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A comparação dos valores justos, líquidos das eventuais despesas de comercialização dos imóveis, é: (i) Imóveis para uso comercial com áreas totais de 98,7 m² localizados na avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 2.608, conjuntos 21, 22 e 23, mais vagas de garagem, na cidade de São Paulo - SP: valor justo: R$ 1.761 (valor contábil: R$ 1.508). A avaliação foi feita pela Exata Perícias e Avaliações Ltda., a qual emitiu os laudos em 25 de novembro de 2025, (b) Do montante total das aquisições de R$ 98.979, R$ 66 referem-se a aquisições de ativos subvencionados, cuja contrapartida deu-se na conta "bens públicos em nosso poder e outras subvenções para ativos não circulantes", no passivo não circulante (vide nota explicativa nº 22). O restante de R$ 98.913 teve como contrapartida a conta de "fornecedores", no passivo circulantes, sendo que a Entidade pagou R$ 92.947 durante o ano de 2025, estando a diferença a pagar de R$ 5.966 reconciliada na linha de "fornecedores" da demonstração dos fluxos de caixa. (c) A Entidade efetuou baixas de ativos imobilizados e intangíveis, subvencionados e adquiridos com recursos próprios, no total líquido de (R$ 19.946), assim composta: (i) baixa de ativos adquiridos com recursos próprios, com contrapartida no resultado: (R$ 19.208) - dessa baixa, a Entidade recuperou pela venda de parte dos ativos o montante de R$ 92, reportado como atividade de investimentos na demonstração dos fluxos de caixa, resultando do valor líquido de baixa de (R$ 19.116); e (ii) baixa de ativos subvencionados, no montante líquido de (R$ 738), cuja contrapartida deu-se na conta "bens públicos em nosso poder e outras subvenções para ativos não monetários" (vide nota explicativa nº 22). Cabe também destacar que o valor líquido das baixas contempla o montantes total de (R$ 19.484), correspondente a toda a operação do Hospital São José de Tijucas, hospital comercializado sob um contrato que contém um arrendamento financeiro, conforme nota explicativa nº 10. A Entidade removeu do seu balanço patrimonial os ativos próprios arrendados na data do contrato, com efeito de uma despesa no resultado (vide nota explicativa nº 28). O total dessa baixa foi de (R$ 18.744), assim composto: (i) propriedades para investimento: (R$ 17.137); (ii) imobilizado (bens móveis próprios): (R$ 1.609) (vide notas explicativas nºs 10 e 28). Além dessa baixa, a Entidade também removeu de seu balanço patrimonial o total de (R$ 738), correspondente aos bens móveis obtidos por meio de subvenções governamentais, em contrapartida da rubrica "bens públicos em nosso poder e outras subvenções para ativos não circulantes" (vide nota explicativa nº 22). (d) Em 2024, a Entidade era proprietária de um aparelho de tomografia computadorizada de marca Canon, modelo Aquilion One Prism Edition, adquirido em 2019 da empresa Canon Medical Systems do Brasil Ltda. Após a instalação do equipamento, este passou a apresentar determinadas intercorrências em seu funcionamento, fato que motivou a realização de comunicação por parte da Entidade à fabricante, solicitando providências no sentido de regularizar as intercorrências verificadas. Durante o período compreendido entre a apresentação das intercorrências mencionadas e o momento da solução jurídica que será aqui exposta, as partes vinham realizando tratativas de regularizar os problemas mediante a realização de atendimentos técnicos ao equipamento, por parte da fabricante, bem como da realização de reuniões de alinhamento entre as partes. Após tratativas realizadas, as partes chegaram a uma resolução, visando colocar fim às discussões até então realizadas, bem como solucionar o impasse verificado e, visando à manutenção da parceria, as partes propuseram a formalização de um Termo de Acordo Extrajudicial, datado em 30 de setembro de 2024. O contrato firmou o compromisso de a fabricante substituir, em garantia, o equipamento de propriedade da Entidade por um equipamento novo, de igual marca e modelo. O novo tomógrafo foi recebido pela Entidade em 17 de outubro de 2024, por meio da emissão de nota fiscal de remessa para troca em garantia, no montante de R$ 4.400, o qual foi escriturado na linha "doações recebidas de outras entidades e ativo em permuta". Em mesmo período, a Entidade efetuou a devolução do equipamento original à fabricante, por meio de baixa líquida de (R$ 1.618), assim composta: (i) custo histórico de aquisição: (R$ 4.400); e (ii) depreciação acumulada: R$ 2.782, ambos os valores informados nas correspondentes linhas do quadro acima sob o título de 'baixa". Para concretizar a transação, a Entidade apurou um ganho na permuta dada em garantia no montante de R$ 2.782, que foi registado na rubrica "ganho/(perda) de capital na alienação de bens, baixa de arrendamentos e reversão/(provisão) para redução no valor recuperável de ativo mantido para venda", que contempla outras transações de baixa, conforme disposto na nota explicativa nº 28. (e) Conforme nota explicativa nº 12, a Entidade reclassificou para a rubrica "ativos mantidos para venda", no ativo circulante, a fração remanescente do terreno do Hospital São José de Tijucas, cujos bens foram comercializados sob um contrato que contém um arrendamento financeiro (vide nota explicativa nº 10). A Entidade fundamentou a reclassificação por dispor de plano forte de venda do terreno até o fim do exercício de 2026, inclusive já com minutas de contratos de venda em processo de assinatura. A fração do terreno ora reclassificada não possui nenhuma edificação construída. O montante envolvido na reclassificação foi de R$ 7.324. **Ativo imobilizado e intangível - Apresentação entre ativos próprios e Organização Social de Saúde (OSS):** Abaixo, são apresentados os ativos imobilizado e intangível da filial OSS, o Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato, por classe de ativos e segregados dos demais ativos próprios da Entidade:

	2025			2024		
Custo	Ativos da filial OSS	Ativos próprios	Total	Ativos da filial OSS	Ativos próprios	Total
Terrenos	-	185.645	185.645	-	185.645	185.645
Edificações	-	645.135	645.135	-	620.939	620.939
Instalações	9	79.279	79.288	9	74.906	74.915
Aparelho de medicina	1.666	392.524	394.190	1.666	340.090	341.756
Instrumento de cirurgia	77	33.805	33.882	77	33.485	33.562
Móveis e máquinas	554	165.046	165.600	554	156.658	157.212
Veículos	17	1.364	1.381	17	1.495	1.512
Equipamentos processamento de dados	8	68.543	68.551	8	62.603	62.611
Benfeitorias	-	14.293	14.293	-	14.716	14.716
Construções, outros ativos e demais valores em andamento	-	106.059	106.059	-	119.031	119.031
Direito de uso de *software*	10	33.596	33.606	10	32.679	32.689
Saldo em 31 de dezembro	**2.341**	**1.725.289**	**1.727.630**	**2.341**	**1.642.247**	**1.644.588**
Depreciação						
Edificações	-	(277.131)	(277.131)	-	(264.780)	(264.780)
Instalações	(1)	(62.800)	(62.801)	-	(59.888)	(59.888)
Aparelho de medicina	(186)	(238.038)	(238.224)	(19)	(220.660)	(220.679)
Instrumento de cirurgia	(8)	(29.936)	(29.944)	-	(28.723)	(28.723)
Móveis e máquinas	(62)	(118.769)	(118.831)	(7)	(107.977)	(107.984)
Veículos	(3)	(1.134)	(1.137)	-	(1.158)	(1.158)
Equipamentos processamento de dados	(2)	(49.332)	(49.334)	-	(45.846)	(45.846)
Benfeitorias	-	(2.312)	(2.312)	-	(1.988)	(1.988)
Outros ativos	-	(819)	(819)	-	(783)	(783)
Direito de uso de *software*	(2)	(31.052)	(31.054)	-	(29.781)	(29.781)
Saldos em 31 de dezembro	**(264)**	**(811.323)**	**(811.587)**	**(26)**	**(761.584)**	**(761.610)**
Valor contábil	**2.077**	**913.966**	**916.043**	**2.315**	**880.663**	**882.978**

Ativo em processo de venda: Em 15 de abril de 2025, a alta administração da Entidade, em reunião extraordinária, deliberou pela alienação do imóvel de sua propriedade, a saber: *Imóvel no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo:* Terreno situado na Rua Cabo João Teruel Fregoni, Gleba B, Ponte Grande, Guarulhos, no Estado de São Paulo, com área total de 16.102,79m², atualmente descrito e caracterizado na matrícula de nº 63.239 do 1º Registro de Imóveis de Guarulhos, com uma área de 16.102,79m². A Entidade adquiriu o imóvel por meio das transcrições de nºs 20.184, 20.336, 21.390, 10.381, 18.737 e 19.839, feitas em 9 de dezembro de 1922, 22 de dezembro de 1922, 16 de março de 1923, 25 de setembro de 1934, 22 de abril de 1938 e 14 de setembro de 1938, respectivamente - todas do 3º Registro de Imóveis de São Paulo/SP, e transcrição nº 31.302, feita em 19 de maio de 1926, do 2º Registro de Imóveis de São Paulo/SP (matrícula nº 56.427 - desmembramento - do 1º Registro de Imóveis de Guarulhos/SP). Em 17 de junho de 2025, a Entidade, na qualidade de promitente vendedora (PROPRIETÁRIA), firmou o "Compromisso de Venda e Compra de Imóvel e Outras Avenças - Cabo João Teruel Fregoni" com a CCISA121 Incorporador Ltda., na qualidade de promissária compradora (INCORPORADORA), com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal nº 411 - 13º andar - conjunto 132D, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.858.725/0001-30, tendo a Cury Construtora e Incorporadora S.A., com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal nº 411 - 13º andar - conjunto 132D, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 08.797.760.0001-83, na qualidade de interveniente anuente (ANUENTE). O objeto do contrato é a INCORPORADORA adquirir parte ideal (13.718,82m²) do referido imóvel da PROPRIETÁRIA, a ser obtida em decorrência de processos de remembramento e desmembramento realizados pela INCORPORADORA. A INCORPORADORA pretende adquirir o imóvel com a condição essencial de realizar empreendimentos imobiliários de uso residencial, a serem erigidos sob o regime da incorporação imobiliária, nos termos da Lei nº 4.591/64. O contrato tem as seguintes características: (a) A PROPRIETÁRIA se obriga a apresentar a matrícula do imóvel correspondente a área estimada de 13.718,82m² no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data do contrato, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias. Na hipótese de não apresentação da matrícula do imóvel no prazo previsto, ficarão prorrogados os prazos do instrumento até a efetiva apresentação; (b) A PROPRIETÁRIA se compromete a vender, em caráter *ad corpus*, o imóvel à INCORPORADORA, livre de ônus, gravames, dúvidas, dívidas e litígios; (c) As partes convencionam que o valor da presente transação (PREÇO) será calculado com base no valor de R$ 3 por metro quadrado, considerando, inicialmente, a área estimada de 13.718,82m². Ressalva-se que essa metragem poderá ser alterada após a conclusão do procedimento de desmembramento da matrícula e a consequente apuração da metragem definitiva do imóvel; (d) O pagamento do PREÇO será realizado nos termos e prazos: (i) R$ 3.470, em uma parcela única, a ser paga, contra a outorga da escritura de venda e compra do imóvel (ESCRITURA); (ii) R$ 37.530 (SALDO DO PREÇO), em quarenta e oito parcelas mensais, no valor de R$ 782, vencendo-se a primeira parcela em até trinta dias contados do pagamento do PREÇO, e as demais parcelas em igual dia dos meses subsequentes; (e) As parcelas do SALDO DO PREÇO serão corrigidas monetariamente pela variação do IPCA-IBGE, a partir da data da outorga da ESCRITURA, tendo-se como índice-reajuste o divulgado em dois meses anteriores ao mês do efetivo pagamento de cada parcela, sendo certo, então, que a incidência da correção monetária se inicia no mês posterior ao da outorga da ESCRITURA, utilizando-se, para o cálculo, o índice divulgado em dois meses anteriores ao mês base um. Havendo mora ou inadimplemento da INCORPORADORA no pagamento de qualquer das parcelas do PREÇO, após o decurso de três dias do vencimento da respectiva parcela, a INCORPORADORA incorrerá em multa de 2% sobre o valor devido, acrescida de juros de 1% ao mês ou fração, calculados *pro rata die*, até o efetivo pagamento do valor em atraso, acrescido ainda da mesma correção monetária utilizada para pagamento das parcelas do SALDO DO PREÇO; (f) Como condição para a outorga da ESCRITURA, a INCORPORADORA deverá emitir uma garantia de liquidez imediata com banco ou seguradora de primeira linha, a fim de garantir o pagamento das parcelas do PREÇO; (g) A posse do imóvel será cedida e transferida pela PROPRIETÁRIA à INCORPORADORA no ato da outorga ESCRITURA; (h) A PROPRIETÁRIA atualmente ocupa o imóvel e obriga-se a entregá-lo à INCORPORADORA, no momento da outorga da ESCRITURA, vazio de pessoas e coisas; (i) Os tributos e despesas incidentes sobre o imóvel correrão por conta da INCORPORADORA a partir da data de sua emissão na posse definitiva do imóvel. Os débitos de tributos, tais como IPTU e taxas, multas, despesas e encargos relativos ao imóvel, mesmo que cobrados futuramente, e desde que com fato gerador anterior à transmissão da posse do imóvel à INCORPORADORA, serão de responsabilidade exclusiva da PROPRIETÁRIA, cabendo à INCORPORADORA providenciar a notificação da PROPRIETÁRIA para a solução em quinze dias, sob pena de ser facultado à INCORPORADORA reter das parcelas vincendas do PREÇO, todos os valores despendidos, acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês ou fração, desde o desembolso até a efetiva compensação; (j) A INCORPORADORA contratará, às suas expensas, empresa especializada para a realização de análise ambiental no imóvel e no solo. Para tanto, fica a empresa ambiental contratada autorizada a realizar estudos ambientais, arbóreo e de destinação de solo do imóvel, extraindo, inclusive, amostras de solo e água para fins de análise e elaboração de laudos ambientais, cujos resultados poderão ser reportados aos órgãos competentes na forma da regulamentação aplicável, o que será informado antecipadamente à PROPRIETÁRIA; (k) Caso seja constatada contaminação ambiental que deverá ser remediada para a implantação do empreendimento imobiliário, a INCORPORADORA poderá, a seu exclusivo critério, decidir por dar continuidade ou não ao negócio ora avençado desde que o faça apresentando relatório fundamentado da sua decisão à PROPRIETÁRIA, desde que o relatório seja apresentado em até doze meses da assinatura do contrato; (l) Caso seja constatada contaminação ambiental que deverá ser remediada para a implantação do empreendimento imobiliário, as partes definem que, na hipótese dos laudos ambientais confirmarem a existência de passivo no imóvel ou no solo, as partes se comprometem a se reunir e definir nos dez dias subsequentes à apresentação dos laudos ambientais pela INCORPORADORA dar-se-á ou não continuidade ao negócio e, em caso positivo, como será o rateio e forma de pagamento das despesas para realização da remediação/intervenção da área; (m) Obriga-se a PROPRIETÁRIA a outorgar em favor da INCORPORADORA, ou de quem indicar, a ESCRIRURA do imóvel em até quinze dias, contados da superação de todas as condições resolutivas previstas no contrato, ou quando solicitado pela INCORPORADORA, o que será caracterizado pelo envio de comunicação pela INCORPORADORA. Fica definido que a ESCRITURA deverá sempre obedecer às premissas definidas no contrato. (n) As despesas decorrentes da lavratura da ESCRITURA, como imposto de transmissão de bens imóveis (ITBI), custas e emolumentos de Tabelião de Notas e Registro de Imóveis, todos relacionados à transferência do imóvel, serão de responsabilidade da INCORPORADORA; (o) Em até cinco dias antecedentes à data da lavratura da ESCRITURA, a INCORPORADORA deverá obter a certidão atualizada de matrícula do imóvel, a certidão negativa de tributos imobiliários sem ressalvas emitida pela prefeitura local, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), a Certidão Negativa de Débitos e Dívida Ativa de Tributos Federais em nome da PROPRIETÁRIA, contudo, qualquer outro documento que venha a ser exigido pelo Tabelião de Notas, e seja de responsabilidade ou obtenção exclusiva da PROPRIETÁRIA, deverá ser por esta última apresentada; (p) O fiel e tempestivo cumprimento das obrigações de pagamento assumidas pela INCORPORADORA no contrato deverá ser garantido, na data da lavratura da ESCRITURA por seguro garantia ou fiança bancária junto a seguradora ou instituição financeira de primeira linha, com sede no Brasil, no valor equivalente ao saldo devedor devido à época da contratação. **Condições para a baixa do ativo e correspondente reconhecimento da receita do contrato:** A fração do terreno objeto do contrato encontra-se escriturada contabilmente na rubrica "

continuação...

(ANS), com a mesma finalidade dessas, a ser apurado em sede de liquidação de sentença por arbitramento, nos termos dos arts. 491, § 1º e 509, inciso I, ambos do Código do Processo Civil (CPC). Determinou-se, ainda, o pagamento dos valores retroativos aos últimos cinco anos, contados do ajuizamento da presente ação, cuja atualização monetária incidirá de acordo com os parâmetros fixados pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal, a ser apurado em liquidação de sentença. O processo ainda não transitou em julgado. Com o auxílio de seus assessores jurídicos, a Entidade entende que o processo tem probabilidade provável de ganho para a Entidade. Na data destas demonstrações financeiras, o estudo dos valores envolvidos estava em apuração pela Entidade. A Entidade não contabilizou qualquer ativo contingente relacionado ao assunto, haja vista que não há certeza quanto ao seu recebimento, nem segurança de quando isso venha a ocorrer, procedimento consonante com o que emana o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **22. Bens públicos em nosso poder e outras subvenções para ativos não circulantes:** A rubrica "bens públicos em nosso poder e outras subvenções para ativos não circulantes", no montante de R$ 50.854 (R$ 55.789 em 2024), refere-se à contrapartida de ativos imobilizado e intangível obtidos por meio de subvenções governamentais, bem como os ativos sub-rogados na filial OSS da Entidade, o Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato (vide notas explicativas nºs 1.1.a e 15). O valor desses ativos está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação ou amortização. A conciliação do saldo inicial de 1º de janeiro de 2025 com o de 31 de dezembro de 2025 é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**57.549**
Reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 15)	3
Ativos assumidos na transição do novo Contrato de Gestão e Operacionalização (vide notas explicativas nºs 1.1.a e 15)	2.341
Baixas (vide nota explicativa nº 15)	(52)
Transferência de subvenções passivas (vide nota explicativa nº 11)	4.077
Reconhecimento como de receita no resultado pela depreciação de ativos subvencionados (vide nota explicativa nº 28)	(8.146)
Outras variações	17
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**55.789**
Reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 15)	66
Transferência de subvenções passivas (vide nota explicativa nº 11)	3.699
Baixas (vide nota explicativa nº 15)	(738)
Reconhecimento como de receita no resultado pela depreciação de ativos subvencionados (vide nota explicativa nº 28)	(7.962)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**50.854**

23. Tributos e contribuições (renúncia fiscal): Em atendimento ao item 27c da ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%; e o PIS incidente sobre as folhas de salários 1%). A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem finalidade de lucros. **Isenção previdenciária usufruída:** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212 /91, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS. As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. **24. Patrimônio líquido: a. Patrimônio social:** O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos objetivos sociais e formado pelos superávits e/ou déficits acumulados. Conforme art. 31º de seu estatuto social, no caso de a Entidade ser extinta ou dissolvida, seu patrimônio líquido deverá ser transferido, a exclusivo critério da assembleia geral, a outra entidade beneficente ou a uma entidade pública. **b. Reserva de capital - reavaliação:** Refere-se à reavaliação de prédios e edifícios, que a administração optou em manter até a sua total realização. **c. Reserva de superávits - OSS:** A Entidade deliberou, e registrou tal decisão em reunião do Conselho de Administração, pela constituição de uma reserva correspondente aos saldos atuais dos superávits das filiais OSS já descontinuadas, mas ainda pendentes de prestação de contas final às Secretarias de Saúde. A Entidade baseou essa decisão na prerrogativa de que eventuais remanescentes superávits acumulados nas filiais OSS, ao término das prestações de contas, são devolvidos às correspondentes Secretarias de Saúde, representados pelos ativos de tais filiais na data do término dos Contratos de Gestão e Operacionalização.

25. Receitas operacionais líquidas - saúde, educação e assistência social:

Receitas operacionais - Saúde	**2025**	**2024**
Pacientes de convênios (líquido de provisão para glosas)	1.996.695	2.024.017
Pacientes particulares	140.783	144.380
Pacientes de SUS - internados (líquido de provisão para glosas)	326.896	282.441
Pacientes de SUS - exames e pronto atendimento (líquido de provisão para glosas)	57.649	48.445
Contrato de Gestão e Operacionalização (líquido de provisão para glosas) (a)	85.986	9.465
Outras receitas operacionais	9.780	7.740
	2.617.789	**2.516.488**
Deduções - Saúde		
Rejeição/glosa de convênio (perda efetiva)	(26.864)	(37.204)
Devolução de repasses governamentais	(228)	-
Gratuidade concedida	(112)	(239)
Rejeição SUS	(3.049)	(4.477)
	(30.253)	**(41.920)**
	2.587.536	**2.474.568**
Receitas operacionais - Educação	**2025**	**2024**
Receitas com estudantes	94.964	88.357
Contratos de Gestão	2.591	2.077
	97.555	**90.434**
Deduções - Educação		
Gratuidade concedida	(14.287)	(12.970)
Estudantes bolsistas	(5.898)	(4.455)
	(20.185)	**(17.425)**
	77.370	**73.009**
Receitas operacionais - Assistência social		
Receita com assistidos	738	729
	738	**729**
Totais receitas operacionais líquidas	**2.665.644**	**2.548.306**

(a) Refere-se à receita do Contrato de Gestão e Operacionalização da filial OSS da Entidade, o Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato. O saldo de 2024 corresponde aos 10 dias de novembro de 2024 e aos 31 dias de dezembro de 2024, período em que a Entidade passou a administrar o hospital (vide nota explicativa nº 1.1.a). Em 2025, conforme nota explicativa nº 1.1.a, a Entidade reconheceu a receita de R$ 3.507 oriunda do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e Operacionalização - Processo SEI nº 024.00150034/2024-42, com o objetivo de repassar à Entidade recursos financeiros de custeio para a quitação de despesas remanescentes com fornecedores e prestadores de serviços assistências, credores remanescentes da entidade que anteriormente administrou o Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato. O referido montante foi recebido integralmente nos meses de janeiro e fevereiro de 2025. Além desse fato, cabe salientar que a receita em 2025 corresponde aos doze meses do ano, tornando-se incomparável com o valor de 2024. Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita:

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita, conforme CPC47
	As receitas de serviços hospitalares são reconhecidas com base nas contas médicas encerradas até a data de balanço e que tenham o respectivo aceite pelos planos de saúde. As faturas são emitidas nesse momento e devem ser pagas, normalmente, em até 45 dias, de acordo com o respectivo contrato comercial. As faturas de clientes particulares são emitidas para pagamento à vista.	
Prestação de serviços hospitalares	Os contratos com as operadoras de planos de saúde permitem ao cliente a recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. As receitas provenientes desta prestação de serviços já são registradas deduzidas de quaisquer estimativas de abatimentos, descontos e glosas. A Entidade realiza a estimativa de glosas com base em análises históricas e tendências comerciais, a qual é aplicada sobre a receita bruta em que a contraparte são os convênios, faturada ou não. Em 31 de dezembro, a estimativa média de glosas apurada pela Entidade foi de 5,10% (2024: 4,45%).	As receitas são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquida de descontos, créditos e abatimentos. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.
Prestação de serviços educacionais	O cliente obtém o controle das receitas com mensalidades de ensino no momento da prestação de serviço.	A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados para a Entidade e quando puderem ser mensurados de forma confiável.
	Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.	As receitas com contribuições dos estudantes (mensalidades) são apuradas em conformidade com o regime de competência do exercício, levando-se em consideração os períodos de referência.

20. Custos e despesas operacionais - saúde, educação e assistência social:

Custos e despesas operacionais - Saúde	**2025**	**2024**
Pessoal - serviços próprios (a)	(878.497)	(824.924)
Materiais e medicamentos (a)	(696.205)	(679.551)
Pessoal - repasse de honorários médicos	(569.772)	(526.345)
Custos gerais (a) e (b)	(525.720)	(466.911)
(Provisões)/reversões de perdas em contas a receber (PECLD) (c)	(24.344)	36.039
Impostos, taxas e contribuições	(1.642)	(2.470)
Reversões/(provisões) para custos do exercício	7.838	(4.406)
	(2.688.342)	**(2.468.568)**
Custos e despesas operacionais - Educação		
Pessoal - serviços próprios	(56.397)	(49.521)
Custos gerais	(7.672)	(7.042)
Pessoal - serviços técnicos contratados	(6.872)	(5.390)
Materiais e componentes	(5.077)	(4.090)
(Provisões)/reversão de perdas em contas a receber (PECLD)	(1.085)	2.030
Reversões/(provisões) para custos do exercício	325	(1.104)
Impostos, taxas e contribuições	(194)	(129)
	(76.972)	**(65.246)**
Custos e despesas operacionais - Assistência social		
Pessoal - serviços próprios	(5.642)	(5.129)
Materiais e componentes	(2.238)	(2.030)
Pessoal - serviços de terceiros	(1.534)	(1.046)
Custos gerais	(917)	(1.869)
Impostos, taxas e contribuições	(12)	(10)
Auxílios em dinheiro e materiais	(11)	(9)
Reversão de perdas em contas a receber (PECLD)	-	43
Reversões/(provisões) para custos do exercício	31	(39)
	(10.323)	**(10.089)**
Total de custos e despesas operacionais	**(2.775.637)**	**(2.543.903)**

(a) Em 2025, conforme nota explicativa nº 1.1.a, a Entidade reconheceu despesas oriundas do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e Operacionalização - Processo SEI nº 024.00150034/2024-42, com o objetivo de repassar à Entidade recursos financeiros de custeio para a quitação de despesas remanescentes com fornecedores e prestadores de serviços assistências, credores remanescentes da entidade que anteriormente administrou o Hospital Estadual "Professor Carlos da Silva Lacaz" - Francisco Morato. Os montantes das despesas estão incluídos nas seguintes rubricas contábeis: (i) pessoal - repasse de honorários médicos: (R$ 1.893); (ii) material e medicamentos: (R$ 859); e (iii) custos gerais: (R$ 755). (b) Na rubrica "custos gerais", no segmento da saúde, além do que foi mencionado no item "a", anterior, destacam-se os seguintes aumentos de despesas no ano de 2025: (i) manutenção de equipamentos e sistemas: (R$ 10.481); (ii) aluguéis não classificados segundo preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos: (R$ 12.601); e (iii) maior volume de baixas por perdas em contas a receber de pacientes particulares: (R$ 14.693). (c) Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, até o exercício de 2024, a Entidade não considerava suas contas a receber de pacientes do SUS (ativo circulante) passíveis de provisionamento de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, mas, sim, provisionava glosas sobre os saldos contábeis em aberto naquela categoria de contas a receber, sendo tal critério aplicado uniformemente em todas as filiais da Entidade. Durante o ano de 2025, a Entidade, ao revisar suas estimativas contábeis, entendeu que os créditos de pacientes do SUS (ativo circulante) oriundos das filiais da Entidade localizadas no Estado do Rio de Janeiro (vide nota explicativa nº 1) seriam passíveis de provisionamento de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, não mais provisão para glosas, haja vista as notórias inadimplências verificadas nas Secretarias Estadual e Municipais de Saúde do Rio de Janeiro. Por esse motivo, a Entidade reverteu os saldos das provisões para glosas nas suas filiais daquela jurisdição e constituiu montantes semelhantes como provisões de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD. Em 31 de dezembro de 2025, o total da despesa incorrida nesse provisionamento foi da ordem de (R$ 12.020). Nas demais filiais da Entidade que prestam serviços para pacientes do SUS, não houve mudança de rubrica de provisionamento, valendo para seus saldos em aberto (ativo circulante) o critério de provisionamento unicamente de glosas. **27. Remuneração da administração:** A Entidade não remunera sua diretoria estatutária nem seus conselheiros, conforme disposto no artigo 10º do Estatuto Social e, também, como determina a Lei nº 12.101/09. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no país os recursos destinados à manutenção de suas atividades, em conformidade com o artigo 31º do Estatuto Social.

28. Outras receitas e despesas operacionais:

Outras receitas e despesas operacionais - Saúde	**2025**	**2024**
Receita do reconhecimento inicial do precatório a receber (a)	-	69.547
Receitas com subvenções (custeio) (b)	64.382	54.925
Receitas diversas (c)	28.052	35.313
Depreciação de bens de subvenção	7.843	8.052
Receitas com doações	6.678	5.324
Receita de aluguéis	4.597	5.202
Ganho de capital na alienação de bens, baixa de arrendamentos, reconhecimento de contas a receber de arrendamento financeiro e reversão para redução no valor recuperável de ativo mantido para venda (d)	9.218	6.150
	120.770	**184.513**
Outras receitas e despesas operacionais - Educação		
Receitas com subvenções (custeio) (b)	898	680
Depreciação de bens de subvenção	64	64
Receitas diversas	490	466
Receitas com doações	263	178
Receita de aluguéis	94	102
Ganho/(perda) de capital na alienação de bens	9	(18)
	1.818	**1.472**
Outras receitas e despesas operacionais - Assistência Social		
Receitas com subvenções (custeio) (b)	2.585	2.769
Depreciação de bens de subvenção	51	30
Receitas com doações	573	575
Receitas diversas	101	80
Ganho/(perda) de capital na alienação de bens	73	(1)
	3.383	**3.453**
	125.971	**189.438**

(a) Conforme nota explicativa nº 14, a Entidade reconheceu, em 2024, o valor inicial do precatório a receber pelo ganho do processo 0179368-68.2017.8.19.001, movido pela Entidade contra o Estado do Rio de Janeiro, almejando ação de cobrança com restituição de bens pela descontinuidade da filial OSS da Entidade, o Hospital de Trauma-Ortopedia "Dona Lindu". O valor do reconhecimento inicial do precatório a receber foi de R$ 69.547. (b) Esta rubrica contém os reconhecimentos de receitas em contrapartida dos passivos de subvenção (vide nota explicativa nº 11), além de outros recursos de subvenção que não estão atrelados ao passivo de subvenção. Adicionalmente, durante o ano de 2025, a Entidade recebeu recursos para pagamentos oriundos da Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, que alterou a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o Piso Salarial Nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. O montante total repassado pelo governo federal, durante o ano de 2025 foi de R$ 14.542 (R$ 16.696 em 2024). Ao receber os recursos, a Entidade os contabilizou em caixa e equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº 7) em contrapartida da conta de receita de subvenções. Em mesmo momento, a Entidade reconheceu igual montante como despesa na linha de "pessoal - serviços próprios da saúde" (vide nota explicativa nº 26) em contrapartida no passivo circulante, na rubrica "salários e ordenados a pagar". Do montante inicial reconhecido no passivo, remaneceram R$ 2.034 (R$ 3.492 em 2024) (vide nota explicativa nº 19), a serem pagos em janeiro de 2026. (c) Em 2024, incluí o montante de R$ 15.655 referente ao recebimento de indenização pelo processo 5035807-67.2012.404.7100 (vide nota explicativa nº 21). O processo foi originariamente movido pela Sociedade Divina Providência, no ano de 2012, e assumido pela Entidade após esta incorporar o patrimônio cindido da Sociedade Divina Providência e, a partir de então, assumir a gestão e a operacionalização do Hospital Santa Isabel, do Hospital Nossa Senhora da Conceição e do Hospital São José de Tijucas. (d) Em 2025, o montante de R$ 9.218 é assim composto: (i) baixa de ativos arrendados: (R$ 18.744), conforme notas explicativas nºs 10 e 15; (ii) reconhecimento inicial das contas a receber do arrendamento financeiro: R$ 28.296 (vide nota explicativa nº 10); e (iii) demais baixas de ativos: (R$ 334). Em 2024, o montante de R$ 6.150 é assim composto: (i) resultado na baixa de arrendamentos: R$ 3.448, que inclui a baixa descrita nota explicativa nº 16; (ii) resultado na baixa de ativo imobilizado: R$ 2.223, que contempla a baixa de um aparelho de medicina e o recebimento de ativo em permuta por sua garantia, fatos descritos na nota explicativa nº 15; e (iii) a reversão da provisão para a redução do valor recuperável do ativo mantido para venda: R$ 479, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

29. Resultado financeiro, líquido:

Receitas financeiras - Saúde	**2025**	**2024**
Rendimento de aplicações financeiras	30.362	21.089
Ajuste do valor presente do precatório a receber (a) (vide nota explicativa nº 14)	3.875	15.134
Descontos obtidos	2.570	2.835
Ajuste a valor presente de contas a receber de arrendamento Financeiro (vide nota explicativa nº 10)	103	-
Juros de atualização monetária	1.617	1.782
Variação cambial	44	171
	38.571	**41.011**
Receitas financeiras - Educação		
Tarifas bancárias, juros e descontos	762	693
Receitas financeiras - Assistência social		
Tarifas bancárias, juros e descontos	101	60
Total receitas financeiras	**39.434**	**41.764**
Despesas financeiras - Saúde		
Juros passivos	(6.244)	(5.361)
Descontos financeiros	(2.734)	(3.350)
Juros de arrendamentos (vide nota explicativa nº 16)	(4.058)	(5.042)
Variação cambial	(302)	(572)
Tarifas bancárias	(399)	(390)
Outras despesas financeiras	(1.869)	(1.620)
	(15.606)	**(16.335)**
Despesas financeiras - Educação		
Tarifas bancárias	(131)	(125)
Descontos financeiros	(8)	(5)
Juros de arrendamentos (vide nota explicativa nº 16)	(45)	-
Juros passivos	(42)	(10)
	(226)	**(140)**
Despesas financeiras - Assistência social		
Tarifas bancárias	(74)	(51)
Juros de arrendamentos (vide nota explicativa nº 16)	(5)	-
	(79)	**(51)**
Total despesas financeiras	**(15.911)**	**(16.526)**
Resultado financeiro, líquido	**23.523**	**25.238**

(a) Corresponde à atualização pela taxa Selic do precatório a receber.

30. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos a seguir, as políticas e os processos de mensuração, gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis, representados preponderantemente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, títulos e valores mobiliários e outros créditos. ***Exposição ao risco de crédito:*** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	Nota	**2025**	**2024**
Caixa e equivalentes de caixa	7	143.732	210.069
Títulos e valores mobiliários	8	109.479	95.501
Contas a receber e subvenções governamentais	9 e 11	705.561	679.908
Contas a receber de arrendamento financeiro	10	27.319	-
Precatório a receber	14	88.556	84.681
Outros créditos	13	56.276	51.303
		1.130.923	**1.121.462**

• **Caixa e equivalentes -** A política de gestão de risco é administrada de modo corporativo e determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa. • **Contas a receber -** O risco de crédito é gerenciado pelos contratos que preveem contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde e atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios e a pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS; por mensalidades dos ensinos infantil, fundamental e médio, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições. O risco da Entidade não é diversificado do ponto de vista geográfico, com atendimento apenas no Brasil. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios da Entidade, sendo sua carteira pulverizada. A Entidade possuía perda estimada para crédito de liquidação duvidosa e provisão para glosas no montante de (R$ 259.572) que representa 28% do saldo de contas a receber total (vencidos e a vencer) para fazer face ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 9). • **Títulos e valores mobiliários -** A política de gestão de risco é administrada de modo corporativo e determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa. • **Contas a receber de arrendamento financeiro -** O risco de crédito está associado à inadimplência do arrendatário. A Entidade firmou cláusulas de proteção ao crédito no próprio contrato, conforme nota explicativa nº 10. • **Precatório a receber -** O risco de crédito do precatório a receber está associado à incerteza na capacidade de o governo cumprir com o pagamento. A Entidade monitora o precatório na fila de pagamentos do governo. • **Outros créditos -** O risco de crédito de outras contas a receber associa-se à incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. A Entidade avalia cada contraparte e gerencia individualmente este risco, muitas vezes, possuindo garantias e/ou depósitos. **b. Risco com taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade da Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado por meio de empréstimos e financiamentos. Os saldos denominados em moeda estrangeira estão sujeitos à variação cambial. A Entidade não está exposta a riscos relevantes com taxa de câmbio devido ao baixo volume de transações em moeda estrangeira. **c. Risco de taxa de juros:** A Entidade mantém parcela substancial das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI e determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados da Cetip, com data base de 31 de dezembro de 2025, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 13,71%, cenário provável para o ano de 2026. A Entidade realizou duas simulações nas taxas de remuneração do CDI para as aplicações financeiras com aumento de 25% e 50% cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir:

Caixa e equivalentes	**Cenário Real**	**Cenário I - 25%**	**Cenário II - 50%**
Aplicações financeiras	142.984	142.984	142.984
Taxa anual estimada do CDI	13,71%	10,28%	6,86%
Efeito anual no caixa líquido	**19.603**	**14.699**	**9.809**

d. Risco de liquidez: Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da administração da Entidade no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando estas vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, bem como os ativos financeiros que são utilizados para gerenciar este risco.

		2025			
	Nota	**Valor contábil**	**Até 1 ano**	**1 - 2 anos**	**2 - 4 anos**
Fornecedores	17	198.256	198.256	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	10.461	10.461	-	-
		208.717	**208.717**	**-**	**-**
		2024			
	Nota	**Valor contábil**	**Até 1 ano**	**1 - 2 anos**	**2 - 4 anos**
Fornecedores	17	197.657	197.657	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	27.672	17.238	10.434	-
		225.329	**214.895**	**10.434**	**-**

e. Política de gestão de riscos: A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **f. Hierarquia de valor justo:** A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos	**Classificação**	**Hierarquia de valor justo**	**2025**	**2024**
Caixa e bancos	Custo amortizado	Nível 1	748	4.784
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	142.984	205.285
Contas a receber e subvenções governamentais	Custo amortizado	Nível 1	705.561	679.908
Contas a receber de arrendamento financeiro	Custo amortizado	Nível 1	27.319	-
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	109.479	95.501
Precatório a receber	Custo amortizado	Nível 1	88.556	84.681
Outros créditos	Custo amortizado	Nível 2	56.276	51.303
			1.130.923	**1.121.462**
Passivos	**Classificação**		**2025**	**2024**
Fornecedores	Outros passivos financeiros (custo amortizado)		(198.256)	(197.657)
Empréstimos	Outros passivos financeiros (custo amortizado)		(10.461)	(27.672)
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros (custo amortizado)		(167.612)	(179.207)
			(376.329)	**(404.536)**
			754.594	**716.926**

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 48 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo: • **Nível 1 -** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2 -** Inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3 -** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como nível 2. **31. Voluntariado:** Em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade reconheceu, no exercício de 2025, o trabalho voluntário pelo valor justo, contabilizado como gratuidade concedida e serviços voluntários obtidos, em contas de resultado nos seguintes grupos: serviços de terceiros (despesa) e outras receitas operacionais - diversas (receita). Segue quadro com as horas de voluntariado e seus valores contabilizados, por tipo de atividade em continuidade, no exercício de 2025 e 2024:

	2025			**2024**		
	Quantidade de horas (em mil)	**Receita**	**Custo**	**Quantidade de horas (em mil)**	**Receita**	**Custo**
Saúde	21	6.189	(6.189)	15	7.443	(7.433)
Educação	5	242	(242)	6	367	(367)
Assistência social	2	10	(10)	1	6	(6)
	28	**6.441**	**(6.441)**	**22**	**7.816**	**(7.816)**

32. Gratuidades concedidas: Educação: De acordo com o estabelecido nos itens 13, 16, 24 e 27, letra "m" da ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade reconheceu, no exercício de 2025, valores como gratuidade na área de atuação da educação, que estão registrados nos livros contábeis na rubrica "gratuidades concedidas", de acordo com o valor do serviço prestado. Esses valores estão distribuídos em 7 filiais (casas) mantidas pela Entidade e vinculadas à educação básica em todas as suas etapas. O reconhecimento e destaque da gratuidade concedida, para além da legislação contábil aplicável, obedece também aos preceitos da escrituração destinada especificamente às entidades beneficentes de assistência social, nos termos da vigente legislação (a Lei Complementar nº 187/2021, regulamentada pelo Decreto nº 11.791/2023, em especial por seu art. 25, §1º). Nessa perspectiva, segue demonstrativo das quantidades de alunos bolsistas e gratuidades concedidas, bem como os totais quantitativos em números e valores, comprovando os percentuais estabelecidos em Lei ofertados a alunos com perfil socioeconômico de renda familiar bruta mensal per capita de até um salário-mínimo e meio para obtenção da bolsa de estudo de 100% (integral):

Demonstrativo de aplicação da gratuidade - Educação básica	**Tabela das bases de cálculo**		
	Total de estudantes	**Bolsistas com 100%**	**Bolsistas com 50%**
Total estudantes pagantes/bolsas e gratuidades concedidas	4.330	900	9
Número mínimo de bolsas (Base legal - 1 bolsista de 100% para cada 5 estudantes pagantes - Lei nº 12.868/2013)	652		

A Entidade atendeu aos requisitos de acordo a Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei Complementar nº 187/2021, regulamentada pelo Decreto nº 11.791/2023, e Lei nº 12.868/2013 e concedeu 900 bolsas de estudo integrais e 9 bolsas de 50%. A Entidade seria requerida a oferecer, com base no total de estudantes pagantes, o mínimo de 652 bolsas, considerando-se os cálculos legais conjugando as bolsas integrais e de 50%. **Assistência social:** A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de crianças, adolescentes, adultos e idosos, possui serviços e projetos socioassistenciais inscritos nos municípios de Guarulhos - SP, Santa Teresa - ES, Petrópolis - RJ e Juiz de Fora - MG, cujas filiais apresentam anualmente aos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) os seus respectivos: relatório de atividades e plano de ação, seguindo abaixo o número de usuários que foram atendidos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

	2025	**2024**
Total de usuários	621	445

Saúde: A Entidade prestou serviços de saúde em hospitais, ambulatórios e outros equipamentos de saúde por meio de suas filiais constituídas para tais finalidades, sendo o seu percentual SUS composto por: internações medidas em paciente dia, atendimentos ambulatoriais e ações prioritárias de saúde. Com observância do limite mínimo de atendimento ao Sistema Único de Saúde - SUS em 60%, fixado pelo Art. nº 4º, inciso II, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, alterado em parte pelo Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010, Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, Lei 12.868, de 15 de outubro de 2013 e, por fim, alterada pela Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016 e pela Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. O número total de atendimentos no exercício está assim representado:

Diário paciente dia	**2025**	**2024**
Atendimentos SUS	233.276	209.817
Não SUS	237.299	254.786
	470.575	**464.603**
Atendimentos ambulatoriais		
Atendimento SUS	1.489.482	1.427.754
Não SUS	3.077.247	3.306.997
	4.566.729	**4.734.751**
Resumo geral SUS	**2025**	**2024**
Participação pacientes dia	49,57%	45,16%
Ambulatório - Lei nº 12.101/2009 e artigo nº 32 da Portaria nº 834/2016	10,00%	10,00%
Ações Prioritárias - Lei nº 12.101/2009 e artigo nº 33 da Portaria nº 834/2016	7,50%	7,50%
Percentual de atendimento SUS	**67,07%**	**62,66%**

O percentual conclusivo obtido no atendimento ao Sistema Único de Saúde - SUS no exercício de 2025 foi de 67,07% (62,66% em 2024), atendimento superior ao requerimento mínimo de 60% conforme estabelecido pela legislação. **33. Avais, fianças e garantias:** A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2025 e 2024. **34. Eventos subsequentes: Assinatura do contrato da nova filial Hospital Regina:** Conforme relatado na nota explicativa nº 1.1.d, a Entidade, em 4 de dezembro de 2025, constituiu uma filial, com CNPJ próprio, para fins de gestão e desenvolvimento administ

EQUIPAV SANEAMENTO S.A. - CNPJ nº 15.385.166/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A **Equipav Saneamento S.A.** ("Equipav Saneamento" ou "Companhia") é uma holding que consolida os resultados de sua controlada Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea") e de suas subsidiárias nela consolidadas. A Companhia, através da Aegea, atua no setor de saneamento básico, com foco na gestão de água e esgoto. **Mensagem da Administração: Cenário Econômico:** O ano de 2025 foi marcado por um ambiente macroeconômico contracionista. A economia brasileira cresceu 2,3% em 2025. O Banco Central manteve a taxa Selic em 15% a.a. ao longo de todo o segundo semestre. O IPCA encerrou 2025 em 4,26%, abaixo do teto da meta de 4,5%. **Aegea:** Por meio de sua investida Aegea, a Equipav Saneamento consolidou resultados expressivos ao longo de 2025. O Ecossistema[1] Aegea encerrou o ano com 14,1 milhões de economias, crescimento de 14% em relação ao ano anterior, reflexo tanto da expansão orgânica (722 mil novas economias conectadas à infraestrutura de água e esgoto) quanto da ampliação do portfólio, especialmente Águas do Piauí, Águas do Pará e a PPP Ambiental Paraná 2 (988 mil novas economias). Em 2025, a Aegea realizou 131 milhões de atendimentos, leituras e serviços de campo para seus clientes. A Receita Líquida Proforma do Ecossistema atingiu R$ 18,3 bilhões no ano, crescimento de 21% em relação a 2024, impulsionada pelos reajustes tarifários, pelo aumento do volume faturado e pelo avanço das PPPs - com destaque para a Ambiental Ceará e a Ambiental Paraná 2. O EBITDA Proforma totalizou R$ 10,3 bilhões, avanço de 24% no período, com margem EBITDA de 56,3%. Excluindo o efeito não recorrente do crédito de PIS/COFINS reconhecido na Corsan no valor de R$ 591 milhões, o crescimento do EBITDA foi de 16%. O Capex Proforma somou R$ 7,3 bilhões no ano, alta de 35%, com os investimentos concentrados na expansão da cobertura de esgoto, no início das novas operações e nos projetos de resiliência hídrica. A Aegea Societário[2], por sua vez, registrou Receita Líquida de R$ 12,3 bilhões (+28% a/a) e EBITDA CVM 156 de R$ 7,9 bilhões (+29% a/a), com margem EBITDA de 63,7%. O Lucro Líquido somou R$ 1,3 bilhão, com o resultado impactado pelo incremento no resultado financeiro decorrente do endividamento associado à expansão do portfólio. Os investimentos totalizaram R$ 7,3 bilhões no ano. Em 2025, a Aegea confirmou sua capacidade de mobilização ao antecipar em quatro meses o início das operações em 50 localidades no Pará, beneficiando cerca de 2 milhões de pessoas, e ao lançar a Águas do Piauí antes dos meses de maior seca no semiárido, com um plano de resiliência hídrica que ampliou a oferta de água em 5 mil m³/h. A Companhia concluiu ainda a aquisição da Regenera Rio, expandindo sua atuação para o segmento de resíduos sólidos no Rio de Janeiro e consolidando seu posicionamento como plataforma integrada de soluções em saneamento. No campo financeiro, a Aegea manteve atuação ativa nos mercados de capitais, captando R$ 22,3 bilhões ao longo de 2025, dos quais R$ 10,3 bilhões destinados a operações de *liability management*. As iniciativas contribuíram para o alongamento do prazo médio da dívida de 7,4 para 7,6 anos e para a redução do custo médio de CDI + 1,8% para CDI + 1,4% ao ano. Destaca-se, nesse contexto, a emissão de R$ 4,0 bilhões (US$ 750 milhões em *blue bonds* no mercado internacional) - a maior emissão corporativa desse instrumento já realizada globalmente. **Equipav Saneamento:** A Equipav Saneamento, que consolida os resultados da Aegea Societário, encerrou 2025 com EBITDA de R$ 7,9 bilhões (+22% a/a) e Lucro Líquido de R$ 1,0 bilhão (-50% a/a). No ano, a Companhia recebeu R$ 539 milhões em dividendos da Aegea (+115% a/a). As despesas gerais e administrativas da controladora somaram R$ 29 milhões no período, em linha com o fortalecimento da estrutura corporativa. O resultado financeiro líquido gerou despesas de R$ 247 milhões no exercício, reflexo do ambiente de juros elevados. A Companhia pagou aos acionistas um total de R$ 329 milhões no ano e realizou um aporte de R$ 300 milhões na Aegea em março de 2025, como parte de um aporte total dos acionistas de R$ 424 milhões. A Companhia encerrou 2025 com caixa de R$ 1,3 bilhão, com estrutura de capital fortalecida e cobertura integral do principal da dívida até 2032. A alavancagem medida pela razão Dívida Líquida/EBITDA encerrou o ano em 3,9x. Ao longo do ano, a Companhia conduziu, em conjunto com os auditores independentes, um processo aprofundado de revisão contábil, que resultou em ajustes principalmente relacionados ao reconhecimento de receita, à metodologia de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e à capitalização de juros. Tais ajustes não têm impacto em caixa, não afetam a geração operacional de recursos, tampouco resultam em descumprimento de *covenants* financeiros ou vencimento antecipado de dívidas. Os números publicados neste relatório incorporam todos esses ajustes, incluindo a reapresentação dos valores de 2024, auditados pelos auditores independentes. Esse processo de aprimoramento contábil está alinhado à crescente complexidade do negócio e ao nosso compromisso com a qualidade e consistência das informações financeiras. Encerramos 2025 reconhecendo a solidez do modelo operacional e a capacidade de execução da Aegea, uma plataforma que hoje atende mais de 39 milhões de pessoas em 893 municípios de 15 estados brasileiros. Seguiremos apoiando o crescimento da Aegea com disciplina financeira, rigor na alocação de capital e foco na geração de valor sustentável de longo prazo para nossos acionistas e para a sociedade.

[1] O **Ecossistema** corresponde ao conjunto de empresas controladas e coligadas da Aegea que compartilham do mesmo modelo operacional e que se beneficiam, por meio deste modelo, da captura de eficiências operacionais, ainda que sejam estruturas não completamente consolidadas nas demonstrações financeiras da Aegea.

[2] O **Societário** corresponde ao conjunto de resultados da Aegea Saneamento e Participações S.A. reportados em suas Demonstrações Financeiras, refletindo o desempenho das empresas integralmente consolidadas pela Companhia. Diferentemente do Ecossistema, essa visão não inclui os resultados da Águas do Rio - contabilizados por equivalência patrimonial - nem o endividamento do veículo de investimento Parsan.

Resultados Aegea

Receita Líquida	EBITDA	CAPEX
Proforma Ecossistema	Proforma Ecossistema	Proforma Ecossistema
R$ 18,3 bilhões	R$ 10,3 bilhões	R$ 7,3 bilhões
+21% vs. 2024	+24% vs. 2024	+34% vs. 2024

Destaques Operacionais e Financeiros:

Proforma Ecossistema Aegea	2025	2024 Reapresentado	Δ %
Economias (milhões)	**14,1**	**12,4**	**13,8%**
Água	8,3	7,2	15,7%
Esgoto	5,9	5,3	11,0%
Volume faturado (milhões m³)	**2.020**	**1.863**	**8,4%**
Água	1.256	1.155	8,8%
Esgoto	763	708	7,7%
Receita líquida (R$ MM)	**18.288**	**15.158**	**20,6%**
Custos e despesas (R$ MM)	**(7.991)**	**(6.821)**	**17,1%**
EBITDA (R$ MM)	**10.297**	**8.337**	**23,5%**
Margem *EBITDA*	*56,3%*	*55,0%*	*1,3 p.p.*
Resultado financeiro (R$ MM)	**(6.652)**	**(4.539)**	**46,5%**
Lucro líquido (R$ MM)	**856**	**1.242**	**-31,0%**

Proforma Ecossistema Aegea	2025	2024 Reapresentado	Δ %
Investimentos (R$ MM)	**8.640**	**10.449**	**-17,3%**
CAPEX (R$ MM)	7.304	5.409	35,0%
Outorgas pagas (R$ MM)	1.335	5.040	-73,5%
Dívida líquida (R$ MM)	**47.044**	**34.420**	**36,7%**
Dívida bruta (R$ MM)	59.155	42.038	40,7%
Caixa e equivalentes (R$ MM)	12.111	7.617	59,0%
EBITDA Covenant[1] (R$ MM)	*10.440*	*8.337*	*25,2%*
Dívida líquida/EBITDA	*4,51x*	*4,13x*	*0,38x*

[1]Para fins de cálculo do EBITDA utilizado nos *covenants*, são considerados 12 meses de resultados da Regenera Rio, adquirida pela Aegea em dezembro de 2025. Em 2025, o Ecossistema Aegea atingiu 14,1 milhões de economias (+13,8% a/a), impulsionado pela ampliação do portfólio com as novas operações de Águas do Piauí, Águas do Pará e Ambiental Paraná 2 (+988 mil economias), além dos investimentos na expansão das redes de água e esgoto (+722 mil economias). O volume faturado cresceu 8,4% a/a, acompanhando o aumento das economias. A receita líquida somou R$ 18,3 bilhões em 2025 (+21% a/a) impulsionada por reajustes tarifários, aumento da receita de construção e remuneração do ativo financeiro, em decorrência do avanço dos investimentos nas PPPs, além do início das novas operações. O EBITDA alcançou R$ 10,3 bilhões (+23,5% a/a), beneficiado pelos mesmos fatores, além do impacto não recorrente do crédito de PIS/COFINS na Corsan reconhecido no 1T25 (excluído este efeito, o EBITDA ainda avançou 16,4%). Os investimentos totalizaram R$ 8,6 bilhões no ano, sendo R$ 7,3 bilhões em Capex e R$ 1,3 bilhão em outorgas pagas, com foco na ampliação da cobertura de esgoto e no início das novas operações. Para mais informações sobre esses resultados e as conciliações, acesse o Earnings Release da Aegea pelo site de RI.

Desempenho Consolidado:

Resultados do período:

Consolidado (R$ milhões)	2025	2024 Reapresentado	Δ %
Receita operacional líquida	**18.780**	**14.029**	**33,9%**
Custos de serviços prestados	(9.913)	(7.320)	37,1%
Lucro bruto	**8.868**	**6.799**	**30,4%**
Despesas operacionais	(2.380)	(1.524)	56,1%
Outras receitas operacionais	728	477	52,7%
Equivalência patrimonial	(753)	(280)	-169,2%
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	**6.493**	**5.472**	**18,1%**
Resultado financeiro	(4.386)	(2.277)	-92,6%
Resultado antes dos tributos	**2.078**	**3.195**	**-35,0%**
Imposto de renda e contribuição social	(1.052)	(1.160)	-9,4%
Lucro líquido	**1.026**	**2.034**	**-49,6%**

Em 2025, a receita operacional líquida totalizou R$ 18,8 bilhões (+34% a/a), impulsionada pelo volume faturado, reajustes tarifários, avanço nas PPPs e início de novas operações. O lucro líquido recuou para R$ 1,0 bilhão (-50% a/a), pressionado pela expansão dos custos associada ao crescimento do portfólio e pelo resultado financeiro, impactado pelo maior endividamento em ambiente de juros elevados.

EBITDA:

Consolidado (R$ milhões)	2025	2024 Reapresentado	Δ %
Lucro líquido	**1.026**	**2.034**	**-49,6%**
Resultado financeiro	4.386	2.277	92,6%
Imposto sobre lucro	1.052	1.160	-9,4%
Depreciação e amortização	1.364	960	42,1%
EBITDA	**7.827**	**6.431**	**21,7%**
Receita líquida - Aegea Societário[1]	12.322	9.618	28,1%
Margem EBITDA	**63,5%**	**66,9%**	**-3,3 p.p.**

[1]Receita líquida ajustada, conforme divulgado pela Aegea, exclui a receita de construção (ICPC 01).

Em 2025, o EBITDA consolidado da Equipav Saneamento totalizou R$ 7,8 bilhões (+22% a/a), com margem EBITDA de 63,5% (-3,3 p.p. a/a). O desempenho reflete o crescimento do volume faturado, os reajustes tarifários e o avanço nas contraprestações das PPPs, com destaque para a Ambiental Ceará e Ambiental Paraná 2, além do efeito não recorrente do crédito de PIS/COFINS na Corsan.

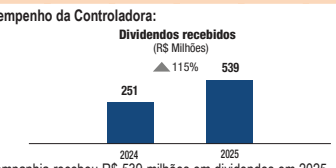
Caixa e Alavancagem:

Consolidado (R$ milhões)	2025	2024 Reapresentado	Δ %
Dívida bruta	**41.796**	**26.294**	**59,0%**
Caixa e disponibilidades	10.796	7.338	47,1%
Dívida líquida	**30.998**	**18.956**	**63,5%**
EBITDA CVM 156[1] (12 meses)	**7.970**	**6.431**	**31,6%**
Dívida líquida / EBITDA CVM 156	**3,9 x**	**2,9 x**	**1,0 x**

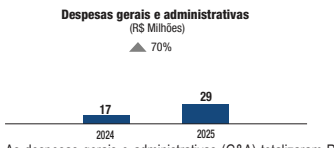
[1]Para fins de cálculo de covenant são considerados 12 meses de resultados da Regenera Rio, que foi adquirida pela Aegea em dezembro de 2025.

A dívida bruta consolidada atingiu R$ 41,8 bilhões em 2025, alta de 59% em relação ao mesmo período do ano anterior. Com R$ 10,8 bilhões em caixa, a dívida líquida consolidada encerrou o período em R$ 31,0 bilhões (+65% a/a), e a alavancagem avançou de 2,9x para 3,9x.

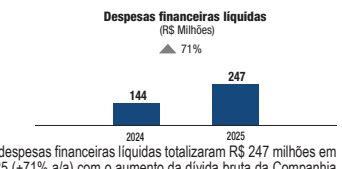
Desempenho da Controladora:



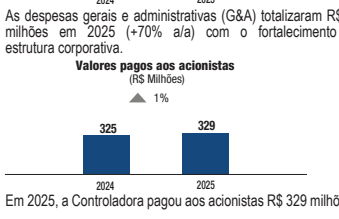
A Companhia recebeu R$ 539 milhões em dividendos em 2025, aumento de 115% em relação ao ano anterior.



As despesas gerais e administrativas (G&A) totalizaram R$ 29 milhões em 2025 (+70% a/a) com o fortalecimento da estrutura corporativa.

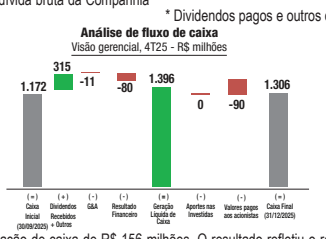


As despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 247 milhões em 2025 (+71% a/a) com o aumento da dívida bruta da Companhia e reforço da posição de liquidez.

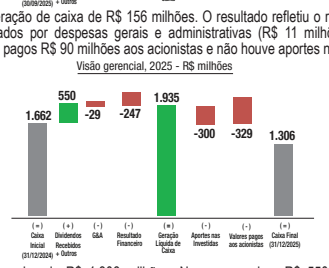


Em 2025, a Controladora pagou aos acionistas R$ 329 milhões.*

* Dividendos pagos e outros créditos.



No 4T25, a Companhia registrou geração de caixa de R$ 156 milhões. O resultado refletiu o recebimento de R$ 315 milhões em dividendos, parcialmente compensados por despesas gerais e administrativas (R$ 11 milhões) e resultado financeiro líquido (R$ 80 milhões). No trimestre, foram pagos R$ 90 milhões aos acionistas e não houve aportes nas investidas.

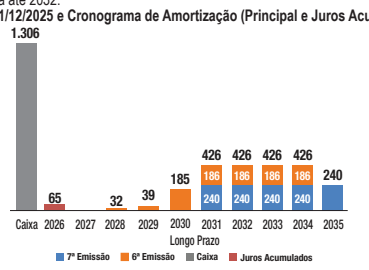


A Companhia encerrou o ano com caixa de R$ 1.306 milhões. No ano, recebeu R$ 550 milhões em dividendos e outros, parcialmente compensados por despesas gerais e administrativas (R$ 29 milhões) e resultado financeiro líquido (R$ 247 milhões). No ano, foram pagos R$ 329 milhões aos acionistas e realizados R$ 300 milhões em aportes na Aegea (em março de 2025).

Endividamento

A Controladora encerrou 2025 com dívida bruta de R$ 2.192 milhões, resultando em prazo médio de 6,43 anos. A dívida líquida da Controladora é de R$ 886 milhões, dado o caixa de R$ 1.306 milhões no fim do período. Esse caixa é suficiente para cobrir integralmente o principal da dívida até 2032.

Posição de caixa em 31/12/2025 e Cronograma de Amortização (Principal e Juros Acumulados) R$ milhões



Rating

Em 2 de abril de 2026, em decorrência do adiamento da publicação das demonstrações financeiras da Aegea e da consequente revisão dos controles internos do grupo, a S&P National Ratings revisou o rating de emissor da Equipav Saneamento de 'brAA+' para 'brAA-' e os ratings das 6ª e 7ª emissões de debêntures de 'brAA' para 'brA', colocando-os em CreditWatch negativo.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024 (Reapresentado)	Controladora 01/01/2024 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024 (Reapresentado)	Consolidado 01/01/2024 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	7	109	97	21	186.660	182.741	138.976
Aplicações financeiras	8	1.306.183	1.661.522	22.289	10.393.181	6.958.305	4.737.637
Contas a receber de clientes	9	-	-	-	2.004.153	1.264.418	834.616
Ativos financeiros contratuais	10	-	-	-	273.514	199.772	101.017
Estoques		-	-	-	158.153	61.905	179.139
Debêntures privadas partes relacionadas		-	-	-	-	14.067	-
Tributos a recuperar		36.980	5.406	-	657.908	302.193	237.041
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	11	-	3.925	1.188	490.338	4.045	-
Crédito com acionistas	11	174.271	-	-	174.271	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	-	8.192	10.147	71.530
Outros créditos		353	-	35	336.894	166.480	322.168
Total do ativo circulante		**1.517.896**	**1.670.950**	**23.533**	**14.683.264**	**9.164.073**	**6.622.124**
Aplicações financeiras	8	-	-	-	218.122	197.243	172.788
Contas a receber de clientes	9	-	-	-	315.810	313.851	529.466
Ativos financeiros contratuais	10	-	-	-	2.346.027	916.854	542.841
Tributos a recuperar		-	226	7.494	71.979	29.933	167.369
Ativo fiscal diferido	26 b.	-	-	-	882.237	650.292	974.080
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	-	1.058.744	2.038.007	541.514
Depósitos judiciais	19	-	-	-	329.261	413.965	497.161
Títulos e valores mobiliários	12	-	-	-	5.073.391	4.462.780	3.904.065
Outros créditos		-	-	-	259.008	219.669	220.119
Total do realizável a longo prazo		**-**	**226**	**7.494**	**10.554.579**	**9.242.594**	**7.549.403**
Investimentos	12	-	-	610.351	121.098	864.106	707.145
Imobilizado		5.223	56	43	3.117.658	1.532.205	763.494
Ativo de contrato da concessão	13	-	-	-	3.620.547	3.253.517	3.198.160
Intangível	14	-	-	-	24.799.571	17.147.457	11.398.684
Total do ativo não circulante		**5.223**	**282**	**617.888**	**42.213.453**	**32.039.879**	**23.616.886**
Total do ativo		**1.523.119**	**1.671.232**	**641.421**	**56.896.717**	**41.203.952**	**30.239.010**

Passivos	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024 (Reapresentado)	Controladora 01/01/2024 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024 (Reapresentado)	Consolidado 01/01/2024 (Reapresentado)
Fornecedores e empreiteiros	15	362	205	128	1.038.979	798.426	612.910
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	64.682	58.512	67.813	4.282.065	2.069.502	1.483.913
Obrigações trabalhistas e sociais		1.009	657	83	539.244	374.535	658.457
Obrigações fiscais		880	760	226	12.716	74.755	115.424
Dividendos a pagar	11	-	-	12.803	454.101	346.478	126.551
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	-	275.445	292.329	174.721
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	-	326.858	205.759	540.798
Parcelamentos de tributos		-	-	-	371	346	604
Outros tributos diferidos		-	-	-	73.309	64.016	30.774
Outras contas a pagar	18	-	-	-	1.667.396	774.306	288.561
Total do passivo circulante		**66.933**	**60.134**	**81.053**	**8.670.484**	**5.000.452**	**4.032.713**
Fornecedores e empreiteiros	15	-	-	-	107.203	63.702	65.615
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	2.127.416	2.119.503	476.499	37.385.352	24.889.816	16.139.677
Parcelamentos de tributos		-	-	-	1.132	1.386	1.614
Provisões	19	-	-	-	1.018.338	1.322.214	1.687.645
Passivo fiscal diferido	26 b.	-	-	-	627.887	618.830	191.361
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	-	1.001.410	1.166.862	289.827
Provisão para perda de investimentos	12	103.247	43.809	371.309	-	-	-
Provisão de benefício pós-emprego	20	-	-	-	425.560	278.683	636.281
Outros tributos diferidos		-	-	-	220.329	60.436	55.465
Outras contas a pagar	18	-	-	-	3.415.691	1.918.320	1.208.470
Total do passivo não circulante		**2.230.663**	**2.163.312**	**847.808**	**44.202.902**	**30.320.249**	**20.275.955**
Total do passivo		**2.297.596**	**2.223.446**	**928.861**	**52.873.386**	**35.320.701**	**24.308.668**
Patrimônio líquido	21						
Capital social		1.338.893	1.338.893	526.711	1.338.893	1.338.893	526.711
Reserva de capital		(18.357)	(18.357)	(18.357)	(18.357)	(18.357)	(18.357)
Reservas de lucros		63.188	140.404	337.021	63.188	140.404	337.021
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.160.322)	(2.015.275)	(1.134.936)	(2.160.322)	(2.015.275)	(1.134.936)
Ajuste de conversão de balanço		2.121	2.121	2.121	2.121	2.121	2.121
Lucros acumulados		-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**(774.477)**	**(552.214)**	**(287.440)**	**(774.477)**	**(552.214)**	**(287.440)**
Participação de não controladores		**-**	**-**	**-**	**4.797.808**	**6.435.465**	**6.217.782**
Total do patrimônio líquido		**(774.477)**	**(552.214)**	**(287.440)**	**4.023.331**	**5.883.251**	**5.930.342**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.523.119**	**1.671.232**	**641.421**	**56.896.717**	**41.203.952**	**30.239.010**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2025 E DE 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores: Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de conversão de balanço	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º/01/2024		**526.711**	**(18.357)**	**42.512**	**954.173**	**12.023**	**2.121**	**-**	**1.519.183**	**8.539.298**	**10.058.481**
Ajustes de reapresentação		-	-	-	(659.664)	(1.146.959)	-	-	(1.806.623)	(2.321.516)	(4.128.139)
Saldos em 1º/01/2024 (Reapresentado)		**526.711**	**(18.357)**	**42.512**	**294.509**	**(1.134.936)**	**2.121**	**-**	**(287.440)**	**6.217.782**	**5.930.342**
Aumento de capital social	21 a.	812.182	-	-	-	-	-	-	812.182	(615.758)	196.424
Ajuste de avaliação patrimonial em controlada		-	-	-	-	(492.757)	-	-	(492.757)	42.680	(450.077)
Outros efeitos de transações em controladas		-	-	-	-	(26.350)	-	-	(26.350)	22.665	(3.685)
Perda de diluição de participação societária em controladas		-	-	-	(167.858)	(361.232)	-	-	(529.090)	529.090	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	284.288	284.288	1.749.882	2.034.170
Destinação:											
Reserva legal	21 c.	-	-	14.214	-	-	-	(14.214)	-	-	-
Dividendos intermediários	21 d.	-	-	-	(313.047)	-	-	-	(313.047)	(1.510.876)	(1.823.923)
Dividendos distribuídos	21 d.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	21 d.	-	-	-	270.074	-	-	(270.074)	-	-	-
Saldos em 31/12/2024 (Reapresentado)		**1.338.893**	**(18.357)**	**56.726**	**83.678**	**(2.015.275)**	**2.121**	**-**	**(552.214)**	**6.435.465**	**5.883.251**
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	150.610	150.610
Ajuste de avaliação patrimonial em controlada		-	-	-	-	191.933	-	-	191.933	22.012	213.945
Outros efeitos de transações em controladas		-	-	-	-	(336.980)	-	-	(336.980)	(226.795)	(563.775)
Perda de diluição de participação societária em controladas		-	-	-	(62.959)	-	-	-	(62.959)	62.959	-
Outras transações com acionistas		-	-	-	11.085	-	-	-	11.085	-	11.085
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	129.243	129.243	896.950	1.026.193
Destinação:											
Reserva legal	21 c.	-	-	6.462	-	-	-	(6.462)	-	-	-
Dividendos intermediários	21 d.	-	-	-	(125.000)	-	-	-	(125.000)	(2.036.986)	(2.161.986)
Juros sobre capital próprio	21 d.	-	-	-	-	-	-	-	-	(506.407)	(506.407)
Dividendos intercalares	21 d.	-	-	-	-	-	-	(29.585)	(29.585)	-	(29.585)
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	93.196	-	-	(93.196)	-	-	-
Saldos em 31/12/2025		**1.338.893**	**(18.357)**	**63.188**	**-**	**(2.160.322)**	**2.121**	**-**	**(774.477)**	**4.797.808**	**4.023.331**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2025 E DE 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024 (Reapresentado)	Consolidado 2025	Consolidado 2024 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos tributos		129.243	284.288	2.077.693	3.194.527
Ajustes para:					
Amortização e depreciação	23	31	10	1.363.551	959.626
Reversões de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	19	-	-	(88.501)	(114.652)
Reversão de perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	9 e 23	-	-	215.824	15.578
Baixa de títulos do contas a receber	9 e 23	-	-	77.961	(43.479)
Reversão de provisões para benefício pós-emprego	20	-	-	21.764	36.839
Resultado na baixa de intangível, imobilizado e arrendamentos		-	-	(31.323)	(27.845)
Margem de construção ativo intangível	13 (i)	-	-	(113.198)	(81.925)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(383.150)	(53.586)	752.783	279.599
Reversão de provisão em decorrência de cisão, líquida	12	-	(374.321)	-	(374.321)
Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas	25	(170.138)	(42.077)	(1.060.939)	(561.830)
(Ganho) Perda líquidas com instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	2.355.861	(927.272)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16 e 25	389.089	147.247	3.521.456	2.176.949
Amortização do custo de captação	25	7.912	3.328	164.429	129.548
Baixa de custo de captação de dívida liquidada antecipadamente		-	11.741	-	11.741
Variação cambial líquida	17	-	-	(910.421)	1.629.181
Valor justo líquido da dívida por meio do resultado	25	-	-	6.039	(403.363)
Valor justo por opções de ações	25	-	-	12.117	(78.873)
Ajuste a valor presente de clientes	25	-	-	(7.081)	86.062
Ajuste a valor presente de clientes sobre ativos financeiros	9 e 25	-	-	(11.648)	(15.271)
Atualização monetária de riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	25	-	-	-	(6.505)
Crédito PIS/COFINS - Regime cumulativo	19	-	-	(798.638)	-
Atualização de depósitos judiciais	24 e 25	-	-	(2.322)	(6.319)
Juros de arrendamentos		-	-	175.891	82.175
Outros		-	1.188	-	1.188
		(27.013)	**(22.182)**	**7.721.298**	**5.961.358**
Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Diminuição dos ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	(708.795)	(272.349)
Ativos financeiros contratuais		-	-	(1.507.272)	(540.544)
Estoques		-	-	(75.309)	117.234
Tributos a recuperar		(31.348)	1.862	225.908	88.366
Depósitos judiciais		-	-	88.365	87.673
Outros créditos		(353)	35	(208.478)	154.064
Aumento/(Diminuição) dos passivos					
Fornecedores e empreiteiros		157	77	343.198	(127.717)
Obrigações trabalhistas e sociais		352	574	160.302	(283.922)
Obrigações fiscais		120	534	(83.802)	(177.651)
Parcelamentos de tributos		-	-	(229)	(486)
Pagamentos de demandas judicias	19	-	-	(260.283)	(243.147)
Outros tributos diferidos		-	-	145.018	38.213
Outras contas a pagar		-	-	(963.901)	790.038
Juros pagos sobre arrendamentos		-	-	(175.891)	(82.175)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(382.918)	(91.788)	(3.614.152)	(2.000.235)
Imposto de renda e contribuição social pagos	26 a.	-	-	(566.306)	(637.205)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		**(441.003)**	**(110.888)**	**519.671**	**2.871.515**
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aplicações financeiras e debêntures privadas, líquidas		525.477	(1.597.156)	(3.112.990)	(2.085.751)
Juros recebidos de aplicações financeiras e debêntures privadas		-	-	580.339	297.877
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		538.508	301.668	5.478	-
Aporte de capital em coligadas	12 h.	-	-	(1.231.001)	(661.171)
Aporte de capital em controladas	12 h.	(300.000)	-	-	(346.697)
Transações com acionistas		11.085	-	11.085	-
Reserva de incentivo fiscal	12 g.	-	-	(175.912)	161
Aquisição do ativo financeiro		-	-	491	-
Aquisição da controlada Regenera, líquido do caixa obtido na aquisição	5	-	-	(343.798)	-
Aquisição de imobilizado		(5.199)	(23)	(58.324)	(18.423)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	13 (i)	-	-	(5.132.807)	(3.572.872)
Aquisição de intangível		-	-	(1.335.220)	(2.238.051)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		**769.871**	**(1.295.511)**	**(10.792.659)**	**(8.624.927)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	16	-	2.200.000	21.481.962	10.004.672
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	(83.825)	(538.533)	(296.466)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	16	-	(553.000)	(6.835.459)	(2.098.869)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos		-	-	144.144	58.860
Instrumentos financeiros derivativos pagos		-	-	(983.590)	(376.120)
Dividendos pagos	21 d.	(154.585)	(302.760)	(2.489.727)	(1.444.736)
Recursos provenientes de aporte de capital		-	169.150	150.610	196.424
Pagamentos de arrendamentos	18 *(ii)*	-	-	(403.229)	(223.498)
Aquisição de participação em controladas	18 (v)	-	-	(75.000)	-
Crédito com acionistas		(174.271)	(23.090

continuação...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31/12/2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Controladas	Atividades principais	Data de término da concessão	2025		2024	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Águas de Rolim de Moura Saneamento SPE Ltda. ("Rolim de Moura")	Concessão Água e Esgoto	07/2046	-	100%	-	100%
Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A. ("São Francisco")	Concessão Água e Esgoto	02/2044	-	100%	-	100%
Águas de São Francisco do Sul SPE S.A. ("São Francisco do Sul")	Concessão Água e Esgoto	01/2050	-	100%	-	100%
Águas de Sinop S.A. ("Sinop")	Concessão Água e Esgoto	11/2044	-	100%	-	100%
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. ("Teresina")	Subconcessão Água e Esgoto	06/2047	-	100%	-	100%
Águas de Timon Saneamento S.A. ("Timon")	Concessão Água e Esgoto	04/2045	-	100%	-	100%
Águas do Mirante S.A. ("Mirante")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	06/2042	-	99,99%	-	99,99%
Águas do Pará A SPE S.A. ("Pará A")	Concessão Água e Esgoto	06/2065	-	100%	-	-
Águas do Pará B SPE S.A. ("Pará B")	Concessão Água e Esgoto	06/2065	-	100%	-	-
Águas do Pará C SPE S.A. ("Pará C")	Concessão Água e Esgoto	06/2065	-	100%	-	-
Águas do Pará D SPE S.A. ("Pará D")	Concessão Água e Esgoto	06/2065	-	100%	-	-
Águas do Piauí SPE S.A. ("Piauí")	Concessão Água e Esgoto	01/2061	-	100%	-	100%
Ambiental Cariacica Concessionária de Saneamento SPE S.A. ("Cariacica")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	03/2051	-	100%	-	100%
Ambiental Ceará 1 SPE S.A. ("Ceará 1")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	05/2053	-	100%	-	100%
Ambiental Ceará 2 SPE S.A. ("Ceará 2")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	05/2053	-	100%	-	100%
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A. ("Metrosul")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	11/2055	-	100%	-	100%
Ambiental MS Pantanal SPE S.A. ("MS Pantanal")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	05/2051	-	100%	-	100%
Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A. ("Serra")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	01/2045	-	100%	-	100%
Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A. ("Vila Velha")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	06/2047	-	99,99%	-	99,99%
Concessionária Águas de Meriti Ltda. ("Meriti")	Concessão Água e Esgoto	07/2045	-	51,00%	-	51,00%
Cortona Participações S.A. ("Cortona")	Holding	-	-	100%	-	100%
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. ("GSS")	Tecnologia da Informação	-	-	100%	-	100%
Guaíba Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo Guaíba")	Fundo de Investimento	-	-	-	-	100%
Livorno Participações S.A. ("Livorno")	Holding	-	-	100%	-	100%
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. ("LVE")	Locação de Veículos	-	-	100%	-	100%
Napole Participações S.A. ("Napole")	Holding	-	-	-	-	100%
Paese Participações S.A. ("Paese")	Holding	-	-	100%	-	100%
R3 Engenharia S.A. ("R3 Engenharia")	Serviços de Engenharia	-	-	100%	-	100%
Regenera Cariri SPE S.A. ("Cariri")	Concessão Resíduos Sólidos	07/2054	-	51,00%	-	51,00%
Reuso Itaboraí S.A. ("Reuso Itaboraí")	Concessão Água e Esgoto	-	-	100%	-	100%
Santense Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo Santense")	Fundo de Investimento	-	-	-	-	100%
Aegea Desenvolvimento S.A. ("Aegea Desenvolvimento")	Holding	-	-	100%	-	100%
Ambiental Crato Concessionária de Saneamento S.A. ("Ambiental Crato")	Concessão Esgoto	07/2057	-	100%	-	100%
Igarapé Participações S.A. ("Igarapé Participações")	Holding	-	-	100%	-	100%
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento eiDistribuição de Águas SPE S.A. ("Rio Negro") *(iii)*	Concessão Água	07/2045	-	100%	-	100%
Igarapé Sustentabilidade S.A. ("Igarapé Sustentabilidade")	Holding	-	-	100%	-	100%
Manaus Ambiental S.A. ("Manaus")	Concessão Água e Esgoto	07/2045	-	100%	-	100%
Nascentes do Xingu Investimentos S.A. ("Nascentes do Xingú Investimentos")	Holding	-	-	100%	-	51,00%
Águas de Confresa S.A. ("Confresa")	Concessão Água e Esgoto	02/2054	-	100%	-	51,00%
Águas de Diamantino S.A. ("Diamantino")	Concessão Água e Esgoto	05/2044	-	100%	-	51,00%
Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A. ("Nascentes do Xingú Participações")	Holding	-	-	100%	-	100%
Águas de Barra do Garças Ltda. ("Barra do Garças")	Concessão Água e Esgoto	09/2033	-	100%	-	100%
Águas de Campo Verde S.A. ("Campo Verde")	Concessão Água e Esgoto	11/2031	-	100%	-	89,65%
Águas de Carlinda S.A. ("Carlinda")	Concessão Água e Esgoto	01/2034	-	100%	-	51,00%
Águas de Cláudia S.A. ("Cláudia")	Concessão Água e Esgoto	03/2034	-	100%	-	51,00%
Águas de Jaurú Abastecimento e Distribuição iS.A. ("Jaurú")	Concessão Água e Esgoto	01/2042	-	100%	-	51,00%
Águas de Marcelândia S.A. ("Marcelândia")	Concessão Água e Esgoto	06/2033	-	100%	-	51,00%
Águas de Nortelândia S.A. ("Nortelândia")	Concessão Água e Esgoto	01/2052	-	100%	-	51,00%
Águas de Poconé S.A. ("Poconé")	Concessão Água e Esgoto encerrada em 06/2024	06/2024	-	100%	-	51,00%
Águas de Primavera S.A. ("Primavera")	Concessão Água e Esgoto	08/2030	-	100%	-	87,13%
Águas de Santa Carmem S.A. ("Santa Carmem")	Concessão Água e Esgoto	11/2031	-	100%	-	51,00%
Águas de São José S.A. ("São José")	Concessão Água e Esgoto	03/2038	-	100%	-	51,00%
Águas de Sorriso S.A. ("Sorriso")	Concessão Água e Esgoto	06/2030	-	100%	-	94,98%
Águas de União do Sul S.A. ("União do Sul")	Concessão Água e Esgoto	08/2030	-	100%	-	51,00%
Águas de Vera S.A. ("Vera")	Concessão Água e Esgoto	04/2041	-	100%	-	51,00%
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A. ("Peixoto")	Concessão Água e Esgoto	08/2030	-	100%	-	51,00%
Saneamento Básico de Jangada S.A. ("Jangada")	Concessão Água e Esgoto	06/2034	-	100%	-	51,00%
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A. ("Pedra Preta")	Concessão Água e Esgoto	12/2032	-	100%	-	94,36%
Saneamento Consultoria S.A. ("Sanco")	Holding	-	-	75%	-	75%
Águas de Palhoça S.A. ("Palhoça")	Concessão Água e Esgoto	11/2054	-	100%	-	100%
Ambiental Paraná 1 SPE S.A. ("Ambiental Paraná 1")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	03/2047	-	75%	-	75%
Ambiental Paraná 2 SPE S.A. ("Ambiental Paraná 2")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	01/2049	-	75%	-	75%
Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("CORSAN") (a)	Concessão Água e Esgoto	Dez/2029 a Dez/2062.	-	75%	-	61,38%
Tertúlia Participações e Administração S.A. ("Tertúlia")	Holding	-	-	57%	-	57%
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Prolagos")	Concessão Água e Esgoto	05/2041	-	57%	-	57%
Camastra Participações e Administração S.A. ("Camastra")	Holding	-	-	67,92%	-	67,92%
Águas Guariroba S.A. ("Guariroba")	Concessão Água e Esgoto	08/2060	-	67,92%	-	67,92%
Padova Participações S.A.	Holding	-	-	100%	-	-
Regenera Rio Holding S.A.	Holding	-	-	100%	-	-
Regenera Rio S.A.	Resíduos Sólidos	-	-	100%	-	-

a) A controlada indireta Corsan possui 317 contratos de concessão para os municípios do Rio Grande do Sul em que atua, conforme demonstrado abaixo:

	Atividades Principais	Data de término da concessão
313 Municípios *(i)*	Concessão Água e Esgoto	Entre outubro/31 e dezembro/62
4 Municípios *(ii)*	Concessão Água	Entre maio/20 e dezembro/62

(i) Os municípios são: Aceguá, Água Santa, Agudo, Ajuricaba, Alecrim, Alegrete, Alpestre, Alto Alegre, Alvorada, Amaral Ferrador, Ametista do Sul, Antônio Prado, Arambaré, Araticaba, Arroio do Meio, Arroio do Sal, Arroio do Tigre, Arroio dos Ratos, Arroio Grande, Arvorezinha, Áurea, Balneário Pinhal, Barão, Barão de Cotegipe, Barão do Triunfo, Barra do Guarita, Barra do Quaraí, Barra do Ribeiro, Barracão, Barros Cassal, Bento Gonçalves, Boa Vista do Buricá, Bom Jesus, Bom Progresso, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Bossoroca, Braga, Butiá, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Cacique Doble, Caibaté, Caiçara, Camaquã, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Campinas do Sul, Campo Bom, Campo Novo, Campos Borges, Candelária, Cândido Godói, Canela, Canguçu, Canoas, Capão da Canoa, Capão do Leão, Capela de Santana, Capivari do Sul, Carazinho, Carlos Barbosa, Casca, Caseiros, Catuípe, Cerrito, Cerro Grande do Sul, Cerro Largo, Chapada, Charqueadas, Chiapetta, Chuí, Chuvisca, Cidreira, Ciríaco, Colorado, Condor, Constantina, Coronel Bicaco, Cotiporã, Crissiumal, Cristal, Cruz Alta, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Derrubadas, Dilermando de Aguiar, Dois Irmãos, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Dona Francisca, Doutor Maurício Cardoso, Eldorado do Sul, Encantado, Encruzilhada do Sul, Entre Rios do Sul, Entre-Ijuís, Erebango, Erechim, Erval Grande, Erval Seco, Esmeralda, Espumoso, Estação, Estância Velha, Esteio, Estrela, Fagundes Varela, Farroupilha, Faxinal do Soturno, Faxinalzinho, Feliz, Flores da Cunha, Fontoura Xavier, Formigueiro, Fortaleza dos Valos, Frederico Westphalen, Garibaldi, Gaurama, General Câmara, Getúlio Vargas, Giruá, Glorinha, Gramado, Gravataí, Guaíba, Guaporé, Guarani das Missões, Herval, Horizontina, Humaitá, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ibirubá, Igrejinha, Ijuí, Ilópolis, Imbé, Independência, Inhacorá, Ipê, Iraí, Itaara, Itapuca, Itaqui, Itatiba do Sul, Ivorá, Jaboticaba, Jacutinga, Jaguarão, Jaguari, Jaquirana, Júlio de Castilhos, Lagoa Bonita do Sul, Lagoa Vermelha, Lagoão, Lajeado, Lavras do Sul, Liberato Salzano, Maçambará, Machadinho, Manoel Viana, Marau, Marcelino Ramos, Mariana Pimentel, Mariano Moro, Marques de Souza, Mata, Maximiliano de Almeida, Miraguaí, Montenegro, Morro Redondo, Morro Reuter, Mostardas, Muitos Capões, Não-Me-Toque, Nonoai, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Bréscia, Nova Esperança do Sul, Nova Hartz, Nova Palma, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Nova Santa Rita, Osório, Paim Filho, Palmares do Sul, Palmeira das Missões, Palmitinho, Panambi, Pantano Grande, Paraí, Parobé, Passa Sete, Passo Fundo, Paverama, Pedras Altas, Pedro Osório, Pejuçara, Pinheirinho do Vale, Pinheiro Machado, Pinto Bandeira, Planalto, Portão, Porto Lucena, Porto Xavier, Putinga, Quaraí, Redentora, Restinga Sêca, Rio dos Índios, Rio Grande, Rio Pardo, Riozinho, Roca Sales, Rodeio Bonito, Rolante, Ronda Alta, Rondinha, Rosário do Sul, Salto do Jacuí, Salvador do Sul, Sananduva, Santa Bárbara do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Margarida do Sul, Santa Maria, Santa Maria do Herval, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Santiago, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto, Santo Cristo, Santo Expedito do Sul, São Borja, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Jerônimo, São João da Urtiga, São Jorge, São José do Herval, São José do Inhacorá, São José do Norte, São José do Ouro, São José dos Ausentes, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, São Marcos, São Martinho, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Pedro da Serra, São Pedro do Sul, São Sebastião do Caí, São Sepé, São Valentim, São Vicente do Sul, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sarandi, Seberi, Sede Nova, Selbach, Serafina Corrêa, Sertão, Sertão Santana, Severiano de Almeida, Silveira Martins, Sobradinho, Soledade, Tapejara, Tapera, Tapes, Taquara, Taquari, Taquaruçu do Sul, Tavares, Tenente Portela, Terra de Areia, Tiradentes do Sul, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Coroas, Três de Maio, Três Passos, Trindade do Sul, Triunfo, Tucunduva, Tupanciretã, Tuparendi, Unistalda, Vacaria, Venâncio Aires, Veranópolis, Viadutos, Viamão, Vicente Dutra, Victor Graeff, Vila Flores, Vila Nova do Sul, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Xangri-Lá. (ii) Os municípios são: Campina das Missões, Minas do Leão, Piratini e Sentinela do Sul. A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia em suas coligadas, bem como suas atividades:

Coligadas	Atividades principais	Data de término da concessão	2025		2024	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Águas do Rio investimentos S.A. ("Águas do Rio")	Holding	-	-	49,81%	-	47,72%
Águas do Rio 1 SPE S.A. ("Rio 1")	Concessão Água e Esgoto	11/2056	-	49,81%	-	47,72%
Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Rio 4")	Concessão Água e Esgoto	11/2056	-	49,81%	-	47,72%
Parsan S.A. ("Parsan")	Holding	-	-	75,00%	-	50,00%

3. BASE DE PREPARAÇÃO: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras consolidadas ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS". A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho da Administração em 17/04/2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão. **b)** Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. **c)** Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável. As informações sobre julgamentos relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Reconhecimento e mensuração de perdas de crédito esperadas: premissas de determinação da taxa média de expectativa de perda (nota explicativa n° 9); • Definição de vida útil do ativo intangível: requer julgamento da Administração, considerando o período estimado de geração de benefícios econômicos futuros, bem como aspectos contratuais e regulatórios (nota explicativa n° 14); • Reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa n° 19); • Provisão para benefício pós-emprego: principais premissas atuariais (nota explicativa n° 20); • Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados (nota explicativa n° 26). • Reconhecimento de títulos e valores mobiliários: premissas de mercado e modelos de avaliação estão sujeitos à volatilidade que podem afetar a determinação do valor justo (nota explicativa n° 27). **d)** Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 26. **4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS:** O Grupo aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a)** Base de consolidação: *(i) Controladas:* As demonstrações financeiras das controladas, conforme nota explicativa nº 2, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os resultados do exercício das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. *(ii) Coligadas:* As coligadas são entidades sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os resultados do exercício das coligadas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial são utilizadas as informações contábeis das coligadas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. Na demonstração do resultado são refletidas a participação da Companhia nos resultados operacionais de suas coligadas. *(iii) Participação de acionistas não-controladores:* Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios: • Pelo valor justo; ou • Pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas. *(iv) Perda de controle e de influência significativa:* Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos, incluindo qualquer mais-valia, e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido, incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas. Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Ao perder influência significativa sobre uma coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. *(v) Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações entre empresas controladas pela Companhia são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. **b)** Moeda estrangeira: *(i) Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira, na data do balanço, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **c)** Arrendamentos: O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. *Ativos de direito de uso:* O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, o Grupo também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **d)** Ativos intangíveis: São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo esta calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo ou prazo da concessão, dos dois o menor. **e)** Redução ao valor recuperável (*impairment*): *(i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* O Grupo, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A provisão para perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. *Contas a receber de clientes:* O Grupo reconhece perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para refletir as perdas esperadas em sua carteira de contas a receber, em conformidade com a política contábil adotada e com os critérios estabelecidos pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A mensuração das perdas esperadas é realizada por meio de uma matriz de perda (rolagem), construída com base na experiência histórica de inadimplência observada nos últimos 36 meses, segmentada por faixas de vencimento dos créditos. A metodologia utilizada requer o exercício de julgamento significativo por parte da Administração, considerando, entre outros fatores: o histórico de recebimentos e recuperações; a composição e o prazo da carteira de contas a receber; as condições econômicas atuais; e expectativas razoáveis e sustentáveis quanto a perdas futuras, quando aplicável. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 26. *(ii) Ativos não financeiros:* Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. **f)** Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura: As concessionárias do Grupo aplicam a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. (i) Ativos financeiros contratuais: As controladas indiretas Serra, Vila Velha, Cariacica, Metrosul, Ceará 1, Ceará 2, Ambiental Paraná 1 e Ambiental Paraná 2 possuem um direito incondicional de recebimento da remuneração prevista em contrato do montante dos investimentos realizados, razão pela qual, à medida que executam as construções e melhorias, reconhecem um ativo financeiro. A controlada indireta Corsan reconhece para alguns contratos um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não amortizados no prazo da concessão. Para as demais controladas, não está prevista qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura. **g)** Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. **h)** Benefícios a empregados: *(i) Benefício de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *(ii) Benefício pós-emprego - Planos de benefício definido:* O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde, onde a Companhia e suas controladas são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. *(iii) Benefício de aposentadoria:* A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado. **i)** Provisões: Uma provisão é reconhecida quando o Grupo tem uma obrigação presente decorrente de um evento passado e é provável que sejam necessários recursos para liquidá-la, desde que o montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são revisadas em cada data de reporte e ajustadas para refletir as estimativas atuais. As reversões de provisões são reconhecidas quando a obrigação deixa de existir ou quando a saída de recursos deixa de ser provável. **j)** Capital social: *(i) Ações ordinárias:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido. **k)** Receita de contrato com cliente: O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: *(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:* A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo faturada através do volume medido de esgoto tratado e/ou por meio da paridade com água. *(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto:* A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se, principalmente à prestação de serviços de ligação de água ou esgoto, instalações de hidrômetros e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento. *(iii) Receita a faturar de serviços de água e esgoto:* As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na média de consumo dos clientes, aplicando a proporção correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consum

continuação...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31/12/2025 E 2024 (Em milhares de reais)

As tabelas a seguir resumem os impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Balanços patrimoniais	Controladora 01/01/2024			Consolidado 01/01/2024			
(Em milhares de Reais)							
Ativo	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes		Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	21	-	21	138.976	-		138.976
Aplicações financeiras	22.289	-	22.289	4.737.637	-		4.737.637
Contas a receber de clientes	-	-	-	1.848.528	(1.013.912)	(i)(iii)(iv)	834.616
Ativos financeiros contratuais	-	-	-	333.560	(232.543)	(ii)	101.017
Estoques	-	-	-	179.139	-		179.139
Tributos a recuperar	-	-	-	195.376	41.665	(viii)	237.041
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	1.188	-	1.188	-	-		-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	71.530	-		71.530
Outros créditos	35	-	35	322.168	-		322.168
Total do ativo circulante	**23.533**	**-**	**23.533**	**7.826.914**	**(1.204.790)**		**6.622.124**
Aplicações financeiras	-	-	-	172.788	-		172.788
Contas a receber de clientes	-	-	-	491.522	37.944	(i)(iii)(iv)	529.466
Ativos financeiros contratuais	-	-	-	512.043	30.798	(ii)	542.841
Tributos a recuperar	7.494	-	7.494	167.369	-		167.369
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	-	-	-	835.226	(835.226)	(viii)	-
Ativo fiscal diferido	-	-	-	709.390	264.690	(viii)	974.080
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	541.514	-		541.514
Depósitos judiciais	-	-	-	480.964	16.197	(viii)	497.161
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	6.533.143	(2.629.078)	(vii)	3.904.065
Outros créditos	-	-	-	220.119	-		220.119
Total do realizável a longo prazo	**7.494**	**-**	**7.494**	**10.664.078**	**(3.114.675)**		**7.549.403**
Investimentos	2.416.974	(1.806.623)	(i)-(viii) 610.351	676.583	30.562	(vi)	707.145
Imobilizado	43	-	43	763.494	-		763.494
Ativo de contrato da concessão	-	-	-	3.193.592	-		3.193.592
Intangível	-	-	-	11.398.684	4.568	(v)	11.403.252
Total do ativo não circulante	**2.424.511**	**(1.806.623)**	**617.888**	**26.696.431**	**(3.079.545)**		**23.616.886**
Total do ativo	**2.448.044**	**(1.806.623)**	**641.421**	**34.523.345**	**(4.284.335)**		**30.239.010**

Balanços patrimoniais	Controladora 01/01/2024			Consolidado 01/01/2024			
(Em milhares de Reais)							
Passivo	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes		Reapresentado
Fornecedores e empreiteiros	128	-	128	612.910	-		612.910
Empréstimos, financiamentos e debêntures	67.813	-	67.813	1.519.488	(35.575)	(viii)	1.483.913
Obrigações trabalhistas e sociais	83	-	83	658.457	-		658.457
Obrigações fiscais	226	-	226	141.369	(25.945)	(viii)	115.424
Dividendos a pagar	12.803	-	12.803	160.921	(34.370)	(viii)	126.551
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	146.734	27.987	(viii)	174.721
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	540.798	-		540.798
Parcelamentos de tributos	-	-	-	604	-		604
Outros tributos diferidos	-	-	-	30.774	-		30.774
Outras contas a pagar	-	-	-	288.561	-		288.561
Total do passivo circulante	**81.053**	**-**	**81.053**	**4.100.616**	**(67.903)**		**4.032.713**
Fornecedores e empreiteiros	-	-	-	65.615	-		65.615
Empréstimos, financiamentos e debêntures	476.499	-	476.499	16.104.099	35.578	(viii)	16.139.677
Parcelamentos de tributos	-	-	-	1.614	-		1.614
Provisão para demandas judiciais	-	-	-	1.687.645	-		1.687.645
Passivo fiscal diferido	-	-	-	328.935	(137.574)	(viii)	191.361
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	289.827	-		289.827
Provisão para perda de investimentos	371.309	-	371.309	-	-		-
Provisão de Benefício Pós-Emprego	-	-	-	622.578	13.703	(vii)	636.281
Outros tributos diferidos	-	-	-	55.465	-		55.465
Outras contas a pagar	-	-	-	1.208.470	-		1.208.470
Total do passivo não circulante	**847.808**	**-**	**847.808**	**20.364.248**	**(88.293)**		**20.275.955**
Total do passivo	**928.861**	**-**	**928.861**	**24.464.864**	**(156.196)**		**24.308.668**
Patrimônio líquido							
Capital social	526.711	-	526.711	526.711	-		526.711
Reserva de capital	(18.357)	-	(18.357)	(18.357)	-		(18.357)
Reservas de lucros	996.685	(659.664)	(viii) 337.021	996.685	(659.664)	(viii)	337.021
Ajuste de avaliação patrimonial	12.023	(1.146.959)	(vii)(viii) (1.134.936)	12.023	(1.146.959)	(vii)(viii)	(1.134.936)
Ajuste de conversão de balanço	2.121	-	2.121	2.121	-		2.121
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	**1.519.183**	**(1.806.623)**	**(287.440)**	**1.519.183**	**(1.806.623)**		**(287.440)**
Participação de não controladores	-	-	-	8.539.298	(2.321.516)	(viii)	6.217.782
Total do patrimônio líquido	**1.519.183**	**(1.806.623)**	**(287.440)**	**10.058.481**	**(4.128.139)**		**5.930.342**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.448.044**	**(1.806.623)**	**641.421**	**34.523.345**	**(4.284.335)**		**30.239.010**

Balanços patrimoniais	Controladora 31/12/2024			Consolidado 31/12/2024			
(Em milhares de Reais)							
Ativo	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes		Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	1.661.619	(1.661.522)	97	1.884.263	(1.661.522)	(i)(iii)(iv)	182.741
Aplicações financeiras	-	1.661.522	1.661.522	5.296.783	1.661.522		6.958.305
Contas a receber de clientes	-	-	-	1.908.102	(643.684)	(i)(iii)(iv)	1.264.418
Ativos financeiros contratuais	-	-	-	304.260	(104.488)	(ii)	199.772
Tributos a recuperar	5.406	-	5.406	253.688	48.505	(viii)	302.193
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	3.925	-	3.925	2.189	1.856	(viii)	4.045
Demais saldos	-	-	-	252.599	-		252.599
Total do ativo circulante	**1.670.950**	**-**	**1.670.950**	**9.861.884**	**(697.811)**		**9.164.073**
Contas a receber de clientes	-	-	-	575.935	(262.084)	(i)(iii)(iv)	313.851
Ativos financeiros contratuais	-	-	-	1.288.192	(371.338)	(ii)	916.854
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	-	-	-	1.050.294	(1.050.294)	(viii)	-
Ativo fiscal diferido	-	-	-	353.788	296.504	(viii)	650.292
Depósitos judiciais	-	-	-	391.449	22.516	(viii)	413.965
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	7.074.289	(2.611.509)	(vii)	4.462.780
Demais saldos	226	-	226	2.484.852	-		2.484.852
Total do realizável a longo prazo	**226**	**-**	**226**	**13.218.799**	**(3.976.205)**		**9.242.594**
Investimentos	2.858.978	(2.858.978)	(vi) -	1.225.125	(361.019)	(vi)	864.106
Intangível	-	-	-	16.906.810	240.647	(v)	17.147.457
Demais saldos	56	-	56	4.785.722	-		4.785.722
Total do ativo não circulante	**2.859.034**	**(2.858.978)**	**282**	**36.136.456**	**(4.096.577)**		**32.039.879**
Total do ativo	**4.530.210**	**(2.858.978)**	**1.671.232**	**45.998.340**	**(4.794.388)**		**41.203.952**

Balanços patrimoniais	Controladora 31/12/2024			Consolidado 31/12/2024			
(Em milhares de Reais)							
Passivo	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes		Reapresentado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	58.512	-	58.512	2.069.502	-		2.069.502
Obrigações fiscais	760	-	760	130.422	(55.667)	(viii)	74.755
Dividendos a pagar	151.884	(151.884)	(viii) -	542.807	(196.329)	(viii)	346.478
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	235.856	56.473	(viii)	292.329
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	205.759	-		205.759
Outras contas a pagar	-	-	-	519.268	255.038	(viii)	774.306
Demais saldos	862	-	862	1.237.323	-		1.237.323
Total do passivo circulante	**212.018**	**(151.884)**	**60.134**	**4.940.937**	**59.515**		**5.000.452**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.119.503	-	2.119.503	24.889.816	-		24.889.816
Passivo fiscal diferido	-	-	-	438.622	180.208	(viii)	618.830
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	1.166.862	-		1.166.862
Provisão para perda de investimentos	-	43.809	43.809	-	-		-
Provisão de Benefício Pós-Emprego	-	-	-	256.976	21.707	(viii)	278.683
Outras contas a pagar	-	-	-	2.113.843	(195.523)	(viii)	1.918.320
Demais saldos	-	-	-	1.447.738	-		1.447.738
Total do passivo não circulante	**2.119.503**	**43.809**	**2.163.312**	**30.313.857**	**6.392**		**30.320.249**
Total do passivo	**2.331.521**	**(108.075)**	**2.223.446**	**35.254.794**	**65.907**		**35.320.701**
Patrimônio líquido							
Reservas de lucros	1.085.984	(945.580)	(viii) 140.404	1.085.984	(945.580)	(viii)	140.404
Ajuste de avaliação patrimonial	(209.952)	(1.805.323)	(vii)(viii) (2.015.275)	(209.952)	(1.805.323)	(vii)(viii)	(2.015.275)
Demais saldos	1.322.657	-	1.322.657	1.322.657	-		1.322.657
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	**2.198.689**	**(2.750.903)**	**(552.214)**	**2.198.689**	**(2.750.903)**		**(552.214)**
Participação de não controladores	-	-	-	8.544.857	(2.109.392)	(viii)	6.435.465
Total do patrimônio líquido	**2.198.689**	**(2.750.903)**	**(552.214)**	**10.743.546**	**(4.860.295)**		**5.883.251**
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.530.210**	**(2.858.978)**	**1.671.232**	**45.998.340**	**(4.794.388)**		**41.203.952**

Demonstrações de resultados	Controladora 31/12/2024			Consolidado 31/12/2024			
(Em milhares de Reais)							
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes		Reapresentado
Receita operacional líquida	-	-	-	14.212.394	(183.085)	(i)(ii)	14.029.309
Custos dos serviços prestados	-	-	-	(7.241.508)	11.263	(iv)(viii)	(7.230.245)
Lucro bruto	**-**	**-**	**-**	**6.970.886**	**(171.822)**		**6.799.064**
Despesas administrativas e gerais	(17.825)	-	(iii)(viii) (17.825)	(1.517.178)	58.666	(iii)(viii)	(1.458.512)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	(65.823)	-		(65.823)
Outras receitas operacionais	374.321	-	(viii) 374.321	714.682	(202.470)	(viii)	512.212
Outras despesas operacionais	(1.188)	-	(1.188)	(35.579)	-		(35.579)
Resultado de equivalência patrimonial	408.808	(355.222)	(vi) 53.586	96.036	(375.635)	(vi)	(279.599)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	**764.116**	**(355.222)**	**408.894**	**6.163.024**	**(691.261)**		**5.471.763**
Receitas financeiras	43.475	-	43.475	2.780.501	6.589	(viii)	2.787.090
Despesas financeiras	(168.081)	-	(168.081)	(5.179.074)	114.748	(iv)(viii)	(5.064.326)
Resultado financeiro	**(124.606)**	**-**	**(124.606)**	**(2.398.573)**	**121.337**		**(2.277.236)**
Resultado antes dos tributos	**639.510**	**(355.222)**	**284.288**	**3.764.451**	**(569.924)**		**3.194.527**
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	(805.532)	(21.917)	(viii)	(827.449)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	(331.366)	(1.542)	(viii)	(332.908)
Lucro líquido do exercício	**639.510**	**(355.222)**	**284.288**	**2.627.553**	**(593.383)**		**2.034.170**
Resultado atribuído para:							
Acionistas controladores	639.510	(355.222)	284.288	639.510	(355.222)	(viii)	284.288
Acionistas não controladores	-	-	-	1.988.043	(238.161)	(viii)	1.749.882
Lucro líquido do exercício	**639.510**	**(355.222)**	**284.288**	**2.627.553**	**(593.383)**		**2.034.170**
Lucro por ação							
Lucro por ação - Básico (em R$)	0,75	(0,42)	0,34	0,75	(0,42)		0,34
Lucro por ação - Diluído (em R$)	0,75	(0,42)	0,34	0,75	(0,42)		0,34

Demonstrações de resultados abrangentes	Controladora 31/12/2024			Consolidado 31/12/2024			
(Em milhares de Reais)							
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	**639.510**	**(355.222)**	**284.288**	**2.627.553**	**(593.383)**		**2.034.170**
Itens que não poderiam ser classificados para o resultado							
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(2.138)	-		(2.138)
(Perdas) Ganhos atuariais - Benefício pós-emprego	-	4.385	(viii) 4.385	383.272	6.112	(viii)	389.384
IR/CS diferidos sobre benefício Pós - emprego	-	(1.491)	(viii) (1.491)	(130.312)	(2.078)	(viii)	(132.390)
Itens que poderiam ser classificados para o resultado							
Valor justo de derivativos	(221.900)	(85.026)	(viii) (306.926)	(429.253)	-		(429.253)
IR/CS diferidos sobre valor justo de derivativos	(75)	(201.075)	(viii) (201.150)	(90)	(284.338)	(viii)	(284.428)
Valor justo de opções de ações	-	12.425	12.425	-	17.569		17.569
Resultado abrangente total	**417.535**	**(626.004)**	**(208.469)**	**2.449.032**	**(856.118)**		**1.592.914**
Resultado abrangente atribuível aos:							
Acionistas controladores	417.535	(626.004)	(viii) (208.469)	417.535	(626.004)	(viii)	(208.469)
Acionistas não controladores	-	-	-	2.031.497	(230.114)	(viii)	1.801.383
	417.535	**(626.004)**	**(208.469)**	**2.449.032**	**(856.118)**		**1.592.914**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 31/12/2024			Consolidado 31/12/2024			
(Em milhares de Reais)							
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**Anteriormente apresentado**	**Ajustes**	**Reapresentado**	**Anteriormente apresentado**	**Ajustes**		**Reapresentado**
Resultado antes dos tributos	639.510	(355.222)	(viii) 284.288	3.764.451	(569.924)	(viii)	3.194.527
Ajustes para:							
Amortização e depreciação	10	-	10	949.455	10.171	(v)	959.626
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes	-	-	-	(3.786)	19.364	(iii)	15.578
Baixa de títulos do contas a receber	-	-	-	48.427	(91.906)	(i)	(43.479)
(Reversão) Provisão benefício pós - emprego	-	-	-	17.670	19.169	(viii)	36.839
Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas	-	(42.077)	(viii) (42.077)	(519.753)	(42.077)	(viii)	(561.830)
Margem de construção ativo intangível	-	-	-	(82.454)	529	(viii)	(81.925)
Resultado de equivalência patrimonial	(408.808)	355.222	(viii) (53.586)	(96.036)	375.635	(vi)	279.599
Receita de dividendos	-	-	-	(202.471)	202.471	(viii)	-
(Ganho) Perda líquidos com instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(927.269)	(3)	(viii)	(927.272)
Ajuste a valor presente de clientes	-	-	-	91.116	(5.054)	(iv)	86.062
Atualização de depósitos judiciais	-	-	-	-	(6.319)	(vii)	(6.319)
Demais saldos	(210.817)	-	(210.817)	3.009.952	-		3.009.952
	19.895	**(42.077)**	**(22.182)**	**6.049.302**	**(87.944)**		**5.961.358**
Variações nos ativos e passivos							
Contas a receber de clientes	-	-	-	(279.744)	7.395	(viii)	(272.349)
Ativos financeiros contratuais	-	-	-	(814.625)	274.081	(viii)	(540.544)
Tributos a recuperar	1.862	-	1.862	90.630	(2.264)	(viii)	88.366
Fornecedores e empreiteiros	77	-	77	184.218	(311.935)	(viii)	(127.717)
Obrigações fiscais	534	-	534	(10.893)	(166.758)	(viii)	(177.651)
Outras contas a pagar	-	-	-	113.485	676.553	(viii)	790.038
Juros pagos sobre arrendamentos	-	-	-	-	(82.175)	(viii)	(82.175)
Demais saldos	(91.179)	-	(91.179)	(2.767.811)	-		(2.767.811)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	**(68.811)**	**(42.077)**	**(110.888)**	**2.564.562**	**306.953**		**2.871.515**
Fluxo de caixa de atividades de investimento							
Aplicações financeiras e debêntures privadas, líquidas	22.289	(1.619.445)	(viii) (1.597.156)	(466.306)	(1.619.445)	(viii)	(2.085.751)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	-	-	-	(3.884.203)	311.331	(viii)	(3.572.872)
Aquisição de intangível	-	-	-	(1.382.524)	(855.527)	(viii)	(2.238.051)
Demais saldos	301.645	-	301.645	(728.253)	-		(728.253)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento	**323.934**	**(1.619.445)**	**(1.295.511)**	**(6.461.286)**	**(2.163.641)**		**(8.624.927)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento							
Dividendos pagos	(302.760)	-	(302.760)	(1.557.726)	112.990	(viii)	(1.444.736)
Pagamentos de arrendamentos	-	-	-	(305.674)	82.176	(viii)	(223.498)
Demais saldos	1.709.235	-	1.709.235	7.465.411	-		7.465.411
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	**1.406.475**	**-**	**1.406.475**	**5.602.011**	**195.166**		**5.797.177**
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**1.661.598**	**(1.661.522)**	**76**	**1.705.287**	**(1.661.522)**		**43.765**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	21	-	21	138.976	-		138.976
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.661.619	(1.661.522)	97	1.844.263	(1.661.522)		182.741
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**1.661.598**	**(1.661.522)**	**76**	**1.705.287**	**(1.661.522)**		**43.765**

Demonstrações dos valores adicionados	Controladora 31/12/2024			Consolidado 31/12/2024			
(Em milhares de Reais)							
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes		Reapresentado
Receitas	**374.321**	**-**	**374.321**	**15.998.111**	**(439.993)**		**15.558.118**
Serviços	-	-	-	10.186.410	(123.497)	(i)	10.062.913
Receita de construção	-	-	-	5.093.233	(94.661)	(ii)	4.998.572
Outras receitas	374.321	-	374.321	714.682	(202.471)	(viii)	512.211
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes	-	-	-	3.786	(19.364)	(ii)	(15.578)
Insumos adquiridos de terceiros	**(7.969)**	**-**	**(7.969)**	**(7.264.829)**	**222.594**		**(7.042.235)**
Custo de construção	-	-	-	(4.218.310)	26.445	(ii)	(4.191.865)
Custos dos serviços prestados	-	-	-	(1.783.236)	(5.011)	(iv)(viii)	(1.788.247)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.969)	-	(7.969)	(1.263.283)	201.160	(viii)	(1.062.123)
Valor adicionado bruto	**366.352**	**-**	**366.352**	**8.733.282**	**(217.399)**		**8.515.883**
Amortização e depreciação	(10)	-	(10)	(949.455)	(10.171)	(v)	(959.626)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**366.342**	**-**	**366.342**	**7.783.827**	**(227.570)**		**7.556.257**
Valor adicionado recebido em transferência	**452.283**	**(355.222)**	**97.061**	**2.876.537**	**(369.048)**		**2.507.489**
Resultado de equivalência patrimonial	408.808	(355.222)	(vi) 53.586	96.036	(375.636)	(vi)	(279.600)
Receitas financeiras	43.475	-	43.475	2.780.501	6.588	(viii)	2.787.089
Valor adicionado total a distribuir	**818.625**	**(355.222)**	**463.403**	**10.660.364**	**(596.618)**		**10.063.746**
Distribuição do valor adicionado	**818.625**	**(355.222)**	**463.403**	**10.660.364**	**(596.618)**		**10.063.746**
Pessoal	**10.708**	**-**	**10.708**	**1.232.676**	**-**		**1.232.676**
Impostos, taxas e contribuições	**326**	**-**	**326**	**2.352.743**	**(10.123)**		**2.342.620**
Impostos federais	-	-	-	2.271.230	(11.310)	(viii)	2.259.920
Demais saldos	326	-	326	81.513	1.187		82.700
Remuneração de capitais de terceiros	**168.081**	**-**	**168.081**	**4.446.203**	**8.077**		**4.454.280**
Juros	168.081	-	168.081	4.371.041	8.077	(v)(viii)	4.379.118
Aluguéis	-	-	-	75.162	-		75.162
Remuneração de capitais próprios	**639.511**	**(355.222)**	**284.288**	**2.628.743**	**(594.572)**		**2.034.170**
Dividendos	151.884	(151.884)	-	153.073	(153.073)	(viii)	-
Lucros retidos	487.626	(203.338)	284.288	487.626	(203.338)	(viii)	284.288
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	-	1.988.043	(238.161)	(viii)	1.749.882

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	42	54	825	587
Bancos conta movimento	9	9	185.777	182.120
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	58	34	58	34
Total	**109**	**97**	**186.660**	**182.741**

As aplicações financeiras da Companhia são classificadas como equivalentes de caixa uma vez que elas são mantidas pela Companhia com a finalidade de atender os compromissos de fluxo de caixa de curto prazo, tem liquidez imediata em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de uma mudança de valor.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS:

	Controladora		Consolidado	
Modalidade	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Fundo Pangeia	1.151.992	1.661.522	1.151.992	1.661.522
Fundo Solaris	154.191	-	154.191	-
Fundo de Investimento Safira	-	-	8.038.216	4.704.503
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	653.241	573.984
Time deposit	-	-	148.575	143.978
Operações Compromissadas	-	-	447.687	63.892
Fundo de Investimento FI BRL REF DI	-	-	-	1.832
Fundo de Investimento BNB Soberano	-	-	4.522	1.573
Fundo de Investimento BNB Reserva	-	-	12.879	4.264
Total	**1.306.183**	**1.661.522**	**10.611.303**	**7.155.548**
Circulante	1.306.183	1.661.522	10.393.181	6.958.305
Não circulante	-	-	218.122	197.243

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a aplicações no Fundo Pangeia e Fundo Solaris, que investem em fundos de investimentos multimercado de renda fixa e de crédito privado, não exclusivos, sendo que a rentabilidade do fundo de investimento foi de 100,93% de Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31/12/2025 (101,17% em 31/12/2024). A rentabilidade média das aplicações financeiras das investidas é de 100,93% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31/12/2025 (102,79% do CDI em 31/12/2024). A carteira dos fundos de investimentos onde o Grupo detém cotas corresponde a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivos. Todos os fundos são registrados junto à CVM. As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento Renda Fixa de Crédito Privado, gerido pelo BTG Pactual Serviços Financeiros, é organizado sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. As cotas não possuem prazo de vencimento, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de liquidez da Companhia e observadas as condições estabelecidas no regulamento do fundo. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), operações compromissadas, letras financeiras, títulos públicos e de outros fundos, que aplicam preponderantemente em operações compromissadas, títulos públicos e ativos de renda fixa (CDB, LF) de emissão dos maiores bancos brasileiros, conforme previsto em sua política de investimentos. A exposição do Grupo a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa n° 27 - Instrumentos financeiros.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024 (Reapresentado)
Serviços administrativos e engenharia - partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	-	-	460.610	304.646
Serviços de água e esgoto	-	-	1.566.032	1.176.545
Serviços de resíduos	-	-	262.291	-
Renegociações	-	-	536.632	526.361
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	-	-	425.180	378.099
Receita a faturar de serviços de resíduos	-	-	100.892	-
(-) Perdas de crédito esperadas	-	-	(1.031.674)	(807.382)
Total	**-**	**-**	**2.319.963**	**1.578.269**
Circulante	-	-	2.004.153	1.264.418
Não circulante	-	-	315.810	313.851

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto faturados em 31/12/2025 e 2024 estão assim representados:

	Consolidado								
	Saldos vencidos								
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 30 dias	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 120 dias	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Saldo em 2025
Residencial	577.339	231.274	87.179	56.136	49.613	66.637	180.927	21	1.249.126
Comercial	86.457	38.746	15.372	10.815	8.857	11.361	29.888	102	201.598
Industrial	13.536	3.078	1.089	1.448	524	832	1.241	-	21.748
Setor público	173.080	24.891	6.092	5.503	2.316	121.492	7.749	14.728	355.851
Subtotal consumidores	**850.412**	**297.989**	**109.732**	**73.902**	**61.310**	**200.322**	**219.805**	**14.851**	**1.828.323**
Renegociações (i)	525.499	11.133	-	-	-	-	-	-	536.632
Total	**1.375.911**	**309.122**	**109.732**	**73.902**	**61.310**	**200.322**	**219.805**	**14.851**	**2.364.955**

	Consolidado								
	Saldos vencidos								
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 30 dias	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 120 dias	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Saldo em 2024 (reapresentado)
Residencial	455.925	158.503	57.288	25.081	27.226	43.702	140.061	-	907.786
Comercial	79.986	25.575	9.646	4.785	4.801	8.134	47.073	-	180.000
Industrial	11.429	1.766	593	230	160	267	1.062	-	15.507
Setor público	35.657	14.537	3.319	1.731	2.107	2.539	5.889	7.473	73.252
Subtotal consumidores	**582.997**	**200.381**	**70.846**	**31.827**	**34.294**	**54.642**	**194.085**	**7.473**	**1.176.545**
Renegociações (i)	516.859	9.502	-	-	-	-	-	-	526.361
Total	**1.099.856**	**209.883**	**70.846**	**31.827**	**34.294**	**54.642**	**194.085**	**7.473**	**1.702.906**

(i) O saldo na linha de renegociações em 31/12/2025 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R$ 222.858 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 13,15% a.a. (R$ 229.936 e 10,46% em 31/12/2024). Em 31/12/2025, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R$ 7.078 de reversão de ajuste a valor presente (constituição de R$ 81.007 em 31/12/2024). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes tem as seguintes movimentações em 31/12/2025 e 2024:

	Consolidado			
			Resultado	
Natureza	Saldo em 2024 (reapresentado)	Aquisição de controladas	Adições	Reversões	Saldo em 2025
Privado e Público	(243.648)	(8.468)	(550.087)	302.470	(499.733)
Renegociações	(563.734)	-	(150.219)	182.012	(531.941)
Total	**(807.382)**	**(8.468)**	**(700.306)**	**484.482**	**(1.031.674)**

	Consolidado			
		Resultado		
Natureza	Saldo em 1º/01/2024 (reapresentado)	Adições	Reversões	Saldo em 2024 (reapresentado)
Privado e Público	(361.255)	(355.281)	472.888	(243.648)
Renegociações	(430.549)	(241.121)	107.936	(563.734)
Total	**(791.804)**	**(596.402)**	**580.824**	**(807.382)**

A exposição da Companhia ao risco de crédito para os ativos financeiros, estão divulgadas na Nota 27 - Instrumentos financeiros.

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS:

	Consolidado	
	2025	2024 (Reapresentado)
Ativo financeiro de concessão PPP *(i)*	2.513.126	1.009.618
Ativo financeiro indenizável *(ii)*	106.415	107.008
Total	**2.619.541**	**1.116.626**
Circulante	273.514	199.772
Não circulante	2.346.027	916.854

(i) Este saldo refere-se à parcela das contas a receber reconhecida pelo regime de competência e adotando o método de apropriação de estágio de conclusão de obra através dos custos incorridos, que será faturado na cadência do acordo comercial estabelecido nos contratos de concessão. **(ii)** Refere-se à parcela a receber do poder concedente, referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Remuneração de pessoal-chave da administração: As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado do exercício pelo

continuação...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31/12/2025 E 2024 (Em milhares de reais)

			Consolidado			
			2025			2024 (Reapresentado)
Software	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Licença de uso de software	de 02 a 15	14,2%	681.268	(260.835)	420.433	330.143
			681.268	**(260.835)**	**420.433**	**330.143**
Total			**30.401.886**	**(5.602.315)**	**24.799.571**	**17.147.457**

			Consolidado			
			2024 (Reapresentado)			1º/01/2024 (Reapresentado)
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	de 19 a 43	2,8%	4.750.642	(437.211)	4.313.431	2.513.158
Instalações técnicas de saneamento	de 01 a 50	3,7%	9.287.855	(1.965.637)	7.322.218	6.052.821
Edificações de estações de tratamento	de 01 a 50	3,5%	5.422.269	(1.263.580)	4.158.689	1.921.742
Máquinas e equipamentos	de 01 a 48	8,6%	1.246.361	(550.800)	695.561	644.492
Outros componentes	de 01 a 50	3,9%	563.332	(235.917)	327.415	8.315
			21.270.459	**(4.453.145)**	**16.817.314**	**11.140.528**
Software						
Licença de uso de software	de 02 a 15	14,2%	505.771	(175.628)	330.143	262.724
			505.771	**(175.628)**	**330.143**	**262.724**
Total			**21.776.230**	**(4.628.773)**	**17.147.457**	**11.403.252**

b) Movimentação dos custos:

	Consolidado					
	2024 (Reapresentado)	2025				
Ativo	Custo	Aquisição de controladas	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	4.750.642	-	2.836.422 *(i)*	-	-	7.587.064
Instalações técnicas de saneamento	9.287.855	-	3.154.911	-	(259.300)	12.183.466
Edificações de estações de tratamento	5.422.269	-	2.339.080	(610)	(114.749)	7.645.990
Máquinas e equipamentos	1.246.361	-	427.290	(116)	(26.615)	1.646.920
Outros componentes	563.332	34.255	50.545	(243)	9.289	657.178
	21.270.459	**34.255**	**8.808.248**	**(969)**	**(391.375)**	**29.720.618**
Software						
Licença de uso de *software*	505.771	-	174.131	-	1.366	681.268
	505.771	**-**	**174.131**	**-**	**1.366**	**681.268**
Total	**21.776.230**	**34.255**	**8.982.379**	**(969)**	**(390.009)**	**30.401.886**

	Consolidado				
	1º/01/2024 (Reapresentado)	2024 (Reapresentado)			
Ativo	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	2.843.622	1.907.020	-	-	4.750.642
Instalações técnicas de saneamento	8.208.423	2.565.755	(404)	(1.485.919)	9.287.855
Edificações de estações de tratamento	2.805.937	1.483.651	(479)	1.133.160	5.422.269
Máquinas e equipamentos	1.013.861	267.661	(1.075)	(34.086)	1.246.361
Outros componentes	13.227	41.944	-	508.161	563.332
	14.885.070	**6.266.031**	**(1.958)**	**121.316**	**21.270.459**
Software					
Licença de uso de *software*	377.483	124.840	-	3.448	505.771
	377.483	**124.840**	**-**	**3.448**	**505.771**
Total	**15.262.553**	**6.390.871**	**(1.958)**	**124.764**	**21.776.230**

(i) Em 31/12/2025, do total das adições, foi pago o montante de R$ 1.335.220 referente à outorga do contrato de concessão. O saldo a pagar referente à outorga totaliza R$ 1.582.176.

c) Movimentação das amortizações:

	Consolidado					
	2024 (Reapresentado)	2025				
Ativo	Amortização acumulada	Aquisição de controladas	Adições	Baixas	Transferências	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	(437.211)	-	(96.763)	-	(107)	(534.081)
Instalações técnicas de saneamento	(1.965.637)	-	(400.807)	-	-	(2.366.444)
Edificações de estações de tratamento	(1.263.580)	-	(225.542)	297	107	(1.488.718)
Máquinas e equipamentos	(550.800)	-	(115.064)	71	-	(665.793)
Outros componentes	(235.917)	(21.530)	(28.999)	2	-	(286.444)
	(4.453.145)	**(21.530)**	**(867.175)**	**370**	**-**	**(5.341.480)**
Software						
Licença de uso de *software*	(175.628)	-	(85.207)	-	-	(260.835)
	(175.628)	**-**	**(85.207)**	**-**	**-**	**(260.835)**
Total	**(4.628.773)**	**(21.530)**	**(952.382)**	**370**	**-**	**(5.602.315)**

	Consolidado				
	1º/01/2024 (Reapresentado)	2024 (Reapresentado)			
Ativo	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	(330.464)	(106.747)	-	-	(437.211)
Instalações técnicas de saneamento	(2.155.602)	(313.350)	376	502.939	(1.965.637)
Edificações de estações de tratamento	(884.195)	(144.679)	447	(235.153)	(1.263.580)
Máquinas e equipamentos	(369.369)	(83.567)	627	(98.491)	(550.800)

a) Debêntures: No exercício a companhia e suas controladas emitiram debêntures simples, de espécie quirografária, não conversíveis em ações, conforme demonstrado a seguir:

Companhia contratante	Encargos	Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Valor desembolsado	Datas de pagamentos – Principal	Datas de pagamentos – Juros	Garantias e instrumentos financeiros contratuais ("IFC")
Equipav Saneamento	CDI + 3,90%	6ª emissão	fev/2024	1.000.000	1.000.000	Entre 2028 e 2034	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Equipav Saneamento	CDI + 3,40%	7ª emissão	dez/2024	1.200.000	1.200.000	Entre 2030 e 2035	Semestral da emissão	Esta operação não possui garantias e ou IFC
Piauí	CDI + 1,90	1ª Emissão 1ª Série	jan/25	250.000	250.000	Bullet - Em junho de 2027	Semestral - junho e dezembro	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela controlada direta Aegea.
Piauí	CDI + 1,90	1ª Emissão 2ª Série	jan/25	400.000	400.000	Bullet - Em junho de 2027	Semestral - junho e dezembro	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela controlada direta Aegea.
Aegea	CDI + 2,45	21ª Emissão	mar/25	684.984	684.984	Semestral - março de 2029, setembro de 2029 e março de 2030	Trimestral - março, setembro, setembro e dezembro	Garantia Corporativa da Aegea Finance
Aegea	PRE 17,2179%	22ª Emissão	mar/25	2.785.616	2.785.616	Semestral - março de 2029, setembro de 2029 e março de 2030	Semestral - março e setembro	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela controlada direta Aegea.
Prolagos	CDI + 1,20	7ª Emissão	abr/25	800.000	800.000	Bullet - Em abril de 2030	Semestral - abril e outubro	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela controlada direta Aegea.
Manaus	IPCA + 8,03	7ª Emissão 1ª Série	jun/25	600.000	600.000	Semestral - A partir de junho de 2031	Semestral - junho e dezembro	As garantias relacionadas a tal operação são: Penhor de 100% das Ações; Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios Emergentes do Contrato de Concessão, Conta Reserva.
Manaus	IPCA + 8,03	7ª Emissão 2ª Série	jun/25	503.000	-	Semestral - A partir de junho de 2031	Semestral - junho e dezembro	As garantias relacionadas a tal operação são: Penhor de 100% das Ações; Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios Emergentes do Contrato de Concessão, Conta Reserva.
Manaus	IPCA + 8,03	7ª Emissão 3ª Série	jun/25	142.000	-	Semestral - A partir de junho de 2033	Semestral - junho e dezembro	As garantias relacionadas a tal operação são: Penhor de 100% das Ações; Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios Emergentes do Contrato de Concessão, Conta Reserva.
Pará A	CDI + 2,85	1° Emissão	jun/25	1.350.868	1.350.868	Bullet - Em novembro de 2027	Anual - Em 2026 e 2027	As garantias relacionadas a tal operação são: Alienação Fiduciária de 100% das Ações, Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios, ESA.
Pará B	CDI + 2,85	1° Emissão	jun/25	274.651	274.651	Bullet - Em novembro de 2027	Anual - Em 2026 e 2027	As garantias relacionadas a tal operação são: Alienação Fiduciária de 100% das Ações, Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios, ESA.
Pará D	CDI + 2,85	1° Emissão	jun/25	254.153	254.153	Bullet - Em novembro de 2027	Anual - Em 2026 e 2027	As garantias relacionadas a tal operação são: Alienação Fiduciária de 100% das Ações, Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios, ESA.
Aegea	CDI + 1,80	23ª Emissão	ago/25	2.273.029	2.273.029	Semestral - A partir de março de 2029	Semestral - A partir de março de 2029	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela controlada direta Aegea.
Teresina	CDI + 1,05	5ª Emissão	set/25	500.000	500.000	Bullet - Em setembro de 2035	Semestral - março e setembro	Esta operação possui garantia fidejussória assumida pela controlada direta Aegea.
Aegea	PRE 17,5344%	24ª Emissão	out/25	2.742.000	2.742.000	Bullet - Em janeiro de 2036	Semestral - janeiro e julho	Esta transação não possui garantias e/ou CFI. Com o objetivo de eliminar a exposição à taxa fixa, a controlada direta Aegea contratou instrumentos financeiros derivativos de swap de taxa de juros com o Morgan Stanley, Itaú, BTG, BNPP, Santander, Goldman Sachs, Bradesco e XP Investimentos, convertendo a exposição de taxa fixa para variação atrelada ao CDI, resultando em um custo final ponderado de 128,54% do CDI. O instrumento derivativo possui o mesmo valor nocional, prazo e fluxos de caixa da dívida, promovendo a cobertura integral do instrumento ao longo de todo o período de financiamento.
Aegea	CDI + 1,80%	25ª Emissão	out/25	1.000.000	1.000.000	Bullet - Em 15/12/2030	Semestral - junho e dezembro	Esta transação não possui garantias e/ou CFI. Com o objetivo de eliminar a exposição à taxa fixa, a controlada direta Aegea contratou instrumentos financeiros derivativos de swap de taxa de juros com o Morgan Stanley, Itaú, BTG, BNPP, Santander, Goldman Sachs, Bradesco e XP Investimentos, convertendo a exposição de taxa fixa para variação atrelada ao CDI, resultando em um custo final ponderado de 128,54% do CDI. O instrumento derivativo possui o mesmo valor nocional, prazo e fluxos de caixa da dívida, promovendo a cobertura integral do instrumento ao longo de todo o período de financiamento.
Guariroba	CDI + 0,80	7° Emissão	out/25	900.000	900.000	Em outubro de 2032	Semestral - abril e outubro	Esta transação não possui garantias e/ou CFI. Com o objetivo de eliminar a exposição à taxa fixa, a controlada direta Aegea contratou instrumentos financeiros derivativos de swap de taxa de juros com o Morgan Stanley, Itaú, BTG, BNPP, Santander, Goldman Sachs, Bradesco e XP Investimentos, convertendo a exposição de taxa fixa para variação atrelada ao CDI, resultando em um custo final ponderado de 128,54% do CDI. O instrumento derivativo possui o mesmo valor nocional, prazo e fluxos de caixa da dívida, promovendo a cobertura integral do instrumento ao longo de todo o período de financiamento.
Corsan	IPCA + 7,75%	7° Emissão 1ª Série	out/25	1.100.000	1.100.000	Em 15/10/2045	Semestral - abril e outubro	Esta transação não possui garantias e/ou CFI. Com o objetivo de eliminar a exposição à taxa fixa, a controlada direta Aegea contratou instrumentos financeiros derivativos de swap de taxa de juros com o Morgan Stanley, Itaú, BTG, BNPP, Santander, Goldman Sachs, Bradesco e XP Investimentos, convertendo a exposição de taxa fixa para variação atrelada ao CDI, resultando em um custo final ponderado de 128,54% do CDI. O instrumento derivativo possui o mesmo valor nocional, prazo e fluxos de caixa da dívida, promovendo a cobertura integral do instrumento ao longo de todo o período de financiamento.
Corsan	IPCA + 7,84%	7° Emissão 2ª série	out/25	695.000	695.000	Em 15/10/2045	Semestral - abril e outubro	Esta transação não possui garantias e/ou CFI. Com o objetivo de eliminar a exposição à taxa fixa, a controlada direta Aegea contratou instrumentos financeiros derivativos de swap de taxa de juros com o Morgan Stanley, Itaú, BTG, BNPP, Santander, Goldman Sachs, Bradesco e XP Investimentos, convertendo a exposição de taxa fixa para variação atrelada ao CDI, resultando em um custo final ponderado de 128,54% do CDI. O instrumento derivativo possui o mesmo valor nocional, prazo e fluxos de caixa da dívida, promovendo a cobertura integral do instrumento ao longo de todo o período de financiamento.
Manaus	IPCA + 7,40%	8° Emissão	out/25	200.000	200.000	Semestral a partir de 15/05/2030	Semestral - maio e novembro a partir de maio de 2029	As garantias relacionadas a tal operação são: As debêntures contam com Alienação Fiduciária de 100% das Ações e Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios.
Ceará 1	IPCA 7,52%	1° Emissão	dez/25	429.381	429.381	Em 15/12/2045	Semestral - junho e dezembro	As garantias relacionadas a tal operação são: As debêntures contam com garantia fidejussória, na forma de fiança prestada pela Aegea, Alienação Fiduciária de 100% das Ações e Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios.
Ceará 2	IPCA 7,52%	1° Emissão	dez/25	299.619	299.619	Em 15/12/2045	Semestral - junho e dezembro	As garantias relacionadas a tal operação são: As debêntures contam com garantia fidejussória, na forma de fiança prestada pela Aegea, Alienação Fiduciária de 100% das Ações e Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios.
Padova	CDI + 1,75%	1° Emissão	dez/25	880.000	640.000	Em 04/12/2030	Semestral - junho e dezembro	As garantias relacionadas a tal operação são: As debêntures contam com garantia fidejussória, na forma de fiança prestada pela Aegea.

• Pagamentos: Em 04/02/2025, a controlada Aegea liquidou a 4ª Emissão de Debêntures, conforme cronograma de amortização, no montante total de R$ 162.368. Em 17/04/2025, a controlada Aegea liquidou antecipadamente a 2ª série da 3ª Emissão de Debêntures, no montante total de R$ 50.274. Em 23/04/2025, a controlada indireta Prolagos liquidou antecipadamente a 6ª Emissão de Debêntures, no montante total de R$ 431.649. Em 16/06/2025, a controlada indireta Manaus liquidou a 3ª Emissão de Debêntures, conforme cronograma de amortização, no montante total de R$ 437.733. Em 20/08/2025, a controlada Aegea liquidou parcialmente a 12ª Emissão de Debêntures Privada, no montante de R$ 65.207. Em 28/08/2025, a controlada Aegea realizou a liquidação parcial da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R$ 489.338, e no dia 10 de setembro a Companhia realizou a liquidação antecipada no valor total de R$ 354.219. Em 29/08/2025, a controlada Aegea realizou a liquidação parcial da 14ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R$ 531.377. A emissão totaliza R$ 1.000.000, integralmente contratados, com vencimento em outubro de 2028 e remuneração atrelada ao CDI + 3,47% a.a., pagos semestralmente. Em 01 e 04/09/2025, a controlada Aegea realizou a liquidação parcial da 19ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nos montantes de R$ 486.484 e R$ 877, respectivamente, totalizando R$ 487.362. A emissão soma R$ 750.000, integralmente contratados, com vencimento em junho de 2029 e remuneração atrelada ao CDI + 2,75% a.a., pagos semestralmente. Em 02/09/2025, a controlada Aegea realizou a liquidação total da 2ª série da 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R$ 454.850. Em 03/12/2025, a controlada indireta MS Pantanal liquidou antecipadamente a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R$ 379.857. Em 30/12/2025, a controlada Aegea liquidou antecipadamente a 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R$ 582.110. **b)** Loan IDB Invest: No exercício de 2025 a controlada indireta Manaus contratou recursos financeiros junto ao Banco Inter-American Investment Corporation ("IDB Invest"), conforme demonstrado a seguir:

Companhia contratante	Encargos	Data de emissão	Valor da emissão	Valor desembolsado	Datas de pagamentos – Principal	Datas de pagamentos – Juros	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")
Manaus	IPCA + 8,42%	Junho/25	350.000	350.000	Semestral: A partir de junho de 2026	Semestral da emissão	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) Fiadora Aegea Saneamento; (ii) Conta Reserva; e (iii) Cessão Fiduciária de todos os direitos, atuais e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela emissora da emissão

c) Projetos BNDES: No exercício de 2025 as controladas indiretas da Companhia celebraram contrato de financiamento de longo prazo para fazer frente aos seus programas de investimentos, conforme descrito a seguir:

Companhia contratante	Data de contratação	Valor nominal total	Valor Desembolsado	Vencimentos	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")
Corsan	Novembro/2025	220.000	220.000	Em novembro de 2034	As garantias relacionadas a tal operação são: Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes.
Regenera Rio	Julho/2025	125.685	125.685	Em dezembro de 2040	As garantias relacionadas a tal operação são: Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes.

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais até o vencimento final dos contratos. **d)** Bonds: Em outubro de 2025, a controlada indireta Aegea Finance concluiu a emissão de títulos de dívida sênior ("Blue Bonds"), no montante total de R$ 4.038.225 (equivalente a US$ 750.000), dos quais parte dos recursos, no valor de R$ 1.346.080 (equivalente a US$ 249.999), foi utilizada para a liquidação antecipada parcial da 2ª Emissão de Debêntures. O montante líquido de R$ 2.742.000 (equivalente a US$ 500.000), possui vencimento em janeiro de 2036 e remuneração à taxa de 7,625% ao ano, com pagamento semestral. A referida operação conta com garantia integral da Aegea Saneamento. Com o objetivo de eliminar a exposição cambial, a controlada indireta Aegea Finance contratou instrumentos financeiros derivativos de swap de moedas (cross-currency swap), convertendo a exposição de taxa fixa em variação atrelada ao CDI, resultando em um custo final ponderado de 128,54% do CDI. O instrumento derivativo possui o mesmo valor nocional, prazo e fluxos de caixa da dívida, promovendo a cobertura integral do instrumento ao longo de todo o período de financiamento. **e)** *Loan Syndicated*: Em 28/03/2025, a controlada indireta Aegea Finance concluiu o Financiamento Sindicalizado no valor total de até US$ 630,000, dos quais US$ 480,000 já foram desembolsados, equivalente a R$ 2.735.616 na data de liquidação, o qual será indicado no *Credit Agreement* com taxa de juros limitada à SOFR *(Secured Overnight Financing Rate)* acrescida de sobretaxa de 3,40% a.a. e com prazo de vencimento de 5 anos. **f)** Projeto BNB ("Banco do Nordeste do Brasil S.A."):

	Data de contratação	Valor nominal total	Valor desembolsado	Vencimentos
Timon *(i)*	Agosto/2018	73.718	73.718	Entre outubro de 2022 e setembro de 2038
Ceará 1 *(i)*	Novembro/2023	556.959	335.561	Entre janeiro de 2028 e dezembro de 2047
Ceará 2 *(i)*	Junho/2024	754.583	250.000	Entre janeiro de 2028 e dezembro de 2047

(i) As garantias de tais operação são: (i) garantia fidejussória assumida pela Companhia; (ii) fundo de liquidez; e (iii) Fiança Bancária. (ii) As garantias de tais operação são: (i) fundo de liquidez; e (ii) Fiança Bancária. **g)** Projeto BASA (CCB): Em 29/09/2025, a controlada indireta São Francisco desembolsou o montante total de R$ 213.984 referente ao contrato de financiamento assinado em junho de 2025 junto ao Banco da Amazônia S.A., com remuneração atrelada ao IPCA acrescida de spread de 3,78% a.a., a ser pago em parcelas mensais a partirde agosto de 2029. A Companhia e suas controladas realizam o acompanhamento das obrigações contratuais e todas as cláusulas restritivas referentes os empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente pelo Grupo. As garantias relacionadas aos contratos vigentes, no exercício findo de 31/12/2025 são:

Empresas	Contratos	Garantias
Aegea Saneamento e Participações S.A.	7ª, 9ª, 10ª, 14ª 17ª, 18ª, 19ª e 20ª Emissão de Debêntures	Clean
Aegea Finance	2ª e 3ª Emissão de Bonds	Aval Aegea Saneamento e Participações S.A.
Bombinhas	2ª Emissão de Debêntures	Fiadora Aegea Saneamento e Participações S.A.
Camboriú	3ª Emissão de Debêntures	Fiadora Aegea Saneamento e Participações S.A.
Ceará 1	Projeto BNB	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) Fundo de Liquidez (2,11% do Saldo Devedor do Financiamento depositado em Conta Reserva); (ii) Fiança Bancária; e (iii) Aval Aegea Saneamento e Participações S.A. .
Ceará 2	Projeto BNB	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) Fundo de Liquidez (4,30% do Saldo Devedor do Financiamento depositado em Conta Reserva); (ii) Fiança Bancária; e (iii) Aval Aegea Saneamento e Participações S.A. .
Corsan	4ª, 5ª e 6ª Emissão de Debêntures	Clean
Corsan	Projeto BNDES Emergencial	As garantias relacionadas a tal operação são: Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e Outras Avenças.
Governador Valadares	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora Aegea Saneamento e Participações S.A.
Guariroba	6ª Emissão de Debêntures	Clean
Manaus	4ª Emissão de Debêntures	Clean
Manaus	7ª Emissão de Debêntures, IDB Invest Loan e Projeto BNDES	As garantias relacionadas a tal operação são: (i)Penhor de 100% das Ações; (ii)Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios Emergentes do Contrato de Concessão; e (iii) Conta Reserva (compartilhamento de garantias).
Metrosul	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora Aegea Saneamento e Participações S.A.
Penha	3ª Emissão de Debêntures	Fiadora Aegea Saneamento e Participações S.A.
Palhoça	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora Aegea Saneamento e Participações S.A.
Piauí	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora Aegea Saneamento e Participações S.A.
Regenera Rio	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora Aegea Saneamento e Participações S.A.
São Francisco do Sul	3ª Emissão de Debêntures	Fiadora Aegea Saneamento e Participações S.A.
Teresina	3ª Emissão de Debêntures	Fiadora Aegea Saneamento e Participações S.A.
Teresina	4ª Emissão de Debêntures	Clean

O Grupo realiza o acompanhamento das obrigações contratuais e de todas as demais cláusulas restritivas referentes aos seus contratos de financiamento e debêntures, incluindo, em especial, a relação Dívida Líquida /EBITDA, cujo limite contratual é de 4,25X. Na presente data, referidas obrigações encontram-se atendidas nos termos contratualmente previstos. Com base nas projeções atualmente disponíveis, no desempenho esperado para os próximos trimestres e na avaliação dos cenários macroeconômico e geopolítico, a administração não tem, neste momento, expectativa de descumprimento das referidas obrigações.

17. CONCILIAÇÃO DOS PASSIVOS RESULTANTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:

Controladora	Empréstimos e debêntures	Capital social	Dividendos	Total
Saldo em 1º/01/2024 - Reapresentado	**544.312**	**526.711**	**12.803**	**1.083.826**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captações	2.200.000	-	-	2.200.000
(-) Pagamentos	(553.000)	-	-	(553.000)
(-) Custo de captação	(83.825)	-	-	(83.825)
(-) Dividendos pagos	-	-	(302.760)	(302.760)
Conta corrente líquida - Partes relacionadas	-	-	(23.090)	(23.090)
Recursos provenientes de aporte de capital	-	169.150	-	169.150
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**1.563.175**	**169.150**	**(325.850)**	**1.406.475**
Outras variações				
(-) Pagamentos de juros	(91.788)	-	-	(91.788)
Provisão de encargos	147.247	-	-	147.247
Amortização de custo de captação	3.328	-	-	3.328
Baixa de custo de captação de dívida liquidada antecipadamente	11.741	-	-	11.741
Dividendos declarados	-	-	313.047	313.047
Total das outras variações relacionadas com passivos	**70.528**	**-**	**313.047**	**383.575**
Outras variações relacionadas com patrimônio	**-**	**643.032**	**-**	**643.032**
Saldo em 31/12/2024 - Reapresentado	**2.178.015**	**1.338.893**	**-**	**3.516.908**

Controladora	Empréstimos e debêntures	Dividendos	Créditos com acionistas	Total
Saldo em 31/12/2024 (Reapresentado)	**2.178.015**	**-**	**-**	**2.178.015**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
(-) Dividendos pagos	-	(154.585)	-	(154.585)
Conta corrente líquida - Partes relacionadas	-	-	(174.271)	(174.271)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**-**	**(154.585)**	**(174.271)**	**(328.856)**
Outras variações				
(-) Pagamentos de juros	(382.918)	-	-	(382.918)
Provisão de encargos	389.089	-	-	389.089
Amortização de custo de captação	7.912	-	-	7.912
Dividendos declarados	-	154.585	-	154.585
Total das outras variações relacionadas com passivos	**14.083**	**154.585**	**-**	**168.668**
Saldo em 31/12/2025	**2.192.098**	**-**	**(174.271)**	**2.017.827**

Consolidado	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Arrendamentos	Instrumentos financeiros derivativos	Dividendos JSCP	Capital social	Total
Saldo em 1º/01/2024 - Reapresentado	**17.623.590**	**503.414**	**217.581**	**126.551**	**526.711**	**18.997.847**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	10.004.672	-	-	-	-	10.004.672
(-) Pagamentos	(2.098.869)	(223.498)	-	-	-	(2.322.367)
(-) Custo de captação	(296.466)	-	-	-	-	(296.466)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos	-	-	58.860	-	-	58.860
Instrumentos financeiros derivativos pagos	-	-	(376.120)	-	-	(376.120)
(-) Dividendos pagos	-	-	-	(1.444.736)	-	(1.444.736)
Conta corrente líquida - Partes relacionadas	-	-	-	(23.090)	-	(23.090)
Recursos provenientes de aporte de capital	-	-	-	-	196.423	196.423
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**7.609.337**	**(223.498)**	**(317.260)**	**(1.467.826)**	**196.423**	**5.797.176**
Outras variações						
(-) Pagamentos de juros	(2.000.235)	(82.175)	-	-	-	(2.082.410)
Provisão de encargos	2.176.949	82.175	-	-	-	2.259.124
Amortização de custo de captação	129.548	-	-	-	-	129.548
Valor justo da dívida por meio do resultado	(743.116)	-	-	-	-	(743.116)
Variação cambial	1.629.181	-	-	-	-	1.629.181
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	522.326	-	-	-	-	522.326
Novos arrendamentos	-	1.423.652	-	-	-	1.423.652
Baixa de arrendamentos	-	(409.588)	-	-	-	(409.588)
(Ganho) Perda líquidos com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(927.272)	-	-	(927.272)
Valor justo por opções de ações	-	-	(78.873)	-	-	(78.873)
Baixa de custo de captação de dívida liquidada antecipadamente	11.741	-	-	-	-	11.741
Dividendos declarados	-	-	-	1.823.923	-	1.823.923
Total das outras variações relacionadas com passivos	**1.726.394**	**1.014.064**	**(1.006.145)**	**1.823.923**	**-**	**3.558.236**
Outras variações relacionadas com patrimônio	**(3)**	**-**	**430.291**	**(136.170)**	**615.758**	**909.876**
Saldo em 31/12/2024 - Reapresentado	**26.959.318**	**1.293.980**	**(675.533)**	**346.478**	**1.338.892**	**29.263.135**

Consolidado	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Arrendamentos	Instrumentos financeiros derivativos	Dividendos e JSCP a pagar	Créditos com acionistas	Participação de acionistas não controladores	Aquisição de participação em controladas	Total
Saldo em 31/12/2024 - Reapresentado	**26.959.318**	**1.293.980**	**(675.533)**	**346.478**	**-**	**6.435.465**	**-**	**34.359.708**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento								
Captações	21.481.962	-	-	-	-	-	-	21.481.962
(-) Pagamentos	(6.835.459)	(403.229)	-	-	-	-	-	(7.238.688)
(-) Custo de captação	(538.533)	-	-	-	-	-	-	(538.533)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos	-	-	144.144	-	-	-	-	144.144
Instrumentos financeiros derivativos pagos	-	-	(983.590)	-	-	-	-	(983.590)
(-) Dividendos pagos	-	-	-	(2.489.727)	-	-	-	(2.489.727)
Conta corrente líquida - Partes relacionadas	-	-	-	-	(174.271)	-	-	(174.271)
Aquisição de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	(75.000)	(75.000)
Recursos provenientes de aporte de capital	-	-	-	-	-	150.610	-	150.610
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**14.107.970**	**(403.229)**	**(839.446)**	**(2.489.727)**	**(174.271)**	**150.610**	**(75.000)**	**10.276.907**
Outras variações								
(-) Pagamentos de juros	(3.614.152)	(175.891)	-	-	-	-	-	(3.790.043)
Provisão de encargos	3.479.011	175.891	-	-	-	-	-	3.654.902
Amortização de custo de captação	164.429	-	-	-	-	-	-	164.429
Valor justo da dívida por meio do resultado	48.484	-	-	-	-	-	-	48.484
Variação cambial	(910.421)	-	-	-	-	-	-	(910.421)
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	522.326	-	-	-	-	-	-	522.326
Aquisição de controladas	910.452	10.580	78.359	-	-	-	-	999.391
Novos arrendamentos	-	1.312.454	-	-	-	-	-	1.312.454
Baixa de arrendamentos	-	(1.279)	-	-	-	-	-	(1.279)
(Ganho) Perda líquidos com instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.355.861	-	-	-	-	2.355.861
Valor justo opções de ações	-	-	12.117	-	-	-	-	12.117
Dividendos declarados	-	-	-	2.597.350	-	-	-	2.597.350
Total das outras variações relacionadas com passivos	**600.129**	**1.321.755**	**2.446.337**	**2.597.350**	**-**	**-**	**-**	**6.965.571**
Outras variações relacionadas com patrimônio	**-**	**-**	**(670.026)**	**-**	**-**	**(1.788.267)**	**-**	**(2.458.293)**
Saldo em 31/12/2025	**41.667.417**	**2.212.506**	**261.332**	**454.101**	**(174.271)**	**4.797.808**	**(75.000)**	**49.143.893**

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024 (reapresentado)
Direito de outorga a pagar	-	-	1.298.201	803.932
Adiantamento de clientes	-	-	25.033	39.668
Arrendamentos *(i)*	-	-	2.212.506	1.293.980
Contratos de repasse *(ii)*	-	-	124.441	131.038
P.E.D Funcorsan *(iii)*	-	-	385.956	381.921
Aquisições de ações de controlada e coligada *(iv)*	-	-	720.256	-
Provisão para bônus diretoria	-	-	213.522	-
Outras contas a pagar	-	-	103.172	42.087
Total	**-**	**-**	**5.083.087**	**2.692.626**
Circulante	-	-	1.667.396	774.306
Não circulante	-	-	3.415.691	1.918.320

(i) O Grupo possui contratos de arrendamentos relacionados a veículos, máquinas e equipamentos, imóveis e plantas e equipamentos para geração de energia.

continuação...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31/12/2025 E 2024 (Em milhares de reais)

no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e a possibilidade de discussão na esfera judicial. Em 31/12/2025, os processos tributários totalizam R$ 15.654 (R$ 10.812 em 31/12/2024). **d)** Processos ambientais: Os processos ambientais da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas referem-se, principalmente, a ações judiciais e processos administrativos relacionados a alegações de poluição ambiental, em especial pelo desaguamento de efluentes, bem como a autos de infração decorrentes de suposto descumprimento de parâmetros legais de tratamento de esgotamento sanitário, identificados em estações de tratamento de esgoto. Parte das demandas encontra-se suportada por manifestações de órgãos reguladores e ambientais que concluem pela não responsabilidade da Companhia nos eventos questionados. Em 31/12/2025, os processos ambientais totalizam R$ 30.392 (R$ 8.152 em 31/12/2024). Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas referem-se, principalmente, a ações judiciais de natureza tributária, relacionadas à discussão da incidência e da alíquota de ICMS sobre serviços essenciais, notadamente energia elétrica e telecomunicações, bem como sobre as tarifas de uso do sistema de distribuição e transmissão de energia elétrica (TUSD e TUST). Parte desses depósitos decorre de exigências fiscais questionadas judicialmente e permanece vinculada aos respectivos processos até o trânsito em julgado, tendo ocorrido levantamentos parciais em exercícios anteriores em decorrência de decisões judiciais favoráveis. Em 31/12/2025, os depósitos judiciais totalizam R$ 304.423 (R$ 391.449 em 31/12/2024). **20. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO:** O Grupo possui saldo referente a provisão para benefício pós-emprego. A contabilização foi realizada com base em laudo técnico preparado por atuário externo do Grupo. O saldo em 31/12/2025 e 2024 estão assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
Modalidade	**2025**	**2024**	**2025**	**2024 (reapresentado)**
Plano de benefício definido	-	-	251.086	158.907
Sistema de assistência - Saúde	-	-	127.410	98.069
Plano de saúde	-	-	47.064	21.707
Total	**-**	**-**	**425.560**	**278.683**

A evolução do valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2025 está assim apresentada:

Evolução do valor presente das obrigações atuariais	**Plano de benefício definido 2025**	**Sistema de assistência - Saúde 2025**
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.441.765	98.068
Juros sobre obrigação atuarial	289.009	11.886
Custo do serviço corrente, líquido	(702)	-
Contribuições dos participantes	31.604	-
Benefícios pagos no ano	(392.023)	(8.422)
Perdas atuariais	27.934	25.878
Obrigação total no exercício	**2.397.587**	**127.410**
Valor justo dos ativos no início do ano	(1.900.936)	-
Benefícios pagos durante o exercício	392.023	-
Contribuições de participantes	(31.604)	-
Contribuições de empregador	(73.229)	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	(227.103)	-
Perdas atuariais	80.305	-
Valor justo dos ativos no exercício	**(1.760.544)**	**-**
Passivo reconhecido no final do exercício	**637.043** (i)	**127.410**

(i) O saldo do passivo a ser reconhecido referente ao Plano de benefício definido é composto também pelo saldo do Plano de benefício definido no montante de R$ 385.956 (nota explicativa nº 17). A partir da privatização da controlada indireta Corsan, em junho/23, o passivo passou a ser reconhecido com a adoção do Risk Sharing. A provisão de benefício pós-emprego tem a seguinte movimentação em 31/12/2025 e 2024:

	Saldo em 2024 (reapresentado)	Efeito de resultado	Perdas reconhecidos em patrimônio	Saldo em 2025
Plano de benefício definido	158.907	(16.060)	108.239	251.086
Sistema de assistência - Saúde	98.069	3.463	25.878	127.410
Plano de saúde	21.707	34.361	(9.004)	47.064
Total	**278.683**	**21.764**	**125.113**	**425.560**

	Saldo em 1º/01/2024 (Reapresentado)	Efeito de resultado	Ganhos reconhecidos em patrimônio	Saldo em 2024 (reapresentado)
Plano de benefício definido	480.428	18.608	(340.129)	158.907
Sistema de assistência - Saúde	141.852	(818)	(42.965)	98.069
Plano de saúde	77.275	(49.456)	(6.112)	21.707
Incentivo à demissão voluntária	298	(120)	(178)	-
Total	**699.853**	**(31.786)**	**(389.384)**	**278.683**

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções: Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	**Plano de benefício definido 2025**	**Plano de benefício definido 2024**
Taxa real de desconto atuarial	7,40%	7,19%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,40%	7,19%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,36%	2,85%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%
Inflação esperada	4,05%	4,96%
Taxa de desconto nominal	11,57%	12,51%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	11,57%	12,51%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	6,51%	7,95%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,05%	4,96%

Econômicas e financeiras	**Sistema de assistência - Saúde 2025**	**Sistema de assistência - Saúde 2024**
Taxa real de desconto atuarial	7,31%	7,25%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,31%	7,25%
Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	4,10%	4,10%
Inflação esperada	4,05%	4,96%
Taxa de desconto nominal	11,66%	12,57%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	11,66%	12,57%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	8,32%	9,26%

Demográficas	**Plano de benefício definido 2025**	**Plano de benefício definido 2024**
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 (M&F)	MI-2006 (M&F)
Entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS
Taxa anual de rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar	Ativos: Família Média/Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média/Assistidos: Família Real

Demográficas	**Sistema de assistência - Saúde 2025**	**Sistema de assistência - Saúde 2024**
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 (M&F)	MI-2006 (M&F)
Entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS (A20%)
Taxa anual de rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar	Família Real	Família Real
Aging Factor	Estudo de experiência realizado 2025	Conforme histórico do Plano de Saúde

Análise de sensibilidade das premissas significativas:

Premissa Plano	**Plano de benefício definido**	**Sistema de assistência - Saúde**
Taxa de desconto		
Aumento de 1%	(7,36%)	(8,65%)
Redução de 1%	8,53%	10,10%
Expectativa de vida		
Aumento de 1 ano	1,89%	4,33%
Redução de 1 ano	(1,93%)	(4,26%)
Crescimento Real de Salários		
Aumento de 1%	0,32%	-
Redução de 1%	(0,29%)	-
HCCTR		
Aumento de 1%	-	9,81%
Redução de 1%	-	(8,53%)

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: Em 31/12/2025 e 2024, o capital social integralizado é de R$ 1.338.893. Os acionistas, as quantidades de ações e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados no exercício:

Quantidade de ações:	2025		2024	
	Quantidade de ações	**Participação %**	**Quantidade de ações**	**Participação %**
Arcos Saneamento e Participações S.A.	963.989.061	100%	963.989.061	100%
	963.989.061	**100%**	**963.989.061**	**100%**

b) Reserva de capital: Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas pela Companhia. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). **c)** Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. **d)** Dividendos: Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	129.243	284.288
(-) Constituição da reserva legal	(6.462)	(14.214)
Lucro líquido ajustado	**122.781**	**270.074**
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	30.695	67.519
Dividendos destinados e declarados no exercício		
Dividendos distribuídos	**154.585**	**313.047**

e) Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se a variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos reconhecidos em outros resultados abrangentes. **f)** Reserva de retenção de lucros: A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), não propôs retenção de parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal, uma vez que recomendou distribuição integral como dividendos desse excedente, recomendação esta que estará à disposição para retenção ou aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024 (reapresentado)**
Receita de prestação de serviços				
Serviços de abastecimento de água	-	-	8.386.103	7.265.052
Outros serviços indiretos de água	-	-	592.989	524.874
Serviços de esgoto	-	-	2.182.923	1.771.493
Outros serviços indiretos de esgoto	-	-	139.631	89.787
Serviços de resíduos	-	-	-	-
Receita de serviços partes relacionadas (explicativa nº 11)	-	-	883.472	845.158
Remuneração do ativo financeiro	-	-	372.086	30.751
Receitas de construção ativo financeiro	-	-	1.388.043	556.816
Receitas de construção ativo intangível	-	-	6.458.596	4.411.005
Total receita bruta	**-**	**-**	**20.403.843**	**15.494.936**
Deduções da receita bruta				
(-) Cancelamentos e abatimentos	-	-	(359.913)	(490.729)
(-) Tributos sobre serviços	-	-	(1.263.464)	(974.898)
Total da receita operacional líquida	**-**	**-**	**18.780.466**	**14.029.309**

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
		(reapresentado)		**(reapresentado)**
Pessoal	(14.350)	(10.707)	(2.188.328)	(1.551.150)
Conservação e manutenção	-	-	(146.752)	(164.877)
Serviços de terceiros	(5.350)	(4.955)	(489.524)	(667.255)
Materiais, equipamentos e veículos	-	-	(128.243)	(115.693)
Amortização e depreciação	(31)	(10)	(1.363.551)	(959.626)
Custo de concessão	-	-	(105.250)	(110.626)
Custos de construção ativo financeiro	-	-	(1.175.994)	(409.353)
Custos de construção ativo intangível	-	-	(5.176.703)	(3.782.512)
(Provisões) Reversão sobre perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	-	-	(215.824)	(15.578)
Baixa de títulos do contas a receber	-	-	(77.961)	43.479
Provisão (Reversão) para demandas judiciais	-	-	60.884	114.652
Impostos, taxas e contribuições	(555)	(326)	(26.355)	(19.508)
Energia elétrica	(32)	(24)	(527.378)	(570.224)
Produtos químicos	-	-	(164.347)	(153.710)
Locação	-	-	(54.390)	(80.587)
Outros	(4.554)	(1.803)	(512.461)	(312.012)
Total	**(24.872)**	**(17.825)**	**(12.292.177)**	**(8.754.580)**
Custos dos serviços prestados	-	-	(9.912.560)	(7.230.245)
Despesas administrativas e gerais	(24.872)	(17.825)	(2.351.962)	(1.458.512)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	(27.655)	(65.823)

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Reversão de provisão para perdas de investimento	-	374.321	-	374.321
Resultado na baixa de intangível, imobilizado e arrendamentos	-	-	241	27.845
Indenização de seguros	-	-	65.063	21.474
Crédito PIS/COFINS - Regime cumulativo *(i)*	-	-	590.863	-
Receita de precatórios	-	-	-	12.122
Remuneração de garantia	-	-	-	40.392
Outras receitas	-	-	98.738	36.058
Total outras receitas	**-**	**374.321**	**754.905**	**512.212**

(i) No exercício findo em 31/12/2025, a controlada indireta Corsan reconheceu o crédito tributário de PIS e COFINS, relativo ao exercício em que possuía imunidade tributária de tributos federais e, portanto, estava sujeita ao regime cumulativo de tributação das referidas contribuições, conforme legislação vigente. Em março de 2025, ratificando a condição de imunidade à Companhia, foi reconhecido o valor de R$ 590.863 como principal e R$ 207.775 referente à atualização monetária do crédito, na rubrica de receitas financeiras, bem como a contrapartida na rubrica de tributos a recuperar.

25. RESULTADO FINANCEIRO:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
		(reapresentado)		**(reapresentado)**
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas *(i)*	170.138	42.078	1.058.472	564.992
Juros e multa recebidos ou auferidos	-	1.365	162.442	179.543
Variações cambiais ativas	-	32	913.035	2.570
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 27)	-	-	616.576	1.365.657
Valor justo da dívida por meio do resultado	-	-	209.347	496.807
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	-	-	11.648	15.271
Atualização crédito PIS/COFINS - Regime cumulativo (nota explicativa nº 24)	-	-	268.951	30.756
Valor justo por opção de ações	-	-	-	78.873
Outras receitas financeiras	2	-	174.107	52.621
Total receitas financeiras	**170.140**	**43.475**	**3.414.578**	**2.787.090**
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 16)	(397.001)	(162.307)	(3.546.002)	(2.191.384)
Descontos concedidos	-	-	(270.731)	(156.365)
Despesas e comissões bancárias	(2.153)	(5.760)	(100.681)	(62.321)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 9)	-	-	7.081	(86.062)
Variações cambiais passivas	-	-	(2.614)	(1.631.719)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 27)	-	-	(2.686.163)	(438.382)
Juros de arrendamentos	-	-	(175.891)	(82.176)
Valor justo da dívida por meio do resultado	-	-	(330.166)	(93.447)
Valor justo por opção de ações	-	-	(12.117)	-
Outras despesas financeiras	(21)	(14)	(683.064)	(322.470)
Total despesas financeiras	**(399.175)**	**(168.081)**	**(7.800.348)**	**(5.064.326)**
Resultado financeiro	**(229.035)**	**(124.606)**	**(4.385.770)**	**(2.277.236)**

(i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras abrangem juros incorridos sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa na controladora o montante de R$ 774 em 31/12/2025 (R$ 0 em 31/12/2024) e no consolidado o montante de R$ 2.467 em 31/12/2025 (R$ 3.161 em 31/12/2024). **26. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL): a)** Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
		(reapresentado)		**(reapresentado)**
Resultado antes dos tributos	129.243	284.288	2.077.693	3.194.527
Alíquota fiscal	**34%**	**34%**	**34%**	**34%**
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	**(43.943)**	**(96.658)**	**(706.416)**	**(1.086.140)**
Resultado com investimentos	130.271	18.219	(255.946)	(95.064)
Reversão de provisão em decorrência de cisão	-	127.268	-	127.269
Despesas indedutíveis	-	-	(35.639)	(7.612)
Provisão para bônus diretoria	-	-	(39.564)	(31.489)
Juros sobre capital próprio recebido	-	-	172.179	66.845
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social reconhecido no período	-	-	4.045	15.511
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecido (i)	-	-	101.883	15.722
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	(82.559)	(48.829)	(629.684)	(308.974)
Redução da alíquota - Lucro de exploração (ii)	-	-	210.541	49.263
Programa de alimentação do trabalhador	-	-	16.983	15.805
Amortização de ágio na aquisição de investimentos	-	-	(7.267)	50.020
Diferença de alíquota controlada no exterior	-	-	(2.436)	(4.755)
Lucro do exterior	-	-	-	-
Doações Rouanet e caráter desportivo	-	-	25.012	18.913
Inovação tecnológica	-	-	12.828	11.701
Tributo de controladas apurado pelo lucro presumido	-	-	(4.062)	1.597
Atualização de tributos	-	-	83.600	-
Outras diferenças permanentes	(3.769)	-	2.443	1.031
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	-	-	(1.079.741)	(888.996)
Diferido	-	-	(28.376)	(332.908)
Lucro da exploração	-	-	56.617	60.747
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**-**	**-**	**(1.051.500)**	**(1.160.357)**
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**	**51%**	**36%**

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	Consolidado 2025	Consolidado 2024 (reapresentado)
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados líquido do lucro da exploração	(1.023.124)	(827.449)
Saldo pago referente a anos anteriores	(292.329)	(174.417)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(122.956)	(30.126)
Itens que não afetaram o caixa	872.103	395.087
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	**(566.306)**	**(637.205)**
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a saldo negativo IRPJ e CSLL e retenções na fonte	596.658	102.758
Imposto de renda e contribuição social a pagar	275.445	292.329
Total	**872.103**	**395.087**

(i) Ativo fiscal diferido não reconhecido à medida em que não é provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser compensados. (ii) A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM ou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, conforme área de atuação, visando a modernização de empreendimento de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito à redução de 75% do Imposto de renda e adicional, não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração das controladas indiretas Diamantino, Poconé, São José, Cláudia, Nortelândia, Pedra Preta, Sorriso e Vera e controladas diretas Paranatinga, Sinop, Guarantã e Novo Progresso até o ano-calendário de 2027. As controladas indiretas Carlinda, Santa Carmem e União do Sul e a controlada direta Matupá até o ano-calendário de 2029. As controladas indiretas Manaus, Jauru, Jangada e Barra do Garças e as controladas diretas Ariquemes, Porto Esperidião, Pimenta Bueno e Rolim de Moura até o ano-calendário de 2030. A controlada indireta Primavera até o ano do calendário de 2031. A controlada indireta Peixoto até o ano do calendário de 2032. A controlada direta Teresina até o ano do calendário de 2032. A controlada direta Timon e São Francisco até o ano do calendário de 2033. A controlada indireta Confresa até o ano do calendário de 2033. As controladas diretas Ceará 1 e Ceará 2 até o ano do calendário de 2034. **b)** Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado 2024 (reapresentado)	Resultado	Outros resultados abrangentes	2025
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	188.599	48.314	-	236.913
Provisão para participação nos lucros	52.788	7.507	-	60.295
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	269.960	(1.441)	-	268.519
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	1.996	(179)	-	1.817
Ajuste a valor presente	41.072	7.729	-	48.801
Outorga diferida anos anteriores	4.284	(120)	-	4.164
Variação cambial ativa	7.330	(4.839)	-	2.491
Instrumentos financeiros derivativos	1.074.855	(1.060.260)	-	14.595
Arrendamentos	7.789	21.407	-	29.196
Perda com clientes	26.575	(25.561)	-	1.014
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	216.709	202.662	-	419.371
Baixa por perda parcelamentos	62.266	19.684	-	81.950
Mais Valia - Controlada Serra	(2.551)	2.551	-	-
Amortizações custo da obtenção de contrato	589	(589)	-	-
Provisão PIS e COFINS sobre precatórios	84	385	-	469
Provisão benefício pós-emprego	90.331	(11.677)	56.886	135.540
Provisão indenização	42.773	(12.566)	-	30.207
Provisão para gratificação e bônus	-	69.650	-	69.650
Depreciação societária	-	22.560	-	22.560
Perda por desvalorização	-	534	-	534
Provisão gerencial	-	800	-	800
Provisões de processos trabalhistas	-	45	-	45
Diferimento da receita	-	5.175	-	5.175
Provisão de acordos judiciais	-	28.241	-	28.241
PIS/COFINS RTT	432	(432)	-	-
Realização prejuízo fiscal 30%	187	(187)	-	-
Passíveis de compensação	(1.435.776)	855.666	-	(580.110)
Ativo fiscal diferido	**650.292**	**175.059**	**56.886**	**882.237**

	Consolidado 2024 (reapresentado)	Resultado	Outros resultados abrangentes	2025
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	(14.124)	1.973	-	(12.151)
Juros capitalizados	(146.096)	(140.223)	-	(286.319)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(95.864)	(83.231)	-	(179.095)
Amortização de intangível *(i)*	(88.470)	2.899	-	(85.571)
Instrumentos financeiros derivativos	39.593	(39.593)	-	-
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(209.024)	(90.606)	-	(299.630)
Baixa de títulos do contas a receber	(89.170)	23.444	-	(65.726)
Valor justo passivos financeiros	(1.153.955)	1.072.783	-	(81.172)
Despesa com depreciação	(28.989)	10.615	-	(18.374)
Encargos financeiros sobre obras andamento	(5.134)	5.134	-	-
Margem construção	3.075	(158)	-	(3.233)
Precatório	(3.745)	917	-	(2.828)
Arrendamentos - Capitalização	(16.813)	(31.872)	-	(48.685)
Reserva de reavaliação	(5.112)	(2.445)	-	(7.557)
Ajuste a valor justo	(30.406)	7.273	-	(23.133)
Receita de construção	(23.294)	(31.636)	-	(54.930)
Mais Valia - Controlada Serra	-	(3.379)	-	(3.379)
Amortizações custo da obtenção de contrato	-	(1.651)	-	(1.651)
Efeito de investida no exterior	(178.892)	6.703	137.626	(34.563)
Outros	(2.036)	2.036	-	-
Passíveis de compensação	1.435.776	(855.666)	-	580.110
Passivo fiscal diferido	**(618.830)**	**(146.683)**	**137.626**	**(627.887)**

	Consolidado 1º/01/2024 (reapresentado)	Resultado	Outros resultados abrangentes	2024 (reapresentado)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	203.060	(14.461)	-	188.599
Provisão para participação nos lucros	25.563	27.225	-	52.788
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	306.312	(36.352)	-	269.960
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	2.175	(179)	-	1.996
Ajuste a valor presente	27.253	13.819	-	41.072
Outorga diferida anos anteriores	4.404	(120)	-	4.284
Variação cambial ativa	5.728	1.602	-	7.330
Instrumentos financeiros derivativos	346.673	728.182	-	1.074.855
Arrendamentos	5.837	1.952	-	7.789
Perda com clientes	3.964	22.611	-	26.575
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	153.468	63.241	-	216.709
Baixa por perda parcelamentos	62.340	(74)	-	62.266
Mais Valia - Controlada Serra	-	(2.551)	-	(2.551)
Amortizações custo da obtenção de contrato	60	529	-	589
Provisão PIS e COFINS sobre precatórios	-	84	-	84
Provisão benefício pós-emprego	187.392	(97.061)	-	90.331
Provisão indenização	-	42.773	-	42.773
Provisão para gratificação e bônus	172.264	(172.264)	-	-
Provisão gerencial	23.166	(23.166)	-	-
PIS/COFINS RTT	-	432	-	432
Realização prejuízo fiscal 30%	2.867	(2.680)	-	187
Outros	122.897	(122.897)	-	-
Passíveis de compensação	(681.343)	(754.433)	-	(1.435.776)
Ativo fiscal diferido	**974.080**	**(323.788)**	**-**	**650.292**

	Consolidado 1º/01/2024 (reapresentado)	Resultado	Outros resultados abrangentes	2024 (reapresentado)
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	(16.098)	1.974	-	(14.124)
Juros capitalizados	(74.671)	(71.425)	-	(146.096)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(58.284)	(37.580)	-	(95.864)
Amortização de intangível (i)	(91.369)	2.899	-	(88.470)
Instrumentos financeiros derivativos	(7.881)	47.474	-	39.593
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(135.514)	(73.510)	-	(209.024)
Baixa de títulos do contas a receber	(79.408)	(9.762)	-	(89.170)
Valor justo passivos financeiros	(349.515)	(804.440)	-	(1.153.955)
Despesa com depreciação	(6.449)	(22.540)	-	(28.989)
Encargos financeiros sobre obras andamento	(981)	(4.153)	-	(5.134)
Margem construção	(32.356)	29.281	-	(3.075)
Precatório	-	(3.745)	-	(3.745)
Arrendamentos - Capitalização	-	(16.813)	-	(16.813)
Reserva de reavaliação	(18.684)	13.572	-	(5.112)
Ajuste a valor justo	-	(30.406)	-	(30.406)
Receita de construção	-	(23.294)	-	(23.294)
Efeito de investida no exterior	-	239.457	(418.349)	(178.892)
Outros	(1.494)	(542)	-	(2.036)
Passíveis de compensação	681.343	754.433	-	1.435.776
Passivo fiscal diferido	**(191.361)**	**(9.120)**	**(418.349)**	**(618.830)**

(i) Conforme o artigo 69 da Lei 12.973/14, a diferença em 31/12/2014 entre o total da depreciação contábil e fiscal, será adicionado na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato, valor realizado em 31/12/2025 é de R$ 8.527 (R$ 8.527 em 31/12/2024). Com o objetivo de avaliação do registro dos impostos diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais, durante o período, as controladas elaboraram os estudos de lucratividade futura. O valor contábil do ativo fiscal é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos: Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

	Controladora 2025	Controladora 2024 (reapresentado)	Consolidado 2025	Consolidado 2024 (reapresentado)
Perda esperada de crédito sobre clientes	-	-	23	8
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	109	109
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	-	-	156	156
Provisão para participação nos lucros	-	-	795	774
Ajuste a valor presente	-	-	2	2
Provisão para benefício pós-emprego	-	-	-	4.011
Arrendamento mercantil	-	-	705	870
Tributos pagos no exterior	-	-	13.016	13.016
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	269.292	186.846	1.804.923	1.196.297
AVP Outorga	-	-	-	2.959
Outras diferenças temporárias	-	-	87	14
Total	**269.292**	**186.846**	**1.819.816**	**1.218.216**

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens em sua totalidade, pois não há projeção de diferenças temporárias tributáveis suficientes para compensação no próximo exercício social. **27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** Visão Geral: O Grupo está exposto aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital do Grupo. Estrutura de gerenciamento de risco: O Grupo tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Companhia sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. *Risco de crédito:* O Grupo visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Certificados de Depósitos Bancários, Compromissadas e Fundos de investimento, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha, que detenham *rating* igual ou superior a AA. O *rating* são aqueles publicados pelas agências: *Fitch, Standard&Poor's e Moody's*, dentro da escala (i) global para aplicações no exterior, ou (ii) local para aplicações no Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024 (reapresentado)	Consolidado 2025	Consolidado 2024 (reapresentado)
Bancos conta movimento	7	67	43	185.835	182.154
Aplicações financeiras	8	1.306.183	1.661.522	10.611.361	7.155.548
Contas a receber de clientes	9	-	-	2.319.963	1.578.269
Ativos financeiros contratuais	10	-	-	2.619.541	1.116.626
Debêntures privadas	11	-	-	-	14.067
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	11	-	3.925	490.338	7.970
Crédito com acionistas	11 e 17	174.271	-	174.271	-
Outros créditos com partes relacionadas	11	-	-	9.859	44.264
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	1.066.936	2.048.154
Títulos e valores mobiliários	12	-	-	5.073.391	4.462.780
Precatórios a receber		-	-	187.921	169.682
Total		**1.480.521**	**1.665.490**	**22.739.416**	**16.779.514**

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos v

continuação...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31/12/2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Derivativo	Consolidado 2025	2024
Swap	(2.092.062)	1.026.897
Efeito líquido no resultado (nota explicativa nº 25)	**(2.092.062)**	**1.026.897**

Hedge Accounting: O Grupo possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim, o Grupo designou as operações apresentadas abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa e *hedge accounting* de valor justo, as quais apresentam índice de *hedge* equivalente a 1,0. Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrual* no resultado. A mudança no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de valor justo é reconhecida na demonstração do resultado.

	Consolidado Patrimônio líquido 2024	Variação	Patrimônio líquido 2025
Instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa:			
Mensuração do valor justo de swap	(449.802)	380.581	(69.221)
IR/CS diferidos	(160)	47	(113)
Ganhos líquidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(449.962)**	**380.628**	**(69.334)**

	Resultado 2024	Resultado 2025
Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa e de valor justo:		
Ganhos (Perdas) líquidas reconhecidos no resultado do exercício (nota explicativa nº 27)	**1.026.897**	**(2.092.062)**

O método utilizado, para testar a efetividade do *Hedge*, confronta os termos críticos dos derivativos contratados e dos itens protegidos, evidenciando que movimentos nas taxas de juros e variação cambial afetam o valor justo ou fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* e dos itens protegidos de forma proporcional e inversa. O método está alinhado com a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia. A efetividade será medida utilizando a comparação dos termos críticos do objeto e instrumento de *hedge*. As fontes de inefetividade de *hedge* podem ser oriundas de: • Índices diferentes (e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de hedge; O risco de crédito: O método utilizado, para testar a efetividade do *Hedge*, confronta os termos críticos dos derivativos contratados e dos itens protegidos, evidenciando que movimentos nas taxas de juros e variação cambial afetam o valor justo ou fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* e dos itens protegidos de forma proporcional e inversa. O método está alinhado com a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia. A efetividade será medida utilizando a comparação dos termos críticos do objeto e instrumento de *hedge*. As fontes de inefetividade de *hedge* podem ser oriundas de: • Índices diferentes (e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de hedge; • Das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de hedge e itens protegidos; • Alterações na quantia prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de hedge. Valor justo de Títulos e valores mobiliários e opções de ações: *Descrição dos inputs não observáveis significativos na avaliação do valor justo*: Os *inputs* significativos não observáveis utilizados nas mensurações do valor justo classificadas no Nível 3 da hierarquia do valor justo, juntamente com uma análise de sensibilidade quantitativa em 31/12/2025 e 2024, são apresentados abaixo:

	Saldo em 2025	Saldo em 2024	Técnicas de valorização	*Inputs* significativos não observáveis
TVM - Títulos e Valores Mobiliários	5.073.391	4.462.780	Método de descontos de dividendos	Dividendos estimados
Opção de ações - Tertúlia	43.011	57.267	Ajuste a valor presente de modelo determinístico (VPL)	Preço do exercício, preço *spot* das ações e taxa de desconto
Opção de ações - Camastra	23.744	21.606	Ajuste a valor presente de modelo determinístico (VPL)	Preço do exercício, preço *spot* das ações e taxa de desconto

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos: O Grupo divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pelo Grupo, originado por instrumentos financeiros derivativos, ao qual o Grupo está exposto na data do balanço. O Grupo considera o dólar do cenário base de R$ 5,5024. O cenário I é o dólar a R$ 4,4019, o cenário II é o dólar a R$ 3,1442 e o cenário III é o dólar a R$ 2,7512. Além disso, em outra avaliação, considera-se como risco a alta do CDI. O Grupo considera como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 31/12/2025. O Grupo estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. O Grupo considera ainda o risco da alta do Cupom Cambial. O Grupo considera como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 31/12/2025. O Grupo estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. O Grupo considera, por fim, o risco da alta do IPCA. O Grupo considera como cenário base a curva de taxas referenciais NTNB divulgadas pela Anbima no dia 31/12/2025. O Grupo estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.
Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Instrumento	Exposição	Risco	Consolidado Cenário I	II	III
		Alta Curva CDI	(1.931.908)	(4.433.896)	(5.364.486)
Swap	(224.558)	Alta Curva IPCA	(362.157)	(844.041)	(1.041.006)
		Variação IPCA	(780.301)	(1.597.077)	(1.852.319)
		Variação USD	(3.250.803)	(6.588.212)	(7.600.362)
Swap	(101.822)	Queda Curva CDI	(2.061.998)	(7.561.032)	(11.446.666)
		Alta Curva Cupom Cambial	(795.526)	(1.989.486)	(2.496.387)
Exposição	**(326.380)**				

28. RESULTADO POR AÇÃO:

Resultado básico e diluído por ação	Consolidado 2025	2024
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias *(i)*	129.244	284.288
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	963.989	848.009
Lucro básico por ação - R$	**0,13**	**0,34**

29. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA: Nos exercícios findos de 31/12/2025 e 2024, as transações de investimentos e financiamentos que não afetaram caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, estão apresentadas abaixo:

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Aquisição de ativo de contrato	-	-	847.864	466.698
Aporte de capital com investimento	-	643.032	-	-
Aquisição de direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	(458.976)	(105.966)
Custos de empréstimos capitalizados	-	-	1.312.454	1.423.652
Aquisição de participação societária	(532.062)	(36.683)	528.938	-
Aquisição de controlada	-	-	318.049	-

30. COMPROMISSOS: A tabela abaixo apresenta os principais compromissos de investimento e obrigações de suas controladas conforme contratos de concessão e seus aditivos:

Controladas	Investimento contratual (a)	Metas específicas	Obrigações contratuais
Guariroba	607.146	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% até o final do contrato; (ii) manter os níveis de redução de perdas em 28% até o final da concessão. (iii) quanto ao sistema de esgotamento sanitário município, a Companhia redireciona os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, conforme determinado pelo Poder Concedente, enquanto o reordenamento de metas é definido.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação e fundo social, em valores de 1% e 0,5% respectivamente do faturamento mensal de acordo com o município.
Prolagos	848.379	A partir de 2024 até o final da concessão em 2041, 90% de coleta e tratamento de esgoto e 98% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (iii) manter os níveis de redução de perdas em 30% até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 0,5% sobre o somatório das receitas das tarifas auferidas mensalmente, excluídos os tributos sobre elas incidentes.
Mirante	332.627	Os principais investimentos estão relacionados a conclusões e construções de Estações de Tratamento de Esgoto e Elevatórias de Esgoto e foram definidos de acordo com o cronograma de marcos contratuais, os quais já foram finalizados.	-
Matão	75.016	Todos os marcos contratuais para atingimento de 100% de abastecimento de água e 100% da coleta e tratamento de esgoto já foram atendidos.	-
Holambra	78.876	Os índices de abastecimento de água, e da coleta e tratamento de esgoto já foram atendidos e deverão ser mantidos até o final da concessão.	-
Nascentes do Xingú Participações (b)	184.618	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população entre 2019 e 2052, de acordo com cada município; (iii) reduzir os índices de perdas entre 2020 a 2040 até 15%, de acordo com cada município.	-
Porto Esperidião	9.274	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário a partir de 2022 em 100%; (iii) reduzir os índices de perdas em 2023 para 25% até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, sendo o percentual fixo de 3% sob o valor da arrecadação mensal.
São Francisco	143.013	As metas de atendimento, deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de água deverá atingir 99% em 2025, devendo permanecer até o final da concessão (2044); (ii) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% em 2025, devendo permanecer até o final da concessão (2044); (iii) reduzir o índice de perdas em 2025 para 37,1% e em 30% de 2029 até o final da concessão (2044).	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação mensal.
Timon	206.583	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir 45% da cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto a partir de 2024, 2025 atingir 51%, em 2026 deverá atingir a meta de 57%, em 2033 deverá atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir as perdas em 2024 para 34%, 2025 para 32% e 30% de 2026 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação mensal.
Sinop	464.448	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter os níveis de redução de perdas de 40% em 2025, 2030 em 35%, 2035 em 30% e a partir de 2040 em 25%; (iii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário, dez/24 em 30%, dez/25 em 40%, dez/26 em 50%, dez/27 em 60%, dez/28 em 70%, dez/29 em 75%, dez/30 em 85%, dez/31 em 92%, dez/32 em 98% e de dez/33 a nov/54 em 98% da população com coleta e tratamento de esgoto.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 4% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Guarantã	16.728	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter níveis de redução de perdas em 20%; (iii) atingir e manter a meta de cobertura do sistema de esgotamento sanitário em 99% a partir de dezembro de 2021.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores de 3,5% do faturamento bruto mensal de acordo com o município.
Novo Progresso	16.728	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população. (ii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário de 2024 até 2028 em 25%, 2029 em 35%, 2030 em 45%, 2031 em 55%, 2032 em 65% e 2033 em 90% da população urbana com coleta e tratamento de esgoto.	-
Matupá	9.231	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter níveis de redução de perdas em 20%.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Nascentes do Xingú Investimentos (c)	122.817	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população entre 2019 e 2044, de acordo com cada município; (iii) reduzir os índices de perdas entre 2023 a 2026 para 25% e manter até o final da concessão de acordo com cada município.	-
Buritis	78.250	Com relação a cobertura de água potável: até 2024 atender 100% (ii) com relação a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto: até 2024 atender 20%, em 2025 atender 40%, em 2026 atender 60%, em 2027 atender 80%, em 2028 atender 100%; (iii) reduzir os índices de perdas até 2025 para 20%, até 21% de 2030 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação mensal.
Paranatinga	75.239	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto até 2032 atingir a meta de 67%, a partir de 2033 atingir 70% e manter esse índice até o fim da concessão; (iii) até o final da concessão manter os índices de perdas em 58,50%.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, sendo o percentual fixo de 4% sob o valor do faturamento mensal.
Pimenta Bueno	55.425	Cobertura com o sistema de abastecimento de água: 98% de 2024; 100% a partir de 2025; (ii) cobertura dos serviços de esgotamento sanitário: 49% em 2024; 52% em 2025, 55% em 2026;58% em 2027; 61% em 2028, 64% em 2029, 67% em 2030, 70% em 2031, 73 % em 2031, 75% em 2033, 78% em 2034; 80% em 2035, 83% em 2036, 85% em 2037, 88% em 2038, 90% em 2039, 93% em 2040, 95% em 2041 e a partir de 2042 100%; (iii) reduzir os índices de perdas para 28% de 2022 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 2% do faturamento mensal.
São Francisco do Sul	247.966	Cobertura de 95% de rede de distribuição de água até 2026 e atingir o índice de 100% até o final da concessão, (ii) cobertura de 70,6% dos serviços de coleta e tratamento de esgotos até 2027 e 85% até 2034, devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas para 25% em 2024 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação de R$ 0,10 centavos por habitantes.
Camboriú	401.656	Cobertura de 100% de água potável até de 2021 e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 10% de esgotamento sanitário até 2026, 90% até 2033, 100% até 2036, devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas para 30% de 2028 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, do faturamento mensal.
Penha	189.539	Cobertura de 98% de água potável até 2024 e até 2026 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 11% de esgotamento sanitário até 2024, 93% em 2033,100% em 2036 e manter esse índice até final da concessão; (iii) reduzir até 2027 os índices de perdas para 25% até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação R$ 0,10 centavos por habitantes.
Bombinhas.	162.825	Manter a cobertura a cobertura de 100% de água potável do início até o final da concessão, (ii) cobertura de 47% de esgotamento sanitário em 2025, 97% até 2028 devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir até 2027 os índices de perdas para 25% até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, do faturamento mensal.
Ariquemes	194.537	Cobertura de 100% até 2025 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de esgotamento sanitário de 30% em 2024, 40% em 2025, 50% em 2026, 60% em 2027, 70% até 2028,80% em 2029, 90% até 2033, 92% em 2034, 96% em 2036, 98% em 2037, em 2038 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 2024 para 37%, 2025 para 34%, 2026 para 31%, 2027 para 28%, 25% de 2028 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação mensal.
Rolim de Moura	96.484	Cobertura de 99% de água potável até 2038, até 2043 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 80% de esgotamento sanitário em 2024, 90% até 2028, 98% até 2032, 99% até 2038, até 2043 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 28% de 2022 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação mensal.
Vila Velha	383.382	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 59% em 2025, 69% em 2026, 75% em 2027, 80% em 2028, 85% em 2029, 90% em 2030, 95% em 2031 e deverá ser mantido até o final da concessão.	-
Serra	322.992	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 93,74% em 2025, o qual foi atingido e deverá ser mantido até o final da concessão.	-
Teresina	1.731.583	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) ampliação da cobertura de água potável para 100% até 2019 2020 e sua manutenção até o final da subconcessão; (ii) ampliação da cobertura de esgotamento sanitário para 59% em 2024, 80% até 2028 e atingir 90% em 2033 devendo manter esse índice até o final da subconcessão; (iii) reduzir os índices de perdas para 35% até 2024, 25% até 2028 mantendo o índice até o final da subconcessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 1,1% da arrecadação mensal.
Manaus	2.934.079	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de água deverá atingir 99% em 2033, devendo permanecer até o final da concessão (2045); (ii) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% em 2033, devendo permanecer até o final da concessão (2045).	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 1% do faturamento mensal.
Cariacica	829.550	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 62% em 2024, 69% em 2025, 71% em 2026, 74% em 2027, 80% em 2028, 85% em 2029, 90% em 2030, 95% em 2031 e deverá ser mantido até o final da concessão.	-
Metrosul	6.928.254	Atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 36,06% a 87,30% da população entre 2021 e 2055, de acordo com cada município.	-
Crato	324.387	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% até 2033.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 1% do faturamento mensal.
MS Pantanal	1.026.350	Atingir níveis de atendimento de coleta e tratamento de esgoto, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão: (i) a partir de 2031 até o final da concessão em 2050, 98% de coleta e tratamento de esgoto.	-
Ceará 1	1.925.476	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) Coleta de esgoto: 90% até 2033 e 95% até 2040.	-
Ceará 2	1.637.038	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: Coleta de esgoto: 90% até 2033 e 95% até 2040.	-
Cariri	1.388.859	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: até o final do 1º ano a concessionária deverá implantar as Estações de Transferência de Resíduos (ETRs); até o final do 2º ano a concessionária deverá implantar 09 galpões de triagem manual de material reciclável; até o final do 4º da concessão a concessionária deverá implantar a Unidade de Tratamento Mecânico de resíduos sólidos urbanos, o aterro e as unidades de tratamento de resíduos orgânicos nas CMRs; garantir uma redução, mínima, de 80% de resíduos sólidos orgânicos dispostos no aterro a partir do 5º (quinto) ano até o final da concessão em relação aos resíduos verdes provenientes da limpeza urbana e resíduos provenientes de feiras livres encaminhados; garantir uma redução, mínima, de 3% de resíduos sólidos orgânicos dispostos no aterro do 15º ao 19º ano de concessão, de 7% do 20º ao 24º ano de concessão, e de 11,5% a partir do 25º ano até o final da concessão em relação aos resíduos sólidos urbanos encaminhados à CTR; garantir uma redução de, no mínimo, 10% de resíduos recicláveis secos dispostos no aterro a partir do 5º ano até o final da concessão, em relação aos resíduos sólidos urbanos encaminhados à CTR; comprovar a captação de gases para queima, geração de energia elétrica e/ou produção de biometano de, pelo menos: (i) 25% dos gases gerados no aterro até o 5º ano de concessão; (ii) 30% do 6º ao 10º ano; (iii) 40% do 1º até o 15º ano; (iv) de 50 do 16º até o 20º ano (v) e de 55% 21º ano até o final da concessão.	-
Ambiental Paraná 1	1.930.785	As metas de atendimento de esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: 70% em 2024, 74% em 2025, 76% em 2026, 77% em 2027, 79% em 2028 e 2029, 84% em 2030 a 2032, 91% em 2033 a 2036, 90% em 2037 e deverá ser mantido até o final da concessão.	-
Governador Valadares	1.308.923	As metas de atendimento global deverão atingir os seguintes índices: (i) Índice de atendimento de água: 99% até 2027 e 100% até 2028; (ii) Índice de perdas de água: redução de 2,5% ao ano, partindo de 47,5% em 2025 para 25% até 2034; (iii) Índice de coleta de esgoto: incremento anual de 1%, de 95% em 2025 para 100% até 2030; (iv) Índice de tratamento de esgoto: incremento de 10% ao ano, partindo de 10% em 2025 para 100% até 2034; (v) índice de eficiência energética: incremento anual de 0,50% ao ano, partindo de 0,50% em 2025 até 5,00% em 2034. Indicador atual é de 0,65 kWh/m³ e as porcentagens apresentadas indicam a redução do consumo em relação a este valor. As metas serão mantidas constantes até o término da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação com valor apurado pela quantidade de ligações totais, conforme dados fornecidos pelo prestador, multiplicado pelo valor de referência aplicado por ligação. Compromisso mensal de pagamento da Outorga Variável.
Jaru	43.460	As metas de atendimento de universalização de água deverão atingir os seguintes índices: 85% em 2025, 89% em 2026, 90% em 2027, 91% em 2028, 94% em 2029, 97% em 2030, 99% em 2031, 100% em 2032 e deverá ser mantido até o final da concessão. As metas de atendimento de esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: 30% em 2029, 50% em 2030, 70% em 2031, 85% em 2032, 95% em 2033 a e deverá ser mantido até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação e fundo meio ambiente, em valores de 1% e 1% respectivamente do faturamento mensal de acordo com o município.
Palhoça	1.534.465	Metas de Cobertura de Água: Central, 93,4% em 2025, e 100% a partir de 2026 até o final do contrato. Pinheira, 30% em 2025 e 2026, ampliando em 10% por ano até atingir 90% em 2032, 90% em 2033 e 100% em 2024 até o final do contrato. Praia de Fora, 85% de 2025 até 2028, e 100% de 2029 até final do contrato. Enseada de Brito, 0% em 2025 e 2026, 50% em 2027 e 2028, e 100% em 2029 até final do contato; (ii) Metas de Tratamento de Esgoto: Norte (Central, Praia de Fora e Enseada de Brito), 10% em 2025 com aumento de 5% ao ano até atingir 35% em 2030, 70% em 2031 e 2032, 90% de 2033 a 2048, 100% de 2049 até final do contrato. Sul (bairros Passagem, Praia do Sonho, Ponta do Papagaio, Pinheira, Guarda do Embaú e Morretes), 0% em 2025, 10% em 2026, aumento de 5% ao ano até atingir 40% em 2032, 50% em 2033, 90% de 2034 a 2042, e 100% de 2043 até o final do contrato. OBS.: Devido a uma Ação Civil Pública, o distrito Guarda do Embaú deverá ter 100% de esgoto tratado no ano 2 da concessão (ou seja, até novembro de 2026); (iii) Metas de Perdas de Água: Central, 50% em 2025, com redução de 2,8% ao ano, até atingir 25% em 2034 e até o final do contrato. Pinheira, 29% em 2025 a 2028, 28% em 2029 a 2031, 27% em 2032 e 2033, e 25% em 2034 e até o final do contrato. Praia de Fora, 50% em 2025, com redução de 2,8% ao ano, até atingir 25% em 2034 e até o final do contrato. Enseada de Brito, sem metas para 2025 e 2026, e 25% de 2027 até final do contato;	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação R$ 0,10 centavos por habitantes.
Piauí	9.557.000	a) Expansão dos serviços de abastecimento de água (ICTA): i) Meio Norte + Litoral: 94% em 2028, 95% em 2029, 96% em 2030, 97% em 2031, 98% em 2032 e 99% a partir de 2033; ii) Semiárido: 91% em 2028, 92% em 2029, 94% em 2030, 96% em 2031, 97% em 2032 e 99% a partir de 2033; iii) Cerrados: 92% em 2028, 93% em 2029, 95% em 2030, 96% em 2031, 98% em 2032 e 99% a partir de 2033; iv) Aglomerado Rural: 92% em 2028, 94% em 2029, 95% em 2030, 96% em 2031, 98% em 2032 e 99% a partir de 2033. b) Expansão dos serviços de esgotamento sanitário (ICTE): i) Meio Norte + Litoral: 37% em 2029, 42% em 2030, 47% em 2031, 52% em 2032, 57% em 2033, 61% em 2034, 66% em 2035, 71% em 2036, 76% em 2037, 80% em 2038, 85% em 2039 e 90% a partir de 2033; ii) Semiárido: 37% em 2029, 41% em 2030, 46% em 2031, 51% em 2032, 56% em 2033, 61% em 2034, 66% em 2035, 71% em 2036, 76% em 2037, 80% em 2038, 85% em 2039 e 90% a partir de 2033; iii) Cerrados: 33% em 2029, 39% em 2030, 44% em 2031, 49% em 2032, 54% em 2033, 59% em 2034, 64% em 2035, 69% em 2036, 75% em 2037, 80% em 2038, 85% em 2039 e 90% a partir de 2033; iv) Aglomerado Rural: 25% em 2029, 31% em 2030, 37% em 2031, 43% em 2032, 48% em 2033, 54% em 2034, 60% em 2035, 66% em 2036, 72% em 2037, 78% em 2038, 84% em 2039 e 90% a partir de 2033; c) Redução de perdas na distribuição (IPD): Garantir a redução de perdas para 43% até 2028, 40% em 2029, 38% em 2030, 35% em 2031, 33% em 2032 e 30% a partir de 2033."	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação no valor de 0,5% da sua receita liquida.
Corsan	-	Os índices de perdas que os municípios deverão atingir até 2033 são de 6% a 30%.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 0,5% a 2,0% do faturamento mensal de acordo com o município.
Ambiental Paraná 2	1.272.718	As metas de atendimento de esgotamento sanitário que deverão atingir os seguintes índices: 32% em 2025, 34% em 2026 e 2027, 39% em 2028 49% em 2029, 54% em 2030, 77% em 2031 e 2032, 83% em 2033, 90% em 2034 e deverá ser mantido até o final da concessão.	-
Barra do Garças (b)	84.286	O principal marco contratual assumido é de atingir a meta de cobertura do sistema de esgotamento sanitário até dezembro de 2028 em 85%, até dezembro de 2031 em 90% e até setembro de 2033 em 95%.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação que corresponde à 4% do faturamento mensal.

(a) Valores históricos e referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos conforme os contratos de concessão e seus aditivos. (b) Refere-se as controladas indiretas Barra do Garças, Campo Verde, Carlinda, Cláudia, Jangada, Jauru, Marcelândia, Nortelândia, Pedra Preta, Peixoto, Primavera, Poconé, Santa Carmem, São José, Sorriso, União do Sul e Vera. (c) Refere-se as controladas Diamantino e Confresa. A controlada Aegea é garantidora de outros compromissos financeiros assumidos por suas controladas, coligadas e outras partes relacionadas no montante total de R$ 496.316. **31. ASPECTOS AMBIENTAIS:** O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. O Grupo busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. **32. EVENTOS SUBSEQUENTES:** Consolidado: **Pagamentos de outorga das controladas do Pará:** Em 08/01/2026, a controlada indireta Pará A pagou a 2ª parcela de outorga fixa ao poder concedente, no valor de R$ 233.602, correspondente a 20% do valor total de R$ 1.168.012. Em 07/01/2026, a controlada indireta Pará B pagou a 2ª parcela da outorga fixa ao poder concedente, no valor de R$ 28.185, correspondente a 20% do valor total de R$ 140.927. Em 07/01/2026, a controlada indireta Pará D gerou a 2ª parcela de outorga fixa ao poder concedente, no valor de R$ 23.565, correspondente a 20% do valor total de R$ 117.827. **1ª captação de debêntures da controlada Reuso Itaboraí:** Em 06/02/2026, a controlada indireta Reuso Itaboraí realizou a captação da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública destinada a investidores profissionais, no valor total de R$ 400.000. As debêntures são remuneradas por juros pós-fixados atrelados à taxa CDI acrescida de spread de 1,40% a.a., com capitalização da remuneração até 15/07/2028, a qual será incorporada ao valor nominal unitário. A partir dessa data, os juros serão pagos semestralmente, em 15 de janeiro e 15 de julho, sendo a primeira parcela devida em 15/01/2029. O vencimento final das debêntures ocorre em 15/01/2046 com pagamentos semestrais, sendo a primeira parcela devida em 15/01/2029. **Aumento de capital da Companhia:** Em 09/02/2026, foi aprovado aumento do capital social da controlada Aegea no montante de R$ 797.559, mediante a emissão de 14.424.281 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R$ 55,29 por ação. Desse total, 9.399.013 ações foram subscritas pelo acionista GIC (Fundo Soberano de Singapura), no montante de R$ 519.698, e 5.025.268 ações foram subscritas pelo acionista Itaúsa S.A. ("Itaúsa"), no montante de R$ 277.861. Na mesma Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento adicional de capital mediante a emissão de 7.278.367 novas ações ordinárias, totalizando R$ 402.441, também ao preço de emissão de R$ 55,29 por ação. Desse total, 4.742.660 ações foram subscritas pelo acionista GIC, após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no montante de R$ 262.235, e 2.535.707 ações foram subscritas pelo acionista Itaúsa, no montante de R$ 140.206. Após a conclusão desse segundo aumento de capital, a composição acionária da controlada Aegea passará a ser a seguinte: • Capital votante: Equipav - 68,69%; GIC - 20,40%; Itaúsa - 10,91%; • Capital total: Equipav - 52,11%; GIC - 34,62%; Itaúsa - 13,27%. **Aporte na controlada indireta Regenera Rio:** Em fevereiro de 2026 a controlada Aegea realizou um aporte de recursos no montante de R$ 252.291, com a finalidade de atender as necessidades de capital de giro e promover a reestruturação das atividades de financiamento da controlada indireta Regenera Rio. **Concessão de esgotamento sanitário - Município de Brusque (SC):** Em fevereiro de 2026 a controlada Aegea dando continuidade à sua estratégia de expansão no setor de saneamento venceu a Concorrência Pública nº 11/2025, realizada na B3, para a concessão dos serviços públicos de esgotamento sanitário no Município de Brusque, Estado de Santa Catarina. O contrato de concessão possui prazo de 35 anos e prevê investimentos estimados em aproximadamente R$ 686 milhões ao longo do período contratual, destinados à implantação de infraestrutura completa de esgotamento sanitário na área urbana do Município, cuja população estimada é de aproximadamente 138 mil habitantes. O projeto contempla a ampliação progressiva da cobertura dos serviços até atingir 95%, conforme metas contratuais, bem como o cumprimento de indicadores de desempenho relacionados à qualidade do tratamento, intermitência, índice de reclamações e atualização da micromedição. Com a nova concessão, a controlada Aegea amplia sua atuação no Estado de Santa Catarina, onde já opera serviços de água e esgoto nos Municípios de Bombinhas, Penha, Camboriú, São Francisco do Sul e Palhoça, passando a atender mais de 550 mil pessoas no Estado. **Captação de financiamento na controlada Aegea Finance:** Em 26/02/2026, a controlada indireta Aegea Finance realizou nova captação no montante de R$ 770.730 no âmbito do contrato de financiamento Syndicated Loan - Facility B, originalmente celebrado em 11/03/2025. A operação possui vencimento final em março de 2030 e é remunerada à taxa SOFR acrescida de spread de 3,40% ao ano, contando com garantia fidejussória prestada pela controlada Aegea. **Conversão para categoria A:** Em 26/02/2026, a controlada Aegea comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a CVM aprovou, em 25/02/2026, a conversão do registro de emissor de valores mobiliários da controlada Aegea para a categoria "A". **Aegea Saneamento 26ª Emissão de Debêntures:** Em 12/03/2026, a controlada Aegea realizou a captação da 26ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, no montante total de R$ 782.085 com vencimento em março de 2030 e taxa de juros remuneratórios prefixada equivalente a 14,9033%a.a. A remuneração das debêntures deverá ser paga integralmente na data de vencimento. **Aegea Saneamento 27ª Emissão de Debêntures:** Em 20/03/2026, a controlada Aegea realizou a captação da 27ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, no montante total de R$ 500.000, com vencimento final em março de 2034. Os juros remuneratórios correspondem a CDI + 0,76% a.a., com pagamentos semestrais. **Aegea Saneamento 28ª Emissão de Debêntures:** Em 27/03/2026, a controlada Aegea realizou a captação da 28ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, no montante total de R$ 225.000, com vencimento final em março de 2032. Os juros remuneratórios são prefixados em 9,00%a.a., com pagamentos semestrais. **Ambiental Cariacica 1ª Emissão de Debêntures Privada:** Em

continuação...

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia reconhece os efeitos contábeis de sua controlada direta e controladas e coligadas indiretas através de equivalência patrimonial e, através de suas controladas e coligadas indiretas reconhece receita sobre serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário. Tais controladas e coligadas indiretas possuem alto volume de clientes cobertos pelo país. A correta identificação e manutenção de cadastro desses clientes se torna complexa para garantir a identificação de contratos e ações de cobrança que garantam o recebimento da contraprestação pela prestação de serviços. A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas requer julgamento significativo na determinação das seguintes premissas: (i) correta identificação de clientes, (ii) índices históricos de inadimplência e (iii) expectativa de recebimento de dívidas em renegociações com clientes. Devido à complexidade e ao nível de julgamento utilizados na determinação das principais premissas estabelecidas para a mensuração da provisão para perda de crédito esperada sobre o contas a receber com clientes, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – O entendimento dos processos e controles internos estabelecidos para identificação de clientes e determinação das premissas utilizadas para mensuração da provisão para perda de crédito esperada sobre o contas a receber; – Testes documentais, em base amostral, sobre os dados que suportam as principais premissas utilizadas na mensuração da provisão para perdas esperadas; – Recálculo dos modelos implementados pelas empresas controladas e coligadas indiretas para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas para os clientes com e sem parcelamento; e – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas consideram as informações relevantes. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes na provisão para perdas esperadas os quais foram registrados pela Administração. Nossos testes revelaram deficiências no desenho dos controles relacionados a identificação de clientes e premissas utilizadas na mensuração da provisão para perdas de créditos esperadas. Em função disso, houve a necessidade de extensão dos nossos procedimentos substantivos para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto aos valores de receita de prestação de serviços. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis a mensuração da provisão para perdas de créditos esperadas sobre contas a receber de clientes, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Instrumentos financeiros mensurados a valor justo - Títulos e valores mobiliários

Veja a Nota 12 (h) das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia reconhece os efeitos contábeis de sua controlada e coligadas através de equivalência patrimonial e, detém investimento indireto em ações preferenciais na coligada Águas do Rio Investimentos S.A., as quais são mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A mensuração do valor justo desse ativo é efetuada com base em fluxo futuro de dividendos a serem pagos à Companhia. Tal mensuração é uma estimativa significativa e está baseada em premissas relevantes relacionadas a projeção de resultados futuros e taxa de desconto. Devido à complexidade e ao nível de julgamento utilizados na determinação da projeção do fluxo de dividendo futuro e definição da taxa de desconto, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação das premissas utilizadas para determinação do fluxo futuro de dividendos, bem como, avaliação da taxa de desconto, com o suporte dos nossos especialistas em instrumentos financeiros; – Recálculo do fluxo de dividendos futuros usado para mensuração do valor justo das ações preferenciais; e – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas consideram as informações relevantes. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes na mensuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários os quais foram registrados pela Administração. Nossos testes revelaram deficiências no desenho dos controles relacionados a determinação de premissas e alocação de dividendo às ações preferenciais classificadas como títulos e valores mobiliários. Em função disso, houve necessidade de extensão dos nossos procedimentos substantivos para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao valor justo dos títulos e valores mobiliários. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis a mensuração do valor justo das ações preferenciais classificadas como títulos e valores mobiliários, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia reconhece os efeitos contábeis de sua controlada e coligadas através de equivalência patrimonial e, através de suas controladas e coligadas indiretas possui registrado o ativo de contrato oriundo dos contratos de concessão os quais são reconhecidos por seus valores justos durante o período de construção. Conforme ICPC 01/ IFRIC 12 e OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A Administração exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Devido aos julgamentos realizados pela Administração na avaliação dos gastos incorridos com a construção e ampliação da infraestrutura que podem ter efeitos significativos sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e ampliação da infraestrutura, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais e comprovantes de pagamentos; e – Avaliação se as divulgações relativas a infraestrutura em construção nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Combinações de negócios

Veja a Nota 5 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito na nota explicativa 5, a controlada indireta Padova Participações S.A. concluiu a aquisição das ações da empresa Regenera Rio Holding S/A ("Regenera Rio"). A contabilização dessa combinação de negócios exigiu o uso de estimativas e julgamentos para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como as divulgações das informações relacionadas a essa transação. Devido à complexidade e ao nível de julgamento utilizados na determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos decorrentes dessa transação, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Leitura dos acordos celebrados que determinaram a transação de combinações de negócios; – Avaliação se os saldos contábeis utilizados no estudo de alocação de preço de compra estavam de acordo com os registros contábeis na data da aquisição; – Avaliação do relatório de alocação de preço de compra, que determinou o valor justo aos ativos adquiridos e passivos assumidos preparado pelo especialista externo contratado pela Companhia, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas e em avaliação de ativos; e – Avaliação sobre a adequação das divulgações efetuadas sobre a transação de combinação de negócios. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes na mensuração do valor justo atribuído aos ativos adquiridos e passivos assumidos os quais foram registrados pela Administração. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis a alocação dos valores justos atribuídos aos ativos adquiridos e passivos assumidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Auditoria do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2024:** O exame dos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2024 (derivado das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023), preparados originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa 6, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 14 de novembro de 2025. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 6 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2024. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* , emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de abril de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Rafael Santos Pereira
Contador CRC - 1SP 255172/O5

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 93FF-3B70-46CF-C493.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 93FF-3B70-46CF-C493.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.** A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 24/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/93FF-3B70-46CF-C493 ou vá até o site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 93FF-3B70-46CF-C493

Hash do Documento

22EBD6618E205DEF2A77470E75606326F3C75C92098DC5A153757B45B5865E83

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/04/2026 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 24/04/2026 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.646478 Longitude: -46.556924 Accuracy: 212
IP: 172.16.4.17
AC: AC Certisign RFB G5